

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS-CCSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

ANDRESSA BRITO VIEIRA

A “ILHA REBELDE” DE NOVO?
Lutas Sociais e Estado nas Manifestações
de Junho de 2013 em São Luís - MA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - CCSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

ANDRESSA BRITO VIEIRA

A “ILHA REBELDE” DE NOVO?

Lutas Sociais e Estado nas Manifestações de Junho de 2013 em São Luís – MA

São Luís
2016

ANDRESSA BRITO VIEIRA

A “ILHA REBELDE” DE NOVO?

Lutas Sociais e Estado nas Manifestações de Junho de 2013 em São Luís – MA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof^a. Dra^a. Ilse Gomes Silva

São Luís
2016

Vieira, Andressa Brito.

A “ilha rebelde” de novo?: Lutas Sociais e Estado nas Manifestações de Junho de 2013 em São Luís MA / Andressa Brito Vieira. - 2016.
205 f.

Orientador(a): Ilse Gomes Silva.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas/ccso, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016.

1. Classes Sociais. 2. Estado. 3. Lutas Sociais. 4. Manifestações de Junho de 2013. I. Silva, Ilse Gomes. II. Título.

ANDRESSA BRITO VIEIRA

A “ILHA REBELDE” DE NOVO?

Lutas Sociais e Estado nas Manifestações de Junho de 2013 em São Luís – MA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Ilse Gomes Silva (Orientadora)

Doutora em Ciências Sociais - Política (PUC/SP)
Universidade Federal do Maranhão

Prof^ª. Joana Aparecida Coutinho

Doutora em Ciências Sociais – Política (PUC/SP)
Universidade Federal do Maranhão

Prof^ª Célia Maria da Motta

Doutora em Ciências Sociais – Política (PUC/SP)
Universidade Federal do Maranhão

Prof^ª Zulene Muniz Barbosa (Suplente)

Doutora em Ciências Sociais – Política (PUC/SP)
Universidade Estadual do Maranhão

Dedico este trabalho às mulheres que vencem diariamente as batalhas impostas pela árdua realidade social, especialmente a duas mulheres que inspiram minha vida: minha mãe, **Angela Maria Brito Vieira**; e minha avó **Angelita de Brito Vieira** (*in memoriam*).

*Será que a gente se esquece
Ou nunca chegou a saber
Que esse mundo é nosso
Quando a gente toma posse
Arregaça as mangas
E faz o que tem que fazer? [...]
Por que é que a gente ainda espera?
As coisas não caem do céu
Esquece a esperança e entra na dança
Que as coisas não caem do céu
(As coisas não caem do céu – Leoni).*

AGRADECIMENTO

Uma canção que gosto muito diz que: *O que eu sou, eu sou em par. Não cheguei sozinho* (Lenine). Acredito que esta frase representa muito meu caminhar até a concretização do mestrado materializada nessa dissertação. Embora o processo de pesquisa, análise e elaboração de um trabalho dissertativo seja individual e solitário, essa construção não deixa de ser influenciada por aqueles com os quais convivemos, pelos professores que nos ensinam e orientam, pelas pessoas com as quais falamos para adquirir dados e pelas injeções de ânimo e incentivo que recebemos daqueles que nos querem bem. Desse modo, agradeço a finalização desse curso a algumas pessoas primordiais nesse percurso.

À minha amada mãe Angela Maria Brito pelo cuidado diário, suporte emocional e por me ensinar na prática que as dificuldades da vida estão para serem superadas e vencidas.

À orientadora Ilse Gomes pela boa orientação, paciência e incentivo.

Ao corpo docente do PPGPP, em especial às professoras Franci Cardoso, Lourdes de Maria Leitão, Maria do Socorro Sousa, Ozanira Silva e Valéria Ferreira e ao professor José de Ribamar Silva com os quais aprendi imensuravelmente nas disciplinas cursadas no mestrado e que foram fundamentais para o amparo teórico durante a fase de escrita da dissertação.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisa de Política, Ideologias e Lutas Sociais (GEPOLIS) pelas discussões teórico-políticas partilhadas.

À professora Joana Coutinho pelas sugestões e contribuições nos exames de qualificação do projeto e da dissertação.

À professora Célia Motta pelas sugestões no exame de qualificação e pelo estímulo constante.

A Albert Malone, Arnaldo Vieira, Bruno Rogens, Cláudio Castro, Daniel Madorra, Eunice “Che Guevara”, Franklin Douglas, Giovanny Castro, Maria do Socorro Costa, Maurício D’Paula, Stephany Rodrigues e Thiago Penna pelas entrevistas concedidas, essenciais para o desenvolvimento desta pesquisa.

À amiga Nayana Rodrigues pelo auxílio nas transcrições de entrevistas e ao amigo Carlos Wellington pela disponibilidade em sanar dúvidas sobre normalização.

Às amigas e amigos da turma “2014 do PPGPP” por nosso belíssimo encontro. A caminhada foi mais prazerosa porque em meio a tantos trabalhos, textos e angústias contei com a alegria, o companheirismo e entusiasmo de vocês.

À Izabel Silva e Edson Pereira pela atenção e constante apoio nas questões burocráticas atinentes ao PPGPP.

À Stela Veloso, Rosambra Ribeiro, Elisson Soares e Antônio Soares pelo auxílio na Biblioteca de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

À Célia e equipe por manter organizado os ambientes do PPGPP e a Júlio pelos serviços de xerox.

À Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA) pela concessão de bolsa que possibilitou participação em congressos acadêmicos e aquisição de livros necessários para a pesquisa.

Às amigas Josy Moreira e Maysa Oliveira por dividirmos no mesmo período os sabores e amarguras da Pós-Graduação.

Às amigas Alice Bianca Lima, Jéssica Wernz, Julyane Prazeres, Katrine Rodrigues, Luísa Morais, Maísa Wolff, Priscila Trinta, Raphaella Dias, Tayane Silva e Thayná Farias, e os amigos André Felipe Oliveira, Edízio Moura, Igor Pinheiro, Laércio Pereira e Lukas Cordeiro por me darem a certeza que tenho com quem contar e por entenderem quando não pude desfrutar de suas companhias por estar imersa nesse processo.

Aos companheiros e companheiras da Secretaria Adjunta de Participação Popular/ SEDIHPOP, em especial às amigas Elen Mateus e Karla Miranda por me apoiarem nos momentos difíceis de elaboração da dissertação.

À madrinha Claudionice Gomes, aos tios Ernildes Oliveira e Luís Carlos Rodrigues, e as vizinhas Raimunda Luzia Araújo e Fátima Uchôa pelas visitas, telefonemas e palavras de incentivo durante os momentos difíceis de elaboração da dissertação.

RESUMO

A pesquisa analisa os aspectos políticos das Manifestações de Junho de 2013 na cidade de São Luís, a partir do contexto da recente crise econômica de 2008 e na relação com a ação política das classes sociais e com o papel do Estado enquanto fator de coesão dos interesses das classes dominantes. Destaca-se o processo de organização, as ações e reações dos diversos grupos/movimentos sociais participantes das Manifestações de Junho de 2013 e as respostas do Estado às reivindicações presentes nessas manifestações. Nessa pesquisa foram utilizadas diversas técnicas de investigação como pesquisa documental em fontes originais ou de “primeira mão” (Leis, Projetos de Lei, Decretos, pronunciamentos de gestores, parlamentares e ativista, jornais e registros policiais), entrevistas com militantes e análise do conteúdo dos sites que convocavam os protestos. A fundamentação teórica teve como eixo de análise as categorias de movimentos sociais, lutas sociais, Estado, classes sociais e crise econômica. Considero que as crises econômicas são inerentes ao sistema capitalista e, diante delas, as lutas sociais acirram-se, exigindo que a classe trabalhadora se organize em grupos ou movimentos sociais para realizar protestos de resistência a esse cenário adverso. Desse modo, as recentes manifestações globais e as Manifestações de Junho de 2013 devem ser compreendidas como expressões das lutas sociais que se atualizam e se redefinem constantemente, tanto que no caso das manifestações analisadas devido à correlação de forças seus resultados caminharam para uma polarização ideológica. Em São Luís, por exemplo, as ações políticas que deram continuidade às Manifestações de Junho e tentaram garantir uma pauta mais progressista, aos poucos foram cessando. Igualmente problemático foi o fato de alguns militantes desse período se transformarem em sustentação para movimentos sociais de perspectiva ideológica conservadora ou reacionária, promovidos pela força da propaganda dos meios de comunicação, intensamente ativos em todo o processo. Assim, percebe-se que não se trata de um panorama político exclusivamente local ou nacional, mas de um processo que se desenvolve internacionalmente evidenciando que as recentes manifestações globais e brasileiras são lutas sociais estruturais que se atualizam constantemente.

Palavras-Chave: Manifestações de Junho de 2013. Estado. Lutas Sociais. Classes Sociais.

ABSTRACT

The research analyzes the political aspects of the June 2013 manifestations in São Luís city, from the recent economic crisis of 2008 context and in relation to the social classes political action and the state's role as the ruling classes interest cohesive factor. Noteworthy is the organization process, the various groups / social movements participating in the June 2013 manifestations actions and reactions, and the State's responses to these manifestations claims. This research used several research techniques, such as documentary research in original sources or "first hand" (Laws, Bills, Decrees, pronouncements of managers, parliamentarians and activist, newspapers and police reports), militants interviews and content analysis from websites that summoned the protests. The theoretical analysis was based on the categories of social movements, social struggles, state, social classes and economic crisis. I believe that economic crises are inherent to the capitalist system, therefore, the social struggles intensify, demanding the working class organize itself into groups or social movements to perform resistance protests to this adverse scenario. Thus, the recent global events and the June 2013 manifestations should be understood as social struggles expressions that are constantly updated and redefined, so that, in the analyzed events case, due to the correlation of forces, the results walked towards an ideological polarization. In São Luis city, for example, the political actions that fallowed the June Manifestations which tried to ensure a more progressive agenda, were gradually ceasing. Equally problematic was the fact that some militants from that period turned into support for conservative or reactionary social movements ideological perspective, promoted by the media propaganda, intensely active throughout the process. Thus, it is clear that this politic scenario is not purely local or national, but a process developed internationally which demonstrates that recent global and Brazilian manifestations are structural social struggles updated constantly.

Keywords: June 2013 manifestations. State. Social Struggles. Social Classes

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Lista de Solicitações de Informação via ofício	22
Quadro 2 - Lista de Entrevistados	23
Quadro 3 - Projetos do Congresso Nacional para criminalizar Manifestações	106
Quadro 4 - “Mudança de Opinião”	116
Quadro 5 - Síntese sobre os coletivos políticos	124
Quadro 6 - Organizações presentes no Junho Maranhense	136
Quadro 7 - Propostas para responder às Manifestações	152
Quadro 8 - O Teor das Manchetes.....	169

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Principais reivindicações dos manifestantes	77
Tabela 2 - Perfil econômico do Congresso Nacional (2011-2014)	108
Tabela 3 - Cinco maiores emissoras, seus veículos e tipos de serviços	114
Tabela 4 - Domicílios particulares permanentes com televisão, microcomputador e internet - Maranhão e São Luís	149

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Os Protestos Globais	49
Figura 2: As manifestações sobre transporte, embrionárias de Junho de 2013.....	72
Figura 3: O Junho brasileiro de 2013	76
Figura 4: A “rede social” de muitos brasileiros	84
Figura 5: Contra a repressão policial em manifestações.....	103
Figura 6: Regulando Manifestações	105
Figura 7: Manifestações em São Luís no período de 19 de junho a 01 de julho de 2013.....	127
Figura 8: Manifestações nos municípios maranhenses no período de 19 de junho a 01 de julho	128
Figura 9: Cenas do Junho ludovicense	129
Figura 10: Arte do protesto “#VEMPRARUA! São Luís”	139
Figura 11: “Fim da Oligarquia Sarney” vira reivindicação em Manifestações de Junho	140
Figura 12: Ação hackerativista: invasão ao site da ADEPOL	147
Figura 13: Tipo de ocorrência por localidade	162
Figura 14: Quantidade de ocorrências por finalização/providência	162
Figura 15: Protestos em Coluna Social	170
Figura 16: Momentos políticos depois de Junho	174

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 CRISE DO CAPITAL E LUTAS SOCIAIS DE RESISTÊNCIA NO SÉCULO XXI	27
1.1 A crise do Neoliberalismo e lutas sociais: da praça de Zuccotti à Deodoro	46
1.2 Os desdobramentos dessas lutas e a reação do estado	55
2 “JUNHO, MÊS QUE ABALOU O BRASIL” : as Manifestações de Junho de 2013.	64
2.1 As Manifestações de Junho de 2013 no Brasil	71
2.1.1 A gênese, os momentos e as reivindicações	71
2.1.2 Em movimento: movimentos sociais e grupos que atuaram em Junho de 2013	78
2.1.3 <i>Modus Operandi</i> : formas de organização e uso das “Redes Sociais”	82
2.1.4 Quem eram eles? A composição social do Junho de 2013.....	85
2.1.5 Para além da aparência: conteúdo político e disputas ideológicas	89
2.1.6 Na balança: limites e potencialidades	93
2.2 “A mão que afaga é a mesma que apedreja”: as respostas do Estado às ruas	95
2.2.1 “O povo não é bobo! Abaixo à Rede Globo”: a mídia como canal ideológico.	112
3 AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO NA “ILHA REBELDE”	119
3.1 Momentos de rebeldia na ilha: breve histórico das lutas sociais em São Luís.....	119
3.2 O Junho Ludovicense: caracterização das Manifestações de Junho em São Luís.....	125
3.2.1 Os Rebeldes de Junho: quem organizou essas manifestações em São Luís?	132
3.2.2 Sem bandeiras vermelhas e com cartazes coloridos: a questão do apartidarismo	141
3.2.3 Processos de organização: ações e utilização das “Redes Sociais”	145
3.3 Duas faces de um Estado: concessões e coerções estatais como respostas.....	149
3.3.1 “TV Mentira”: como foi o comportamento da mídia ludovicense durante as MJ?	167
3.4 Para onde foram os gritos? Desdobramentos dos grupos políticos de Junho.....	173
CONSIDERAÇÕES FINAIS	180
REFERÊNCIAS	186
APÊNDICE	197

INTRODUÇÃO

A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar (Eduardo Galeano).

Para o escritor uruguaio Eduardo Galeano, o caminhar em busca da utopia é necessário aos que acreditam que a realidade não é natural ou imutável, mas a força das lutas sociais pode promover as transformações estruturais que assegurem maior dignidade à vida humana.

Inúmeras e incessantes lutas sociais promoveram mudanças históricas que só podem ser compreendidas a partir de dois fatores de articulação entre a especificidade e a totalidade dialética das relações sociais historicamente desenvolvidas:

O primeiro é que cada período histórico particular da sociedade de classes encontrou mediações específicas por onde operam os conflitos, a opressão e as resistências, e que é possível compreendê-los sem que percam sua especificidade como parte de uma totalidade, que o movimento da história nos permite compreender melhor e mais profundamente do que pela simples análise de cada parte. Segundo, e fundamental, que esse movimento nos revela o caráter dialético dessa totalidade histórica, ou seja, o eterno movimento de suas contradições, de saltos de qualidade, de unidade e identidade de contrários, de negações de negações (IASI, 2006, p. 11).

Por isso, as lutas sociais, independente do período histórico em que ocorram e de sua configuração, atravessam o Estado, que auxilia as classes dominantes a reproduzirem as relações de produção capitalistas. Como pontua Lênin (2011a, p.37) o Estado sempre “aparece onde e na medida em que os antagonismos de classe não podem objetivamente ser conciliados”.

Ao executar políticas econômicas que definem o domínio político das classes ou frações politicamente dominantes, o Estado estabelece as formas de divisão social do trabalho (intelectual/manual), as relações sociais e, por conseguinte, humanas. Em suma, o Estado estabelece todas as condições de existência de uma sociedade dividida em classes, em seus diversos níveis sociais: econômico, teórico, político e ideológico (POULANTZAS, 2000).

Claramente desempenhando esse papel específico na organização das relações ideológicas e da reprodução da ideologia dominante, o Estado não utiliza apenas seu aparelho repressivo, que não asseguraria uma hegemonia duradoura. Legal e institucionalmente, o Estado atrela sua estrutura repressora aos aparelhos ideológicos:

A ideologia dominante invade os aparelhos de Estado, os quais igualmente têm por função elaborar, apregoar e reproduzir esta ideologia, fato que é importante na constituição e reprodução da divisão social do trabalho, das classes sociais e do domínio de classe. Esse é por excelência o papel de certos aparelhos oriundos da esfera do Estado, designados aparelhos ideológicos de Estado, mesmo que pertençam

formalmente ao Estado ou conservem um jurídico “privado” (POULANTZAS, 1986, p.27).

Sobre os aparelhos ideológicos (igreja, escola, arte, cultura) Althusser (1985, p.68) os identifica como sendo certas realidades que “apresentam-se ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas”, e que serão fundamentais para reproduzir as condições de produção. Para ele, “se considerarmos que por princípio a “classe dominante” detém o poder do Estado [...] podemos admitir que a mesma classe dominante seja ativa” (1985, p.71) nesses aparelhos.

Hobsbawm (2005, p.34), observando as contribuições de Marx sobre ‘classe’, lembrou que ele apontava um critério objetivo, como “os agrupamentos de exploradores e explorados que, por razões puramente econômicas, são encontrados em todas as sociedades humanas que ultrapassem a fase primitiva comunal”, mas que “uma classe, em sua acepção plena, só vem a existir no momento histórico em que as classes começam a adquirir consciência de si próprias como tal”, constituindo, portanto, esse elemento subjetivo – a consciência de classe.

Portanto, não confundindo a percepção da estrutura material da vida humana como um determinismo econômico, mas notando-a como uma “totalidade das relações de produção”, Poulantzas (1986, p.67) reafirma que

a constituição das classes não diz respeito só ao nível econômico, antes consiste em um efeito do conjunto dos níveis de um modo de produção ou de uma formação social. A organização das instâncias em níveis: econômico, político, ideológico, reflete-se, nas relações sociais, em prática econômica, política e ideológica de classe e em “luta” das práticas das diversas classes.

Nesse mesmo sentido, Galvão (2011) indica que as classes sociais em ação não são apenas espelhos da localização na estrutura econômica, pois o posicionamento de classe necessita de várias análises: das condições materiais, da conjuntura política, do impacto da ideologia dominante e da relação estabelecida com as demais classes.

A percepção das contradições da formação social capitalista permite engendrar um processo de consciência social como as recentes lutas populares, contra as políticas neoliberais, que emergiram a partir da crise do capital no século XXI. Essa consciência pode permanecer nos espaços das reivindicações singulares ou avançar para a defesa de interesses universais (igualdade, liberdade) de caráter revolucionário ou transformador da totalidade das relações sociais. Assim, a formulação de uma consciência de classe é essencialmente revolucionária, na medida em que o grupo se percebe não apenas como inserido na ordem capitalista, mas se posiciona diante da possibilidade de superar essa ordem (IASI, 2011).

A percepção de que as manifestações políticas devem ser compreendidas a partir de múltiplas determinações e de uma realidade concreta de antagonismo social foi abandonada pela maioria das teorias contemporâneas sobre os movimentos sociais, principalmente as que foram elaboradas a partir da década de 1970, influenciadas pela conjuntura neoliberal. A ideia de indivíduos livres e iguais fundada pela Idade Moderna foi retomada com toda força (ALMEIDA, 2000), fazendo com que a discussão sobre as subjetividades políticas – também importantes – como gênero, etnia, preferência sexual, entre outras, ganhassem destaque nos debates. A *ordem* recente determina fugir “da questão de classe, negando ou ignorando, tanto na forma hegemônica das construções intelectuais do mundo (digamos, no campo da economia) ou na política prática” (HARVEY, 2011, p.188).

Embora seja necessário observar as particularidades das ações políticas das frações de classes produzidas pelo capitalismo contemporâneo, verifica-se que as recentes manifestações que ocorreram no mundo a partir do ano de 2010, como a Primavera Árabe, o Occupy Wall Street e os Indignados internacionalizaram padrões, símbolos e palavras de ordem, estendendo-se mais recentemente às Manifestações de Junho em 2013 no Brasil e em São Luís. Certamente, apresentam características próprias de uma época de determinações políticas de liberação das economias nacionais e mercados mundiais e, por isso, embaladas nos cânticos de “liberdade”, sem a devida compreensão de que também se inserem nessa complexa estrutura socioeconômica do modo de produção capitalista constituído de relações sociais políticas e de caráter ideológico (ALMEIDA, 2000).

Os movimentos sociais expressam lutas sociais. Mas observa-se também que, mesmo despertadas em campos mais progressistas, algumas recentes manifestações tendem a se redefinir em campos mais conservadores. Os gritos de “sem partido” durante as manifestações, as bandeiras vermelhas e as sedes de partidos queimadas, as agressões a militantes de esquerda, assim como a crítica que a classe média faz a programas sociais são prova dessa guinada a um conservadorismo.

Reafirma-se, então, que a expressão *classe social*, só não soa como xingamento quando aparece em relatórios dos institutos de pesquisa que a definem pelos padrões da faixa de renda, dimensão ocupacional e poder de consumo. Caso seja definida em sua relação direta com os conflitos políticos (antagonismos de classe), a expressão é desconsiderada e classificada como *démodé*. As diferenças entre o velho (tradicional) e o “novo” modo de reivindicar mudanças sociais (ainda que se apropriasse das práticas dos “antigos” movimentos sociais)

tornaram-se tema privilegiado de recentes análises acadêmicas ou jornalísticas, que teorizam continuamente sobre a barreira “intransponível” entre o passado (a ser negado) e o presente construído por “cidadãos” (autônomos).

A tecnologia pulsante nos *bits* e *bytes* é apresentada como a mola propulsora de um novo modo de fazer política, pois a “nova política”, para alguns, “começou nas redes sociais da internet, já que estas são espaços de autonomia, muito além do controle de governos e empresas” (CASTELLS, 2013, p.07). Ora, embora as recentes inovações tecnológicas possam ser mais acessíveis às camadas médias que as técnicas desenvolvidas em períodos anteriores, essa premissa está longe de ser verdadeira. Os recentes casos de espionagem desenvolvidos pelo governo norte-americano, as constantes leis formuladas para controlar a Internet, assim como a violência policial deflagrada sobre as recentes manifestações que aconteceram em qualquer canto do mundo e as conquistas (no campo reformista) advindas dessas manifestações estão aí para mostrar que poderes econômicos e políticos continuam “dando as cartas”.

Essas primeiras evidências sobre a atual fase de manifestações e lutas sociais que se instrumentalizam via *Internet* devem ser compreendidas a partir da relação real entre “interesses econômicos” e “interesses políticos”. Obviamente, tais constatações não sugerem a impossibilidade de se frear a expansão do poder político, econômico e ideológico das classes dominantes, mas suscitam o questionamento sobre as possibilidades de fortalecimento das lutas sociais populares.

Quais as perspectivas das lutas sociais? Qual o sentido dos movimentos populares que expressam essas lutas sociais? Para onde convergem as práticas sociais das classes dominadas? Poulantzas responderia: para o seio do Estado, já que as lutas populares também se inscrevem na estrutura do Estado. Mesmo para o enfrentamento de uma *conjuntura* política, percorre-se o caminho da superestrutura jurídica (ainda que preestabelecida), nos limites de relativa autonomia que permitem os embates de interesses das frações de classe (POULANTZAS, 1896; 2000).

Essas observações respaldam a análise das Manifestações de Junho (MJ) no Brasil de 2013 e seus direcionamentos políticos, sem o “calor das emoções”, levando em consideração a relação entre a “superestrutura jurídico-política” do Estado e as estruturas econômicas, sociais, ideológicas e humanas, historicamente construídas pelo modo de produção de vida capitalista.

Portanto, para além das manchetes jornalísticas falaciosas que alardeavam “A Revolta dos Jovens” ou “Os sete dias que mudaram o Brasil”¹, e das análises acadêmicas eufóricas que desenhavam o advento de uma revolução (inclusive uma “revolução digital”) para entender o porquê das grandes questões desenhadas por elas, é necessário distinguir “de um lado, uma realidade aparente ou superficial e, de outro lado, uma realidade essencial ou profunda” (BOITO JR, 2007a, p.137).

Três anos após as Manifestações de Junho, a realidade brasileira atualizou-se com as eleições de 2014, com as marchas conservadoras realizadas de março a dezembro de 2015 e primeiro semestre de 2016, com as diversas ocupações e atos políticos realizados em todo o país por grupos e com os projetos retrógrados apresentados pelos deputados ruralistas, militares e fundamentalistas religiosos, formadores da Bancada BBB² (Bíblia, Boi e Bala), - que parecem ruminar os processos políticos demarcados pelo Junho de 2013. Assim, a história de “junho está sendo³” e, a partir dos interesses por esses desdobramentos políticos, tomando como referência a cidade de São Luís é que se norteia essa pesquisa.

O Tecer da Pesquisa: motivação, método e percurso metodológico

Esta dissertação de mestrado é resultado da pesquisa de dois anos desenvolvida a partir da inserção no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) em 2014, e que em certa medida, continua o estudo desenvolvido no meu trabalho monográfico “A POLÍTICA CAIU NAS REDES: uma avaliação das ações políticas organizadas nos Sites de Redes Sociais”, apresentado como Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão em 2013. Ao final da pesquisa, e principalmente com a ocorrência das Manifestações de Junho de 2013, observou-se que esse processo não se encerrou, mas indicou novas perspectivas de diretrizes políticas e sociais próprias da dinâmica

¹ Essas duas expressões foram manchetes da Revista Veja, respectivamente, das edições 2326 de 19 de junho de 2013, e 2327 de 26 de junho de 2013.

² A expressão “Bancada BBB” foi cunhada pela deputada Erika Kokay (PT-DF) durante reunião (no dia 04/02/2015) da Bancada do PT na Câmara Federal. Ela analisava o crescimento do número de deputados religiosos, ruralistas e que defendem pautas conservadoras. Posteriormente, foi utilizado, recorrentemente, para tecer críticas à atual composição do Congresso Federal, principalmente para refletir sobre os projetos conservadores que entraram em pauta.

³Essa expressão é utilizada na apresentação do livro “Junho: Potência das ruas e das redes” (2014). Este livro oferece um retrato das manifestações de Junho de 2013 em várias capitais brasileiras. A partir de relatos densos, produzidos por autores de cada localidade, é possível compreender a dinâmica particular das cidades, os temas comuns e os encaminhamentos e ações dos grupos que fizeram o Junho de 2013.

das lutas sociais. Considerou-se relevante prosseguir a investigação dessa temática, já que algumas indagações permaneceram: Os grupos/movimentos de junho de 2013 permaneceram atuantes? Quais respostas (concessões/coerções) foram dadas pelo Estado? Quais as perspectivas dessas manifestações para as classes populares?

Essas questões puderam ser problematizadas ao longo do processo da pesquisa, ressaltando que, durante esses dois anos de pesquisa, a proposta inicial foi aprimorada devido às discussões em disciplinas (Laboratório de Pesquisa: metodologia nas Ciências Sociais e elaboração de projeto; seminário especial de dissertação) e ao processo de desenvolvimento da pesquisa, especialmente após a qualificação do projeto.

Inicialmente, o intuito era analisar as diretrizes políticas das Manifestações de Junho de 2013 e a sua relação com o Estado em nível nacional, mas essa discussão centralizou-se nos aspectos desses movimentos na cidade de São Luís, certamente sem se desvincular das dimensões nacionais e globais, fundamentais para a real apreensão dos intrínsecos aspectos políticos, sociais e econômicos.

Portanto, o objetivo geral da pesquisa, foi analisar os aspectos políticos das Manifestações de Junho de 2013 em São Luís - MA, classificando-as como lutas sociais e observando sua relação com a ação política e com o próprio papel do Estado. Adota-se como recorte espacial a cidade de São Luís⁴ ou a “Ilha Rebelde” por ser o local de moradia da pesquisadora e de onde esta, acompanhou as manifestações de Junho.

Especificamente, buscou-se caracterizar as manifestações de Junho em São Luís; identificar e problematizar as respostas do Executivo e Legislativo a essas manifestações; observar a permanência, o caráter organizacional, as ações e reações dos grupos/movimentos ligados a essas manifestações. Partiu-se da hipótese de que se as lutas sociais expressam ideologias de classes ou frações de classe, e, portanto, o direcionamento político dessas manifestações depende da correlação de forças entre o aparato jurídico-político do Estado e da luta política de classe – em contínuo processo de articulação.

⁴ Fundada em 1612, é capital do estado do Maranhão, localiza-se na região Nordeste, especificamente na ilha Upaon-Açu, no Atlântico Sul, entre as baías de São Marcos e São José de Ribamar. Situada na microrregião aglomeração urbana de São Luís, e na mesorregião norte naranhense, possui área de 563,44 km², 1.014.837 de habitantes. Densidade demográfica de 1796,01 hab/km² e renda per capita de R\$ 805,36. Possui 4,53% de extremamente pobres e, considerando a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 5,92% são analfabetos. Ocupa a 249ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM (Atlas de Desenvolvimento Humano, 2013). Devido sua localização geográfica privilegiada, historicamente teve “vocaçao econômica para a exportação de *commodities*, estimulando a implantação de “projetos desenvolvimentistas” com o incentivo do estado” (IPEA, 2015, p.10).

Partindo do pressuposto de que a pesquisa social é “o processo que, utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social” (GIL, 2010, p.26), considerou-se que o investigador, e possível promotor de transformação social, deve captar a realidade ideologicamente escamoteada pelas cortinas historicamente construídas e vistas, por muitos, como ações e costumes naturais.

Considerando que a estrutura econômica da sociedade é constituída pela totalidade das relações de produção, base real sobre a qual se ergueria a superestrutura jurídica e política, entende-se que o modo de produção da vida material capitalista condiciona o processo da vida em seus aspectos social, político e intelectual (MARX, p. 2008). Seguiu-se, portanto, a orientação dialética da teoria marxiana, para a qual “a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto de pesquisa” (NETTO, 2011, p.20-21).

Metodologicamente, a revisão bibliográfica considerou as concepções clássicas e críticas sobre Estado, Política, Ideologia, Classes Sociais, Lutas Sociais e Crise Econômica de Karl Marx, Antonio Gramsci, Louis Althusser e Nico Poulantzas. Utilizou-se textos mais recentes como François Chesnais e David Harvey para enriquecer o debate, respectivamente, sobre Mundialização do Capital e Crise do Neoliberalismo de 2008 – ambos com perspectiva crítica.

E para contextualizar as teorias dos movimentos sociais, as novas formas de organização das ações políticas e a utilização das “redes sociais”, recorreu-se a autores contemporâneos como Maria da Glória Gohn, Manuel Castells e Ilse Scherer-Warren.

Para o processo de aquisição de dados, considerou-se fundamental a utilização de diversas técnicas ou instrumentos de pesquisa, já que estes “são meios de que se vale o pesquisador para “apoderar-se da matéria”, mas não devem ser identificados como método: instrumentos e técnicas similares podem servir (e de fato servem), em escala variada, a concepções metodológicas diferentes” (NETTO, 2011, p. 26). Realizou-se pesquisa documental utilizando fontes originais ou de “primeira mão” (Leis, Projetos de Lei, Decretos, pronunciamentos de gestores, parlamentares e ativista, jornais, registros policiais), entrevistas com militantes e análise do conteúdo dos sites que convocavam os protestos.

Os jornais foram fundamentais para contextualizar as manifestações de Junho de 2013 em São Luís. Realizou-se a leitura dos jornais de circulação diária: *O Estado do Maranhão*, *O Imparcial* e *Pequeno* dos meses de Junho e Julho de 2013, escolhidos pela

relevante circulação na capital maranhense, e também por representarem variadas versões sobre esse momento, já que representam interesses políticos de grupos políticos diferentes. E, ainda, o *Jornal Vias de Fato* de circulação mensal, utilizando as edições dos meses de julho e agosto de 2013. A partir da investigação nos jornais foi possível identificar dias, locais, pauta de reivindicação, grupos ou organizações participantes e nomes de manifestantes, além de verificar o conteúdo dos discursos.

Para adquirir mais informações sobre as MJ em São Luís e seus desdobramentos recorreu-se a órgãos da Segurança Pública do Estado, instituições políticas e de categorias profissionais, conforme Quadro 01, sendo que nem todos forneceram as informações solicitadas. Também foram utilizados documentos de “segunda mão”, como os dados sistematizados pelos institutos de pesquisa IBGE, IBOPE, etc.

Quadro 1 - Lista de Solicitações de Informação via ofício

	INSTITUIÇÃO	SOLICITAÇÃO
ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA.	Secretaria de Segurança Pública; Supervisão de Crimes Funcionais (SICRIF); Comando Geral da Polícia Militar; Corregedoria da Polícia Militar	1) Atas e relatórios sobre a reunião com lideranças das Manifestações de Junho, realizada no dia 19 de junho de 2013; 2) Relatórios com número de pessoas feridas durante as Manifestações de Junho; 3) Relatórios com número de efetivo policial disponibilizado para atuar durante as Manifestações; 4) Relatórios, boletins de ocorrência lavrados ou atas com a quantidade de prisões, tipificações criminais e andamento ou resultado dos processos referentes a casos de prisão durante as Manifestações de 2013; 5) Relatórios, boletins de ocorrência lavrados, atas sobre os casos de abuso policial no período das Manifestações de Junho de 2013.
INSTITUIÇÕES POLÍTICAS.	Prefeitura Municipal de São Luís	Documentos (relatório, ata) referentes à reunião realizada pela prefeitura com manifestantes no dia 25/06/2013.
	Câmara Municipal de São Luís	Notas taquigráficas das sessões do mês de junho a partir do dia 15/06; Registros de audiência pública 07/08; 20/08; 10/09; a cópia dos áudios referentes às sessões do mês de junho/julho de 2013, e da sessão especial da Câmara do dia 07 de agosto de 2013 sobre Reivindicações de Movimentos Sociais organizados.
INSTITUIÇÕES DE CATEGORIAS PROFISSIONAIS.	Ordem dos Advogados do Brasil-Seccional Maranhão	Relatórios ou registros sobre casos de abuso policial durante o período das Manifestações de junho/julho 2013 e demais registros sobre à época (atas de reuniões com entidades).

Fonte: Elaboração própria (2016)

As entrevistas foram igualmente essenciais para se obter informações sobre a dinâmica do Junho de 2013 na cidade de São Luís, e adquirir informações sobre a continuidade, reorganização ou redirecionamento dos grupos que atuaram nessas manifestações. As primeiras entrevistas foram marcadas a partir do mapeamento de potenciais entrevistados em matérias de jornais impressos e televisionados. Participaram dessas entrevistas oito militantes de diferentes organizações e grupos que atuaram nessas manifestações: representantes do Movimento Passe Livre (MPL), #Vempraruaslz, “Acorda Maranhão”, “Programa de Assessoria Jurídica Universitária Popular (PAJUP), Pastoral da Juventude (PJ), Assembléia Popular do Maranhão (APMA), Diretório Central dos Estudantes (DCE-UFMA), “Nossa São Luís”, União da Juventude Socialista (UJS), Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), além de entrevistas realizadas para trabalhos anteriores de temática afim, conforme apresentado em Quadro 02:

Quadro 2 - Lista de Entrevistados

ENTIDADE/ ORGANIZAÇÃO/GRUPO	DATA DA ENTREVISTA OU ENTREGA DE ROTEIRO RESPONDIDO	MEIO DA ENTREVISTA/ TEMPO
Entrevistado B – Representante do coletivo MPL – São Luís	18/10/2015	Por email
Entrevistado C- Idealizadora da página no Facebook do “#VEMPRARUA! São Luís”	16/06/2015	Presencial/ 56 min33seg
Entrevistado E - Militante do “Acorda Maranhão”	21/09/2015	Por email
Entrevistado G- Integrante da UJS	08/07/2015	Presencial/ 28 min 17 seg
Três Integrantes da Nossa São Luís / ICE-MA	03/07/2015	Presencial/ 01h24min56seg
Entrevistado H- Integrante do PAJUP	24/06/2015	Presencial/ 28min10seg
Integrante da PJ	08/07/2015	Presencial/ 38min35
Entrevistado F - Participante da APMA	15/09/2015	Por email
Entrevistado D - Representante da Gestão do DCE –UFMA em 2013	08/06/2015	Presencial/ 43min24seg
Representante de Partido (PSOL)	11/02/2016	Por email

Fonte: Elaboração própria (2016)

Em relação à análise do conteúdo de Sites, foram consultadas páginas do Facebook do Movimento Passe Livre (MPL), do Vem Pra Rua SLZ, do Acorda Maranhão, do Mídia Ninja, assim como sítios do movimento MPL, blog da Assembléia Popular do Maranhão

(APMA) - e outros sites relevantes para se captar informações sobre as manifestações (discursos, tipos de ações propostas e imagens necessárias para a ilustração e comprovação dos dados).

A pesquisa torna-se relevante porque acompanha um processo histórico que se movimenta muito rapidamente, e sobre o qual é necessário debruçar-se para compreender a gênese de cenários políticos e vislumbrar caminhos para a luta das classes populares.

Sobre o título da dissertação afirma-se que a utilização do termo “Ilha Rebelde” visa associar as Manifestações de Junho de 2013 ao imaginário mítico de rebeldia conferido à cidade de São Luís durante a Greve de 1951⁵ já que os dois períodos possuem contradições. Primeiramente, ressalta-se que a etimologia da palavra rebelde e a sua definição política⁶ demarcam processos que não são necessariamente revolucionários, mas que questionam o estabelecido com um caráter reformista, ou seja, ambicionam pequenas transformações, que podem ser entendidas como formas de adequar o contexto a interesses de grupos mesmo que se apresentem como reivindicações de todos.

Em São Luís, essa terminologia foi aplicada a cidade na Greve de 1951 devido a “riqueza das manifestações e da mobilização popular (incluindo trabalhadores, estudantes, setores da classe média, políticos e mesmo empresários) [...] a cidade **recebeu a alcunha de 'Ilha Rebelde'**” (NETO,2009, p.98, grifos meus). De acordo com Costa (2006) naquele momento existia uma consistente crise política que motivou a criação de representações simbólicas para disputar a legitimidade do poder político por parte das Oposições Coligadas que tinha discurso marcadamente liberal.

Ainda para o autor o grupo ao criar esse imaginário buscava desqualificar a autoridade do grupo chefiado pelo não-maranhense Vitorino Freire e por isso na Campanha de Libertação ressaltaram o pertencimento e a importância de defender o Maranhão, a tradição e a história. É nesse contexto que o povo nas ruas manifestando configura-se numa figura central cristalizando a imagem de um povo rebelde e conseqüentemente de uma Ilha Rebelde,

⁵ Ver mais sobre a Greve 1951 ou “Balaiada de São Luís” em “Sob o signo da morte: o poder oligárquico de Victorino a Sarney” (COSTA, 2006).

⁶ O dicionário de português define o termo “rebelde” como “que ou quem se revolta ou se insurge contra o governo ou contra a autoridade legitimamente constituída, insurgente, insurreto, rebelionário, revel, revoltado”, já a “rebeldia política” é “uma revolta organizada contra um governo, com o objetivo de forçar uma mudança na política, mas sem mudar a natureza do próprio governo”, segundo o Dicionário de Sociologia (JOHNSON, 1997, p. 190).

embora essa massa sustentasse um projeto que na realidade era conservador e que apenas alternava no poder grupos políticos que defendiam interesses parecidos.

A imagem de uma São Luís rebelde foi novamente acionada no período da Greve da Meia Passagem (1979) e é utilizado constantemente em momentos de efervescência política dos movimentos sociais na cidade ou como saudosismo para se referir aos momentos de apatia política na cidade. Considerando que os encaminhamentos dos episódios políticos de 1951 e de 2013 possuem convergências como a utilização das classes populares para potencializar os interesses das classes dominantes e ainda a constante utilização do termo durante os protestos na cidade foram razões motivadoras para fazer essa associação.

Sistematização dos Capítulos

Os resultados da pesquisa são apresentados em três capítulos. No primeiro capítulo intitulado “*Crise Do Capital e Lutas Sociais de Resistência no Século XXI*”, considerou-se importante conceituar e problematizar o processo cíclico de crises do Capitalismo ponderando o comportamento das classes dominantes, as respostas estatais e os processos de resistência das classes subalternas em diferentes períodos históricos, como a crise econômica do sistema capitalista de 1929 no pós-guerra, a crise de 1979 e a de 2008.

Sabendo-se que as Manifestações de Junho no Brasil e em São Luís alinhavam-se a esse contexto político e econômico internacional, abordou-se primeiramente as ações políticas desenvolvidas em resistência a essa Crise Global elencando-se os protestos mundiais como a Primavera Árabe no Oriente Médio, o Occupy Wall Street nos Estados Unidos, os Indignados na Europa, entre outros, considerando sua composição social, a pauta de reivindicações, aspectos ideológicos, formas de organização – por exemplo, o uso das “redes sociais” - e as ações do Estado.

Em seguida, no segundo capítulo “*Junho, mês que abalou o Brasil: as Manifestações de Junho de 2013*” descortinando os aspectos socioeconômicos e políticos no Brasil, principalmente no contexto de desenvolvimento do Neoliberalismo, e posteriormente de sua crise, realizou-se uma análise que primeiramente historicizou e caracterizou as lutas sociais brasileiras nas últimas décadas, para depois observar aspectos específicos das Manifestações de Junho como a composição social, os modos de organização, o conteúdo ideológico, limites e possibilidades, ações do Estado e da mídia como seu aparelho ideológico.

No terceiro capítulo “*As Manifestações de Junho na “Ilha Rebelde”*” iniciou-se construindo um breve histórico sobre as lutas sociais em São Luís, enfatizando-as nos anos 2000, período de inserção das políticas neoliberais, e posteriormente caracterizando-as no contexto da recente Crise do Capital, até chegar ao contexto específico das Manifestações de Junho em São Luís do Maranhão. Caracterizou-se e se problematizou essas manifestações identificando seus organizadores, a pauta de reivindicações, processos de organização, as concessões e coerções estatais, e a atuação da mídia ludovicense durante os protestos e seus encaminhamentos.

1 CRISE DO CAPITAL E LUTAS SOCIAIS DE RESISTÊNCIA NO SÉCULO XXI.

*Meu coração em conexão com os meus olhos me diz
Vai à luta pois teu povo é pobre e sofre
Se comover qualquer um se comove
Então, mova-se pra ver se a coisa muda
(Lutar é preciso – Gíria Vermelha)*

A crise do Neoliberalismo desencadeou-se desde 2006, tendo seu auge em 2008 devido ao esgotamento das instituições financeiras. A partir de 2010, em resposta a essa crise do capitalismo, eclodiu uma sequência de protestos em vários países. A “crise” estampa capas de revista, domina matérias de jornais, já faz parte das conversas cotidianas e embasa discursos políticos à esquerda ou à direita. Os preços mais elevados das mercadorias, a alta taxa de desemprego ou aumento da mendicância confere “realismo” a esses discursos.

Discursos morais tendem a se fortalecer com argumentos corriqueiros sobre a “incompetência dos governos”, a “fatalidade dos tempos” ou infortúnios em geral, não reconhecendo a natureza da crise como própria de um “sistema irracional” imbricado por contradições (HARVEY, 2011).

O capital é o sangue que flui através do corpo político de todas as sociedades que chamamos de capitalistas, espalhando-se, às vezes como um filete e outras vezes como uma inundação, em cada canto e recanto do mundo habitado. E graças a esse fluxo que nós, que vivemos no capitalismo, adquirimos nosso pão de cada dia, assim como nossas casas, carros, telefones celulares, camisas, sapatos e todos os outros bens necessários para garantir nossa vida no dia a dia [...] Se interrompemos, retardamos ou, pior, suspendemos o fluxo, deparamo-nos com uma crise do capitalismo em que o cotidiano não pode mais continuar no estilo a que estamos acostumados (HARVEY, 2011, p.07).

Na realidade, a história do desenvolvimento do modo de produção capitalista contabiliza uma sequência de crises econômicas, algumas de alcance mais localizado e com curta duração (como a de 1992), e outras com escala global (como as de 1848, 1929, 1973, 2008) (NETTO; BRAZ, 2006). Marx (1978b; 1986) observou que a produção capitalista, comprometida com o processo de acumulação, movimenta-se a partir de ciclos periódicos: calma, animação crescente, prosperidade, superprodução, crise e estagnação, em ciclos que se realizam em intervalos cada vez menores. O próprio capital seria um empecilho para essa produção capitalista, expondo as contradições do Sistema Capitalista, pois

o capital e sua autovalorização apareçam como ponto de partida e ponto de chegada, como motivo e finalidade da produção; que a produção seja apenas produção para o capital e não inversamente, que os meios de produção sejam meros meios para uma estruturação cada vez mais ampla do processo vital para a sociedade dos produtores. As barreiras entre as quais unicamente podem mover-se a manutenção e a valorização do valor-capital, que repousam sobre a expropriação e pauperização da grande massa dos produtores, essas barreiras entram portanto constantemente em contradição com os métodos de produção que o capital precisa empregar para seu

objetivo e que se dirigem a um aumento ilimitado da produção, a produção como uma finalidade em si mesma, a um desenvolvimento incondicional das forças produtivas sociais de trabalho (MARX, 1986,p.189)

Embora tendenciais, as crises não são monocausais nem seguem um percurso natural, mas tendem a se acelerar especialmente devido à anarquia do processo de produção capitalista, ao subconsumo das massas trabalhadoras e à queda da taxa de lucro (NETTO; BRAZ, 2006). Para Poulantzas (1977), o funcionamento histórico da queda tendencial da taxa do lucro⁷ é o fator primordial das crises econômicas, à medida que se relaciona diretamente as relações de produção e reprodução capitalistas e, conseqüentemente, as lutas de classe. Sobre o caráter vital e orgânico das crises para a reprodução capitalista, Poulantzas avalia que essas crises:

funcionam também como purgações periódicas do capitalismo, quer dizer, como o desencadeamento concentrado e “selvagem” das contratendências à baixa tendencial da taxa de lucro (desvalorização maciça de partes do capital constante, reestruturações permitindo a elevação da produtividade do trabalho e da taxa de exploração, coisas que remetem todas à taxa de lucro médio do capital social). (POULANTZAS, 1977, p.05).

Portanto, se as crises “levam a reconfigurações, novos modelos de desenvolvimento, novos campos de investimento, e novas formas de poder de classe” (HARVEY, 2011, p.18), revelam também as contradições do capitalismo e adquirem uma dimensão política, pois à medida que intensificam as lutas de classes⁸, seus desdobramentos convergem para o Estado e sua instância jurídico-política, e podem se configurar como uma crise política⁹ dependendo da correlação das forças em luta.

Observa-se que crises atingem todas as classes e frações de classes sociais, mas em proporções distintas. A classe dominante, momentaneamente prejudicada, geralmente vence essas crises de duas maneiras: “de um lado pela destruição violenta de grande quantidade de forças produtivas; do outro, pela conquista de novos mercados e pela exploração mais intensa dos antigos” (MARX; ENGELS, 2005, p.59).

⁷ A tendência de queda da taxa de lucro é explicitada por Marx em O Capital (1986), na Seção III - Lei da Queda Tendencial da Taxa de Lucro.

⁸ As lutas de classes objetivam alcançar o poder do Estado e de suas instituições. Não abarcam as estruturas, mas as relações sociais - entendidas como práticas de classe que, em unidade, formam o campo das lutas de classes (POULANTZAS, 1986). Para Mascaro (2013, p. 60) “a luta de classes é tanto o seio no qual brota a forma política, quanto o alvo da própria institucionalização estatal. Trata-se de um processo contínuo de constituições sociais e interferências recíprocas”.

⁹ Crise política, “consiste em uma série de traços particulares resultantes desta condensação das contradições no domínio político, e que afetam tanto as relações de classe em sua luta política como os aparelhos de Estado” (POULANTZAS, 1977, p.09).

As classes dominadas encaram a desigualdade em sua forma mais cruel, pois a cada recessão seus parcos direitos são suprimidos ou alterados. Engels descreve a situação dos trabalhadores ingleses em períodos de crise em *A Situação dos Trabalhadores na Inglaterra* de Engels (2010, p.124), observando que a cada período de recessão:

os salários caem, por causa da concorrência entre os desempregados, da redução do tempo de trabalho e da falta de vendas lucrativas; a miséria se generaliza entre os operários [...] o imposto para os pobres duplica, triplica e entretanto continua insuficiente; cresce o número de famintos; e de repente toda a massa da população “supérflua” revela sua impressionante magnitude. Isso dura algum tempo; os “supérfluos” safam-se como podem ou sucumbem; a beneficência e as leis sobre os pobres ajudam a prolongar vegetativamente a existência de muitos deles.

Esse contexto fará com que as classes dominadas organizem movimentos sociais¹⁰ de resistência. Considerado por Marx como a classe potencialmente revolucionária, o proletariado empreendeu históricas ações de resistência aos processos de exploração desenvolvidos pelas classes dominantes. No século XIX, os reflexos da “dupla-revolução¹¹” nos países europeus, com o estabelecimento definitivo do Modo de Produção Capitalista¹² (MPC), o desenvolvimento industrial e a definição de uma nova estrutura social alicerçaram o confronto político da sociedade contemporânea.

A totalidade de aspectos dessa nova configuração demarcou o caráter inconciliável de classe nesse modo de produção, pois mesmo que todas as sociedades anteriores tivessem estruturadas em classes, e conseqüentemente em luta, no Capitalismo essa divisão classista apresenta-se polarizada: na burguesia - proprietária dos meios de produção; e o proletariado - vendedor da sua força de trabalho (MARX; ENGELS, 2005).

¹⁰ Historicamente, os movimentos sociais articularam-se a partir de múltiplos interesses e diversas reivindicações. Empreenderam variadas formas de organização, e realizaram diferentes ações políticas para alcançar seus objetivos. Debates acadêmicos contemporâneos apresentam diferentes teorias, particularidades, caráter e morfologia dos movimentos, mas este estudo segue o método materialista histórico e suas atualizações, compreendendo-os como expressões das lutas de classe – por isso, a existência de movimentos conservadores ou progressistas. Esse método, iniciado por Marx e Engels, não pretendia apenas compreender o conflito entre capital trabalho, mas corroborar a emancipação dos operários e, conseqüentemente, extinguir a sociedade de classes, através do processo revolucionário. Para Bottomore (1988, s.n) o que diferencia esse método “de outros sistemas de pensamento é o sentido de sua própria subordinação aos movimentos que de fato existem na história e que modificam, inteligíveis (e mutáveis) sob perspectivas de classe”.

¹¹ “Dupla revolução” é o termo utilizado por Hobsbawn (2009) para se referir à Revolução Francesa (1789) e à Revolução Industrial Inglesa.

¹² Um Modo de Produção não se define exclusivamente pelo elemento econômico, mas é “uma combinação específica de diversas estruturas e práticas que, na sua combinação aparecem com outras tantas instâncias ou níveis, em suma, como outras tantas estruturas regionais desse modo” (POULANTZAS, 1986, p.13). No caso, específico da matriz do MPC observam-se duas características: “1) a articulação do econômico e do político neste modo de produção é caracterizada por uma *autonomia* (relativa) *específica* destas duas instâncias. 2) O econômico desempenha, neste modo, não apenas a determinação em última instância, mas igualmente o *papel dominante*” (POULANTZAS, 1986, p.28).

Essas contradições inerentes às relações sociais capitalistas definem as lutas sociais na sociedade moderna. Estão inscritas no Estado capitalista, que não é mero instrumento da burguesia e de suas frações de classe gerindo seus negócios, como Marx e Engels (2005) sugeriram no momento do *Manifesto Comunista de 1848*, mas que, a partir de sua autonomia relativa representa e organiza as classes dominantes e atende algumas demandas das classes dominadas, nos limites necessários para manter a hegemonia da classe exploradora desorganizando, ao mesmo tempo, os explorados (POULANTZAS 1986; 2000).

Portanto, ao definir uma forma política estatal específica, o Estado inaugura a separação entre o econômico e político (MASCARO, 2013), apresenta-se como autônomo e atribui ao homem da sociedade moderna, o status de indivíduo (cidadão) que, ao particularizá-lo, oculta seu pertencimento coletivo. Essa estratégia propicia a comercialização da força de trabalho, pois ao ser “dotado de capacidade jurídica, o homem se transfigura em sujeito de direito, tornando-se apto a negociar a única mercadoria de que é proprietário, a sua força de trabalho” (NAVES, 2005, p.103), mascarando a relação do Estado com a luta de classes e interferindo na organização política dos trabalhadores que se percebem apenas como indivíduos concorrentes.

Marx (2007) evidencia a importância da ideologia¹³ no contexto da luta de classes. A ideologia dominante (força espiritual) seria proveniente das idéias da classe que detivesse a força material dominante. Conforme Löwy (2008, p.12) a ideologia para Marx teria um caráter pejorativo, “se refere à consciência deformada da realidade que se dá através da ideologia dominante”. Claramente, referindo-se ao poder ideológico de manipulação da realidade, específico da classe dominante.

Para os autores da teoria marxista que sucederam a Marx, a ideologia ganha o sentido de visão de mundo, ou seja, representa interesses distintos de classe. Então, seriam também visões sociais de mundo:

Todos aqueles conjuntos estruturados de valores, representações, idéias e orientações cognitivas. Conjuntos esses unificados por uma perspectiva determinada, por um ponto de vista social, de classes sociais determinadas [...] poderiam ser de dois tipos: visões ideológicas, quando servissem para legitimar, justificar, defender ou manter a ordem social do mundo; visões sociais utópicas,

¹³ A categoria Ideologia é uma das mais complexas no âmbito teórico da Ciência Política e é definida por autores conservadores ou progressistas. Eagleton (1997) consegue identificar dezesseis definições circulantes de ideologia, que não são compatíveis entre si, sendo genéricas, pejorativas, epistemológicas, etc. No campo teórico marxista, que fundamenta este estudo, também há uma variedade de análises sobre a Ideologia que foram se complementando ou divergindo, não no aspecto teórico fundamental, mas em alguns aspectos, mantendo-se a perspectiva da Ideologia como visão política de classe.

quando tivessem uma função crítica, negativa, subversiva, quando apontassem para uma realidade ainda não existente (LÖWY, 2008, p.13-14).

Lênin (1979), por exemplo, cujos textos orientam a ação do proletariado consciente do antagonismo de classes da sociedade capitalista, aponta a existência de duas ideologias: burguesa e socialista, sendo que qualquer fragilização nesta última enaltece a primeira que é mais antiga e enraizada. Lukács também considera que somente compreendendo a relação com a sociedade como *totalidade*, ou seja, relacionando-se aos aspectos sociais, políticos e morais, é possível tomar consciência de sua posição, pois:

somente nessa relação que se revela a consciência que os homens têm de sua existência, **em todas as suas determinações essenciais**. De um lado, aparece como algo *subjetivamente* justificado na situação social e histórica, como algo que pode e deve ser compreendido enquanto “correto”. Ao mesmo tempo, aparece como algo que, *objetivamente*, é passageiro em relação à essência do desenvolvimento social, não se conhece e não se exprime adequadamente, portanto, como “falsa consciência”. Por outro lado, na mesma relação, essa consciência revela não ter conseguido alcançar *subjetivamente* os fins que atribuiu a si mesma, enquanto promoveu e atingiu os fins objetivos do desenvolvimento social, que ela não conhecia e não desejou (LUKÁCS, 2003, p. 140-44, grifos meus).

Portanto, no caso do proletariado, a consciência de classe é a sua “ética”, a integração de sua teoria e práxis ou o estágio em que a necessidade econômica de sua luta emancipadora gera, em movimento dialético, a liberdade.

Gramsci afirma que as ideologias historicamente orgânicas ou necessárias possuem uma validade “psicológica”, ou seja, organizam os indivíduos e estruturam o terreno, onde conscientizam de sua posição, de seus objetivos e de suas lutas. Desse modo, entre as ideologias ou superestruturas (forma) e a estrutura ou forças materiais (conteúdo) há uma articulação, em que a última influencia a primeira, formando o “bloco histórico”:

Isto é, o conjunto complexo – contraditório e discordante – **das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção**. Disto decorre: só um sistema totalitário de ideologias reflete racionalmente a contradição da estrutura e representa a existência das condições objetivas para inversão das práxis (GRAMSCI, 1978, p.52, grifos meus).

Poulantzas (1986; 2000) analisa a estrutura do Estado e verifica que sua relação com as classes dominadas se desenvolve no campo ideológico. A ideologia poderia se dividir em regiões (moral, jurídica e política, religiosa, econômica, estética...), observando o traço mais acentuado em cada formação, ou seja, a predominância de uma região sobre as demais. No caso do modo de produção capitalista, a dominação ideológica é exercida pela região jurídico-política.

A evidência do papel fundamental das ideologias jurídico-políticas (burocracia e representação) para o funcionamento desse Estado é observada à medida que disfarçam, de maneira específica, o conteúdo político de classe. Observa-se, então, um *efeito de isolamento* que consiste,

no fato de que as *estruturas jurídicas e ideológicas*, as quais, determinadas em última instância pela estrutura do processo de trabalho, instauram, ao nível os agentes de produção distribuídos em classes sociais, na qualidade de “sujeitos” jurídicos e ideológicos, têm como *efeito*, sobre a luta econômica de classe, a ocultação, de forma particular, aos agentes das suas relações enquanto relações de classe (POULANTZAS, 1986,p.126).

Compreendendo o Estado como “todo complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente justifica e mantém não só o seu domínio, mas consegue obter o consentimento ativo dos governados” (GRAMSCI, 1989, p.87), sabe-se que este não se legitima apenas pelo uso da força, mas através do consentimento adquirido através de práticas sociais desenvolvidas cotidianamente, pelas atividades privadas que ocorrem no aparelho da hegemonia política e cultural das classes dominantes.

Althusser considera que as religiões, o sistema escolar, os partidos, sindicatos, os vários meios de comunicação, as relações familiares e os instrumentos jurídicos operam como aparelhos ideológicos de Estado (AIE), e agem conjuntamente com os aparelhos de Estado (AE) ou repressivos representados pelo governo: administração, exército, polícia. Portanto, as ideologias existentes nos aparelhos e em suas práticas possuiriam uma existência material,

Numa representação do mundo determinada (religiosa, moral etc.) cuja deformação imaginária depende de sua relação imaginária com suas condições de existência, ou seja, em última instância das relações de produção e de classe (ideologia = relação imaginária com as relações reais). Diremos que esta relação imaginária é em si mesma dotada de uma existência material (ALTHUSSER, 1985, p. 89-90).

Essa complexa interação entre relações de produção, Estado e luta de classes (e práticas de classe), demonstra que apenas o posicionamento no modo de produção não gera uma ação política automática de classe. A superação do isolamento e do individualismo, com a posterior construção da organização política do proletariado em classe, não ocorre imediata ou espontaneamente.

Inicialmente, os trabalhadores são *classe* apenas para o capital, pois são reunidos em uma mesma fábrica, sob a mesma situação de exploração e recebendo o igual valor pela venda da força de trabalho. Mas, para Marx, os trabalhadores só terão essa consciência de classe em processo de luta (MARX, 2007). Marx e Engels (2005) afirmam que a concorrência entre os trabalhadores da grande indústria pode ser interrompida (não necessariamente de forma

definitiva) caso percebam a existência dessa realidade e interesses comuns, fortalecendo gradativamente a luta proletária.

Nos países europeus, durante o período da grande indústria, o movimento operário tornou-se grande expressão da luta do proletariado, e conseqüentemente, expôs a dinâmica da luta de classes na sociedade capitalista. Várias ações demonstraram o processo de constituição do proletariado em classe, como o *Ludismo* (1811), o *Cartismo* (1837), *Liga dos Proscritos* (1834), *Liga dos Justos* (1836), *Liga dos Comunistas* (1846), a *Associação Internacional dos Trabalhadores* (1864)¹⁴ e a *Comuna de Paris* (1871). A Comuna foi um importante exercício do poder do proletariado, já que experimentou “essencialmente um governo da classe operária, o produto da luta de classe produtora contra a apropriadora, a forma política, finalmente descoberta, com a qual se realiza a emancipação econômica do trabalho” (MARX, 2008, p.406).

Observa-se, então, que essas primeiras ações foram realizadas por operários isolados e localizados, que empreendem lutas contra os próprios instrumentos de produção (máquinas e fábricas). Posteriormente, à medida que as condições de trabalho se agravavam, o número de operários aumentava e o movimento operário expandia-se, os operários passaram a questionar as condições burguesas de produção, buscando além dos resultados imediatos a ampliação e o amadurecimento da luta operária, sendo essa a verdadeira vitória (MARX; ENGELS, 2005).

No final do século XIX, a luta do proletariado institucionalizou-se nos partidos políticos de massa “como o socialista S.F.I.O. ou o Comunista francês, fortemente articulados, disciplinados, que buscam recrutar e formar o máximo de militantes” (CHARLOT, 1982, p.181). Com distintas concepções¹⁵, a tradição teórica marxista evidencia

¹⁴ De acordo com Beer (2006), o Ludismo consistia no ato de destruir máquinas e, posteriormente, tornou-se um movimento de massa, que reivindicava questões políticas e econômicas, gerando reação da burguesia, que imediatamente elaborou uma legislação punindo com morte aqueles que destruíssem as máquinas. O Cartismo, também um movimento de massa, ambicionava conquistar o poder e tinha finalidades democráticas e socialistas. Surgiu após um período de fortalecimento do movimento sindical inglês, e recebeu esse nome devido a Carta que apresentava as reivindicações operárias. Essas ações do proletariado são explicitadas em *História do Socialismo e das Lutas Sociais* (BEER, 2006); *Miséria da Filosofia* (MARX, 2007); *As Lutas de classes na França - de 1848 a 1850* (2008) e *a Guerra Civil na França* (2008).

¹⁵ Para Engels (2008), os partidos políticos seriam a expressão política das classes ou frações de classe. Gramsci (1989), em analogia ao livro o “O Príncipe” de Maquiavel, compreende o partido político como o “príncipe moderno” capaz de desenvolver e divulgar mudanças nas concepções moral e intelectual, que precisariam caminhar junto com uma reforma econômica para efetivar a transformação. O partido seria, então, a “primeira célula na qual se aglomeram germes de vontade coletiva de que tendem a se tornar universais e totais” (GRAMSCI, 1989, p.06). Para Lenin (2011) o partido possibilitava a formação de uma vanguarda do

a importância do partido político para a concretização do objetivo da luta política do proletariado, à medida que o organiza e o direciona para o processo revolucionário.

Observa-se, então, que a classe trabalhadora organizada em movimentos sociais de contestação e resistência conquistou direitos econômicos e políticos (leis sobre jornada de trabalho e salarial, sufrágio universal, etc.), assim como propôs fundamentos (teóricos e práticos) para instaurar uma sociedade livre de estratificações sociais. Entretanto, a complexidade da luta de classes demonstra que as conquistas dessa classe não são lineares nem estão em constante evolução, pois há avanço ou retrocesso, dependendo da correlação de forças e do contexto econômico e político de cada período.

No caso dos momentos de crise econômica mais danosa às classes trabalhadoras, evidencia-se essa vulnerabilidade em relação aos direitos, já que as soluções encontradas pelas classes dominantes, pelo Estado e seu aparelho jurídico-político, serão diferentes a cada recessão, atingindo em maior ou menor proporção as classes trabalhadoras, seus direitos e suas lutas, sendo fundamental a organização dos dominados para enfrentar esses períodos. No caso de uma crise orgânica que atinge o conjunto das relações sociais e impõe o consentimento pela força, a entrada de amplas massas em luta pode ser o momento ideal para a revolução, dependendo do grau de organização da classe trabalhadora e de sua disponibilidade em arriscar sua própria vida (GRAMSCI, 1989; POULANTZAS, 1977).

No contexto da intensificação da luta de classes durante períodos de recessão, a luta das classes dominadas terá maior ou menor possibilidade de ampliação e, por isso, desenvolverá ações diferentes. A crise econômica do sistema capitalista de 1929 (e a regulação necessária no período do pós-guerra), a crise de 1979 e a mais recente de 2008 são momentos históricos significativos para esta análise.

Após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), na contramão do que acontecia no restante do mundo, os Estados Unidos (EUA) fizeram sua economia deslanchar no início da década de 1920, permitindo-lhe assumir o lugar de potência econômica mundial. O período de prosperidade teve consumo compulsivo pelas classes médias do país e vultosos investimentos nacionais e estrangeiros na Bolsa de Valores de Nova York, mas no final da década com a queda de importações norte-americanas e a diminuição na compra de ações (que se desvalorizaram) aconteceu o *crash* da Bolsa. Como muitos países estabeleciam relações econômicas com o país norte-americano, a Crise de 1929 desencadeou uma “Grande

proletariado, que estaria apta a tomar o poder, conduzir a socialismo, organizar o novo regime e instruir todos os trabalhadores para uma sociedade livre da burguesia.

Depressão” mundial, que resultou em produções encalhadas, alto índice de desemprego e aumento da miséria.

A estratégia anticrise para esse amplo período de recessão econômica exigiu que a idéia liberal de interferência mínima estatal fosse substituída pela necessidade de uma intervenção assertiva do Estado, para restabelecer o processo de produção, acumulação e concentração de capitais, e ainda frear os processos de resistência da classe trabalhadora, que ciente das fragilidades do sistema democrático burguês fortalecia-se em movimentos sociais inspirados pelas idéias socialistas.

O governo americano de Roosevelt (1933-1945) realizou investimentos em obras públicas, regulamentou questões trabalhistas e sociais (jornada de trabalho, seguro desemprego, previdência), gerou empregos, e conseqüentemente, reaqueceu a economia através da inserção de novos consumidores no mercado, expondo o caráter organizador das classes dominantes do Estado Capitalista.

Essas políticas *keynesianas*¹⁶ foram utilizadas durante o período de expansão do pós-guerra (1945-1973) para responder às necessidades da dinâmica capitalista, principalmente com o intuito de reestruturá-la. As políticas, assumidamente liberais e legitimadas no âmbito político pela social democracia, alicerçaram o Estado Social, Estado Providência ou Estado de bem-estar social (*Welfare State*) nos países capitalistas centrais¹⁷, definido por Draibe (1993, p.19) como:

uma particular forma de regulação social que se expressa pela transformação das relações entre o Estado e a Economia, entre o Estado e a sociedade, a um dado momento de desenvolvimento econômico. Tais transformações se manifestam na emergência de sistemas nacionais públicos ou estatalmente regulados de educação, saúde, integração e substituição de renda, assistência social e habitação, que, a par das políticas de salário e emprego, regulam direta ou indiretamente o volume, as taxas e o comportamento do emprego e salário da economia, afetando, portanto, o nível de vida da população trabalhadora.

A prosperidade econômica vivenciada na época de ouro do capital (de 1945 até meados dos anos 1970) demonstrou que o regime de acumulação “fordista- keynesiano”, como denominou Harvey, cumpriu seu objetivo de recuperar a economia do pós-guerra. A

¹⁶ Conjunto de políticas econômicas fundamentadas na Teoria do Pleno Emprego, de John Maynard Keynes (1883-1946), autor influente da teoria econômica no século XX. Após o relativo restabelecimento do processo de acumulação pelo “Estado keynesiano”, o capital seguiu sua tendência de concentração e centralização, e concorrência entre as grandes empresas. A reivindicação de maior “liberdade de mercado” consolidou-se com as políticas “neoliberais”, mundialmente implantadas a partir do final da década de 1970.

¹⁷ Na América Latina, as políticas de desenvolvimento desenvolvidas durante as décadas de 1950 e 1960 foram embasadas pelas teorias cepalinas, que paralelamente ao keynesianismo europeu, defendia projetos que superassem o subdesenvolvimento (através da industrialização); que garantissem distribuição de renda e reforma agrária, entre outros (MOTTA, 2001).

dinâmica adotada na relação capital/trabalho foi ingrediente balizador desse regime, possibilitando a própria reprodução da força de trabalho. Por isso, no campo das lutas de classe observa-se que a relação entre trabalhador e capitalista reconfigurou-se, estabelecendo novas formas de controle sobre o “trabalho coletivo”. Para Borges (1996, p. 94), passou então a existir,

um “acordo societal”, cujo centro foi uma certa “barganha” entre capitalistas e trabalhadores. Estes, representados por um sindicato forte e corporativo teriam reconhecido, naqueles, o papel de proprietários e dirigentes. Os capitalistas, por sua vez, e por intermédio de regulações interativas com o Estado, teriam garantido salários e ganhos de produtividade que incorporaram os trabalhadores ao consumo de bens e serviços.

Alves (2007) considera que a conquista dessas garantias sociais (leis trabalhistas, previdência e seguridade social universal) pelos trabalhadores, dissimularia a existência de um capitalismo apto a humanizar o trabalho e a vida social do trabalhador (ao incluí-lo na sociedade de consumo de massa), causando impacto nas lutas sindicais: os operários não contestam o controle da produção pelo capital, mas reivindicam, apenas, justos ajustes salariais. Isso indicaria que um “acordo societal” oculta a condição estrutural de precariedade do trabalho no modo de produção capitalista.

Nesse mesmo sentido, Almeida (2005) afirma que embora existisse, nesse período, um consistente movimento operário (com sindicatos amplos, organizados, burocratizados e de natureza patriarcal), as conquistas adquiridas estabeleciam-se no âmbito do capitalismo, já que estas organizações não tinham nem força – e talvez nem intenção – para romper com o sistema, possibilitando apenas a consolidação do Estado Providência. Ao discutir a grande indústria, Marx já alertava para o prejuízo de centralizar a força organizada da classe trabalhadora apenas para as reivindicações pontuais e esquecer a luta pela emancipação dessa classe:

não deve esquecer-se de que luta contra os efeitos, mas não contra as causas desses efeitos; que logra conter o movimento descendente, mas não fazê-lo mudar de direção; que aplica paliativos, mas não a cura a enfermidade. Não deve, portanto, deixar-se absorver exclusivamente por essas inevitáveis lutas de guerrilhas, provocadas continuamente pelos abusos incessantes do capital ou pelas flutuações do mercado (MARX, 1978, p.98-99).

Ressalta-se que, na correlação de forças propiciada pela constante luta de classes, há contextos em que as condições restringem até as lutas pontuais. Nesse contexto, observou-se (mesmo com limites) a presença de sindicatos fortalecidos para negociar com o Estado e barganhar alguns direitos mesmo sem interferir na hegemonia da classe dominante, já que esta

se beneficiou restaurando seus negócios. Porém, no contexto seguinte, apresentam-se condições extremamente adversas para as lutas da classe trabalhadora.

Na década de 1970, com a Crise do Petróleo, iniciou-se a crise estrutural do sistema capitalista que interrompeu o apogeu econômico do regime de acumulação do pós-guerra e a estabilidade do Estado de bem-estar social, sinalizando a crise do modelo *keynesiano*. Nesse contexto, diante da necessidade de uma rápida reorganização para retomar a hegemonia da classe dirigente, a tríade (Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão) iniciou um processo de reestruturação capitalista que produziu profundas mudanças na sociedade capitalista.

As estratégias de expansão financeira e abertura econômica dos mercados nacionais e mundiais, amplamente defendidas como um processo de “globalização¹⁸”, mas criticadas pelos que as definem como um processo de “neoliberalismo¹⁹” econômico anunciavam uma nova fase do capitalismo caracterizada por “uma dinâmica mais favorável da mudança tecnológica e da rentabilidade, a criação de rendas a favor das classes mais abastadas, e a redução da taxa de acumulação” (DUMÉNIL; LÉVY, 2007, p.01).

Para Chesnais (1996; 2001), a mundialização do capital²⁰ é muito mais que uma etapa no processo de internacionalização do capital. É outra forma do capitalismo mundial e dos mecanismos que coordenariam sua regulação, endossarem o discurso da necessária liberdade (e superioridade) do mercado e, conseqüentemente, a inevitável contração do Estado

¹⁸ O processo de globalização apresenta-se ideologicamente como salutar para todo o mundo, onde imperaria um “pensamento único” desenvolvido por “cidadãos do mundo” e no qual se presenciaria o “fim da história” em um território sem fronteiras. No entanto, nota-se que esse processo esconde as iniciativas desiguais que promove. Limoeiro e Cardoso (2008, p.98) concordam que a *acepção dominante da “globalização”* é realmente uma ideologia, pois “expressa posições e interesses de forças econômicas extremamente poderosas e vem comandando intensa luta ideológica- luta essa que passa pela mídia e pela universidade para tornar-se dominante mundo afora”.

¹⁹ O Neoliberalismo, conjunto de idéias políticas, econômicas e ideológicas, retoma e reconstrói os princípios do Liberalismo Clássico - política econômica utilizada por uma sociedade que desejava criar um sistema de mercado, sendo a política do *laissez-faire* alicerçada por um mercado de trabalho, por um padrão-ouro e pelo livre-comércio (POLANYI, 2000). Anderson (1995) o define como uma política econômica que emerge após a Segunda Guerra Mundial devido à grande crise do capital de 1973, quando as idéias neoliberais, fundadas desde a década de 1940 tendo como aporte teórico o *Caminho da Servidão* de Friedrich Hayek (2010), encontram capilaridade. O pensamento neoliberal defende o rompimento com o Estado de Bem-Estar social e a ampla liberdade de lucro e mercados.

²⁰ O termo Mundialização do Capital é utilizado por Chesnais (1996; 2001) para demarcar posição em relação ao conteúdo ideológico do termo Globalização. Para ele, a globalização não é um processo de integração mundial, capaz de repartir de forma mais igual às riquezas, pelo contrário, gestado da liberalização e desregulamentação, essa mundialização permitiu as tendências à polarização e à desigualdade. Nesse sentido, o uso da palavra mundial teria mais força para expor que a economia se mundializou, seria importante construir instituições mundiais que dominassem esse movimento, mas as forças que mandam no destino do mundo não desejariam tal articulação.

– o que possibilitou a consolidação da hegemonia do capital e reconfigurou o contexto das lutas de classes, no final do século XX.

Para consolidar essa nova fase de abertura econômica de capitais, os neoliberais tratam ideologicamente a crise econômica como resultante de fatores alheios à configuração do capitalismo, ou seja, ocultam o seu caráter tendencial de crise. Anderson (1995) explica que, para os conservadores, a crise devia-se aos vultosos gastos com reajustes salariais e com benefícios sociais, resultado de forte articulação dos sindicatos que realizavam pressões (parasitárias) sobre o Estado, fazendo com que as bases da acumulação capitalista fossem consumidas, sendo necessário, além dos cortes nos gastos sociais, restabelecer a taxa de desemprego (criando um exército de reserva). Hayek (2010, p.195) como exímio neoliberal, defendia essa perspectiva:

Se, pois, os sindicatos resistirem com êxito a uma redução dos salários de tais categorias, restarão apenas duas alternativas: ou usar a coação (isto é, escolher certos indivíduos e transferi-los compulsoriamente a outras funções **menos bem remuneradas**), ou então deixar que aqueles que já não podem ser empregados com os salários relativamente altos percebidos durante a **guerra permaneçam desempregados até se disporem a aceitar trabalho menos bem pago** [grifos meus].

Nessa mesma direção, o extenso relatório *The crisis of democracy*²¹ (1975) desenvolvido pela Comissão Trilateral (Estados Unidos, Japão e Europa)²² foi um documento marcante da consolidação desse discurso ideológico contra as políticas sociais. Adotando como material empírico, as perspectivas democráticas nos países de capitalismo avançado, os autores realizaram uma longa crítica às políticas *keynesianas* do *Welfare State*, concluindo que existia uma crise da democracia.

Esse relatório representou “a síntese político-ideológica das forças neoliberais com a capacidade político-militar de impor o novo padrão de acumulação capitalista sobre as demais classes e frações de classe não hegemônicas e opostas ao projeto neoliberal” (MACHADO, 2008, p.263). Conforme Santos (2005, p.02), os autores alegavam que “as democracias estavam em crise porque se encontravam sobrecarregadas com direitos e reivindicações e

²¹ Elaborado por Michel Crozier, Samuel Huntington e Joji Watanuki.

²² De acordo com Hoeveller (2015, p. 01), a Comissão Trilateral é uma entidade privada fundada em 1973 por David Rockefeller e Zbigniew Brzezinski e reuniu nomes relevantes dos ramos empresariais, político e econômico dos EUA, da Europa Ocidental e Japão – o que explica os três lados: “Tratava-se de promover uma alternativa estratégica para um mundo que era visto por eles como convulsionado por crises de diversas ordens e pelo fim da hegemonia que os Estados Unidos conseguiram impor internacionalmente após a Segunda Guerra Mundial, crise que em sua visão exigia um alinhamento comum entre os países centrais”.

porque o contrato social, em vez de excluir, era demasiado inclusivo, devido precisamente às pressões sobre ele exercidas pelos atores sociais históricos”.

Nessa perspectiva, a crise democrática resultava em uma “crise de governabilidade” e conseqüentemente numa crise do Estado já que, diante desse “excesso” de demandas populares, o Estado não possuía mais condições financeiras para resolvê-la. Então, querendo “evitar novas crises de governabilidade”, esses teóricos sugerem limites ao seu funcionamento (da democracia) e não se importam em fomentar a apatia política dos cidadãos. Ao contrário, sustentam que a apatia “é desejável à estabilidade do regime” (MACHADO, 2008, p. 265).

No entanto, como alertaria Poulantzas (1977), os teóricos burgueses sempre realçarão na crise política o seu aspecto de “crise das instituições” ou “crise do sistema político”, ocultando que ela consiste em relevantes modificações nas relações de força da luta de classes.

Nesse contexto, o discurso sobre a “ingovernabilidade” e as propostas de reforma política objetivou redefinir as lutas de classes à medida que os Estados imperialistas pretendiam manter as ações dos Estados dependentes sob seu controle, ao mesmo tempo em que reduziam direitos trabalhistas e desmobilizam as lutas das classes dominadas. Em síntese, de acordo com esses interesses, para sanar a economia e resolver os “problemas democráticos”, era necessário um Estado Mínimo no lugar do Estado Providência (regulador social), sendo que, na verdade, os neoliberais requisitavam “um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas” (ANDERSON, 1995, p.10).

Por isso, por mais que afirmem que diante da mundialização do capital, do monopólio das grandes potências, principalmente dos EUA, e pela força ideológica dos discursos da globalização, o Estado-nação seja irrelevante, Ali (2005, p.29) reafirma: “o Estado-nação ainda é muito importante para defender os interesses das chamadas multinacionais. São multinacionais apenas na questão da exploração; suas matrizes limitam-se a determinados Estados-Nação”. Também para Farias (2013, p.23):

A nova ordem socioeconômica capitalista mundial não pode substituir sem intromissões ampliadas e permanentes das **formas estatais capitalistas nacionais** e transnacionais (regional ou planetária). A burguesia tornou-se uma classe ambivalente, porque, segundo o tipo de interesse em disputa, toma uma **forma nacionalista** ou cosmopolita, ou os dois ao mesmo tempo [grifos meus].

Executando um claro esforço para conter as lutas operárias, a ação articulada dessas formas estatais capitalistas com as burguesias nacionais e internacionais exemplifica-se pela

“revolução conservadora” empreendida por Margareth Thatcher (1979) e Ronald Reagan (1981), na qual formularam as bases institucionais e legais para o pleno desenvolvimento do projeto neoliberal, espalhando-o para outras administrações públicas mundiais. No caso dos governos latinos, o Consenso de Washington²³ (1989) responsabilizou-se por transmitir as estratégias para potencializar as políticas neoliberais em nível regional.

Bresser-Pereira (1991, p.06) indica que, sinteticamente, as resoluções do Consenso visavam a “promover a estabilização da economia através do ajuste fiscal e da adoção de políticas econômicas ortodoxas em que o mercado desempenhe o papel fundamental [...] [e] afirmar que o Estado deveria ser fortemente reduzido”. Como resultado, tem-se as privatizações, a legislação contra os sindicatos, os cortes com gastos sociais e intensa repressão às greves.

Observa-se, então, o agravamento da questão social: o desemprego crescente combalou sindicatos e movimentos de trabalhadores urbanos; os salários dos funcionários públicos reduzidos; os serviços públicos de educação e saúde piores, à medida que os “serviços de qualidade” passaram a ser oferecidos apenas pela iniciativa privada, deixando considerável parcela da população dependente da assistência social e margeando a miséria (MORAES, 2009; SINGER, 1998).

Diante desse cenário, o processo de mobilização e organização política das classes trabalhadoras alterou-se devido a dois aspectos interdependentes. O primeiro relaciona-se ao novo modelo de organização da produção - o toyotismo²⁴ - que, com o intuito de reduzir ao máximo os gastos do processo produtivo, flexibilizou a produção (redução de estoque), utilizou inovações tecnológicas (informática e genética desenvolvidas pela III Revolução Industrial) e produziu somente após a venda (*just in time*). Possibilitou que a produção fosse programada (*kanban*), exigiu trabalhadores polivalentes (aptos a desempenhar várias funções), atentos à qualidade da produção em todas as fases (controle de qualidade total) e que trabalhassem em equipe (*team work*).

²³ Consenso de Washington (1989) como ficou conhecido o encontro realizado na capital americana que reuniu funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais como FMI, Banco Mundial e BID especializados em assuntos latino-americanos, além de economistas latinos. Teve como objetivo avaliar as reformas econômicas empreendidas nos países da região (BATISTA, 1994).

²⁴ O toyotismo, também chamado de “ohnismo”, “modelo japonês” ou “japonismo”, originou-se no Japão em 1950, espalhou-se, em seguida, para os países dos “Tigres Asiáticos” (Hong Kong, Cingapura, Coréia do Sul e Taiwan) o que fez com que esses deslanchassem economicamente e, a partir de 1980, se estendessem por todo o mundo com o processo de mundialização do capital (ALVES, 2007) (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010).

Desse modo, foi possível maior concorrência entre os trabalhadores (aumento da individualidade), flexibilização das relações contratuais (aumento do serviço terceirizado e temporário) e, conseqüentemente, a precarização das condições de trabalho e a elevação da taxa de desemprego. Na concepção de Alves (2007), desenvolvia-se um cenário de insegurança no mercado de trabalho: em relação ao emprego, à representação política e sindical e às garantias sociais (seguridade de previdência) culminando em uma fragmentação dessa classe trabalhadora.

O segundo aspecto refere-se à perspectiva ideológica adotada por muitos teóricos (conservadores ou desiludidos) que, diante desse novo modelo de organização da produção e do declínio dos regimes do Leste Europeu, questionaram a relevância contemporânea das categorias das classes sociais e luta de classes, ou seja, desabilitando as instituições tradicionais de organização da classe trabalhadora (sindicatos e partidos) e, conseqüentemente, a permanência da organização política baseada no antagonismo de classe.

O fundamento proposto para dar sentido a essas conjecturas foi que, com a complexificação das relações sociais de produção no capitalismo global, ou seja, do novo gerenciamento da força de trabalho, intenso uso tecnológico e fracionamento da classe trabalhadora (trabalho formal, informal, terceirizado, etc.), a centralidade do trabalho não seria mais uma realidade, a partir dos anos 1970. Offe (1989, s.n), por exemplo, defende a “possibilidade de o trabalho se ter [*sic*] tornado ‘abstrato’, devendo ser considerado apenas uma categoria estatística descritiva, e não uma categoria analítica para se explicar estruturas, conflitos e ações sociais”.

Já Gorz (1982), em *Adeus ao Proletariado: para além do socialismo*, é enfático: “o marxismo está em crise porque há uma crise do movimento operário”! Para Gorz, no período pós-industrial, com a evolução tecnológica, o trabalhador deixa de se identificar com o trabalho e, conseqüentemente, com a classe, pois o trabalho realizado, majoritariamente nos escritórios, provocou essa não identificação com o proletariado.

Mais incisivo, o grupo *Krisis*²⁵ escreveu o “Manifesto contra o Trabalho” (1999) afirmando que “um defunto domina a sociedade - o defunto do trabalho”. Nesse manifesto, evidencia-se a relação ideológica entre a teoria do fim do trabalho (relação econômica) e o suposto fim das ideologias políticas (e luta de classes):

²⁵ O grupo *Krisis* “é uma associação de indivíduos e grupos de trabalho teórico que estão comprometidos com a reformulação de uma crítica radical do capitalismo para além do marxismo tradicional” (Site do grupo *Krisis*). Disponível em: <http://www.krisis.org/>

A esquerda política sempre adorou entusiasticamente o trabalho [...] O escândalo não era o trabalho, mas apenas a sua exploração pelo capital. Por isso, o programa de todos os “partidos de trabalhadores” foi sempre “libertar o trabalho” e não “libertar do trabalho”. A oposição social entre capital e trabalho é apenas uma oposição de interesses diferenciados (é verdade que de poderes muito diferenciados) internamente ao fim em si mesmo capitalista. A luta de classes era a forma de execução desses interesses antagônicos no seio do fundamento social comum do sistema produtor de mercadorias. Ela pertencia à dinâmica interna da valorização do capital. Se se tratava de luta por salários, por direitos, por condições de trabalho ou por postos de trabalho [...] Como o fim em si mesmo da sociedade do trabalho é o pressuposto axiomático da democracia política, não pode haver nenhuma regulação política democrática para a crise do trabalho. O fim do trabalho torna-se o fim da política (GRUPO KRISIS, 1999).

Contribuindo para o processo de desarticulação das ideologias políticas, Giddens (1996) é categórico ao afirmar que os termos²⁶ ‘direita’ e ‘esquerda’ não possuem mais o significado que tiveram, e que essas perspectivas políticas estariam esgotadas devido ao desenvolvimento social moderno. Somando-se ao discurso da “crise de governabilidade”, que se pontuou anteriormente, esse arcabouço teórico e ideológico pretendia claramente salvar o capitalismo, à medida que fundava as bases primordiais para o triunfo do neoliberalismo.

Portanto, os argumentos que defendem o fim da centralidade do trabalho e negam a atualidade do conceito de classes sociais e lutas de classe são questionáveis, já que o aperfeiçoamento progressivo das forças sociais do trabalho, como por exemplo, a inclusão de novas tecnologias e, conseqüentemente a constituição de uma nova divisão do trabalho (o surgimento de uma classe média que trabalha nos escritórios), não invalida a categoria trabalho. Ao contrário, deprecia a especialidade do trabalhador e reduz o tempo de trabalho investido na produção de uma mercadoria, diminuindo seu valor, e propiciando apenas a maximização do lucro dos capitalistas (MARX, 1978; 2007).

Da mesma forma, a manutenção de práticas próprias do período inicial do MPC (trabalho infantil ou em condições análogas à escravidão) também reforça a permanência do caráter exploratório da sociedade capitalista, onde em última instância permanece o antagonismo inconciliável entre as duas classes.

A inserção de outros sujeitos sociais no conflito político a partir da década de 1960, também foi utilizada como argumento para diminuir a importância dos movimentos

²⁶ Conforme Bobbio (1995, p.33) os termos ‘Direita’ e ‘esquerda’ são termos opostos utilizados, habitualmente, para expressar o contraste entre as ideologias e os movimentos em que se divide o universo, eminentemente, conflitual, do pensamento e das ações políticas, e não reduzem-se apenas a pensamentos ideológicos, mas materializam-se, ou seja, “ indicam programas contrapostos com relação a diversos problemas cuja solução pertence habitualmente à ação política, contrastes não só de idéias, mas também de interesses e de valorações a respeito da direção a ser seguida pela sociedade, contrastes que existem em toda sociedade e que não vejo como possam simplesmente desaparecer”.

fundamentados numa perspectiva classista - estes considerados “velhos” podiam ser substituídos por “novos” movimentos. Offe (1994) aponta, inclusive, que nesse período houve uma redução da filiação de trabalhadores nos sindicatos, principalmente dos jovens, que demonstravam preferência por essas “novas” formas de participação política:

Ao mesmo tempo que os partidos políticos passam por um certo desconforto pelo fato de que os jovens estão votando em sua maioria em “partidos alternativos”, ou em nenhum o problema específico para os sindicatos é o nítido afastamento dos jovens das organizações sindicais. De um modo geral, é visível que um número crescente de jovens não tem participação ativa em partidos e em organizações amplas, mas em movimentos sociais do “povo”, como iniciativas dos cidadãos contra o poder/armas nucleares (OFFE, 1994, p.200-201).

Considera-se como marco inicial desse processo o “Maio de 1968” na França, onde ocorreu uma greve geral que, mesmo com participação de sindicatos e inúmeros operários, desdobrou-se das barricadas organizadas por jovens estudantes que reivindicavam melhores condições no sistema educacional.

No mesmo período²⁷ floresceram as “lutas por reconhecimento” que se destacaram na Europa e nos Estados Unidos. Chamados de Novos Movimentos Sociais (NMS) - movimentos feminista, negro, ecológico, entre outros- centralizando a discussão sobre os aspectos subjetivos e culturais e posicionando “novos” atores (mulheres, negros, ambientalistas, pacifistas, gays...) no campo do confronto político. Para Gohn (2011), esses movimentos fundamentam seu modelo teórico no aspecto cultural; negam o marxismo como teoria possível para explicar ações individuais e recusam a teoria de Mobilização de Recursos (MR) por ser neoutilitarista; criam um novo sujeito (coletivo difuso e não hierarquizado); e tem a identidade como parte constitutiva da formação dos movimentos.

Com uma perspectiva distinta, Montaño e Durigetto (2010, p.249) consideram que, em relação aos movimentos clássicos, os NMS:

têm por vezes o objetivo ou função de ser um *complemento* das lutas de classe dos movimentos clássicos (somando-se a essas lutas), e outras vezes são vistos como alternativos aos movimentos de classe tradicionais e aos partidos políticos de esquerda (substituindo tais lutas).

²⁷ Nesse período, as lutas sociais na América Latina apresentaram algumas especificidades em relação às realizadas nos países capitalistas centrais, devido às limitações políticas que os países latinos viveram com as ditaduras civil-militares nas décadas de 1960, 1970 e 1980. Nesse período, as organizações de classe (partidos e sindicatos) atuaram na clandestinidade para enfrentar o Estado de exceção, já que seus militantes sofreram intensa repressão como prisões e torturas que levaram, inclusive, muitos à morte. Com o processo de abertura democrática nesses países surgiram NMS. No Brasil, por exemplo, surgiam movimentos operários e populares que almejavam cunhar a marca da autonomia e da constatação à ordem estabelecida, apresentava-se, então, um “novo sindicalismo” e “novos movimentos de bairro”, estes reivindicando direitos, mas alicerçados na perspectiva de uma auto-organização; atuando independente do Estado e dos partidos (SADER, p.1988).

Para Wood (2003, p.229), mais criticamente, essas reivindicações por *bens extra-econômicos*²⁸ desenvolvem, uma a uma, relações específicas com o capitalismo, algumas sendo conflitantes com a própria lógica do sistema. Alerta também para os efeitos da fragmentação da luta pois, “tais legados culturais podem, por exemplo, promover a hegemonia ideológica do capitalismo ao mascarar sua tendência intrínseca a criar subclasses”.

Reafirmando a pertinência da categoria “classe social” para a análise dos movimentos sociais, Pinheiro (2007, p.132) pondera:

Todavia, não se deve ignorar que há movimentos cuja demanda se localiza na estrutura sócio-cultural e, por isso, não está ligada às relações sociais de produção. Convém, entretanto, não se apressar em se fixar nessa constatação para dela extrair conclusões **que neguem a importância teórica e política das classes**, pois muitos problemas que dão origem a tais movimentos têm raízes em relações sociais de produção pré-capitalistas (patriarcalismo e escravismo, por exemplo), o que torna as interpelações ideológicas sobre eles completamente autônomas quanto às relações sociais de produção capitalistas; quando consideradas abstratamente, já que no nível concreto o capital sempre as articula política, ideológica e economicamente [grifos meus].

Não sendo excludentes, mas complementares, tanto os movimentos da classe trabalhadora como os chamados de NMS atuaram conjuntamente na década de 1990, em resistência à implantação definitiva das políticas de abertura dos mercados mundiais, evidenciando que tais alterações não foram recebidas passivamente pelos despossuídos “globais”, que organizados em movimentos sociais, atuaram “por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais, e utilizam-se muito dos novos meios de comunicação e informação, como a Internet²⁹” (GOHN, 2007, p.13).

O movimento Anti ou Alterglobalização aconteceu em várias partes do mundo, de modo articulado. Destacam-se, como exemplos, os protestos contra a Organização Mundial do Comércio em Seattle (1999), Protestos em Davos/ Suíça (2003), as lutas contra o FMI na Venezuela, e contra a privatização da água (2000) e da eletricidade (2002), respectivamente,

²⁸ Wood (2003) denomina por bens extra-econômicos as lutas por gênero, paz, saúde ecológica.

²⁹ Ressalta-se que, apropriando-se das inovações tecnológicas que modificaram o processo de produção, os movimentos sociais da “Era da informação” (ao atuarem em redes) utilizam como instrumento a Internet. Para Castells (2003), a novidade dos movimentos antiglobalização seria essa interconexão via Internet que permite que eles consigam ser diversos (congregue várias identidades) e, ao mesmo tempo, coordenados. Para o autor o movimento antiglobalização “não é simplesmente uma rede, é uma rede eletrônica, é um movimento baseado na Internet [...] não pode ser desarticulado ou aprisionado” (CASTELLS, 2003, p.118). Com uma visão menos otimista, considera-se a importância da Internet para as articulações dos movimentos sociais, mas demarca-se o seu papel instrumental. O discurso da liberdade e autonomia em rede -compatível com a perspectiva neoliberal- é facilmente desmontado quando se percebe que esses meios foram desenvolvidos pelo capital e para o capital desenvolver sua dinâmica. Conforme Pinho (2011, p.104) “ainda que a internet apareça com um rótulo de território livre, democrático, isonômico, a questão que se coloca é o que o capital vai fazer para exercer o controle? Se não dá para controlar, ou controlar plenamente, e tem que conviver com essa realidade, como vai se posicionar?”.

na Bolívia e no Peru, e no Brasil, o Plebiscito sobre a dívida externa (2000) e a Campanha contra a ALCA (GOHN, 2010); (AGUITON, 2002); (ALI, 2012).

Esses movimentos foram compostos por uma heterogeneidade de sujeitos sociais. Conforme Gohn (2010) participaram trabalhadores (e desempregados), organizações religiosas, ambientalistas, anarquistas, ONGs³⁰, movimentos rurais, sindicatos, entidade político-ideológica e organizações de pequenos empresários. Aguiton (2002) reafirma essa pluralidade de componentes atesta que a luta contra a globalização liberal não ficou a cargo apenas dos sindicatos assalariados, mas que cada um desses segmentos, a partir de suas lutas específicas, apropriou-se das lutas contra a globalização liberal.

Paralelamente, considerando utilizar positivamente os processos de Globalização como uma nova chance para ampliar a escala e o âmbito da solidariedade transnacional e das lutas anticapitalistas, criaram-se movimentos em defesa das possibilidades otimistas sobre o uso das bases técnicas do grande capital para servir a outros objetivos (novos posicionamentos políticos e sociais); a potencialização do diálogo e troca de experiências entre os diversos movimentos e organizações, no interior das periferias do sistema mundial. Defendiam também a união da crítica em relação à miséria, conflitos sociais e exclusão, propondo uma “globalização alternativa” e que respeitasse as diversas culturas locais (SANTOS, 2002; GOHN, 2010). Citam-se a Associação pela Taxação de Transações para a ajuda aos cidadãos (Attac) (1998) e o Fórum Social Mundial³¹ (2001) como iniciativas importantes nesse sentido.

O Neoliberalismo que se legitimava a partir de falácias como a liberdade individual, autonomia, responsabilidade pessoal e as virtudes da privatização, livre-mercado e livre-comércio reconstruía e consolidava o poder da classe capitalista através de um conjunto de políticas econômicas (HARVEY, 2011) e até meados de 2006 representou um modelo econômico bem implantado para essa classe.

³⁰ No auge do neoliberalismo, ampliaram-se as Organizações Não Governamentais (ONG's) que são avaliadas positiva ou negativamente dependendo da visão de mundo dos autores ou de suas interpretações diante daquele novo contexto que emergia. Por exemplo, para Santos (2005, p.16) seriam “apostadas em oferecer algum alívio a populações desamparadas em consequência da progressiva extinção das redes de segurança outrora proporcionadas pelo Estado-Providência e agora incapazes de adquirir esse apoio no mercado”. Inversamente, Coutinho (2009) as compreende a partir de sua relação com o Estado burguês capitalista, como organizações exteriores mas complementares à ossatura do Estado.

³¹ O Fórum Social Mundial (FSM) realizou-se em Porto Alegre -RS no Brasil nos anos de 2001, 2002, 2003, 2005 . Na Índia em 2004, na Venezuela em 2006, na África em 2007. Em 2008 acontecem vários atos parciais (Dia de Mobilização e Ação Global) e, em 2009, voltou ao Brasil, para a cidade de Belém-PA (GOHN, 2010). Em janeiro de 2016, aconteceu em Porto Alegre uma edição comemorativa aos 15 anos da primeira edição do FSM.

A partir de 2006, o Neoliberalismo mostra sinais de esgotamento. O imperialismo dos EUA nas negociações do capital e a forma financeira assumida por essa capital resultaram na crise 2008 que afetou o próprio capitalismo “globalizado”. A proposta de “liberação” das fronteiras econômicas redundou em monopólios e centralização do capital pelos organismos financeiros.

1.1 A crise do Neoliberalismo e lutas sociais: da praça de Zuccotti³² à Deodoro³³

No ano de 2008 “a crise do capitalismo global” teve sua fase mais crítica com o colapso das grandes instituições financeiras nos Estados Unidos e os primeiros processos de recessão e a exportação da crise para o restante do mundo (DUMÉNIL; LÉVY, 2011). Considerada o apogeu de um padrão de crises financeiras desenvolvido com mais frequência e com maior profundidade desde as décadas de 70 e 80, seus primeiros sinais apareceram em 2006 quando a taxa de despejos começou a explodir nos EUA, inicialmente em áreas ocupadas por pessoas de baixa renda e, por isso, pouco percebida, despertando preocupação apenas em 2007 quando atingiu as áreas habitadas pela classe média branca (HARVEY, 2011).

A problemática relacionada às hipotecas (“crise das hipotecas *subprime*”) desencadeou o barateamento do valor das casas e o processo desdobrou-se mundialmente: “Um mundo que antes parecia estar ‘inundado com excesso de liquidez’ (como o FMI, freqüentemente relatava) de repente se viu sem dinheiro e inundado por casas, escritórios e shopping centers em excesso, além de ainda mais capacidade produtiva e trabalho excedentes” (HARVEY, 2011, p.13).

Em tempos de capital mundializado é praticamente consenso o caráter global da crise. No entanto, discordando dessa premissa, Petras (2012, s.n) considera insano pensar em “crise global” quando as mais relevantes economias mundiais não sofreram grande perda em suas atividades ou conseguiram retomar as forças rapidamente. Para ele, as “crises do capitalismo” na verdade seriam “crises do trabalho”, à medida que o capital financeiro, grande

³² A Praça Zuccotti foi o cenário do acampamento do Occupy Wall Street e situa-se a dois quarteirões da rua Wall Street – centro do Distrito Financeiro de Nova Iorque, onde está localizada a Bolsa de Valores.

³³ A Praça Deodoro, localizada no centro de São Luís, é uma das principais praças da cidade, com intenso fluxo de veículos (particulares e ônibus) e transeuntes. Recebeu esse nome em homenagem ao Marechal Deodoro da Fonseca. Tornou-se um dos principais locais de grandes manifestações públicas (fonte: <http://www.saoluis360.com.br/>), inclusive, local de concentração de um dos maiores atos no período das Manifestações de Junho de 2013.

artífice da crise, se restabeleceu e a classe capitalista pode reafirmar sua dominação e exploração. Petras afirma que,

O ponto-chave é que a “crise do trabalho” é um grande estímulo para a recuperação de lucros capitalistas [...] **Não há dúvida de que houve um momento de crise capitalista (2008-2009), mas graças à maciça transferência de riqueza, sem precedentes no estado capitalista, do tesouro público para a classe capitalista – bancos da Wall Street em primeiro lugar – o sector corporativo recuperou**, ao passo que os trabalhadores e o resto da economia permaneceram em crise, foi à bancarrota e ficou sem trabalho [grifos meus].

Esse posicionamento esclarece que nos períodos de crise a classe dirigente recupera com mais facilidade o controle que as classes subalternas, à medida que dispende de pessoal especializado produz estratégias (muda homens e programas) que possibilitam a rápida retomada (GRAMSCI, 1989).

Avaliando esse cenário, fica explícita a polarização da sociedade capitalista e a disputa de díspares interesses. As frações hegemônicas do capital recorreram à “mão generosa” dos governos para remediar o sistema financeiro; já as classes populares e médias, a partir de 2011 (início de um novo ciclo da crise) ocuparam as praças do mundo inteiro, das mais famosas e centrais, como a de Zaccotti nos Estados Unidos, as mais desconhecidas e periféricas, como a Deodoro em São Luís do Maranhão, para protestar contra a questão social insustentável, as desigualdades gritantes, a corrupção e forte influência das empresas (principalmente do setor financeiro) nas decisões governamentais.

As manifestações iniciaram-se no mundo árabe³⁴, migraram para os Estados Unidos e países europeus, e chegaram à América Latina. Em entrevista, Ali (2011) considera que o ponto em comum entre esses protestos seriam os efeitos dessa crise do neoliberalismo, pois nos Estados Unidos e na Europa os governos não conseguem controlar suas economias, deixando isso a cargo dos partidos políticos de direita e dos moderados de esquerda, que são fiéis às propostas neoliberais, vivendo a “ditadura do extremo centro”, assim como os países árabes que também vivem suas “ditaduras”.

Hanieh (2012, s.n) explica que no Oriente Médio os anos antecedentes a essa crise foram marcados pela intensificação e generalização das políticas neoliberais, estabelecendo novas relações de poder em escala nacional, mas também regional, ou seja, o neoliberalismo enriqueceu as classes capitalistas nacionais e oportunizou a consolidação dos países ricos do

³⁴ O mundo árabe é formado por 21 países: Arábia Saudita, Argélia, Bahrein, Comores, Djibouti, Egito, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Iraque, Jordânia, Kuwait, Líbano, Líbia, Marrocos, Mauritânia, Omã, Catar, Síria, Somália, Sudão, Tunísia (algumas classificações incluem a Palestina, embora não seja considerado um Estado Oficial (GOHN, 2014).

Golfo Pérsico³⁵ como bloco econômico da região. Por isso, “as lutas contra a ditadura que os levantes populares fizeram são, simultaneamente, interconectadas ao modo como o capitalismo desenvolveu-se em toda região e, nesse sentido, são lutas contra o Golfo”.

Portanto, embora os levantes no mundo árabe fossem noticiados pela mídia como motivados exclusivamente por reivindicações democráticas, na verdade, são produtos de um contexto econômico complexo que envolve questões em escala regional, nacional e global. Anderson (2011, s.n) pontua que o capital hegemônico além de influenciar as relações econômicas (principalmente em relação às reservas de petróleo), é habilidoso em articular os regimes políticos dessa região:

as duas vigas mestras da região – a dominação contínua pelo sistema imperial americano e a ausência contínua de instituições democráticas – estão conectadas. A conexão não é uma simples derivação. Onde a democracia é considerada uma ameaça ao capital, os Estados Unidos e seus aliados nunca hesitaram em removê-la [...] No sentido inverso, onde a autocracia é essencial, ela é bem preservada.

Em síntese, essa insatisfação popular em várias partes do mundo tinha como pano de fundo principal a crise (social, econômica e financeira), os altos preços dos alimentos, o aumento da taxa de desemprego, a ausência de alternativas políticas sistematizadas, o desprezo pelos representantes políticos e a indignação com a evidente relação entre as elites políticas e financeiras (CARNEIRO, 2012; CASTELLS, 2013). A Revolução das Panelas (2008-2009) na Islândia e os protestos na Tunísia³⁶ (2010) precederam a onda de manifestações de 2011:

as duas revoltas se deram contra as conseqüências de uma crise econômica profunda, embora na Tunísia isso não tivesse ocorrido tanto em função de um colapso econômico quanto pela pilhagem da economia do país por uma camarilha enraizada no Estado predador. Além disso, as pessoas sentiam-se destituídas de poder por causa da interligação óbvia entre as oligarquias empresariais e a classe política, fosse esta democraticamente eleita ou ditatorialmente imposta (CASTELLS, 2013, p. 43-44).

O protesto na Tunísia, também chamado de Revolução de Jasmin, desencadeado pelo suicídio do jovem tunisiano Adel Khadri que ateou fogo no próprio corpo para denunciar as precárias condições de vida no país, comuns aos vários países do mundo árabe, como o aumento no preço dos alimentos, o alto déficit de moradia, e a elevada taxa de desemprego, principalmente entre os jovens (mesmo os capacitados) (ANDERSON, 2011). Num “efeito

³⁵ Os países do Golfo Pérsico são: Arábia Saudita, Kuwait, Emirados Árabes, Qatar, Bahrein e Omã. Formam o Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) e constituem-se como o centro político e econômico do Oriente Médio. Ver: *Capitalism and Class in the Gulf Arab States* (2011) de Adam Hanieh.

³⁶ Ver mais sobre os protestos na Islândia e na Tunísia no Capítulo 1. Prelúdio à revolução: Onde tudo começou do livro “Redes de Indignação e Esperança” (CASTELLS, 2013).

dominó”, os protestos espalharam-se para vários países árabes: Egito, Bahrein, Líbia, Iêmen, Omã, Jordânia e Síria, e receberam o nome de “Primavera Árabe³⁷”.

As manifestações no mundo árabe espelharam os protestos deslanchados em outras partes do mundo (Figura 01). Na Espanha, o Movimento Indignados (2011) ou 15 M (referência à data da primeira manifestação), iniciou-se diante da instabilidade econômica. Os cidadãos de Barcelona e Jueaz organizaram-se por grupos no *Facebook*, realizaram ocupações em diversas cidades e foram batizados, pela mídia, de “Indignados” – nome justificado devido à indignação em relação aos elevados índices de desemprego e da intromissão excessiva das instituições financeiras nas decisões políticas (CASTELLS, 2013).

Figura 1: Os Protestos Globais



Fonte: Internet (2011)

Nos Estados Unidos, o Occupy Wall Street (2011) – iniciado na data de celebração da assinatura da Constituição americana (17 de setembro) – ocupou o símbolo real de expressão do capitalismo, a Wall Street³⁸ localizada no país “mais poderoso” do mundo. O Zaccotti Park foi ocupado, manifestantes organizaram um grande acampamento, reuniam-se

³⁷De acordo com Chiara (201, p.28), a utilização do termo Primavera aponta para duas referências. A primeira relaciona o momento político às características climáticas da primavera, ou seja, “se tomarmos como referência as zonas temperadas do globo, em que as quatro estações do ano são bem definidas. A primavera traduz-se no despertar da natureza após os rigores do inverno. É a vida que volta a brotar da terra adormecida” desse modo a comparação da estação com a primavera árabe significava o despertar dos povos desses países que viviam subjugados a “governos autoritários”. A segunda relaciona esse momento político à Primavera dos Povos (1848), na Europa, entre os quais é possível traçar alguns paralelos: aconteceram em contextos de crise econômica; os países estavam sob comandos de governos autoritários em ambos os momentos, e o efeito dominó como ocorreram que transformaram esses episódios primeiramente localizados em momentos relevantes para a história por atingirem vários países (ARAUJO, 2011).

³⁸Rua localizada na Manhattan inferior e que abriga o distrito financeiro de Nova York.

em assembleias gerais e dividiam-se em grupos de trabalho regidos pelo slogan *We are the 99%* (Nós somos os 99%):

Occupy Wall Street é um movimento de resistência sem liderança, com pessoas de muitas cores, sexo e convicções políticas. A única coisa que todos têm em comum é que nós somos os 99% que não vai mais tolerar a ganância e a corrupção do 1%. Estamos usando a revolucionária *Primavera Árabe* tática para alcançar os nossos fins e incentivar o uso da não-violência para maximizar a segurança de todos os participantes (www.occupywallst.org – Tradução Livre)

As idéias produzidas nesse acampamento ecoaram e espalharam-se para várias cidades norte-americanas como Boston, Los Angeles, São Francisco, Portland e, em seguida, para o continente europeu. No Brasil, essa manifestação articulou-se em várias cidades, denominando-se “Ocupa”.

Para Gohn (2012), os Indignados e o Occupy Wall Street reelaboraram a pauta dos movimentos sociais, pois ao colocarem como reivindicações centrais o emprego, dívidas, serviços sociais (educação, saúde e moradia) retiraram o foco das questões identitárias (gênero, opção sexual) mais comuns nos movimentos sociais dos últimos anos. A composição social desses protestos, resguardando os particularismos locais, tornou-se sintomática da crise e de todos os seus desdobramentos.

De modo geral, considerados pluriclassistas, os protestos formaram-se por jovens desempregados (muitas vezes com ensino superior), por estudantes universitários, por trabalhadores sindicalizados, por uma classe média empobrecida e setores pobres urbanos, ou seja, participaram todos os afetados pelas irracionais medidas estatais para soldar as rachaduras do sistema financeiro e do mercado neoliberal.

Esses recentes protestos também redesenharam em alguns aspectos as manifestações políticas. As praças e espaços públicos foram os nichos em que se ergueram grandiosos acampamentos, em forma de uma cidade alternativa. As tarefas essenciais para a sua sustentabilidade foram divididas, aconteceram assembleias gerais para discussões e a tomada de decisões resgatava o espírito da ágora grega permitindo discussões livres, assim como a reocupação das ruas. Como lembrou Harvey (2012, p. 60-61) “o poder coletivo dos corpos no espaço público continua sendo o instrumento mais efetivo de oposição quando o acesso a todos os outros meios está bloqueado”.

Mas a ação desses protestos não se restringiu aos acampamentos em praças e parques públicos: nos Estados Unidos e na Europa também ocorreram ocupações de imóveis, tanto os

das famílias que seriam despejadas, como prédios desocupados para os quais levaram pessoas sem casa.

Questionaram também a democracia representativa; e utilizaram as Redes Sociais³⁹ como importante instrumento de comunicação e articulação. Em relação à “crise representativa”, argumenta-se primeiramente o evidente distanciamento entre os interesses defendidos pelos poderes executivos e legislativos – formados majoritariamente por frações burguesas – e os interesses das classes e frações de classes despossuídas.

Mandatos viabilizados e financiados pelo abuso de poder econômico (propina, desvio de recursos públicos, compra de voto) elevam aos cargos públicos de representação políticos profissionais, “não representantes” da massa que os elegeram e que, em síntese, tem servido apenas para legitimar o revezamento dos interesses das frações de classes dominantes (hegemônicas e não hegemônicas) e manter os poucos benefícios das classes dominadas no limite que não ameace o poder da classe hegemônica.

Machado (2008) afirma que há um esvaziamento de participação popular, inclusive devido aos mandatos políticos distanciarem-se do controle dos seus “representados”. As relações estão cada vez mais empresariais e de profissionalização da política e dos políticos, e mesmo os partidos políticos anteriormente combativos e engajados distanciaram-se de suas lutas históricas, situando-se na plataforma político-ideológica do neoliberalismo.

Desse modo, o rechaço aos canais tradicionais de organização política (sindicatos e partidos) é sintomático desse processo e refletem o sucesso da ofensiva neoliberal desenvolvida nos anos 1970, que objetivou deslegitimar as organizações de classe como canais viáveis para representação e negociação das classes populares.

Entretanto, ressalta-se que mesmo com todos os limites da democracia burguesa esta ainda é importante para a ação das classes subalternas. Como explica Saes (1998, p. 171) o proletariado deve,

de um lado, lutar pela conservação da democracia burguesa, já que esta cria condições políticas mais favoráveis à formação/desenvolvimento de um partido proletário revolucionário, capaz de dirigir o processo de destruição do aparelho de Estado burguês [...] De outro lado, o proletariado deve criticar as próprias

³⁹ As “Redes Sociais”, tecnicamente chamadas Sites de Redes Sociais – em inglês de Social Network Sites (SNSes) – são definidos por Boyd e Ellison como “sistemas que permitem: 1) a construção de uma persona através de um perfil ou página pessoal; 2) a interação através de comentários; e 3) a exposição pública da rede social de cada ator” (RECUERO, 2010,p.102). Citam-se como exemplos mais conhecidos o Facebook e o Twitter. Elas pertencem às chamadas mídias sociais que são “sites na internet construídos para permitir a criação colaborativa de conteúdo, a interação social e o compartilhamento de informações em diversos formatos” (TELLES, 2010, p.19). Como exemplos citam-se os blogs, sites de compartilhamento de vídeos (Youtube), de fotos (Flickr) e os sites de redes sociais.

instituições democráticas, que no entanto ele busca proteger quando elas são desafiadas por tendências ditatoriais ou fascistas das frações burguesas; isto é, deve denunciar o caráter formal e ilusório da igualdade política na democracia burguesa, demonstrando a existência de um acesso diferenciado (classe dominante, classes dominadas) às liberdades políticas. Isto significa que, para o proletariado, não pode haver nenhuma distinção radical entre ação legal e ação revolucionária.

Em relação ao uso das “redes sociais”, principalmente Twitter⁴⁰ e Facebook⁴¹, estas foram consideradas as grandes protagonistas dos recentes protestos. Se anteriormente os muros, jornais impressos, rádios (comunitárias) e televisão (canais alternativos) eram os instrumentos de comunicação utilizados pelos movimentos sociais, desde a “globalização”, a Internet tornou-se sua principal ferramenta e, no caso dos protestos contemporâneos, devido à Internet geração Web 2.0⁴², experimentaram possibilidades ainda mais requintadas de interação *via digital*.

Foram utilizadas para marcar protestos, organizar atividades e divulgar ações, assim como para denunciar a repressão policial (ao exporem vídeos sobre os abusos policiais). Entretanto, freando a euforia é preciso ter cautela, pois ao mesmo tempo em que os SNSes oferecem oportunidades aos manifestantes, também os limitam.

Castells (2013, p.82), um dos teóricos mais otimistas sobre o uso político das redes sociais, acredita que a nova forma espacial dos movimentos sociais em rede seria o *espaço da autonomia*, ou seja, a intersecção da cibernética com o espaço urbano. As redes sociais são mais que uma ferramenta, pois representam “formas organizacionais, expressões culturais e plataformas específicas para a autonomia política” que, para além da possibilidade de mobilizar, deliberar, coordenar e decidir, permitem que o movimento se organize sem liderança e esteja protegido da repressão nos espaços físicos.

Observa-se que essa perspectiva corrobora o discurso neoliberal, tanto no sentido de acreditar em uma liberdade plena (nesse caso no meio digital), como no reforço à crise da

⁴⁰ É considerado um *microblogging*, pois permite que o usuário escreva mensagens de apenas 140 caracteres por vez. Inicialmente, era um projeto da empresa Odeo, e se popularizou quando associou-se à comunidades sobre tecnologia digital e blogosfera internacional, ganhando mais destaque ainda quando adotado por artistas e, conseqüentemente, chamou atenção de demais esferas sociais (RECUERO, 2010); (SANTAELLA; LEMOS, 2010).

⁴¹ Chamado, primeiramente de *thefacebook*, foi idealizado por Mark Zuckerberg, um jovem universitário de Harvard, que tinha a ambição de criar uma rede de contatos para os jovens que iniciavam a vida universitária. Inicialmente, o sistema admitia apenas os alunos de Harvard, mas se expandiu para os estudantes secundaristas e para o mundo, sendo utilizado atualmente por todas as faixas etárias e recortes sociais (RECUERO, 2010).

⁴² A Internet migrou de uma geração Web 1.0 para uma Web 2.0. A primeira é considerada estática, ou seja, os conteúdos dos sites só podiam ser modificados pelos administradores das páginas e não por seus usuários finais, possibilitando a estes somente a leitura; já a Web 2.0 (web participativa ou colaborativa) “é a segunda geração de serviços na web que buscam ampliar as formas de produzir e compartilhar informações online” (PRIMO, 2006, p. 01), permitindo a interação do usuário final que além de ler, pode acrescentar conteúdos, discutir questões, opinar, etc. É nesse formato que se incluem as Mídias Sociais (e as redes sociais).

representatividade, entoadada desde os anos 1970, pois ao transformar as redes sociais no próprio processo político, reforça a desconsideração dos canais tradicionais de organização política.

Pleyers também pondera sobre a ação *on line* e a *off line*, constatando que:

1. O uso da internet não provocou um domínio de ações e movimentos virtuais que teriam substituído as mobilizações nos “espaços físicos”. Ao contrário, desde 2011, a ocupação dos espaços públicos urbanos, e particularmente as simbólicas praças, são centrais para estes movimentos.
2. Enquanto a internet é um espaço virtual global, os usos das redes sociais pelos ativistas contribuíram, sobretudo, para construir movimentos nacionais, e mesmo locais;
3. As redes sociais e a internet não substituíram os meios de comunicação. Quando se articularam a estes, as mídias alternativas militantes tiveram maior visibilidade (PLEYERS, 2013, p.88).

Apesar das perspectivas expostas, ressalta-se que o protagonismo das redes sociais na articulação dos movimentos sociais é facilmente questionado quando as situa no campo da disputa política, ou seja, esses instrumentos de comunicação não estão isentos da correlação de forças e da disputa de interesses. Assim, a aparente liberdade “cai por terra”, pois o conteúdo disponibilizado nesses sites é extremamente regulamentado por Leis que normatizam o uso político do ciberespaço, e vigiado pelo poder hegemônico (o mesmo que já controla a economia, a política...).

Por isso, não se deve esquecer: Facebook é uma corporação norte-americana; o ciberespaço está militarizado, “é como ter um tanque de guerra dentro do quarto”, ou seja, as mensagens diárias são interceptadas por organizações militares de inteligência, causando um efeito contraditório: se a ampliação da possibilidade comunicativa permite maior enfrentamento ao estabelecido, a vigilância provoca, exatamente, o contrário (ASSANGE⁴³, 2012, p.44).

Os cortes do sinal de Internet no Egito e na Líbia, respectivamente, pelos governos de Mubarak e Kadafi, que interromperam a utilização desses sites pelos manifestantes durante os protestos, provam esse controle, evidenciam a facilidade com que são censurados, e também de os manifestantes serem rastreados. Elenca-se também, como fator de limitação para o uso político desses instrumentos, a posse de computadores e celulares com acesso à

⁴³ Julian Assange fundou o site Wikileaks em 2006, no qual foi divulgado “material bruto sobre os excessos da repressão no Iraque, os crimes cometidos no Afeganistão e as análises feitas pelas embaixadas dos Estados Unidos, ele nos deu uma quantidade astronômica que ignorávamos” (RAMONET, 2013, p.92). Em represália, o ativista foi extremamente perseguido, inclusive, sendo acusado de estupro. Em 2012, escreveu o livro “Cypherpunks – liberdade e o futuro da internet” com outros três ativistas Jacob Appelbaum, Andy Müller-Maguhn e Jérémie Zimmermann, no qual discutem diversos aspectos sobre a vigilância da Internet.

internet ainda alcançarem apenas alguns estratos sociais, apesar de nos últimos anos terem se tornado mais popular. Isso deixa claro que as “redes sociais” devem ser apenas o meio, nem o começo nem o fim!

A ofensiva neoliberal aos movimentos sociais e organizações trabalhistas nas últimas décadas, gerou a imagem de um conformismo com as condições estabelecidas e a existência de uma inércia política, embora muitos movimentos sociais se mantivessem combativos. A erupção desses protestos contemporâneos, devido seu alcance global, trouxe uma esperança, demonstrando que muitos no mundo estavam descontentes com as escolhas privilegiadas do sistema, e que questioná-las era possível. Para além do imaginário revolucionário que essas manifestações causaram, os limites e as potencialidades desses protestos permitem analisar o “amanhã” possível para a luta social dos explorados.

Bihl (2013) traça limites e potencialidades dos protestos. Em relação aos limites, afirma que o seu conteúdo político sugere uma revolta antineoliberal, mas não anticapitalista, e que a busca pela “democracia real” não se associa à superação do Estado e das relações sociais capitalistas, apontando também para a falta de preparação para lidar com a inevitável violência policial. No tocante às potencialidades, cita a forma de organização que privilegia o caráter anti-hierárquico; a não apresentação de lideranças; a experimentação de práticas como assembleias gerais ambicionando uma democracia direta; a capacidade de renovar as formas de ação, permitindo uma atuação mais duradora dos protestos; a radicalização da pauta e, por fim, a conexão desses movimentos com os do mundo do trabalho.

Mas quais são as chances de reverter essa perversa ordem econômica? Para esses manifestantes há uma alternativa ao capitalismo, em sua fase neoliberal, ou as perspectivas de transformação transitam na própria lógica desse sistema? Slavoj Žižek, em lúcido discurso aos militantes do Occupy Wall Street em 2011, disse:

Não se apaixonem por si mesmos, nem pelo momento agradável que estamos tendo aqui. Carnavais custam muito pouco – o verdadeiro teste de seu valor é o que permanece no dia seguinte, ou a maneira como nossa vida normal e cotidiana será modificada. Apaixone-se pelo trabalho duro e paciente – somos o início, não o fim. Nossa mensagem básica é: o tabu já foi rompido, não vivemos no melhor mundo possível, temos a permissão e a obrigação de pensar em alternativas. Há um longo caminho pela frente, e em pouco tempo teremos de enfrentar questões realmente difíceis questões não sobre aquilo que não queremos, mas sobre aquilo que QUEREMOS. Qual organização social pode substituir o capitalismo vigente? De quais tipos de líderes nós precisamos? As alternativas do século XX obviamente não servem.

Esse discurso chama atenção para algo fundamental nos processos de luta social: o grau de organização e as possibilidades de construção de estratégias políticas pelas classes

populares, para que esses processos não sejam apenas episódicos. Ali (2011, s.n) afirma que “só protestar simbolicamente não é suficiente. Eles [neoliberais] estão plenamente confiantes de que não existe uma alternativa a eles. Não importam os movimentos de massas. Virão e passarão e, caso se tornem muito perigosos, podem ser esmagados”.

Com uma visão mais otimista, Wallerstein (2011, p.74) atesta que “pela primeira vez em muito tempo, pessoas comuns passaram a discutir a natureza do sistema no qual vivem. Já não o veem como inevitável”. Para esse autor, embora haja divergência no campo da esquerda em relação à participação nos processos eleitorais, é necessário considerar a possibilidade de construir táticas de curto e longo prazo, e que a participação eleitoral da esquerda pode formular estratégias para amenizar os problemas em processos mais imediatos.

Especificamente sobre os protestos no Oriente Médio, em lúcida análise, Anderson (2011) afirma que, “a liberdade precisa ser reconectada com a igualdade. Sem essa conexão, as rebeliões no mundo árabe podem facilmente murchar numa versão parlamentar da velha ordem, incapaz de responder à energia e às tensões sociais explosivas que lhes deram origem”.

Obviamente, o perfil pluriclassista dos manifestantes, a diversidade de interesses e até mesmo de significados dessas manifestações, tornam-se empecilhos para pensar processos organizativos mais consistentes e duradouros oriundos desses eventos, que são indispensáveis para as transformações concretas, pois

um novo terreno ideológico determina uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento, é um fato de conhecimento, um fato filosófico. Em linguagem croceana: quando se consegue introduzir uma nova moral adequada a uma nova concepção do mundo, termina-se por introduzir também esta concepção, isto é, determina-se uma reforma filosófica total (GRAMSCI, 1978, p. 52).

Desse modo, é fundamental compreendê-los como lutas de classes, e não apenas como protestos motivados por subjetivismos, para que possam traçar um objetivo mais delineado e, conseqüentemente, estabelecer firmes laços de solidariedade.

1.2 Os desdobramentos dessas lutas e a reação do estado

O informe da Anistia Internacional⁴⁴ (2012) referente aos acontecimentos do ano de 2011, narra:

⁴⁴ “É um movimento global com mais de 07 milhões de apoiadores, que realiza ações e campanhas para que os direitos humanos internacionalmente reconhecidos sejam respeitados e protegidos [...] A organização é independente de qualquer governo, ideologia política, interesse econômico ou religião. É financeiramente autônoma. Suas atividades são financiadas principalmente por membros e apoiadores, além de doações públicas” (Site da Anistia Internacional).

Mudança, coragem e conflito marcaram 2011 - um ano em que as pessoas se ergueram para protestar contra governos e contra outros atores poderosos, de uma maneira que não se via há décadas. Elas contestavam os abusos do poder, a falta de prestação de contas do Estado, a desigualdade crescente, o aprofundamento da pobreza e a ausência de liderança em todos os níveis de governo (SHETTY, 201, p.15).

Essa descrição reflete a expectativa de que as manifestações em vários países, iniciadas em 2010 e as realizadas no ano de 2011, causaram ao gerar a idéia de que estaria em marcha uma revolução global. Sabendo-se que a Revolução não aconteceu – muito menos pelo *Twitter*, questionam-se quais foram os seus resultados? Quais respostas os governos deram a elas?

Mesmo alguns anos após os protestos nos Estados Unidos, Europa, Oriente Médio e Norte da África, ainda é difícil apontar resultados conclusos. Os cenários desenhados posteriormente às manifestações podem ser progressistas ou conservadores já que, inseridos em uma sociedade capitalista, exigem a compreensão de que as lutas sociais (de classe) são dinâmicas e relacionam-se com o Estado (capitalista), devendo ser analisadas na conjuntura de uma crise estrutural do capital.

O Estado não é uma invenção do capitalismo, já que ao longo do processo histórico os diversos meios de produção (e suas específicas relações de produção) geraram nas sociedades divididas em classe um tipo específico de Estado (escravista, feudal, capitalista). Ratificando essa perspectiva, Montañó e Duriguetto (2010, p.19) afirmam:

O Estado, e as análises sobre ele, não tem origem na era moderna. Efetivamente, desde a antiga Grécia existem preocupações e estudos sobre o Estado e os governos, e suas relações entre si e com o povo. A vida na pólis grega, assim como na res publica romana, despertaram o interesse e a reflexão de filósofos e autoridades políticas. Em idêntico sentido, a pulverização das cidades-Estado na Itália também determinou a preocupação com a unificação delas.

No caso específico do Estado na sociedade capitalista, os autores Marx, Engels e Lênin, explicitavam que a sua existência se relacionava intrinsecamente à dominação de uma classe (burguesa) sobre a outra (proletários), possuindo, portanto, um caráter operacional de classe. O pensamento desses autores harmoniza-se na evidência de que o Estado só se faz necessário mediante uma sociedade dividida em classes e com interesses que não podem ser conciliados. Nas palavras de Engels (1984, p.191):

O Estado não é pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora pra dentro; tampouco é a “realidade da ideia moral”, nem a “imagem e a realidade da razão”, como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; **é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis** que não consegue conjurar. Mas para que esses

antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário **um poder colocado aparentemente por cima da sociedade**, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais é o Estado [grifos meus].

Lênin (2011a) também alerta que a ideia de Marx sobre o Estado muitas vezes foi distorcida, especialmente pelos políticos da pequena burguesia. Atualizando as visões tradicionais de autores como Marx e Engels, e divergindo da perspectiva conservadora dos teóricos e políticos burgueses, algumas análises não acreditam que o Estado capitalista seja um mero utensílio de classe, já que consideram “a ligação entre Estado e capitalismo como intrínseca não por razão de um domínio imediato do aparelho estatal pelas classes burguesas, mas sim por razões estruturais” (MASCARO, 2013, p.59).

Nos Estados pré-capitalistas, observava-se o amálgama entre a dominação política e econômica. No caso do Estado Liberal ou Burguês, mesmo com direção hegemônica de classe, não “representa diretamente os interesses econômicos das classes dominantes, mas os seus interesses políticos”, e isso se deve à autonomia (relativa) específica das instâncias política e econômica. Portanto, o Estado Liberal apresenta-se como ente representante da vontade geral, mediador do pacto social, ou seja, legitima-se não pelos desígnios divinos, mas pela soberania popular. Os integrantes desta “comunidade política” são os indivíduos (ou cidadãos) não categorizados como agentes de produção e, conseqüentemente, dissociados de sua posição no modo de produção (trabalhador ou não-trabalhador), considerados possuidores dos mesmos direitos e deveres e “amparados” pelo Direito (burguês) (POULANTZAS, 1986, p.185).

Ratificando esse argumento, Saes (1998) afirma que o Estado burguês se diferencia dos demais tipos de Estado, justamente pelo aparato jurídico-político que dispõe, tendo o direito e o burocratismo como aspectos da mesma estrutura. A diferença essencial do Direito burguês para os outros Direitos é que, enquanto os últimos dão tratamento desigual aos desiguais, o primeiro confere tratamento igual aos desiguais.

Diferentemente do que ocorria nas sociedades pré-capitalistas, nas quais o sobretrabalho retirado pela força. Na sociedade em questão o direito capitalista define na forma de contrato, o sobretrabalho à medida que “o sistema jurídico deve definir ambas as partes (o proprietário dos meios de produção e o trabalhador sem propriedade) como sujeitos de direito; ou seja, como seres igualmente capazes de praticar atos de vontade, ou igualmente portadores de uma ‘vontade livre’” (SAES, 2012, p.10).

Sabendo-se que “o direito desloca a luta de classes da arena econômica para a política, ao definir as regras do conflito, afastando-o de uma luta pela propriedade para aproximá-lo de uma luta relativa ao aparelho do Estado” (CARNOY, 1988, p.157), a reação estatal em relação aos movimentos sociais acontecerá em dupla perspectiva, ou seja, a partir da,

natureza dúplice do Centauro maquiavélico, ferina e humana: de força e do consentimento, da autoridade e da hegemonia, da violência e da civilidade, do momento individual e do momento universal (da ‘Igreja’ e do ‘Estado’), da agitação e da propaganda, da tática e da estratégia, etc. (GRAMSCI,1989,p.41).

Como reação aos recentes protestos, os governos foram unânimes em lançar mão da face ferina do Estado, ou seja, utilizaram intensamente ações repressivas para controlar os protestos. O Estado agiu como organizador da classe dominante e desorganizador das lutas das classes populares, independente se em países de forma estatal democrática ou de exceção (ditaduras).

Nos países democráticos liberais, como os EUA e os europeus, a liberdade de expressão e de manifestação, geralmente “garantida” pelos textos constitucionais, foi violada pela ação intransigente da polícia que dispersou manifestantes com canhões d’água, gás lacrimogêneo e efetuou inúmeras prisões. Nos Estados Unidos, por exemplo, os acampamentos do Occupy Wall Street foram removidos em diversas ocasiões por ações extremamente truculentas da polícia, que não hesitou em deter os manifestantes que empreendiam resistência.

Nos países do Oriente Médio e do Norte da África, onde vigoravam Estados “ditatoriais”, a violência realizada pelos agentes estatais ganhou proporções ainda maiores. De acordo com o Informe da Anistia (2012), militantes foram mortos, ameaçados, feridos, desalojados, seqüestrados e torturados, no caso de jovens militantes do gênero feminino, submetidas a testes de virgindade, e nem crianças foram poupadas das agressões.

Em alguns desses países, os meios de comunicação foram controlados (jornalistas foram proibidos de realizar correspondências, canais estrangeiros de televisão por satélites e sites da Internet foram bloqueados). Para fugirem desse terror instaurado, muitos tiveram que enfrentar a travessia perigosa do Mar Mediterrâneo para fixar moradia em outro lugar, - o que não foi aceito por países europeus, que intensificaram suas atitudes xenofóbicas.

De acordo com Poulantzas (1977; 2000), nos períodos de crise, como esse em discussão, é comum que o Estado intensifique o uso da violência, utilizando o papel ideológico direto do Estado (aparelhos ideológicos), mas também deslocando esse papel para

os aparelhos repressivos, reorganizando-os, no caso da Lei (o *Código da Violência Pública Organizada*) que se constitui como elemento da ordem repressiva e da violência praticada pelo Estado, foi amplamente utilizada para repreender e punir manifestantes.

Nos Estados Unidos, por exemplo, houve o resgate pelo Parlamento de uma Lei contra uso de máscara que legitimou a repressão policial aos protestos. No Egito, o Conselho Supremo das Forças Armadas que assumiu o poder após a derrubada de Hosni Mubarak, para executar o processo transitório, processou e/ou julgou pelos tribunais militares mais de 12 mil civis (INFORME DA ANISTIA, 2012). Por isso, pode-se reafirmar:

A lei detém um papel importante (positivo ou negativo) na organização da repressão ao qual não se limita; é igualmente eficaz nos dispositivos de criação do consentimento. Materializa a ideologia dominante que aí intervém mesmo que não esgote as razões do consentimento. A lei-regra, por meio de sua discursividade e textura, oculta as realidades político-econômicas, comporta lacunas e vazios estruturais, transpõe essas realidades para cena política por meio de um mecanismo próprio de ocultação–inversão (POULANTZAS, 2000, p. 81).

Um fator importante nessa discussão é analisar as reações do Estado às manifestações, conectando-as ao contexto do imperialismo global. Ao analisar um contexto menos complexo, Lenin sinalizou que a livre concorrência (característica principal do capitalismo) propicia a concentração da produção que, em grau mais intenso de desenvolvimento, forma os monopólios resultando no Imperialismo. Portanto, este é o produto do desenvolvimento das características primordiais do capitalismo, que possui cinco traços fundamentais:

1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse “capital financeiro” da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes (LENIN, 2011,p.218).

Ao analisar o contexto mais complexo que o estudado por Lênin, Farias (2013, p.80) afirma que, atualmente, o modo de produção capitalista executa uma concorrência muito mais acirrada entre os capitais na escala mundial e o novo imperialismo global “totaliza concretamente, na unidade e na luta, as lógicas e as trajetórias dos silogismos do capital e do Estado”, fazendo com que o Estado capitalista global atue com formas estatais nos níveis nacional, regional e planetária.

Nesse sentido, sabe-se que os estados nacionais desempenham papel fundamental no processo de internacionalização do capital, já que o terreno da “luta classe dominante – classes dominadas cujas relações de força o Estado condensa, se situa sempre, no essencial, no quadro do espaço nacional e se reveste sempre de uma forma nacional por excelência” (POULANTZAS, 1977, p.32).

Os EUA mantêm-se como potência hegemônica por concentrar fatores econômicos, militares e tecnológicos favoráveis. Pela conceituação de Gramsci (1989, p.192), essa grande potência possui três elementos: extensão do território; força econômica; e força militar calculados para perspectiva da guerra, assim como precisa manter os pactos nos tempos de paz para conseguir “dispor de um potencial de pressão diplomática de grande potência, isto é, significa obter uma parte dos resultados de uma guerra vitoriosa sem necessidade de combater”.

Objetivando manter a hegemonia política e econômica, os EUA juntamente com outros países, constantemente empreendem ações militares em territórios que dispõem de consideráveis recursos naturais como, por exemplo, os poços de petróleo. Corroborando esse raciocínio, Duménil e Lévy (2007) consideram que o imperialismo seria a capacidade de os países mais avançados retirarem lucros do resto do mundo, incluindo a estrutura da acumulação dos países exportadores de capitais. A violência desse processo de domínio não é apenas econômica, mas atrelada aos efeitos da corrupção, subversão golpista e guerra.

Nessa mesma direção, Lênin (2011b, p.188) já alertara:

A época do capitalismo contemporâneo mostra-nos que se estão a estabelecer determinadas relações entre os grupos capitalistas com **base na partilha econômica do mundo**, e que, ao mesmo tempo, em ligação com isto, se estão a estabelecer entre os grupos políticos, entre os Estados, determinadas relações com base na partilha territorial do mundo, na luta pelas colônias, na “luta pelo território econômico” [grifos meus].

No caso específico dos protestos no mundo árabe, aparentemente espontâneos, e por reivindicações democráticas, estabeleceu-se um terreno favorável para o cumprimento da agenda de expansão da potência norte-americana que, devido às reservas de petróleo, essa região é uma das áreas mundiais mais cobiçadas. Hipóteses atestam que isso não é apenas coincidência. Informações do documentário “O negócio da Revolução!”⁴⁵ (2011) relatam que estes eventos foram milimetricamente orquestrados por “consultores de revolução”, que

⁴⁵Documentário disponível em: <<http://docverdade.blogspot.com.br/2015/04/o-negocio-da-revolucao-revolutio.html>>

atuam desestabilizando regimes de países de interesse do mundo ocidental, como aqueles que desde a Guerra Fria, estabeleceram resistência às ações de globalização de Washington.

As táticas difundidas por esses consultores foram formuladas pela organização OTPOR durante a Revolução Sérvia e, atualmente, chama-se Centro de Ação Não-Violenta Aplicada e Estratégias (CANVAS⁴⁶). Nos treinamentos, muitos realizados pela Internet, ensinam o que chamam de arte da resistência pacífica e induzem os manifestantes a trazerem as forças da polícia e militares para junto do movimento. Eles orientam-se pelo livro “DITADURA à DEMOCRACIA: uma estrutura conceitual para a Libertação” escrito em Boston pelo autor estadunidense Gene Sharp e funciona como uma bíblia ao ponto de já ter sido traduzido para 34 idiomas.

Facilmente encontrado na Internet, o livro dissemina táticas para a dita revolução pacífica. No apêndice do livro intitulado “Os métodos de ação não violenta” são listadas 198 táticas divididas nos seis grandes grupos: *métodos de protesto não violentos e persuasão, métodos de não cooperação social, métodos de não cooperação econômica: (1) boicotes econômicos, Métodos de não cooperação econômica: (2) greve, métodos de não cooperação política, métodos de intervenção não violenta*. A utilização de táticas pacíficas e geralmente “festivas”, objetivam se legitimar diante da mídia internacional.

Embora aleguem que são apenas idealistas entrevistados do documentário, sugerem que eles são financiados pelos serviços secretos e organizações norte-americanas, assim como é comprovado que os EUA patrocinaram a Revolução na Sérvia. Diante desse cenário, as análises precipitadas e romantizadas que apontaram como resultado positivo da Primavera Árabe a derrubada de vários governos “autoritários”⁴⁷ no Oriente Médio (obviamente fato importante) devem ser revistas, pois o cenário definido posteriormente no mundo árabe foi de ampla instabilidade política e intenso uso de violência praticada pelas forças militares da OTAN, que se instalaram em muitos desses países após os golpes de Estado.

Sobre a ação imperialista nesses protestos, o Informe da Anistia (2012, p.21) explicita:

⁴⁶ O CANVAS é uma instituição sem fins lucrativos, de financiamento privado, sediada em Belgrado na Sérvia. Seus cinco funcionários trabalham em tempo integral e dirigem uma rede de formadores internacionais e consultores que possuem experiência em movimentos democráticos que tenham sido bem sucedidos em várias partes do mundo. Mais informações em: <http://canvasopedia.org/>

⁴⁷ Durante a Primavera Árabe foram derrubados: Zine El Abidini Ben Ali (Tunísia), Hosni Mubarak (Egito), Muamar Kadafi (Líbia), Hamad bin Isa al-Khalifa (Bahrein), Ali Abdullah Saleh (Iêmen), Abdullah II (Jordânia), Qaboos bin Said (Omã).

Os levantes no Oriente Médio e no norte da África deixaram à mostra as políticas exteriores hipócritas e voltadas ao próprio interesse de países que alegam respeitar os direitos humanos. Porém, nesses mesmos países, as políticas domésticas que conduzem a uma crescente crise econômica e a uma maior tolerância para desigualdades cada vez mais agudas evidenciam o seu fracasso, também, em promover os direitos humanos dentro de casa.

As justificativas utilizadas pelos países imperialistas para intervenções nessas regiões fundamentam-se nos discursos da autodefesa ou de representantes legítimos e condutores da democracia, que levarão a esses países a libertação da tirania de seus regimes políticos. Os meios de comunicação tradicionais configuram-se como oligopólios da comunicação, que são integrantes fundamentais no processo de ação do imperialismo, pois difundem, reforçam e (re)constróem esses discursos em todo o mundo, legitimando as ações e disfarçando seus reais interesses. Ramonet (2013, p.63) adotando como exemplo a imprensa escrita, afirma que a concentração desses meios de comunicação na mão de oligarcas deve-se mais a influência que adquirem na construção de seu projeto dominante (político e ideológico) que no lucro econômico. Para o autor:

Os conglomerados midiáticos são grandes autores do mercado, e ao mesmo tempo, sua missão é difundir ideologias disfarçadas de informação – “ideologia” talvez seja uma palavra politizada, digamos que promovem uma visão de mundo, uma maquete do mundo, um mundo ideal.

Como desdobramento positivo mais consistente dos protestos, elenca-se o caso da Espanha, onde articulações gestadas no 15M geraram, entre outras atividades, o *Podemos*, que não é definido por seus integrantes como partido, mas como uma “iniciativa”. Mesmo caminhando para a institucionalização e desenvolvido nos limites do Estado de Direito, contrariando inclusive os gritos que versavam sobre a “crise da representatividade” durante os protestos, essa iniciativa se nutre das energias e pensamentos produzidos nas assembleias na Praça do Sol.

Fundado em 2014, formou-se com a mesma composição social heterogênea dos Indignados: intelectuais, movimentos sociais, pequenas organizações culturais e das esquerdas políticas e com os mesmos ideais: organização não hierárquica, questionamentos sobre as formas de representação e sem financiamento de empresa. O partido teve uma considerável ascensão nas eleições de 2014, transformando-se na quarta força política do país, rompendo com o bipartidarismo local (PP x PSOE), elegendo prefeitas de Madri e Barcelona e cinco deputados para o Parlamento Europeu, contabilizando um total de aproximadamente 1,2 milhão de votos. Ainda convivem com muito dos objetivos dos protestos, mas

institucionalizados e conseguindo alguns resultados sociais, ainda que na margem da relação política formal (SERRANO, 2014; MARRA, 2015; BRINGEL, 2015). Em síntese:

foi a plataforma que melhor conseguiu canalizar e traduzir o imaginário do 15-m a uma proposta política abrangente com o objetivo de disputar as eleições e as instituições. No entanto, o Podemos não é simplesmente o “braço político” do 15-m e não é possível fazer uma associação causal entre o movimento e o partido. Pode-se dizer que o Podemos se alimenta do 15-M e se origina parcialmente dele, mas é algo distinto. O 15-M permaneceu vivo para além do Podemos, e isso, inclusive, gerou tensões de diferentes graus com o partido emergente (BRINGEL, 2015, p. 72-73).

A onda de protestos também chegou à América Latina, expressando o descontentamento com a ressaca deixada pela inserção exaustiva de políticas neoliberais no continente. Para Arcary (2008, p.43):

O significado do período aberto pela crise do neoliberalismo, em especial na América Latina, exige um exame que problematize as principais tendências do capitalismo contemporâneo em perspectiva histórica. O “dever de casa” liberal foi feito, sob a inspiração e monitoramento do FMI, pelos governos Menem e FHC, Fujimori e Gonzalo de Losada, entre tantos outros, a partir do início dos anos noventa, mas os investimentos estrangeiros, que foram prometidos em troca, preferiram como destino os próprios países centrais, sobretudo os EUA, ou a Ásia, em especial a China. As sociedades latino-americanas permaneceram com economias de crescimento muito lento, ou estagnadas e, pior, dramaticamente desiguais, portanto, politicamente muito instáveis.

Nesse sentido, consolidando a característica continental de empreender lutas em resistência como as contra os regimes ditatoriais e os processos de globalização, mais uma vez levantam-se variados tipos de protestos nesse contexto de crise. No Chile, por exemplo, os estudantes de ensino superior e secundaristas tornaram-se protagonistas de uma revolta que ambicionava melhorias nas condições do sistema educacional, posicionando-se contra o processo de privatização do ensino. Posteriormente, o movimento ganhou adesão de outros setores que também apresentaram suas reivindicações, resultando em uma crise política geral que causou desgaste ao governo do país (SADER, 2011).

Com muitas semelhanças e narrativas convergentes sobre demandas comuns, com a dinâmica organizativa dos modernos meios de comunicação utilizados e influenciados por discursos e símbolos de protestos internacionais, eclodem as complexas “Manifestações de Junho em 2013”, no Brasil, alastrando-se como epidemia pelo resto do país, em municípios ou capitais, como a maranhense São Luís.

2 “JUNHO, MÊS QUE ABALOU O BRASIL”⁴⁸: as Manifestações de Junho de 2013.

*Vocês dizem que não entendem
Que barulho é esse que vem das ruas
Que não sabem que voz é essa
que caminha com pedras nas mãos
em busca de justiça, porque não dizer, vingança.
Dentro do castelo às custas da miséria humana
Alega não entender a fúria que nasce dos sem
causas,
dos sem comidas e dos sem casas.
O capitão do mato dispara com seu chicote
A pólvora indigna dos tiranos
Que se escondem por trás da cortina do
lacrimogêneo,
O CHICOTE ESTRALA, MAS ESSE POVO NÃO
SE CALA.
(Somos Nós- Sérgio Vaz)*

Os versos do poeta Sérgio Vaz descrevem a complexidade do momento político de Junho de 2013 no Brasil. Chamadas de Manifestações de Junho⁴⁹ (MJ), Manifestações dos 20 centavos, Jornadas de Junho, Revolta do Vinagre, Revolta da Tarifa, Inverno Brasileiro⁵⁰ ou Primavera Brasileira, geraram debates acadêmicos, jornalísticos e de botequins que não se encerraram, como demonstraram a dinamicidade das lutas sociais e seu processo de correlação de forças.

Desse modo, essas manifestações devem ser compreendidas a partir das relações sociais, econômicas e políticas, diante da articulação das esferas internacional e nacional, ou seja, a partir da interdependência entre o lugar global e o lugar localizado (centro urbano brasileiro). Existiria, então, uma processualidade interna associada à insatisfação e percepção do projeto econômico neoliberal mundialmente definido desde 1990, que degenerou na crise de 2008, intensificando as revoltas em escala global (ANTUNES, 2013).

Para Viana (2013, p.25) “elas emergem como resultado do desenvolvimento capitalista, no qual o regime de acumulação integral (caracterizado pelo neoliberalismo, toyotismo e neoimperialismo) vem se desgastando e encontrando dificuldades crescentes de reprodução”. Portanto, antes da abordagem sobre crise do neoliberalismo no Brasil é importante lembrar o processo de inserção das políticas neoliberais no país.

⁴⁸ Nome do documentário de João Wainer lançado em 2014 e que discute as Manifestações de Junho de 2013.

⁴⁹ Dentre os vários nomes dados às Manifestações que ocorreram em Junho de 2013, optou-se por utilizar o termo Manifestações de Junho de 2013, utilizando-se também os termos, “o junho brasileiro”, protestos ou manifestações, porque os demais termos fazem referência a episódios históricos marcantes, com significados não pertinentes à esta análise.

⁵⁰ Termo em alusão ao período em que ocorreu a Primavera Árabe que ocorreu durante o inverno do hemisfério Norte.

Segundo Motta (2001, p.46), o neoliberalismo no país apresenta como singularidade o fato de ter construído seu alicerce durante o período de “transição democrática”, no qual o governo Sarney (1985-1990) criou as bases necessárias para a implementação das políticas neoliberais nos anos 1990, ou seja, “o Estado brasileiro viabilizou estratégias e agilizou os ajustes necessários para uma virtual inserção na nova ordem econômica internacional”.

Sob a batuta dos presidentes neoliberais, Fernando Collor (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), os ajustes para “incluir” o Brasil no receituário neoliberal foram intensificados, sob o forte argumento ideológico da necessidade de acompanhar o desenvolvimento dos demais países, e que a crise econômica e da governança só seriam superadas mediante o tripé da plataforma política neoliberal: ampliação da abertura da economia nacional ao capital imperialista, aumento das privatizações das empresas e dos serviços estatais e desregulamentação das relações trabalhistas (BOITO JR,1996).

Compreendendo que a ofensiva neoliberal não ocorreu simplesmente pela imposição de normativos legais do Estado ou pelas ações contundentes do mercado, mas também com ajuda de um forte discurso ideológico, difundido massivamente pelos meios de comunicação (propriedade das classes dominantes), foi possível arrebatar, inclusive, lideranças sindicais. A Força Sindical (nova central sindical) executou o *sindicalismo de resultados*, que utilizou discurso, conteúdo programático e ação prática em defesa das políticas neoliberais. Por outro lado, a Central Única dos Trabalhadores, (CUT) com as práticas do *sindicalismo de confronto*, tentou inicialmente enfrentar as demissões em massa e as perdas dos direitos trabalhistas. Mesmo não se transformando em uma central sindical neoliberal, devido às suas fragmentações internas, estruturou suas ações na negociação com o governo, propiciando o aumento da capilaridade das políticas neoliberais entre os trabalhadores (BOITO JR, 1996; MOTTA, 2001; SILVA, 2003).

Sobre a relação promíscua e desmobilizadora entre ação sindical e neoliberalismo Boito Jr (1996, p.04) reflete:

O neoliberalismo é antiestatista apenas no que lhe convém: os críticos da intervenção estatal nas relações de trabalho têm na estatização do sindicalismo sua principal via de acesso ao movimento sindical. A despeito do discurso contra o intervencionismo em geral, sabe, na prática, diferenciar, muito bem, a intervenção do Estado que limita a exploração capitalista, isto é, os direitos sociais que criticam e combatem, da intervenção do Estado que limita e tutela a organização dos trabalhadores, isto é, a estrutura sindical corporativa que aceitam e defendem.

Portanto, foi constante o empenho estatal em adequar o país ao novo modelo de desenvolvimento econômico. Uma das ações mais concretas e decisivas para esse processo foi

a emblemática Reforma Gerencial do Estado (1995)⁵¹, durante o governo FHC, que compartimentou a realidade social em Estado, Mercado e Terceiro setor – que funcionou como uma área de encontro das funções públicas realizadas por iniciativas privadas (MONTAÑO, 2003).

Bresser-Pereira (2000, p.56), mentor da “Reforma”, afirma que os três planos propostos (institucional, cultural e de gestão) foram exitosos, mas nega o direcionamento neoliberal desses ajustes:

Tornou-se comum afirmar que as reformas orientadas para o mercado [...] importam na passagem do Estado Produtor para o Regulador. Esta linguagem é perigosa, tem forte sabor neoliberal, na medida em que está afirmando que a reforma limita-se a privatizar serviços monopolistas [...] e estabelecer agências reguladoras dos preços das empresas privatizadas. Por isso prefiro falar em uma Reforma Gerencial do Estado [...] que vai além de criar agências reguladoras: é também o Estado democrático e eficiente, que financia a fundo perdido dos serviços sociais e de pesquisa científica, e age como capacitador (*enabler*) da competitividade das empresas privadas.

Fugindo do “canto da sereia” do ministro, sabe-se que essas alterações no aparelho do Estado alinhavam-se à perspectiva neoliberal, inclusive inspiradas em medidas semelhantes às executadas na Inglaterra. Nesse sentido, atendendo prontamente aos interesses das classes e frações de classe burguesas nacionais e/ou internacionais, a reforma neoliberal buscou categorizar os direitos sociais como privilégio e estorvo ao desenvolvimento econômico do país, garantindo gastos públicos enxutos, flexibilizando os direitos trabalhistas, etc. (SILVA, 2003). Na percepção de Boito Jr. (2007b) a “mercadorização” dos direitos sociais e dos serviços públicos (educação, saúde e previdência) possibilitou a expansão de uma nova fração burguesa: a nova burguesia de serviços.

Mesmo com a cruel realidade imposta por essas medidas, a “reforma” apresentava-se como garantidora de uma maior afirmação da cidadania, possibilitando um Estado mais forte, democrático e que seria mais bem controlado pela sociedade (BRESSER-PEREIRA, 2000).

⁵¹ A Reforma Gerencial do Estado foi proposta e desenvolvida por Bresser Pereira, gestor do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), durante o governo Fernando Henrique Cardoso. “O objetivo da Reforma da Gestão Pública de 1995 é contribuir para a formação no Brasil de um aparelho de Estado forte e eficiente e compreende três dimensões: a) uma dimensão institucional-legal, voltada à descentralização da estrutura organizacional do aparelho do Estado através da criação de novos formatos organizacionais, como as agências executivas, regulatórias, e as organizações sociais; b) uma dimensão gestão, definida pela maior autonomia e a introdução de três novas formas de responsabilização dos gestores –a administração por resultados, a competição administrada por excelência, e o controle social –em substituição parcial dos regulamentos rígidos, da supervisão e da auditoria, que caracterizam a administração burocrática; c) uma dimensão cultural, de mudança de mentalidade, visando passar da desconfiança generalizada que caracteriza a administração burocrática para uma confiança maior, ainda que limitada, própria da administração gerencial” (Fonte: bresserpereira.org.br).

Entretanto, como pontua Montaño (2003, p.46), ao atrair a sociedade para a participação do “controle social” e da “gestão de serviços sociais e científicos” em favor do fortalecimento da democracia e da cidadania, “a dita ‘publicização’ é, na verdade, a denominação ideológica dada à transferência das questões públicas da responsabilidade estatal para o chamado ‘terceiro setor’ [...] e ao repasse de recursos públicos para o âmbito privado”, que se materializará principalmente nas ONGs e nas ações fomentadas pelos discursos de filantropia social e responsabilidade social das empresas.

Em 2002, a eleição de Lula – ex sindicalista e integrante do Partido dos Trabalhadores (PT), parecia sugerir que uma nova correlação de forças estava em curso, possibilitando uma mudança de hegemonia. No entanto, na campanha eleitoral, o candidato Lula conhecido por sua postura política radical, apresentou-se em uma coligação⁵² que se deslocava do campo da esquerda mais radical, com discurso moderado, comprometendo-se em manter as bases estatais para a permanência do modelo econômico neoliberal. O trecho, abaixo, demonstra essa mudança de discurso:

Aqui ganha toda a sua dimensão de uma política dirigida a valorizar o **agronegócio e a agricultura familiar**. A reforma tributária, a política alfandegária, os investimentos em infra-estrutura e as fontes de financiamento públicas **devem ser canalizadas com absoluta prioridade para gerar divisas** (Carta ao Povo Brasileiro⁵³, 2002, grifos meus).

Ao indicar a valorização do agronegócio e da agricultura familiar, o candidato que se elegeu presidente apontava um direcionamento de ação própria do Estado capitalista na sua relação com a luta de classes: atender algumas necessidades das classes dominadas, na medida exata em que não interfira na hegemonia do bloco no poder (POULANTZAS, 1986). Assim, durante os mandatos de Lula (2003-2010), a dinâmica neoliberal prosseguiu e não houve uma mudança hegemônica entre classes, mas somente entre frações de classes que disputaram para garantir seus interesses. Conforme Almeida (2013, p.10):

Diferentemente do *Manifesto do Partido Comunista*, que aposta na perspectiva de um aprofundamento da contradição política entre proletários e burgueses (Marx e Engels,s/d), durante os governos Lula se implementou uma política que recebeu o progressivo apoio, claro que diferenciado, de um extraordinário leque de classes e frações de classe – desde o semiproletariado à grande burguesia imperialista, passando pela baixa classe média e a grande burguesia interna; de trabalhadores

⁵² A Coligação “Lula Presidente” que disputou à Presidência da República em 2002 apresentava Luís Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT) como candidato a presidente e o empresário José Alencar do Partido Liberal (PL) candidato a vice-presidente. Além do PT e PL também formavam a coligação, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB); Partido da Mobilização Nacional (PMN); Partido Comunista Brasileiro (PCB).

⁵³ A “Carta ao Povo Brasileiro” foi lida por Luís Inácio Lula da Silva em 22 de junho de 2002, em encontro do PT. Disponível na íntegra em: <<http://novo.fpabramo.org.br/uploads/cartaopovobrasileiro.pdf>>.

sindicalizados a dirigentes com um pé nos sindicatos e o outro pé e as mãos à testa de fundos de pensão; de lideranças agronegociastas a movimentos de sem-terra.

Para Boito Jr (2007, p.60), a novidade em relação ao governo Lula é que este não rompeu com a hegemonia do grande capital financeiro internacional, mas “promoveu a ascensão política da grande burguesia interna brasileira no interior do bloco no poder”.

Diante dessas observações, atesta-se que mesmo com um cenário político favorável na América Latina, onde a eleição dos governos oriundos de partidos progressistas no Brasil e em outros países latinos americanos nas últimas décadas⁵⁴ sugeria uma guinada política para a esquerda, os governos de Lula e Dilma (2011-2014) optaram por não desagradar nem as elites nacionais e internacionais, nem as classes despossuídas.

Utilizando a classificação de Martins (2013, p.141) sobre a ação dos governos latino-americanos nesse período, que os divide “entre uma esquerda nacionalista e integracionista [...] ou em projetos centristas e moderados”, classifica-se o caso brasileiro no segundo grupo, já que os governos abraçaram o projeto neoliberal, considerado a base necessária para um consenso nacional.

O direcionamento das ações dos governos petistas sinaliza que chegar ao governo não indica alcançar o poder, pois:

Se os poderes de classe não são redutíveis ao Estado e sempre transcendem seus aparelhos, é que estes poderes fundamentados na divisão social do trabalho e na exploração detêm a primazia sobre os aparelhos que os encarnam, notadamente o Estado. O que corresponde a exprimir de maneira nova a proposição segundo a qual, na complexa relação luta de classes/aparelhos, são as lutas que detêm o papel primordial e fundamental, lutas (econômicas, políticas, ideológicas) cujo campo, já visto ao nível da exploração e das relações de produção, não é outro senão o das relações do poder (POULANTZAS, 2000,p.36).

Para assegurar a governabilidade e manter de “boca calada” os setores econômicos dominantes, esses governos apostaram no pacto social ou “consenso” (consenso ampliado) “neoliberalismo neopopulista” (VIANA, 2015) tentando conciliar o modelo de produção e o consumo capitalista com a ascensão social dos menos favorecidos. Ao capital foram oferecidas políticas de subsídios e isenções fiscais; para a população pobre, foram realizados investimentos diretos em políticas sociais, como o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), Minha Casa Minha Vida (MCMV); ampliação do emprego; programa de transferência

⁵⁴ Desde 2000, além do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil, outros candidatos de partidos com concepção ideológica mais à esquerda chegaram à presidência dos países latinos, como Hugo Chávez (1999-2013) e Nicolás Maduro na Venezuela, Néstor Kirchner (2003-2007) e Cristina Kirchner (2007-2015) na Argentina, Evo Morales (desde 2006) na Bolívia, Rafael Correa (desde 2007) no Equador, Michele Bachelet (início 2014) no Chile, José Mujica (2010-2015) e Tabaré Vasquez (início 2015) Uruguai e Fernando Lugo (2008- 2012) no Paraguai.

de renda direta pela Bolsa Família (BOULOS, 2015; MARTINS, 2013); seguidos do aumento real do salário mínimo: de R\$ 240,00 em 2002 para 678,00 em 2013 (DIEESE).

Mesmo com as medidas sociais adotadas pelos governos petistas e avanços relevantes e relativos nos indicadores sociais, observa-se que as camadas populares foram massacradas pelo efeito perverso da aplicação de capital nos negócios dos setores privados, ação pertinente à lógica neoliberal de transferir os recursos públicos para a iniciativa privada. Nesse sentido,

Ao mesmo tempo, o governo federal aumentou notavelmente os gastos sociais, mas diminuiu os investimentos em saúde e educação. Investiu incontáveis bilhões de reais nos novos estádios da Copa, mas subinvestiu recursos em mobilidade urbana. Ao priorizar o financiamento do carro particular, o governo federal estimulou os lucros – e a tributação – em detrimento dos direitos da cidadania (BRAGA, 2013, p.53).

O aumento do crédito e dos investimentos públicos estimulou relevante transformação nas cidades: construção de prédios e obras de infraestrutura, que afastavam os pobres para regiões mais periféricas das cidades, devido aos altos preços de aluguel das áreas centrais. Aprofundando o modelo de cidade excludente, “as metrópoles brasileiras tornaram-se nos últimos anos, verdadeiras máquinas de produção de novos sem-teto” (BOULOS, 2014, p.12). Ampliando esse cenário, os megaeventos esportivos que atendiam interesses das classes dominantes nacionais e internacionais foram a “grande invenção” do capital para dominar todos os “nichos” de mercado:

Era necessário legitimar esse modelo de alguma forma. Percebeu-se então que grandes eventos, sobretudo os esportivos, que movem paixões nacionais, tinham a grande “qualidade” de serem popularmente aceitos. A idéia era associar esses eventos às obras de requalificação urbana desejadas. Assim, ao redor de um grande estádio, de um pavilhão de exposições, começaram a ser erguidos centros de negócios, bairros de alto padrão etc. Operações casadas em que governantes e investidores saíam ganhando, com a vantagem do apoio popular. A Copa do Mundo da Fifa e os Jogos Olímpicos do COI, os megaeventos mais importantes nesse cardápio, passaram a ser disputados ferozmente pelas cidades do mundo (FERREIRA, 2014,p 09).

No Brasil, por exemplo, o Plano de investimentos da Copa totalizou 25,6 bilhões (Ministério do Esporte, 2013). Vários também são os exemplos de violação e negação de direitos, para que a cidade fosse deixada ao gosto do capital. A Lei Nº 12.663⁵⁵ de 2012 (a Lei

⁵⁵ A Lei Nº 12.663 de 2012 “dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo FIFA 2014 e à Jornada Mundial da Juventude -2013, que serão realizadas no Brasil; altera as Leis nºs 6.815, de 19 de agosto de 1980, e 10.671, de 15 de maio de 2003; e estabelece concessão de prêmio e de auxílio especial mensal aos jogadores das seleções campeãs do mundo em 1958, 1962 e 1970”.

Geral da Copa) viola o anterior Estatuto do Torcedor⁵⁶; a remoção de comunidades nas cidades sedes dos eventos fere o direito à moradia e incita a “limpeza” étnica e social, deslocando os considerados indesejados para as periferias (VAINER, 2013).

A crise do capital chega ao Brasil, encontrando este cenário, mas seus reflexos manifestam-se primeiramente de forma suave, devido a algumas medidas adotadas pelo governo (posteriormente vistas como controversas), como a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). O então presidente Lula (2008), ao falar sobre a crise, disse: “se ela chegar aqui (ela lá é um tsunami) vai chegar uma marolinha, que não dá nem pra esquiar”⁵⁷. O governo adotava então “o discurso de que o país estava preparado para o enfrentamento da crise e se preocupava com a parte da população mais frágil ao implementar programas de combate à pobreza” (SILVA,2014a,p.192). Entretanto, os agudos e históricos problemas sociais brasileiros agravados pelo projeto neoliberal intensificaram-se diante desta crise econômica, gerando ainda mais desemprego e aumento do custo de vida, desencadeando protestos e resistência.

A partir de 2011 algumas manifestações que aconteceram no Brasil basearam-se na onda de protestos que se organizavam internacionalmente. Como exemplos citam-se o “Ocupa” inspirado no *Occupy Wall Street* - protesto de resistência à crise de 2008 que foi realizado em várias cidades do mundo, e as *Marchas Contra a Corrupção*, o *Dia do Basta* que condenavam as práticas de corrupção - discurso capcioso endossado pelas manifestações da Primavera Árabe.

Ressalta-se que nesse período, mesmo após a ofensiva neoliberal sobre os movimentos sociais populares e da classe trabalhadora, diversas entidades sindicais e movimentos sociais continuaram combativos, assim como se fortaleceram, nas últimas décadas, os movimentos relacionados à questão urbana, que combatem a segregação cada vez mais demarcada nas cidades. Segundo Gohn (2010), a retomada dos movimentos sociais urbanos (sobre moradia, contra violência urbana e sobre áreas sociais e prestação de serviços públicos: educação, saúde e temática sobre transportes) sinaliza que, neste século, a questão social brasileira localiza-se principalmente nas grandes cidades, onde as classes populares enfrentam problemas com moradia, assim como todas as classes sociais defrontam-se com problemas relativos à qualidade de vida (poluição do ar, trânsito) e segurança pública.

⁵⁶ A Lei Nº 10.671 de 2003 “dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências”.

⁵⁷ Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/noticia.php?c=161483&e=1>

Palco de constantes manifestações, os centros urbanos atuais resultam das políticas econômicas de abertura de mercados e de precárias relações trabalhistas intensificando o desenvolvimentismo excludente, com maior favelização, informalidade, violência urbana e espaços urbanos segregados (VAINER, 2013).

Todas as desigualdades, a negação de direitos aos despossuídos e os antagonismos de classe ecoam entre o amontoado de concreto: “O desenvolvimento urbano no Brasil desnuda as características mais cruéis de uma sociedade marcada estruturalmente pela desigualdade” (POMAR, 2013, p.15). As cidades concentram e reproduzem a força de trabalho, mas qualquer melhoria de condições de vida depende de políticas públicas urbanas (transporte, moradia, saneamento) que não podem ser adquiridas apenas com melhores salários e melhor distribuição de renda (MARICATO, 2013).

É nesse contexto (global e local) que emergem as Manifestações de Junho de 2013 que, para alguns, aconteceram de forma repentina com a agilidade inesperada de uma “faísca” e, para outros, não gerou espanto, pois “quem acompanha de perto a realidade das cidades brasileiras não estranhou as manifestações” (MARICATO, 2013,p.19) que, na verdade, expressam a permanente luta de classes do Capitalismo.

2.1 As Manifestações de Junho de 2013 no Brasil

2.1.1 A gênese, os momentos e as reivindicações

As Manifestações de Junho, inicialmente motivadas pelo aumento da tarifa em São Paulo, retomaram a pauta do transporte público debatida há bastante tempo no país. A problemática do transporte público é antiga nas cidades brasileiras e tema recorrente nas ações políticas dos movimentos sociais. A Revolta das Barcas (1959) em Niterói (RJ), a Greve da Meia Passagem (1979) em São Luís (MA) e a Luta pela meia-passageira (1980/1990) em Belém (PA) exemplificam as lutas sociais que reivindicaram a melhoria do transporte público em qualidade e/ou adequação (ou supressão) do valor da tarifa. Conforme os integrantes do MPL⁵⁸,

As revoltas populares em torno do transporte coletivo assaltam a história das metrópoles brasileiras desde sua formação. Os bondes virados, os trens apedrejados, os ônibus incendiados, os catraços, os muros “pixados” com as vozes das ruas, as barricadas erguidas contra os sucessivos aumentos das passagens são expressão da digna raiva contra um sistema completamente entre à lógica da mercadoria (MOVIMENTO PASSE LIVRE-SÃO PAULO, 2013, p.13).

⁵⁸ Refere-se ao texto “Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo” escrito pelos integrantes do Movimento Passe Livre-São Paulo, para o livro “Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil” (2013).

Atualmente, o MPL é considerado o expoente da luta por transporte público acessível a todos os moradores da cidade. Contudo, a luta pela revogação do aumento da passagem tem suas raízes e amparo organizacional em movimentos e discussões iniciadas há pelo menos dez anos. Citam-se como exemplo, a Revolta do Buzu (2003), as Revoltas da Catraca (2004; 2005), e posteriormente a formação e consolidação do MPL (2005) como processos embrionários das manifestações de Junho, visualizados na Figura 02 abaixo:

Figura 2: As manifestações sobre transporte, embrionárias de Junho de 2013.



Fonte: Site do Hilton Coelho, (2014); Site Tarifa Zero (2015)

A Revolta do Buzu⁵⁹ aconteceu na cidade de Salvador (BA) entre os meses de agosto e setembro de 2003, com o objetivo de protestar contra o aumento das passagens de ônibus (R\$ 1,30 para R\$1,50) na capital baiana. Os estudantes foram os principais manifestantes e utilizavam como táticas o bloqueio das principais vias da cidade, impedindo o fluxo e também entrando pela porta dos coletivos para não pagar passagem. A passagem não foi reduzida, mas alguns resultados da revolta podem ser destacados, como o congelamento da tarifa em R\$ 1,50 por um ano; extensão da meia-passagem para os domingos, feriados e férias; aumento da cota diária da meia passagem; a meia-passagem contemplada no sistema de transporte complementar; reabertura do Conselho Municipal de Transportes; criação de uma Comissão de Estudos sobre a desoneração da Tarifa (MANOLO, 2008).

As Revoltas da Catraca⁶⁰ aconteceram na cidade de Florianópolis (SC), em 2004 e 2005, também com o intuito de lutar contra o aumento das tarifas de transporte. Entre 28 de junho e 08 de julho de 2004, milhares de pessoas foram protestar nas ruas contra o reajuste de 15,6%, que, ao final dos protestos, foi derrubado. Em 2005, as manifestações entre 30 de maio a 21 de junho também culminaram na revogação do ajuste de 8,8%.

⁵⁹ Ver documentário “A Revolta do Buzu” (2003) de Carlos Pronzato. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=dQASaJ3WgTA>.

⁶⁰ No ano de 2010 novas manifestações emergiram na cidade de Florianópolis contra o reajuste de 7,3% nas tarifas do transporte.

Essas manifestações iniciaram-se com a Campanha pelo Passe Livre de Florianópolis (CPL), organizada por uma frente ampla, liderada majoritariamente por jovens independentes, com a adesão de diversos setores sociais à campanha – que em 2005 originou o Movimento Passe Livre (MPL).

As táticas usadas foram ocupação de terminais de ônibus e das vias principais; a entrada no coletivo pelas portas traseiras ou o pula catraca evitando o pagamento da tarifa; debates; e passeatas. Os resultados apresentados:

Além da luta concreta, um interessante saldo organizativo constitui o legado de Florianópolis. A primeira vitória de 2004 fora mediada por intensa articulação política que culminou numa ação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SC). A segunda vitória, de 2005, passou por tensas mesas de debate e pressão institucional [...] enquanto bombas explodiam pela janela do gabinete do prefeito, com vistas para o terminal urbano (POMAR, 2013, p.10).

Em 2004, a CPL convocou um encontro de caráter nacional, reunindo representantes do Pará, Minas Gerais, Curitiba, Rio de Janeiro e São Paulo, com orientações ideológicas bem diversas. Esse encontro resultou na “Campanha Nacional pelo Passe Livre” e na definição de um calendário de lutas pelo passe-livre (POMAR, 2013).

Concomitantemente à intensificação das lutas por transporte, nos últimos doze anos, foram criadas algumas medidas institucionais e legais que ampararam as temáticas do transporte público e da mobilidade urbana, como o Ministério das cidades em 2003, o Conselho das Cidades em 2004, o Estatuto das Cidades em 2011 (Lei Nº 10.25⁶¹), e a Política de Mobilidade em 2012 (Lei Nº 12.587⁶²).

A questão da mobilidade urbana foi inserida na agenda governamental destacando-se os aspectos sobre o transporte público, por exemplo, o Art.2º do Estatuto das Cidades que afirma “a garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, **ao transporte** e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações” [grifos meus] e descreve, portanto, o transporte como uma das diretrizes gerais da política urbana. O Art. 5º da Política Nacional de Mobilidade Urbana é outro exemplo, pois considera a equidade no acesso dos cidadãos ao transporte público coletivo como seu princípio básico.

⁶¹ Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

⁶² Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nºs 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências.

Entretanto, essas iniciativas ficam restritas aos textos oficiais, já que a mobilidade urbana e o transporte coletivo continuam sendo um problema caótico nas cidades brasileiras. Embora 61% dos brasileiros utilizem o transporte coletivo e o ônibus seja usado como principal meio de locomoção por 34% da população (IBOPE, 2011), há um incontestável descaso com o transporte público. Adotando como referência as passagens brasileiras que tem um dos preços mais caros do mundo (se calculado em relação ao valor dos salários e o tempo de trabalho gasto pelo cidadão para pagá-la) estima-se, por exemplo, que o carioca gaste mais de 12 minutos de trabalho para pagar uma passagem, e o paulistano quase 14 minutos (FOLHA DE SÃO PAULO, 2013).

Criticamente, Maricato (2013; 2015) afirma que a irracionalidade na questão do transporte público e na imobilidade urbana é totalmente favorável a determinados capitais, pois se a mobilidade baseada no automóvel gera inúmeros impactos negativos (o aumento do tempo médio de viagens devido aos congestionamentos, doenças como estresse e depressão), oferece lucros incalculáveis a certos setores. O consumo exacerbado de automóveis (transporte individual) deve-se aos subsídios concedidos pelo governo federal - que também foram dados ao setor da construção civil, produtor da infraestrutura de circulação desses mesmos automóveis:

Verdadeiros assaltos aos cofres públicos, os investimentos em obras de viadutos, pontes e túneis, além da ampliação de avenidas, não guardam qualquer ligação com a racionalidade da mobilidade urbana, mas com a expansão do mercado imobiliário, além, obviamente, do financiamento de campanhas (MARICATO, 2013,p. 25)

Em entrevista a Pedro Sprejer (2013) sobre as razões de o transporte público no Brasil ser ineficiente, a autora de “O que é a Cidade” (1994), Raquel Rolnik afirmou que existe uma hegemonia do automóvel, já que transporte público sempre foi coisa de pobre e que, por isso, não teve investimento na qualidade. Aponta também o *lobby*, o cartel das empresas concessionárias de ônibus e das empreiteiras de obras públicas, como são fatores relacionados aos financiamentos políticos, pois “há uma relação forte entre o sistema político e os interesses empresariais que giram em torno dos serviços de obras públicas” (ROLNIK, 2013, s/n) sejam elas federais, estaduais ou municipais, sinalizando que “há luta de classe na cidade”(MARICATO, 2015,p.108).

Esses fatores sobre a situação caótica da mobilidade urbana e do transporte público nos centros urbanos continuaram a ser pauta dos movimentos sociais que militam por essa temática, como o MPL que figurou entre os movimentos expoentes. Desse modo, com o

acúmulo político de oito anos, e diante da notícia do aumento da tarifa do transporte público na capital paulista, o MPL organizou o primeiro ato das Manifestações de Junho:

No dia 06 de junho o MPL –Movimento Passe Livre- **realizou uma manifestação contra o aumento da tarifa de ônibus e pela reivindicação da Tarifa Zero, bandeira do movimento desde o seu surgimento, em 2005**, à qual suas lideranças atribuem o sentido de uma luta anticapitalista por retirar dos empresários do setor de transporte o poder do controle da mobilidade urbana (PINHEIRO, 2013, p.154, grifos meus).

Entre o ato inicial das Manifestações de Junho (06 de junho) até o seu arrefecimento (em 30 de junho), ocorreram modificações na composição sociopolítica dos manifestantes, na abordagem realizada pela mídia, e também na pauta de reivindicações. Os números⁶³ de manifestantes nas ruas revelam a amplitude dessas manifestações. Em 20 de junho, por exemplo, contabiliza-se que mais de um milhão de manifestantes foram às ruas, espalhados em 388 cidades, sendo 22 delas capitais. As MJ também tiveram apoio de brasileiros na Espanha, Portugal, Estados Unidos entre outros países.

Para os mais crédulos, o conjunto dessas manifestações foi o marco fundador de um novo país, “um projeto de esperança de uma vida melhor” (CASTELLS, 2013, p.178). Para outros, existiria uma “revolução em marcha, mas ela não é a dos trabalhadores e das classes médias. É uma revolução sem revolução, a sociedade ultrapassando o sistema político e pondo em xeque o que está instituído” (NOGUEIRA, 2013,p.42). Para os mais céticos ou realistas, não se isentaram de representar “as disputas políticas que se travam na sociedade, mesmo porque [...] as próprias manifestações foram e continuam sendo objeto de disputa” (PINHEIRO, 2013, p.154). Na Figura 03 abaixo, visualizam-se cenas das manifestações de Junho:

⁶³ Analisando um período mais amplo (de junho a agosto) atesta-se que 483 municípios foram palco de protestos reivindicando melhores condições de vida no meio urbano (GOHN, 2014).

Figura 3: O Junho brasileiro de 2013



Fonte: Viomundo (2013); Uol (2013)

Essa disputa política foi observada durante os vários momentos em que aconteceram as manifestações. Maria da Glória Gohn (2013), por exemplo, analisa esse movimento em três momentos. 1º. De **desqualificação e descaso**, quando as manifestações contra o aumento das tarifas dos transportes eram lideradas pelo Movimento Passe Livre (MPL) e confundidas com um ato de estudantes. 2º De **violência**, quando a ação policial gerou dezenas de feridos e inúmeras detenções, alterando a opinião pública a favor das manifestações e estimulando novos atos. 3º. De **vitória**, quando a demanda básica foi atendida, com a anulação do aumento das tarifas em São Paulo - e com a transferência do eixo central dos protestos para a Copa das Confederações de futebol.

Nesse ciclo cronológico das manifestações, Jair Pinheiro (2013, p.154-155) também identifica três fases. 1ª. De **destaque** para a luta do MPL, já que além da reivindicação contra o aumento do transporte, também se destacava a reivindicação da Tarifa Zero: “à qual suas lideranças atribuem o sentido de uma luta anticapitalista por retirar dos empresários do setor de transporte o poder de controle da mobilidade urbana”. 2ª. De **mudança** na abordagem da imprensa gerando maior adesão às manifestações. 3ª. De **redirecionamento** político-

ideológico, com repúdio aos partidos de esquerda e aumento de entrevistas com políticos opositores ao governo federal.

Para Singer (2013), essas três fases das Manifestações de Junho seriam, sinteticamente: 1ª. inicialmente pela redução de passagem; 2ª. presença de outras frações sociais, com a difusão de pauta; 3ª. fragmentação das manifestações em mobilizações parciais com objetivos específicos, como redução de pedágios, derrubada da PEC 37, protesto contra o Programa Mais Médicos, etc.

Essas várias fases ou momentos do Junho brasileiro geraram uma variedade na pauta de reivindicações, causando uma dispersão em relação ao motivo que originou as manifestações (aumento da tarifa do transporte) como atestam os dados da pesquisa⁶⁴ que expõe o perfil dos manifestantes da última fase, apresentado na Tabela seguinte:

Tabela 1 - Principais reivindicações dos manifestantes

REIVINDICAÇÕES (soma das 03 razões principais)	(%)
Ambiente Político ⁶⁵	65,0
Transporte Público	53,7
Saúde	36,7
Gastos com a copa do mundo/ das confederações	30,9
Educação	29,8
Contra a PEC 37 ⁶⁶	11,9
Justiça/ segurança pública	10,2
Reação à ação violenta da polícia	4,1
Administração pública	2,9
Outras causas específicas com menos de 1%	2,7
Por direitos e democracia	1,8
Nenhum	0,1

⁶⁴Essa pesquisa foi realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) no dia 20/06/2013 com 2002 (duas mil e duas) pessoas distribuídas em sete estados e em Brasília, perguntando quais seriam as três principais razões de irem às ruas. Esta pesquisa foi divulgada no dia 23/06 no programa de televisão Fantástico. Essa pesquisa traça um perfil existe já na terceira fase dos protestos alertando-se, portanto, que o perfil ao longo dos dias de protesto desde o início até o final não foi estático, sinalizando que não seria necessário a pesquisa retratar um perfil em geral dos manifestantes.

⁶⁵ Esse grupo abarca os seguintes motivos: Contra a corrupção/desvios de dinheiro público (49,0%); Necessidade de mudança (11,4%); Insatisfação com governantes em geral (9,9%); Insatisfação com políticos em geral (7,8%);Contra partidos/ sistema partidários/ brigas partidárias (0,2%);Saída de Renan Calheiros (0,8%);Contra o Deputado Marco Feliciano/ Contra o projeto Cura Gay (1,8%);Fim da impunidade dos políticos/ fim do fórum privilegiado/ ficha limpa (0,4%);Contra o salário dos políticos (0,4%); Mensalão/ Reivindicar prisão dos condenados (0,5%);Voto secreto (0,0%).

⁶⁶ Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 37 do ano de 2011, “acrescenta o § (parágrafo) 10 ao Art.144 da Constituição Federal para definir a competência para a investigação criminal pelas polícias federal e civil dos Estados e do Distrito Federal”.

REIVINDICAÇÕES (soma das 03 razões principais)	(%)
Não respondeu	0,2

Fonte: IBOPE (2013)

A reivindicação inicial sobre a temática do transporte público atingia diretamente a burocracia estatal, já que sob sua tutela está a responsabilidade de regulamentar o transporte coletivo, e atingia “de raspão” a classe capitalista que via seus interesses atingidos, à medida que o aumento do seu lucro viria com a elevação da tarifa (VIANA, 2013).

2.1.2 Em movimento: movimentos sociais e grupos que atuaram em Junho de 2013

As Manifestações de Junho de 2013 aconteceram em várias fases, como pontuado anteriormente, aglutinando em cada uma delas novas reivindicações. Portanto, percebe-se que elas não foram homogêneas muito menos organizadas de modo uniforme. Embora ganhe notoriedade o discurso de que se formaram espontaneamente, observa-se que inicialmente foram organizadas por movimentos sociais consolidados, para somente nas últimas fases serem usurpadas por grupos conjunturais, que deram um caráter de individualidade ao processo, sem apresentar coesão.

Entre os movimentos consolidados e construídos com maior organicidade e coesão destacam-se o MPL, a Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa⁶⁷ (ANCOP) formada pelos Comitês Populares da Copa e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).

O Movimento Passe Livre (MPL) que esteve à frente dos primeiros atos das manifestações foi fundado em 2005 no espaço *Caracol Intergalactika* do Fórum Social Mundial (FSM)⁶⁸ de Porto Alegre (RS). A plenária foi convocada pela CPL, que no ano anterior quase conseguiu aprovar a Lei do Passe Livre em Florianópolis. O site do MPL apresenta-o como “um movimento social autônomo, apartidário, horizontal e independente, que luta por um transporte público de verdade, gratuito para o conjunto da população e fora da iniciativa privada” e que tem como luta principal a democratização do acesso ao espaço urbano e seus serviços, mediante a consolidação da **Tarifa Zero!** Seus princípios são a

⁶⁷ A ANCOP reunia os Comitês Populares da Copa através de representantes das 12 cidades-sedes (Manaus, Cuiabá, Fortaleza, Natal, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre) do mundial de 2014.

⁶⁸ O Fórum Social Mundial constituía-se como uma das frentes de lutas do movimento antiglobalização. Durante aproximadamente nove anos, ocorreu em diversas partes do Mundo: no Brasil em cidades como Porto Alegre (2001, 2002, 2003, 2005) e Belém (2009); na Índia (2004), na Venezuela (2006) e também na África (2007).

autonomia, independência, horizontalidade, apartidarismo (mas não antipartidário) federalismo⁶⁹. Atualmente, o MPL tem representação em várias cidades brasileiras.

Antes de 2013, realizaram atividades principalmente em São Paulo, como os “escrachos” (2006) que achincalhavam atos oficiais e colocavam em pauta a Tarifa Zero; protestos contra o aumento do transporte (2006; 2010; 2011); coorganização no “Churrascão de gente diferenciada”⁷⁰ (2011), além dos encontros nacionais, como o 3º Encontro que ocorreu na Escola Nacional Florestan Fernandes, do Movimento dos Sem Terra (MST), e teve a participação de representantes de mais de 10 cidades brasileiras.

Para Fon Filho (2013) o MPL era um movimento de classe média, com uma demanda que interessava à população de mais baixa renda. Para o autor, a classe média que formava o MPL construía uma oposição à esquerda⁷¹ aos governos petistas e, portanto, radicalizava-se contra o governo municipal de São Paulo que era do Partido dos Trabalhadores (PT).

Fon Filho lembra ainda que por mais que este movimento se apresentasse como autônomo, anárquico, realizador de ação direta e organizado de modo horizontal (sem hierarquias) nas manifestações, convivia harmoniosamente com os partidos da oposição de esquerda, declarando apartidarismo sem antipartidarismo.

No contexto das manifestações de 2013, o movimento que se posicionava contrário aos eventos esportivos, como a Copa das Confederações (2013) e Copa do Mundo (2014) no Brasil, empreenderam nas cidades-sedes desses megaeventos consistentes ações de resistência organizadas pelos Comitês Populares da Copa e da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa⁷² (ANCOP). Posicionavam-se contrários aos imensos gastos públicos com esses eventos esportivos e com a exclusão social e danos sociais que provocavam, pois muitas comunidades foram despejadas em consequência da construção dos equipamentos esportivos

⁶⁹ Detalhamento desses princípios disponíveis no Site do MPL: <http://www.mpl.org.br/>

⁷⁰ Protesto organizado pelos Sites de Redes Sociais contra um grupo de moradores contrários à construção de metrô na Avenida Angélica, em Higienópolis. Chamou atenção por ter sido bastante bem humorado, com direito a carne, refrigerante e pagode (www.ultimosegundo.ig.com.br).

⁷¹ Ao expor sua visão sobre a classe média formada desde o governo Lula, o autor acredita que ela estava descontente devido aos (parcos) ganhos adquiridos pelas classes populares, que despertavam na classe média a sensação de que estavam tendo perdas econômicas. Por isso, abandonaram o PT a partir de 2005, dividindo-se entre os que se situaram em uma oposição à direita, apoiando partidos como o PSDB, e os que realizaram uma oposição à esquerda, endossando partidos como o PSOL e o PSTU.

⁷² A ANCOP reunia os Comitês Populares da Copa através de representantes das 12 cidades-sedes (Manaus, Cuiabá, Fortaleza, Natal, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre) do mundial de 2014.

e das obras de infraestrutura. Para o “Comitê Popular Copa e Olimpíadas do Rio”, era necessário enfrentar

o modelo excludente de política urbana implementada no Rio de Janeiro, motivada pela construção de imagem de cidade global para os chamados MEGAEVENTOESPORTIVOS, a saber: Jogos Mundiais Militares Rio 2011, Copa das Confederações 2013, Copa do Mundo 2014, Jogos Olímpicos Rio 2016 [...] A experiência dos Jogos Pan Americanos em 2007 nos mostra a fragilidade do governo brasileiro de estabelecer um processo de gestão democrática e transparente dos gastos públicos, e de estabelecer um espaço de interlocução efetiva com a sociedade sobre o legado dos Jogos. O resultado são equipamentos abandonados, jogados à iniciativa privada e nenhum retorno positivo para sociedade, em termos de melhorias sociais, urbanas e ambientais para a cidade (SITE DO COMITÊ POPULAR DA COPA).

Os Comitês Populares das cidades-sedes e a ANCOP realizaram várias atos, mobilizações contra as remoções, debates, e produziram o extenso e bem fundamentado “Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Brasil”⁷³. Observando os movimentos ligados ao transporte público e os de enfrentamento aos danos dos megaeventos, observa-se que a cidade reafirma-se como o grande cenário histórico dos movimentos populares e de luta de classes:

Os principais movimentos populares do Brasil foram, desde a Colônia, movimentos rurais já que nestas áreas se fincava a resistência ao sistema. Agora as resistências estão se concentrando nas cidades. Os principais movimentos urbanos (MPL, MTST, Comitês da Copa, CMI e outros) personificam algo similar a luta pela reforma agrária, que é a luta pela reforma urbana. O latifúndio e o agronegócio são o equivalente na cidade a segregação espacial e a especulação imobiliária (ZIBECHI, 2013,p.31) (tradução livre).

O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) também foi presença relevante durante os primeiros momentos das Manifestações de Junho. Fundado desde 1997, é atualmente o maior movimento nacional que milita pela causa da moradia e adota como tática construir grandes ocupações em terrenos vazios nas periferias urbanas, com o intuito de integrar a luta por moradia e também por serviços de infraestrutura nos bairros carentes (BOULOS, 2012).

Os manifestantes predominantes nas últimas fases das Manifestações de Junho, diferentemente dos grupos presentes nas fases anteriores, não possuíam organicidade anterior,

⁷³ Esse Dossiê subdivide-se em temas como moradia; trabalho; acesso à serviços e bens públicos e mobilidade; esporte; meio ambiente; orçamento e finanças; acesso à informação, participação e representação populares; segurança pública. Disponível em: <https://www.dropbox.com/s/59kh0lfsjwduai/ANCOP_Dossie2014_WEB.pdf?dl=0>.

e formaram suas ações no “calor” dos acontecimentos, espontaneamente, utilizando quase que exclusivamente as “redes sociais” para organizar suas ações.

Gramsci (1989, p.46) afirma que, na análise de uma estrutura, é necessário diferenciar os movimentos orgânicos (permanentes) dos movimentos conjunturais (ocasionais, imediatos). Os primeiros “dão margem à crítica histórico-social, que investe os grandes agrupamentos, acima das pessoas imediatamente responsáveis e acima do pessoal dirigente”; os conjunturais situam-se na crítica do dia-a-dia.

Utilizando a distinção desses momentos para uma análise das Manifestações de Junho, nota-se que os movimentos sociais consolidados, com caráter organizacional mais definido e apresentando demandas de caráter popular, realizam a luta no âmbito histórico-social macro, pois refletem os sintomas de um sistema excludente e desigual denunciado através da luta contra o sistema capitalista, seja em sua nuance de reivindicação pela gratuidade dos transportes públicos, enfrentamento aos despejos ocasionados pelos megaeventos ou a luta pela moradia.

Por outro lado, os grupos posteriores fixionados em criticar temáticas como corrupção ou ações de cunho moral de governantes e parlamentares (e outras tantas fragmentações) enquadram-se em certa medida nos movimentos conjunturais, à medida que se dedicam a essa crítica do dia-a-dia, de acordo com a distinção gramsciana.

A multidão difusa que adotou esses protestos comportava desde uma “esquerda mais radical, que busca mudanças mais sistêmicas, a uma direita conservadora, que busca proteção em direitos humanos, mas garantindo seu *status quo*, ou até propondo retrocessos em relação a políticas públicas de inclusão” (Scherer-Warren, 2014, p.424).

Isso permitiu que fosse divulgada a imagem de manifestações “espontâneas” e “horizontais” e que o discurso fosse: “as manifestações foram dispersas e multicêntricas, refratárias a lideranças fixas, e sem maior dimensão organizacional. Sua forma explosiva, espasmódica e reticular anunciou a hipermodernidade das ruas” (NOGUEIRA, 2013, p.32). Essa pretensa autonomia institucional e o aspecto da conectividade como elemento fundamental desses protestos foram se consolidando como uma teoria comprovada:

De forma confusa, raivosa e otimista, foi surgindo por sua vez essa consciência de milhares de pessoas que eram ao mesmo tempo indivíduos e um coletivo, pois estavam – e estão – sempre conectadas, conectadas em rede e enredadas na rua, mão na mão, tuítes a tuítes, post a post, imagem a imagem. Um mundo de virtualidade real e realidade multimodal, um mundo novo que já não é novo, mas que as gerações mais jovens veem como seu (CASTELLS, 2013, p.179-180).

Esse discurso expandiu-se do meio acadêmico para os meios de comunicação mais tradicionais, que retiraram de suas análises qualquer possibilidade de associação dessas manifestações a organizações tradicionais, principalmente no campo político de-esquerda.

Esses grupos que foram às ruas sem plataformas concretas e com grande diversidade ideológica, transformaram as ruas brasileiras em verdadeiras arenas políticas, ou simplesmente em “eventos”, que requeriam acessórios e roupas próprias. Foram vendidos na Internet “Kits Manifestação” com nariz de palhaço, máscara, cartaz, bandeira do Brasil, entre outros itens. Em um *post* intitulado “Moda para protesto, roupa de guerra⁷⁴”, publicado no Blog Chick da Glória Kalil (2013), a consultora de moda afirma:

Em uma hora dessas, é hora de manter a cabeça fria e pensar com calma na roupa que se usa. Mais que cores partidárias ou máscaras fantasiosas, é preciso pensar em peças utilitárias para enfrentar a guerra -ainda que unilateral- e se proteger, por mais que todos queiramos uma manifestação pacífica.

As formas, o processo organizativo visivelmente ligado a um modelo estético, e o *perfil* dos participantes, revelam que majoritariamente convocadas, divulgadas e até organizadas através da Internet, os imperativos implícitos limitaram-se a: “todo mundo pode participar”, “todo mundo pode construir”, “aqui reina a liberdade”. Por isso, o fácil envolvimento de muitas pessoas que, talvez, nunca nem tivessem pensado em participar de protestos.

2.1.3 *Modus Operandi*: formas de organização e uso das “Redes Sociais”

Durante as manifestações, observou-se que a *criatividade* das ações destacou-se através de uma variedade de ações políticas que associavam novos tipos de ação a ações tradicionais. Formas clássicas de ação (marchas, greves, passeatas, ocupação de espaços públicos) ocorreram paralelamente a atos virtuais (*twittaços* e protestos *online*) ou “criativos”, como beijaços.

Outro exemplo de criatividade foram os cartazes, produzidos em casa ou em “oficinas de cartazes” nos espaços públicos expunham as reivindicações “contra tudo” dos militantes. Esses cartazes tomaram simbolicamente o espaço ocupado historicamente pelas bandeiras (principalmente vermelhas de partidos, sindicatos e movimentos sociais) que foram rechaçadas nas fases finais dessas manifestações.

⁷⁴ Publicação do dia 16 de jun. de 2013. Disponível em: <http://chic.uol.com.br/les-chics/noticia/moda-para-protesto-roupa-de-guerra>.

Desse modo, a estética ganhou notoriedade e poder de unificação. De acordo com Ortellado (2013), esses protestos enfatizaram mais o processo que o resultado, pois é a horizontalidade, a utilização da democracia direta e a criatividade das suas ações que serão capazes de dar sentido a eles.

A centralidade da questão estética nos recentes protestos exemplifica-se pelo livro “Bela Baderna: ferramentas para Revolução” (2013), uma espécie de manual para ações políticas⁷⁵. Distanciando-se da orientação teórica revolucionária para a prática política dos livros clássicos, como “O Manifesto do Partido Comunista (1848) de Marx e Engels e “O que Fazer?”(1902) de Lênin, o “Bela Baderna” fornece instruções práticas e instrumentais, como uma “caixa de ferramentas”:

apresenta as principais táticas, princípios e conceitos teóricos que orientam o **ativismo criativo**, fornecendo ferramentas analíticas para que os ativistas aprendam com seus próprios erros e acertos. O livro é uma mistura de manifesto do ativista pregador de peças, manual de ação direta no estilo Greenpeace, e guia de treinamento para pedagogias e práticas emancipatórias e de organização das massas (BOYD; MITCHELL, 2013, p.07, grifos meus).

Realmente, são minuciosamente descritas táticas como: interrupção criativa, boicote à dívida, ação direta, teatro de guerrilha eleitoral, *flash mob*, greve geral, projeção de guerrilha, pegadinha, teatro invisível, ações em massa na rua, ocupação, intervenção visionária, não-violência. Esse livro exemplifica a ênfase dada à plástica dos protestos, muitas vezes em detrimento de um amadurecimento teórico dos grupos, privilegiando ações impactantes que dão certos pontos de “frescor” às ações políticas – mas salientam que não devem ser utilizadas para descaracterizar as tradicionais lutas das classes trabalhadoras.

A utilização das “redes sociais” durante as manifestações é outro fator a ser discutido, já que análises (equivocadas) as apresentaram como as protagonistas das Manifestações de Junho. De acordo com pesquisa⁷⁶, 75% dos manifestantes utilizaram alguma rede social⁷⁷ para convidar pessoas para as manifestações e apenas 13% não se mobilizaram através de redes. É inegável sua importância para organizar, divulgar os protestos, construir

⁷⁵ Esse livro é organizado por Andrew Boyd e Dave Oswald Mitchell e conta com “contribuições de diversos autores com diferentes experiências de ativismo, em diferentes partes do mundo, o livro é um manual de estratégias subversivas (porque subvertidas) de atuação política” (BOYD; MITCHELL, 2013,p.02). O conteúdo desse livro divide-se em: táticas, princípios, teorias e estudos de caso que orientam a ação. A proposta assemelha-se à exposta no livro “Da Ditadura à Revolução” de Sharp (comentado no capítulo anterior) baseando-se em táticas de revolução não-violenta que se baseiam na criatividade. Os colaboradores são professores universitários, artistas, comunicadores, economistas, fundadores de ONGs, ativistas pertencentes a diversos países, incluindo brasileiros e muitos norte-americanos.

⁷⁶ Idem Nota 64

⁷⁷ Utilizaram o Facebook 77% dos manifestantes, 1% o Twitter e 8% os dois.

narrativas diferentes (opostas) às divulgadas pela mídia tradicional e dar agilidade à transmissão de informações.

No período das Manifestações de Junho, as redes sociais convocaram protestos, divulgaram vídeos e notícias com a versão dos militantes sobre o que estava acontecendo nas ruas, denunciaram a violência policial assim como as manipulações da mídia corporativa e, através da publicação das hashtags #changebrazil e #ogiganteacordou, expressaram de forma virtual o apoio internacional às manifestações.

Entretanto, apesar dessas possibilidades, é fundamental não perder de vista que elas possuem um caráter instrumental, ou seja, sozinhas não produzem um movimento social. Ressalta-se também que existem limites materiais, legais e ideológicos para seu uso político.

Em relação aos limites materiais, por mais que os computadores e acesso à internet tenham se popularizado nos últimos anos, e seja considerável o aumento no número de usuários brasileiros nas redes sociais (em 2013 eram 61,2 milhões no Facebook), ressalta-se que parcela da população brasileira ainda fica excluída do acesso a esses instrumentos, assim como está à margem de condições dignas mínimas de sobrevivência. Para citar um exemplo o país apresentava 13,2 milhões de analfabetos em 2012 (PNAD, 2012). A Figura abaixo ironiza essa relação:

Figura 4: A “rede social” de muitos brasileiros



Fonte: IVAN CABRAL (2011)

Outro dado relevante é que o acesso dos domicílios a aparelhos de televisores ainda é maior que o acesso a computadores e à Internet. De acordo com dados do IBGE (2010), 95,1% possuíam em seus domicílios aparelhos de televisão; apenas 38,3% tinham micro-computadores e somente 30,7 % possuíam micro-computador com acesso à Internet. Portanto, ainda recebem majoritariamente o conteúdo produzido pelas mídias tradicionais.

Em relação aos limites legais, observa-se a proposição de várias Leis nos últimos anos que objetivam normatizar o uso da Internet. Elencam-se a Lei 12.735/12⁷⁸ (Lei Azeredo) e a Lei 12.737/12⁷⁹ (Lei Carolina Dieckman), e mais recentemente o Marco Civil da Internet (Lei Nº 12.965/14⁸⁰). Em 2015, duas iniciativas apresentavam-se nesse sentido: a primeira de autoria do deputado Silvio Costa (PSC) o PL 1879/15, arquivado, tinha como intuito “estabelecer a obrigatoriedade de guarda de dados adicionais de usuários na provisão de aplicações que permitam a postagem de informações por terceiros na internet” que em síntese pretendia acabar com o anonimato na Internet.

A segunda foi do deputado Cláudio Cajado (DEM) que anunciou a intenção de propor projeto (ainda não apresentado) para punir que pessoas falassem mal de políticos em “redes sociais”. Embora sob a alegação de normatizar o espaço “sem lei” que é a Internet, muitos desses projetos trazem em seu âmago as perspectivas de limitar as expressões nesses meios.

Sobre os limites ideológicos, pontua-se que muitas pessoas utilizam a Internet para outros fins e não para se informar ou se envolver politicamente. Nota-se também que a maior parte do conteúdo disponibilizado nas “redes sociais” é réplica dos portais de jornais e canais das mídias tradicionais, sendo produzido pouco conteúdo novo ou alternativo.

2.1.4 Quem eram eles? A composição social do Junho de 2013.

As várias etapas apresentadas pelas MJ dificultam traçar um *perfil* socioeconômico dos manifestantes durante esses protestos, pois a cada etapa ou momento seria possível uma radiografia social diferente. A variedade de movimentos sociais e a diversidade de reivindicações demonstram que elas não foram homogêneas, seja nos quesitos geracional ou classista.

A pesquisa mais completa realizada nesse período, a do IBOPE (2013) reflete a realidade da última fase das manifestações, limitando uma análise total sobre o período das manifestações e do perfil dos manifestantes. Os dados apresentados realizam várias indicações socioeconômicas dos manifestantes: 49% possuíam o colegial completo ou ensino

⁷⁸ Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal, o Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar, e a Lei nº 7.716, de 05 de janeiro de 1989, para tipificar condutas realizadas mediante uso de sistema eletrônico, digital ou similares, que sejam praticadas contra sistemas informatizados e similares; e dá outras providências.

⁷⁹ Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências.

⁸⁰ Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.

superior iniciado; 30% tinham renda familiar acima de 02 até 5 salários mínimos; 76% trabalham; 52% estudam; em relação ao gênero 50% eram homens e 50% mulheres e, em relação à faixa etária, nota-se relevante presença juvenil, com 63% dos entrevistados pertencentes à faixa etária considerada jovem (43% por pessoas entre 14 a 24 anos e 20% entre 25 a 29 anos) (IBOPE, 2013⁸¹).

O protagonismo dos jovens em manifestações não é uma novidade, mas facilmente observado nos movimentos sociais e protestos políticos históricos:

Os inúmeros movimentos de transformação social, sejam eles radicais ou utópicos, que as últimas décadas viram surgir tiveram como principais articuladores os jovens. Isso se deve não apenas ao seu poder de mobilização - que não foi nada pequeno-, mas, principalmente, à natureza de ideias que colocaram em circulação, ao modo como as veicularam e ao espaço de intervenção crítica que abriram (BRANDÃO; DUARTE, 2004, p.7).

A juventude de junho de 2013 é provavelmente diferente daquela que organizou o maio de 1968 ou que atuou durante a Ditadura Militar. A chamada “geração Y” (entre 20 e 29 anos) possui interesses e formas de agir politicamente próprias, permitindo, portanto, considerar as juventudes associadas diretamente a questões socioculturais. Tratando da juventude na sociedade contemporânea, Abramovay e Castro (2006, p.10) afirmam que:

o período da juventude prolonga-se na medida em que os processos de emancipação dos jovens são retardados por diversos motivos, como a ampliação do período de formação escolar para enfrentar as exigências do mercado de trabalho. Na medida em que as sociedades passam do rural ao urbano, do agrário ao industrial e do industrial à atual sociedade do conhecimento, a abrangência do que vem a ser jovem, em termos etários, alarga-se e assume dimensões inéditas na história da humanidade.

A exaltação das individualidades e da velha meritocracia pela ideologia neoliberal transferiu para o indivíduo maior responsabilidade por seus fracassos, ocultando a estrutura econômica e social desigual, contra a qual deveriam lutar coletivamente. Aos jovens sobraría, então, a corrida frenética atrás de títulos (meritocracia) e o fascínio pelo consumo, já que a última moda rapidamente torna-se *demodê*.

Ressaltando que as informações e propagandas apologéticas ao consumo destinam-se a todos os recortes sociais, dos que possuem maior ou menor facilidade de acessar bens materiais, observa-se geralmente uma unificação da faixa etária, possibilitando posturas políticas descoladas de uma consciência de classe e da crítica à sociedade desigual em que vivem.

⁸¹ Idem Nota 64

Desse modo, analisando o perfil pluriclassista durante as MJ, compreende-se o direcionamento político e ideológico das manifestações. Os vários momentos e formatos desenvolvidos durante essas manifestações expressam a luta de classes e a correlação de forças se materializando nas ruas.

Observou-se que a maioria da juventude atuante em junho era inicialmente formada por jovens da classe trabalhadora e por manifestantes progressistas da classe média que lutavam por demandas populares com concepções políticas consistentes, com afinidades ideológicas à esquerda ou sem afinidades partidárias, como anarquistas ou automistas. Em menor número, encontram-se jovens com a percepção de que existe um desgaste no exercício da política tradicional e, minoritariamente, uma juventude que não tem experiência política, mas também insatisfeita com a inoperância dos serviços públicos (ANTUNES, 2013).

Em relação ao recorte econômico, nota-se que a pesquisa aponta apenas o rendimento e a escolaridade como forma de captar o perfil econômico dos manifestantes, sabendo-se que os critérios renda, escolaridade, profissão e consumo produzem apenas a pirâmide das chamadas classes A, B, C, D, E. Além da ideia de mobilidade social, a outra forma de analisar esse perfil seria usar a dimensão forma da propriedade (CHAUÍ, 2013).

Nessa perspectiva, Singer⁸² (2013) afirma que as Manifestações de Junho foram formadas por uma classe média tradicional que se inquietava com diversos aspectos apresentados nacionalmente, mas também pelo proletariado, como reflexo de questões sentidas por ele. Antunes (2013, p.41) também conjuga o perfil econômico e ideológico: “as manifestações se ampliaram e se tornaram poli classistas, com setores da classe média conservadora, setores aparentemente apolíticos, setores mais politizados, setores da periferia [...] além do novo proletariado de serviços”.

O uso dos termos classe média, proletariado e poli classistas, para analisar o perfil econômico dos manifestantes, trazem para o centro do debate as relações sociais de produção, evidenciando a existência de várias classes incluindo o proletariado, formado por trabalhadores desprovidos de meios de produção. O termo classe média, na atual fase neoliberal do capitalismo, abriga apenas as burocracias estatal e empresarial, pelo serviço público, pela pequena propriedade fundiária e pelo pequeno comércio – não filiado aos

⁸² O autor aponta que as análises propostas sobre o perfil dos manifestantes indicavam dois tipos de manifestantes: um primeiro que predominava manifestantes de classe média; e um segundo que via uma presença forte do precariado. Em contrapartida, ele propõe uma que associa esses dois perfis.

grandes oligopólios transnacionais (CHAUÍ, 2013). O recente termo “nova classe média⁸³” confirma esse direcionamento:

Como a tradição autoritária da sociedade brasileira não pode admitir a existência de uma classe trabalhadora que não seja constituída pelos miseráveis deserdados da terra, os pobres desnutridos, analfabetos e incompetentes, imediatamente passou-se a afirmar que surgiu uma nova classe média, pois isso é menos perigoso para a ordem estabelecida do que uma classe trabalhadora protagonista social e política (CHAUÍ, 2013, p.130).

Petras (2007, s.n), em lúcida crítica sobre a classe média, explicita que seu comportamento será flutuante, dependendo da sua posição e interesses de classe, assim como do contexto político-econômico ao qual se confronta. Entre os vários exemplos, diz que “quando há um governo popular anti-ditatorial e anti-imperialista, a classe média apoia reformas democráticas, mas opõe-se a qualquer radicalização que torne as suas condições iguais às da classe trabalhadora”. Embora os governos brasileiros nos últimos anos no Brasil não tenham sido essencialmente populares, entende-se que o comportamento hostil da classe média se fundamenta nessa característica essencial.

Os aspectos discutidos demonstram que as classes sociais se manifestam nas relações sociais a partir de suas práticas de classe conflitantes. Entretanto, a existência de várias frações de classe que podem alcançar forças sociais e das relações ideológicas, políticas, que também definem uma classe além das relações de produção (POULANTZAS, 1986) permite que manifestações que se iniciaram com um direcionamento à esquerda cheguem ao final conduzidas pela direita, pois

A reflexão do lugar no processo de produção sobre os outros níveis constitui um *elemento novo*, que não pode ser inserido no quadro típico que estes níveis apresentariam sem este elemento. Este elemento transforma assim os *limites* dos níveis (de estruturas ou de luta de classe) nos quais ele se reflete através de “efeitos pertinentes”, e não pode ser inserido em uma simples variação desses limites (POULANTZAS, 1986, p.76)

Farias (2009) também complementa que esses “efeitos pertinentes” afirmam que a presença específica da classe ou da fração de classe acontece no âmbito das práticas.

⁸³ O termo “nova classe média” tornou-se referência para as análises socioeconômicas das últimas duas décadas no Brasil. É um termo problemático para quem adota uma perspectiva de classe fundamentada a partir das relações de produção pois, quando situado predominantemente a partir do consumo, e não de uma base material, desloca as desigualdades para o campo da meritocracia, relacionando-a às capacidades individuais dos trabalhadores (GALVÃO, 2011). Nesse sentido, é necessário também pensar como funciona ideologicamente a classificação “nova classe média”. Por isso, Chauí (2013) desconstrói esse termo, afirmando que nos últimos anos no Brasil construiu-se, na verdade, uma “nova classe trabalhadora”, por dois motivos: 1) devido ao acesso a direitos sociais e ao consumo de massa; 2) e pelas alterações neoliberais que aglutinaram segmentos sociais que anteriormente faziam parte da classe média.

2.1.5 Para além da aparência: conteúdo político e disputas ideológicas

As Manifestações de Junho foram apresentadas como erupções sociais que brotaram “do dia para noite” nas ruas brasileiras, produto de um espontaneísmo político produzido em instrumentos de comunicação como as “redes sociais”. Para Zibechi (2013, p.16) essas “análises pecaram na generalização excessiva e, por vezes, atribuído um papel quase mágico as ‘redes sociais’ para ativar milhões de pessoas” (tradução livre). Inicialmente protagonizado pelo MPL, encontraram-se nas ruas

partidos políticos como o PSOL e O PSTU e movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) e o Sindicato dos Metroviários entraram como aliados nas manifestações, mas sem poder de decisão sobre questões cruciais como as datas do ato, os trajetos das passeatas e a orientação da interlocução com o poder público. O MPL acreditava que isso ganharia autonomia em relação às demandas de partidos e outros atores políticos, as quais nem sempre coincidiam com os objetivos da campanha e com as estratégias de ação direta (KNIJNIK, LIMA E ORTELLADO, 2013, p.27).

Portanto, é fato que essas manifestações não ocorreram espontaneamente, mas tiveram em sua raiz movimentos sociais populares como protagonistas, e sindicatos de trabalhadores assim como partidos situados no campo da esquerda como colaboradores, portanto é de “impressionar a quantidade de opiniões que menosprezam ou simplesmente ignoram a atuação de militantes que não assistiram essas manifestações pela TV ou pelas ‘redes sociais’, mas que estiveram nas ruas desde 2003” (BUZETTO, 2013, p.130).

O posicionamento e direcionamento ideológico das MJ refletem o variado perfil socioeconômico: diferentes juventudes, variadas classes ou frações de classe e, conseqüentemente, variadas posições ideológicas, nessas manifestações: “As tendências de centro e direita pegaram carona na corrente deslanchada pela nova esquerda, só que os caronistas foram tantos que, em certo momento, acabaram por mudar a direção do veículo” (SINGER, 2013, p.33). A crescente inserção da classe média nas manifestações foi determinante para esses redirecionamentos:

O fato é que, a partir do momento em que importantes setores de classe média foram para a rua, o que havia sido um movimento da nova esquerda passou a ser um arco-íris, em que ficaram juntos desde a extrema-esquerda até a extrema-direita. As manifestações adquirem, a partir daí um viés *oposicionista* que não tinha antes, tanto ao governo federal quanto aos governos estaduais e municipais (SINGER, 2013, p. 34).

Portanto, em contrapartida ao “esforço” do Governo Federal de responder às manifestações, a oposição ao governo, executando o habitual redirecionamento dos momentos de convulsão política, aproveitou a oportunidade para responsabilizar apenas o governo

federal (petista) e afastar de si a responsabilidade em relação ao sucateamento dos serviços públicos e do relevante uso da violência policial (SILVA, 2014).

Nesse momento, a defesa por manifestações apartidárias transformou-se em gritos antipartidários. Para Fon Filho (2013, s.n),

a desconsideração do caráter de classe dos manifestantes iniciais [classe média] e mesmo avaliação equivocada das tendências de classes e setores de classes na atual conjuntura, levaram o esquerdismo a acreditar que seu inimigo principal naquele momento inicial seriam os partidos e forças que de algum modo apoiavam ou se relacionavam com o governo.

Essa foi a “deixa” necessária para que a hegemonia burguesa, utilizando principalmente sua mídia, inflasse a raiva contra os partidos (alinhados à esquerda), culminando nas cenas de agressão a manifestantes de esquerda e seus símbolos, como as realizadas por grupos de extrema-direita, como os *skinheads*.

Os dados sobre essas manifestações atestam que embora 61% dos brasileiros entrevistados durante as manifestações afirmassem muito interesse quando o assunto é política, 86% não são filiados a sindicatos, entidade de classe ou entidade estudantil, 89% asseguravam não se sentirem representados por político, 83% por partidos políticos e aproximadamente 30% apontaram o ambiente político⁸⁴ como o principal motivo para as manifestações (IBOPE, 2013).

O que se pode inferir disso é que a perspectiva apartidária e a crítica as instituições representativas refletem a crise de representatividade que ecoa nas ações políticas desde os anos 1970, considerando que a maioria dos representantes eleitos defende interesses e causas contrárias as perspectivas das classes subalternas. No entanto, esse discurso geralmente é “tomado de assalto” pela direita, que habilmente desqualifica apenas os partidos de esquerda.

Todo esse processo evidencia que, ao contrário do que pregavam as teses neoliberais sobre a morte das ideologias, elas estão mais vivas e pulsantes do que nunca, assim como a utilização da categoria classe social nunca foi tão útil para entender a complexidade de tais processos.

Essa multiplicidade de forças políticas foi unificada na esfera da cidadania, ou seja, cidadãos como sujeitos de direitos: “Foi essa condição de identificação de ser sujeito jurídico, sujeito de direitos e deveres [...] que permitiu uma primeira articulação discursiva entre

⁸⁴ Nesse item foram sistematizadas as seguintes reivindicações: Contra a corrupção/ desvios de dinheiro público; Necessidade de mudança; Insatisfação com governantes em geral; Insatisfação com políticos em geral; Contra partidos/ sistema partidários/ brigas partidárias; Saída de Renan Calheiros; Contra o Deputado Marco Feliciano/ Contra o projeto Cura Gay; Fim da impunidade dos políticos/ fim do fórum privilegiado/ ficha limpa.

sujeitos plurais, ideologicamente bastantes diferenciados e, às vezes, opostos” (SCHERER-WARREN, 2014, p.426).

Esse sujeito de direito ou cidadão é demasiadamente cortejado pela Mídia, principalmente quando ajuda a “construir um mundo melhor”, com ações assistencialistas ou de caridade. Essa mesma responsabilidade foi novamente dirigida aos manifestantes de Junho, como na mensagem dos cartazes repetidamente apresentados nos telejornais: “Desculpe o transtorno, estamos mudando o Brasil” – sinalizando o protagonismo cidadão na construção de um país melhor, justo, igual, etc.

Para além das visões ideologicamente eufóricas deste momento, cidadania e cidadão (ou sujeito de direito) devem ser apreendidos a partir de uma visão crítica que exponha sua historicidade. São características inventadas pelo Estado capitalista que, ao atribuir igualdade aos homens (desiguais) transforma os agentes econômicos em sujeitos de direito e cidadãos para o plano político (MASCARO, 2013). Isto porque, “ao instaurar de modo generalizado – ‘universal’ – a forma-sujeito de direito, o novo Estado criava condições não só materiais como também ideológicas, indispensáveis à implantação de uma estrutura econômica capitalista” (SAES, 2000, p.23).

Em meio às lutas sociais, esse elemento “cidadania” dissolve a noção de classe social, mascarando seus antagonismos, “unificando” interesses do proletariado e classe média, e todas as clivagens existentes à direita ou à esquerda.

A cidadania desenhada na Modernidade era, por definição, nacional (MARSHALL, 1967). Por isso, bandeiras do Brasil, camisas verde-amarelas da seleção brasileira, o slogan “O Gigante Acordou” e o hino nacional (em alto e bom som) nas ruas ou nos estádios de futebol (onde aconteciam os jogos da Copa das Confederações), com todo seu apelo nacionalista redirecionaram os protestos, atraindo pessoas com perspectiva mais conservadora (à direita) e também as menos politizadas.

A utilização ideológica desses elementos nacionais pelas classes dominantes não é inédita. Ao trabalhar a ideologia do verdeamarelismo⁸⁵, Chauí (2001) verifica que foi desenvolvido ao longo dos anos, para enfatizar a imagem de país agrário e reforçar o que tinha sobrado do sistema colonial. No entanto, transitou por vários períodos históricos, como o Império, a República Velha e, surpreendentemente, ao período da industrialização (no qual aparentemente ele não teria mais sentido). Mas, a partir de constantes readaptações

⁸⁵ Ver o livro *Brasil: Mito Fundador e Sociedade Autoritária* (2011) de Marilena Chauí.

discursivas, tomam o Estado como o agente da grandeza ou da modernização, que juntamente com Deus e a Natureza formam o sujeito da ação triplo na perspectiva verde-amarela.

O verdeamarelismo no Brasil aciona mais uma característica do Estado capitalista: a ideologia nacional. Esse tipo de ideologia está diretamente associado às relações ideológicas que legitimam o Estado burguês. Nesse sentido, o despertar desse sentimento nacional de pertencimento auxilia na desorganização do proletariado. Portanto, essa ideologia nacional seria relativamente autônoma: “É autônoma no sentido de que o igualitarismo dos nacionais configura uma esfera de igualdade formal que se opõe e [...] articula-se à dominação de classe à ‘escravidão assalariada’. E relativamente autônoma porque o caráter dessa igualdade depende da relação político-ideológica entre as classes sociais” (ALMEIDA, 2014, p.85-86).

Acrescentando-se o argumento ideológico atualmente mais explorado, a corrupção⁸⁶ (especificamente a dos governos de esquerda), as manifestações são moldadas em um único corpo social: “todos aqueles que querem um Brasil melhor”. Assim, reduzem-se os problemas estruturais ao nível moral, e o seu combate solucionaria todas as mazelas denunciadas nas ruas:

A vantagem da bandeira anticorrupção é que ela penetra em todas as camadas sociais, pois flui com facilidade pelo senso comum. Quem pode ser a favor da corrupção? As camadas médias tradicionais nutrem o preconceito de que a falta de instrução das camadas populares as levaria a aceitar a corrupção (o que é duvidoso) em troca de benefícios. Em todo caso, o “rouba, mas faz”, com o qual se procurou caracterizar nos anos 1940 a ação de Adhemar de Barros, na última quadra, mais ou menos sutilmente, tem servido para enquadrar o lulismo. Ao mesmo tempo, a direita estabelece uma relação entre corrupção e as carências sociais, buscando convencer os setores populares de que se ela fosse varrida para fora da casa haveria recursos para todos viverem bem. Trata-se de um argumento falacioso, mas intuitivo (SINGER, 2013, p.35).

A difusão desse discurso é habilmente utilizada pelo interesse geopolítico norte-americano, evidenciando a relação entre as manifestações e o contexto global através das investidas imperialistas. Sobre essa questão, Nassif (2016) realiza interessante análise que relaciona as Manifestações de Junho de 2013 ao processo de desestabilização do governo brasileiro (petista) – lembrando que nos últimos três anos desestruturar governos latino-americanos progressistas tem sido uma constante tática imperialista na região.

⁸⁶ O Brasil ocupava a 72ª posição no ranking dos 177 países avaliados pela Transparência Internacional no ano de 2013.

Para o autor, é nesse cenário que se iniciam as duas grandes operações mundiais de combate à corrupção do período recente: a Lava Jato⁸⁷, que investigava a corrupção na estatal na Petrobrás (uma das “meninas dos olhos” dos EUA); e a segunda contra a FIFA (e também CBF) – coincidentemente essas organizações coordenavam dois megaeventos esportivos que aconteceriam no Brasil nos anos de 2013 e 2014.

Nassif lembra que, ainda durante as Manifestações, observou-se uma parceria entre a rede Globo e o MPF, fazendo com que a emissora de televisão induzisse em suas reportagens e comentários que os manifestantes se posicionassem nas ruas contra a aprovação da PEC-37. O MPF é instituição fundamental na condução da Lava Jato.

Como se observa, moralismos (principalmente em relação à corrupção), elementos de cidadania e da ideologia nacional, a atuação da Mídia tradicional (e social) e a intensa violência policial são argumentos que indicam a necessidade de se observar as MJ como expressões das lutas sociais na sociedade capitalista e sua relação com o Estado. Portanto, para Viana (2013) analisar qual classe deteve a hegemonia é mais importante que a composição social. Em sua visão há uma hegemonia da classe dominante e as classes intermediárias, embora estas não tenham alcançado todos os aspectos e nem se apresente de modo consistente.

2.1.6 Na balança: limites e potencialidades

O Junho brasileiro de 2013 entrou para o *hall* dos maiores momentos de reivindicação política do país, equiparado a episódios históricos como a Passeata dos Cem Mil (1968), as passeatas pelas Diretas Já (1984) e as que aconteceram a favor do *impeachment* do presidente Fernando Collor (1992). Para Scherer Warren (2014) tanto as manifestações do Século XX, como essas recentes mobilizaram muitas pessoas, com a diferença de que as anteriores giraram em torno de uma demanda comum, sob um ideário político-ideológico mais unificado.

Comparações também foram realizadas com episódios históricos internacionais, ao chamarem as recentes manifestações brasileiras de Jornadas de Junho ou Primavera Brasileira, fazendo alusão as Jornadas na França (1848) ou Primavera dos Povos (1848) – em alusão aos recentes movimentos ocorridos no Oriente Médio Primavera Árabe (2010).

⁸⁷ A Operação Lava Jato “é a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro que o Brasil já teve. Estima-se que o volume de recursos desviados dos cofres da Petrobras, maior estatal do país, esteja na casa de bilhões de reais. Soma-se a isso a expressão econômica e política dos suspeitos de participar do esquema de corrupção que envolve a companhia” (Site do Ministério Público Federal).

A busca por referências históricas serve para balizar a compreensão de fatos atuais, como bússolas para verificar a direção ou as perspectivas políticas (avanços, retrocessos) dos movimentos sociais, a partir de junho de 2013. Obviamente, o ciclo de lutas sociais iniciado nas MJ não se encerrou e apresenta a cada dia novos elementos, sendo necessário apontar seus limites e potencialidades para a organização política das classes populares.

Em relação aos limites, primeiramente questiona-se se as MJ foram exatamente um “movimento social”. Scherer-Warren (2014, p.422) responde que há uma importante diferenciação entre um movimento social organizado e manifestações de rua. Os movimentos sociais teriam uma considerável permanência temporal e, nas sociedades contemporâneas, se estabeleceriam a partir de redes de militância, construindo significados políticos ou culturais afins: “o movimento busca, na manifestação, o momento de protesto, reivindicação ou visibilidade, mas tem uma continuidade para além desse momento mobilizatório público. Os movimentos sociais promovem, participam ou estão nas manifestações, mas não se reduzem a elas”.

Desse modo, em sua totalidade as MJ não podem ser consideradas “um movimento social”, à medida que, formadas por vários grupos com identidades político-ideológicas distintas e interesses difusos não possuíam uma consistência temporal ou de conteúdo programático, já que as manifestações foram formadas por diferentes movimentos sociais e grupos. Portanto, observar os protestos como atos mais pontuais ajuda a afastar a euforia das análises que creditavam a esses acontecimentos de 2013 grandes mudanças políticas (progressistas) na sociedade brasileira.

Outro limite é a consolidação de grupos que defendem a pauta anticorrupção - moralista, conservadora e empenhada em atingir principalmente a administração federal petista. Esses grupos formados majoritariamente por integrantes de direita conseguem capilaridade até nas massas da classe média, que na ausência de uma direção política retrocede para o campo da direita (PETRAS, 2007).

Esses grupos apresentam-se como portadores da “salvação nacional”, como explicitaria Marx (1978, p.336): “a sociedade é salva tantas vezes quantas se contrai o círculo de seus dominadores e um interesse mais exclusivo se impõe ao mais amplo”.

Paulo Arantes (2014, s.n) afirma que a direita que emerge das MJ não é convencional, pois não se sente beneficiada pelos esquemas clássicos da política e considera que ela se assemelha a dos Estados Unidos: “não está mais interessada em construir maiorias

de governos. Está interessada em impedir que aconteçam governos. Não quer constituir políticas no Legislativo e ignora o voto do eleitor médio. Ela não precisa de voto porque está sendo financiada diretamente pelas grandes corporações”.

Mesmo com essas limitações, pelo simples fato de escancarar os antagonismos de classe social e as clivagens de posicionamentos políticos, as manifestações podem ser consideradas ponto de partida para um maior amadurecimento político, para a construção de novas frentes de luta populares. Desse momento, brotaram novos coletivos no campo de esquerda, que produziram novas ações políticas em muitas cidades como atos, ocupações, e demais formas de resistência que deram uma sobrevida ao Junho de 2013, produzindo

uma rede de afetos, uma rede comunicacional, uma rede de troca de experiências. Um novo ecossistema social que não substitui o ecossistema prévio, mas que convive com ele. Os novos atores como Ocupa Estelita dialogam com Resistência Isidoro em BH, Ocupa Cais Mauá de Porto Alegre ou a Casa Amarela de São Paulo. Mas também trabalham junto ao MTST e os movimentos clássicos de moradia. O novo não anula o velho mas convive. Junho produziu também coexistências potentes e interessantes (Xs organizadores, 2014, p.18).

Com a junção de novas formas de organização (coletivos e redes) às formas tradicionais de organização política (partidos e sindicatos) é possível construir organicidade, tornando-se *vanguardas políticas* como pensadas por Lênin, “que atuem junto às massas no sentido de levá-las a desenvolver uma consciência social revolucionária” (GOHN, 2011, p.179) estabelecendo uma maior correlação de forças. Através da apreensão do processo educativo, é possível avançar no âmbito da cultura política culminando em uma maior leitura da realidade e objetivar transformá-la (GOHN, 1999).

2.2 “A mão que afaga é a mesma que apedreja⁸⁸”: as respostas do Estado às ruas

A compreensão sobre as respostas do Estado brasileiro às Manifestações de Junho tem como ponto de partida a relação estabelecida entre o Estado capitalista e o campo da luta de classes. A partir dessa abordagem, a autonomia específica que o Estado possui permite-lhe responder às reivindicações das classes dominadas, em termos determinados, mas também organizar as classes dominantes. Portanto, o Estado não é um instrumento essencialmente da burguesia, mas que possui uma “direção hegemônica de classe”. Nesse sentido, Poulantzas (1983, p.74) alerta que o Estado deve ser considerado

mais especificamente como a *condensação material de uma relação de forças* entre classes e frações de classe. O próprio poder não é uma essência qualificável, senão

⁸⁸ Verso do poema “Versos Íntimos” de Augusto dos Anjos.

uma relação. O Estado é propriamente constituído pelas contradições de classe, que de uma forma específica, se convertem em contradições internas ao Estado.

Ao “administrar” essas contradições de classe no contexto da pressão popular, o Estado agirá a partir de uma dupla perspectiva, pela força (com seu aparelho jurídico-político) e pelo consenso (convencimento ideológico), ambos essenciais para manutenção da hegemonia do grupo dirigente (GRAMSCI, 1979). Movimento de uma mesma relação complexa entre o Estado e as lutas das massas populares, observa-se que, durante as Manifestações de Junho de 2013, as esferas governamentais (municipal, estadual e federal) utilizaram intensa repressão em relação aos protestos, mas também propuseram medidas (pontuais) no âmbito das políticas públicas.

Para efeito didático, analisam-se primeiramente as concessões estatais para atender às reivindicações nas manifestações. Citam-se a revogação do aumento da tarifa no estado de São Paulo, e a garantia do “passe livre” para estudantes das Regiões Metropolitanas de Goiânia e Porto Alegre.

O primeiro sinal de atenção do Governo Federal aos protestos foi a realização de uma reunião em 17 de junho entre o ministro-chefe da Secretaria Geral, Gilberto Carvalho e representantes dos grupos que atuaram nas manifestações. Quatro dias após a reunião, no dia 21 de junho, foi a vez da presidenta Dilma Rousseff anunciar suas propostas através de um pronunciamento⁸⁹ veiculado em horário nobre na televisão, conforme trecho abaixo:

Vou convidar os governadores e os prefeitos das principais cidades do país para **um grande pacto em torno da melhoria dos serviços públicos**. O foco será: primeiro, **a elaboração do Plano Nacional de Mobilidade Urbana**, que privilegie o transporte coletivo. Segundo, a **destinação de 100% do petróleo para a educação**. Terceiro, **trazer de imediato milhares de médicos do exterior** para ampliar o atendimento do SUS [...] Quero contribuir para a construção de uma **ampla e profunda reforma política**, que amplie a participação popular, que amplie a participação popular [grifos meus].

Ainda em resposta às manifestações, a presidente convocou para o dia 24 de junho de 2013 uma reunião com governadores e prefeitos, para apresentar uma interpretação sobre o significado das manifestações e chamá-los a resolverem conjuntamente os problemas. Em sua fala afirmou que,

[...] o povo está agora nas ruas, dizendo que deseja que as mudanças continuem, que elas se ampliem, que elas ocorram ainda mais rápido. Ele está nos dizendo que quer mais cidadania, quer uma cidadania plena. As ruas estão nos dizendo que o país quer

⁸⁹ Fonte: <<http://blog.planalto.gov.br/com-reunioes-dilma-inicia-debate-com-movimentos-populares-e-governante> s/>

serviços públicos de qualidade, quer mecanismos mais eficientes de combate à corrupção que assegurem o bom uso do dinheiro público, quer uma representação política permeável à sociedade onde, como já disse antes, o cidadão e não o poder econômico esteja em primeiro lugar [...] Nós todos sabemos onde estão os problemas. Nós todos sabemos que podemos construir soluções. Mas também sabemos das incontáveis dificuldades para resolvê-lo [...] Junto com a população podemos resolver grandes problemas. Não há por que ficarmos inertes, acomodados ou divididos (Portal do Planalto, 2013) ⁹⁰.

Dilma Rousseff finaliza o discurso propondo cinco pactos: 1) Responsabilidade Fiscal, 2) Melhoria da Saúde, 3) Construção de uma ampla e profunda reforma política Plebiscito e Combate à Corrupção, 4) Transporte Público de Qualidade, e 5) Melhoria na Educação. No pacto referente à Reforma Política, a presidenta surpreendeu ao propor “o debate sobre a convocação de um plebiscito popular que autorize o funcionamento de um processo constituinte específico para fazer a reforma política que o país tanto necessita” (Portal do Planalto, 2013).

O Programa Mais Médicos (PMM)⁹¹, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Mobilidade Urbana⁹² e o Decreto Nº 8243/2014 “Institui a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação Social (SNPS), e dá outras providências”, são materializações dos pactos propostos por Dilma. O Decreto que pretendia garantir maior participação política da sociedade, reivindicação apontada nas ruas em 2013, foi rechaçado pela Câmara Federal após polêmica potencializada, inclusive por setores mais tradicionais da imprensa em torno da proposta.

Ainda em resposta às manifestações, outras ações da presidenta foram a criação do “Participa.br”, site para realização de consultas públicas referentes à projetos de políticas públicas, e o envio da seguinte mensagem, em 02 de julho de 2013, aos então presidentes da

⁹⁰ Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-reuniao-com-governadores-e-prefeitos-de-capitais>>

⁹¹ O PMM visa a melhorar o atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) sendo um esforço do governo federal e de estados e municípios. Ele leva médicos para regiões onde a presença de médicos é escassa ou inexistente prevendo ainda investimentos para construção e reforma de Unidades Básicas de Saúde (UBS). Ver mais em: <http://maismedicos.gov.br/>

⁹² O PAC foi criado em 2007 promovendo que o planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país fossem retomada, para contribuir com o desenvolvimento acelerado e sustentável. A sua versão para a Mobilidade Urbana tem o intuito de fomentar a cidadania e inclusão social por intermédio da universalização do acesso à serviços públicos de transporte coletivo assim como promovendo ações estruturantes para o sistema de transporte coletivo urbano. Existem previstos para essa área 362 empreendimentos. Ver mais em: <http://www.pac.gov.br/especial/30>

Câmara (Henrique Eduardo Alves) e do Senado Federal (Renan Calheiros), apresentando a proposta de realização de um Plebiscito para Reforma Política⁹³:

Considerando a necessidade de fortalecer o nosso sistema político, sugerimos a Vossa Excelência que submeta ao Congresso Nacional a realização de uma consulta popular, **na forma de plebiscito**, para que o povo se pronuncie sobre as linhas mestras que devem **balizar a reforma política** que o país tanto necessita. A consulta popular é recomendável quando as formas de representação política dão sinais de que precisam ser renovadas [...] A nosso ver, ao lado de outros itens que poderão vir a ser oportunamente apontados por Deputados e Senadores, em princípio, merecem ser considerados alguns pontos de fundamental importância: a) **a forma de financiamento das campanhas eleitorais**, de modo a permitir uma avaliação do modelo atual [...] b) **a definição do sistema eleitoral**, em que se faça uma opção entre o sistema proporcional como é hoje, o voto distrital puro ou misto, o voto majoritário para a eleição de parlamentares, o voto em lista fechada ou flexível, ou, então, o voto em dois turnos como propõem entidades da sociedade civil; c) **a continuidade ou não da existência de suplência** nas eleições para o Senado Federal; d) **a manutenção ou não da existência de coligações partidárias** para a eleição de deputados e vereadores; e) **o fim ou não do voto secreto** no parlamento (Portal do Planalto⁹⁴, 2013).

No entanto, antes mesmo que essa proposta se estruturasse, houve uma batalha de considerações jurídicas que a minou.

O poder legislativo (Câmara Federal e Senado Federal) também solucionou o caso de alguns projetos emblemáticos, que ecoaram durante as manifestações. Em resposta aos manifestantes, os deputados federais derrubaram a Projeto de Emenda Constitucional (PEC) Nº 37/ 2011⁹⁵, apelidado de “PEC da Impunidade”; os senadores transformaram em “hediondos” os crimes de corrupção através da aprovação do PL 6616/2009⁹⁶.

A aprovação da PEC Nº 74/2013⁹⁷ que deu origem à Emenda Constitucional Nº 90/15 “dá nova redação ao art. 6º da Constituição Federal, para introduzir o transporte como direito social”. Portanto, passa a determinar que “são direitos sociais a educação, a saúde, a

⁹³ A “Reforma Política” concretizou-se em 2015, através da Lei Nº 13.165/2015 que “Altera as Leis nos 9.504, de 30 de setembro de 1997, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para reduzir os custos das campanhas eleitorais, simplificar a administração dos Partidos Políticos e incentivar a participação feminina”. Entretanto, aconteceu sem a participação popular e as alterações ficaram distantes de atender a ambição dos manifestantes.

⁹⁴ Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/notas-oficiais/notas-oficiais/mensagem-enviada-aos-presidentes-da-camara-dos-deputados-henrique-eduardo-alves-e-do-senado-renan-calheiros-em-02-de-julho-de-2013>>.

⁹⁵ Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 37 do ano de 2011, “acrescenta o § (parágrafo) 10 ao Art.144 da Constituição Federal para definir a competência para a investigação criminal pelas polícias federal e civis dos Estados e do Distrito Federal”.

⁹⁶ O Projeto de Lei Nº 6616 do ano de 2009 “altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940, as Leis números 8.072, de 25 de julho de 1990, e 7.960, de 21 de dezembro de 1989, para adicionar os tipos penais qualificados de peculato, concussão, corrupção passiva e corrupção ativa, tornando-os hediondos e passíveis de prisão temporária”.

⁹⁷ Projeto proposto pela deputada Luiza Erundina (à época filiada ao PSB) e por outros deputados.

alimentação, o trabalho, a moradia, **o transporte**, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” [grifo meu] e, assim, também pode ser entendida como uma resposta do Congresso Nacional ao Junho de 2013.

Essas medidas favoráveis aos manifestantes explicam-se pelo fato de o Estado capitalista inscrever em suas estruturas uma garantia dos interesses econômicos de algumas classes dominadas, respeitando os limites próprios do sistema, sendo que isso é totalmente compatível a sua função de representatividade do interesse geral, que na verdade é essencial a própria constituição das classes dominantes (POULANTZAS, 1986). No mesmo sentido, ao falar sobre as relações de força política e interesses, Gramsci (1989, p.50) afirma:

O grupo dominante coordena-se concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados, e a vida estatal é concebida com uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados; equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem até um determinado ponto, excluindo o interesse econômico-corporativo estreito.

Entretanto, essa conciliação só ocorre na medida exata que não atrapalhe a hegemonia da classe dominante, pois qualquer ação que ameace esse poder será denegrida e combatida. Nas palavras de Marx (1978a, p.336): “toda reivindicação, ainda que da mais elementar reforma financeira burguesa, do liberalismo mais corriqueiro [...] da democracia mais superficial, é simultaneamente castigada como um “atentado à sociedade”.

Desse modo, ao mesmo tempo em que executava as concessões aos manifestantes, a “face coercitiva” do Estado também era acionada em relação a essas manifestações. Conforme Poulantzas (1986, p.221-222) o monopólio da repressão física organizada é uma característica inerente ao funcionamento do Estado, pois, “torna-se o apanágio exclusivo do poder político, a sua legitimidade passa a participar da legitimidade do Estado: apresenta-se como uma “violência constitucionalizada” e é submetida à regulamentação normativa do “Estado de direito””.

Na visão do autor, no contexto de crise, o Estado Capitalista intensifica o uso da repressão às ações de resistência das classes populares, estabelecendo o *estatismo autoritário*, ou seja,

Monopolização acentuada, pelo Estado, do conjunto de domínios da vida econômico-social articulado ao declínio decisivo das instituições da democracia política e à draconiana restrição, e multiforme, dessas liberdades ditas “formais” de que se percebe agora, que elas vão por água abaixo, na realidade (POULANTZAS, 2000, p.208).

Desse modo, o autor sinaliza a existência de uma nova tendência das democracias burguesas a partir dos anos 1970, a consolidação de um novo tipo de autoritarismo, no qual permanece o sistema eleitoral simultaneamente à repressão da participação popular, criminalizando os anseios por outro modelo de sociedade (SILVA, 2014b).

Além desses aspectos estruturais da forma estatal capitalista, considera-se o autoritarismo característico do Estado capitalista brasileiro, gerado em seu processo de formação. Concordando, Oliveira (1999, p.59) afirma que, reconstituindo o processo de formação da sociedade brasileira, evidencia-se “um processo complexo de violência, proibição da fala, mais modernamente privatização do público, interpretado por alguns como categoria de patrimonialismo, revolução pelo alto, e incompatibilidade radical entre dominação burguesa e democracia”.

Essas observações do autor exigem que se retorne, mesmo brevemente, ao período de modernização do Brasil, marcado pela transição do Império para a República e pelo processo de abolição da escravidão, características importantes para a construção do modelo econômico burguês. Diferentemente do que ocorre em demais países, a formação burguesa no Brasil não aconteceu mediante uma ruptura com as estruturas de poder anteriormente estabelecidas, mas consistiu na reorganização dessas estruturas de poder a partir de uma transição sob a égide da hegemonia oligárquica (FERNANDES, 1976).

Assim, ainda de acordo com Fernandes (1976, p.213) “o modo pelo qual se constituiu a dominação burguesa e a parte que nela tomaram as concepções da “velha” e da “nova” oligarquia converteram a burguesia em uma força social naturalmente ultraconservadora e reacionária”. Colaborando com esse debate, Nogueira (1998, p.23) atesta que a República implantada organizou a estrutura de um jogo político que, além de oligárquico, era também regionalista e excludente e que estabelecia o sistema civil e democrático apenas no campo nominal, enraizando-se “em um localismo mandonista e em práticas clientelísticas autoritárias, desinteressadas da cidadania e distantes dos grandes valores republicanos”.

Ao caracterizar a forma particular que o Brasil realiza a transição para o Estado moderno, Coutinho (2006) apresenta três paradigmas. O primeiro a partir da “via prussiana” de Lênin evidencia a manutenção dos elementos da velha ordem, o que resulta num Estado com o poder fortalecido. O segundo utiliza a “revolução passiva” gramsciana, indicando a transformação que ocorre a partir da conciliação das frações modernas e atrasadas, excluindo

a participação das classes populares no processo que ocorre de “cima pra baixo”. O terceiro, usando a “modernização conservadora” de Moore Jr., atestando que a manutenção do poder dos latifundiários faz com que a burguesia industrial (moderna) prefira se aliar com o atraso do que com as classes despossuídas.

Essas análises evidenciam o motivo das classes dominantes perpetuarem em seu comportamento características autoritárias e violentas, que foram recicladas e reinventadas nos contextos políticos seguintes. O fato de as transformações terem ocorrido de “cima pra baixo” permitiu que o autoritarismo permanecesse nas ações de suas instituições, nos limites do direito burguês, gerando um histórico recorrente de repressão e criminalização das manifestações políticas populares.

Historicamente, a concepção universal de direitos sociais desenvolveu-se em muitos países, desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU (1948). A concepção política dos chamados Estados de Bem-Estar Social foi introduzida tardiamente no Brasil, somente a partir da Constituição de 1988, posteriormente aos regimes militares (TELES, 1998).

Sposati (2002, p.01) utiliza a categoria “regulação social tardia”⁹⁸, alertando que o novo modelo de regulação implantado no Brasil vincula democracia e cidadania, desgarrando-se da concepção de pleno emprego ou trabalho formal a todos, dos modelos de regulação social de outros países, pois “se afasta da universalização dos direitos trabalhistas e se aproxima da conquista de direitos humanos ainda que de modo incipiente”. Em suma, mesmo com a garantia legal desses direitos, há ainda uma dificuldade em assegurá-los na prática.

A associação entre a ação do Estado capitalista e a manutenção do autoritarismo das classes dominantes do Brasil tornam inteligíveis as repetitivas cenas de violência, resultantes do confronto entre policiais e manifestantes nas ruas brasileiras. Levantamento realizado de janeiro a dezembro de 2013 sobre os protestos realizados no país contabilizam 08 mortes, 837 pessoas feridas, 2608 pessoas detidas, 117 jornalistas agredidos ou feridos, 10 jornalistas detidos (ONG Artigo 19, 2014).

Durante os protestos de junho de 2013, a polícia realizou inúmeras violações como falta de identificação dos policiais; vigilância dos manifestantes pela polícia; monitoramento

⁹⁸ Para Sposati (2002, p.02) países com “regulação social tardia” são aqueles nos quais os “direitos sociais foram legalmente reconhecidos no último quartel do século XX e cujo reconhecimento legal não significa que estejam sendo efetivados, isto é, podem continuar a ser direitos de papel que não passam nem pelas institucionalidades, nem pelos orçamentos públicos”. Como exemplos principais, a autora cita o caso dos países latino americanos, incluindo o Brasil, que anteriormente enfrentaram duros regimes militares.

de dados pessoais e privacidade; uso de armas menos letais e letais; uso de armas de fogo; desproporcionalidade do efetivo e das ações policiais; detenções arbitrárias; criminalização da liberdade de expressão; censura prévia; infiltrações policiais; sequestros e ameaças; defesa do patrimônio e do tráfego *versus* segurança da manifestação; impedimento de acompanhamento das ações policiais; mortes relacionadas aos protestos (ONG Artigo 19, 2014).

Manifestantes presos foram enquadrados em tipificações criminais graves como: Associação criminosa (Art.288), Desacato (Art.331), Incitação ao crime (Art.286), Lesão corporal (Art. 129), Incêndio (Art. 250), Dano (Art. 163), Constituição de milícia privada (Art.288 – A)⁹⁹ e, ainda, crimes previstos na Lei de Segurança Nacional (Art. 15) e no Estatuto do Desarmamento (Art. 16. III) (ARTIGO 19, 2014). Alguns motivos utilizados para justificar as detenções foram estapafúrdios (cômicos), como a prisão por porte de vinagre, como atesta o trecho, abaixo:

Na praça do Patriarca [...] é montada uma verdadeira operação militar: manifestantes que passam por lá são revistados e cerca de 40 deles detidos, antes mesmo do início do protesto. Entre os motivos das detenções está o **porte de vinagre que manifestantes carregam para aliviar os efeitos do gás lacrimogêneo** (KNIJNIK; LIMA; ORTELLADO, 2013, p.94 – grifos meus).

Ações e campanhas foram realizadas para orientar sobre as violações policiais ou denunciá-las. Citam-se a cartilha digital disponível na plataforma Protestos.org¹⁰⁰ que orientava os manifestantes como se prevenir contra as agressões ou abusos policiais e campanhas como a “Dói em todos nós¹⁰¹”, “Piratas Urbanos¹⁰²” e “#kamassura¹⁰³” que denunciavam esses desagravos – como na ilustração abaixo:

⁹⁹ Todos esses crimes estão previstos no Código Penal brasileiro.

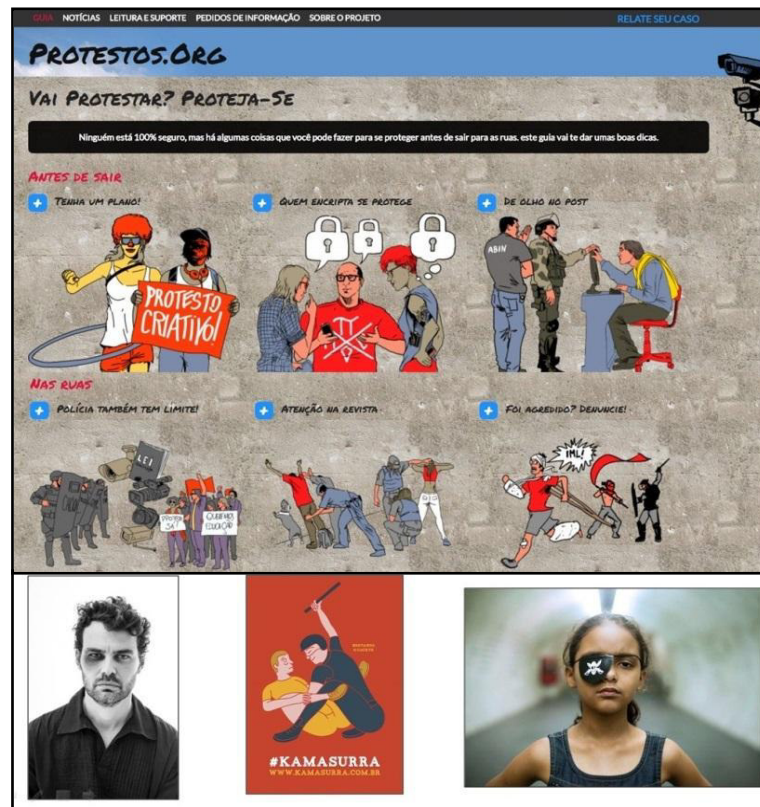
¹⁰⁰ Protestos.org (<https://protestos.org/>) é uma plataforma “disponibilizada para informar sobre as tecnologias que manifestantes e ativistas podem usar para garantir seus direitos de liberdade de expressão e protegerem-se contra violações, censura e abusos” e tem como objetivo “resguardar os direitos de privacidade e liberdade de expressão dos cidadãos nas ruas e na rede, sensibilizando e capacitando ativistas contra o aumento da vigilância e das violações de direitos. Pensada, principalmente, para orientar os manifestantes durante as manifestações previstas durante os grandes eventos esportivos no Brasil.

¹⁰¹ Campanha idealizada pelo fotógrafo carioca Yuri Sardenberg clicou artistas maquiados com o olho roxo em alusão à violência policial sofrida pela jornalista Giuliana Vallone nos protestos de São Paulo.

¹⁰² Exposição fotográfica contra a repressão e violência idealizada pelo fotógrafo Sérgio Silva que perdeu a visão do lado esquerdo em decorrência da agressão policial sofrida nas manifestações do dia 13 de junho de 2013 em São Paulo. Um ano após a agressões o fotógrafo lançou essa exposição com fotos de pessoas usando um tapa-olho.

¹⁰³ Consistia em uma série de pôsteres inspirados nas posições originais do Kama Sutra, mas exibia imagens em desenho de policiais abusando fisicamente de manifestantes, para denunciar a violência policial. A orientação era que as pessoas colassem os cartazes da campanha (lambe-lambe) como uma forma pacífica de se expressar contra as agressões.

Figura 5: Contra a repressão policial em manifestações



Fonte: Protestos.org (2013); Mídiaboom (2014); Catraca livre (2014); Piratas urbanos (2015)

Em relação à ação violenta da Polícia Militar (PM) – braço armado estatal que atua nas ruas brasileiras –, dados¹⁰⁴ assustadores contabilizam mortes de policiais e civis. A atuação truculenta dos policiais, mais que uma escolha pessoal, posicionamento moral ou desvio de caráter, sugere características orgânicas, institucionais e sociais, destacando-se: as condições de trabalho do policial e o formato legal-institucional da corporação. Em relação à primeira, destacam-se os baixos salários, as condições desumanas a que são submetidos (em treinamentos ou no serviço) e a carência de equipamentos adequados (MENA, 2015).

O formato legal-institucional associa-se diretamente ao autoritarismo característico da sociedade brasileira e de suas instituições, responsável por sistemáticas práticas violentas. Como alerta Soares (2015, p.28), a tortura e as execuções extrajudiciais relacionadas ao racismo e autoritarismo aconteciam anteriormente à ditadura civil-militar. Portanto, esse

¹⁰⁴ De acordo com números divulgados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2014), nos últimos cinco anos (2009-2013), as polícias brasileiras mataram o mesmo que as polícias nos EUA em 30 anos. No mesmo período, 1770 foram vitimados; no ano de 2013 ao menos 06 pessoas foram assassinadas por dia pelas polícias brasileiras; 490 policiais tiveram mortes violentas; 81,8% do total de mortes registradas foram cometidas por policiais em serviços e 75,3% dos assassinatos de policiais aconteceram fora do serviço.

regime apenas “reorganizou os aparatos policiais, intensificou sua tradicional violência, autorizando-a e a adestrando, e expandiu o espectro de sua abrangência”.

O formato legal-institucional disposto na Constituição de 88¹⁰⁵ ergue-se sobre as bases legais produzidas durante o período dos militares, apenas com algumas adequações. Desse modo, o novo texto constitucional define essa corporação como uma força auxiliar do Exército, perspectiva comum de regimes autoritários, mas atípica nas democracias, permitindo que defenda mais o Estado que o “cidadão”. Para Zaverucha (2010), os artigos da nova Constituição relativos às Forças Armadas, às Polícias Militares estaduais e ao Sistema Judiciário militar, mantiveram o ranço autoritário da Constituição de 1967 e da Emenda Constitucional de 1969 que a editava.

Portanto, embora a “Constituição cidadã” tenha avançado em alguns temas sociais, no que tange à área das relações civil-militares não conseguiu garantir nem o conteúdo liberal, ou seja, minimamente democrático burguês, fato que expõem a fragilidade do Estado brasileiro em garantir direitos. Desse modo, no texto constitucional ao atribuir à polícia civil a função de investigar e à militar de realizar o trabalho preventivo, transformou a PM numa máquina de efetuar prisões, tendo como seus principais alvos jovens, negros e pobres – produzindo a criminalização da pobreza (SOARES, 2015).

Em síntese, as agressões sofridas pelos manifestantes e as prisões efetuadas provam que o Estado é um aparelho repressivo, configurando-se como uma “máquina” de repressão que possibilita às classes dominantes dominarem a classe operária (ALTHUSSER, 1985). Entretanto, apesar de esse aparelho de Estado (AE) ser de natureza repressora e possuir a “legitimidade” do uso da força, a eficiência de sua ação depende da ação de outras instâncias, como o Parlamento (legislativo) e os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE) como o Judiciário e a Mídia, permitindo a legitimação ideológica necessária para a criminalização dos Movimentos Sociais.

O poder Legislativo (municipal, estadual ou federal) é um importante artífice para embasar legalmente a criminalização dos movimentos sociais, através da proposição de projetos de Leis. No período das Manifestações de 2013, além de propor normativas para

¹⁰⁵ Ressalta-se que seguindo a lógica brasileira de transições de períodos históricos sem grandes rupturas, o caso da passagem da Ditadura Civil-Militar (1964 a 1985) para a Democracia não fugiu à regra, pois foi uma “transição pactada”, na qual os torturados não só controlaram as estratégias políticas de transição como foram beneficiados por elas, diferindo-se bastante das medidas adotadas contra os regimes autoritários em outros países. Seguindo essa lógica, percebe-se sua influência, inclusive, na formulação da Constituição de 1988. Sobre essa temática, o livro “O que resta da Ditadura: a exceção brasileira” (TELES, SAFATLE, 2010).

neutralizá-las a ação parlamentar visava consolidar um arcabouço jurídico severo, a ser utilizado para barrar e punir as manifestações anunciadas para o período da Copa do Mundo no Brasil¹⁰⁶ (2014). Esses projetos dispunham sobre a regulação geral dos protestos, proibição de máscaras, proibição de uso de armas de baixa letalidade, alteração em leis vigentes e criação de novas tipificações criminais, conforme exposto na Figura 06.

Figura 6: Regulando Manifestações



Fonte: ARTIGO 19 (2014)

A função legislativa é própria do Estado, mas é executada pelos que detém a função jurídica-estatal específica de legislar, ou seja, criar os mecanismos necessários para a imposição e execução das leis, tendo as forças repressoras estatais à sua disposição (GRAMSCI, 1989).

Dentre os Projetos de Lei (PL) propostos, desarquivados ou que propuseram alterar leis anteriores pelo Congresso Nacional (Senado Federal e Câmara Federal) durante o período das Manifestações de Junho, destacam-se:

¹⁰⁶ A escolha do Brasil como sede da Copa Mundial de 2014 provocou uma série de impasses sociais. Os inúmeros deslocamentos de comunidade de forma irresponsável de seus locais de moradia, e mais os relevantes gastos públicos com a construção de infraestrutura (principalmente estádios) para o evento foram os motivos principais para que muitos movimentos sociais se organizassem, antes e durante o período da Copa.

a) O Projeto de Lei do Senado (PLS) Nº 451/2013 que altera a Lei Nº 7.170/1983¹⁰⁷ (conhecida como Lei de Segurança Nacional) criada à época do regime militar. A ementa do projeto, que deixa claro sua intenção, pois “Altera a Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983, o Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal e a Lei nº 12.850, de 02 de agosto de 2013, para **prevenir e reprimir a violência e o vandalismo nas manifestações públicas coletivas**” [grifos meus].

b) A Lei Nº 12.850/2013¹⁰⁸, que define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências.

Quadro 3 - Projetos do Congresso Nacional para criminalizar Manifestações

PROJETO DE LEI	EMENTA	STATUS DO PROJETO
PLS 451/2013 Autoria: Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB)	Altera a Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983, o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e a Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, para prevenir e reprimir a violência e o vandalismo nas manifestações públicas coletivas. Explicação da Ementa: Altera a Lei nº 7.170/1983 que define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento, o Decreto-Lei nº 2.848/1940 – Código Penal, e a Lei nº 12.850/2013 que define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, para reprimir a violência e o vandalismo nas manifestações públicas coletivas.	Aguardando Designação do Relator (Em 22/02/2016)
PLS 499/2013 (Projeto de Lei Antiterrorismo) Autoria: Comissão – ATN Nº 2, de 2013 - Consolidação da legislação federal e regulamentação de dispositivos da CF.	Define crimes de terrorismo e dá outras providências. Explicação da Ementa: Define crimes de terrorismo, estabelecendo a competência da Justiça Federal para o seu processamento e julgamento.	Aguardando Designação do Relator (Em 27/10/2015)

¹⁰⁷ Essa Lei “define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e o julgamento e dá outras providências”.

¹⁰⁸ Em 2016 devido uma proposição do Executivo à Câmara Federal ela foi alterada pela Lei Nº 13260 que “Regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista; e altera as Leis nos 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e 12.850, de 2 de agosto de 2013”.

PL 6307/2013 Autoria: Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 - Código Pena Explicação da Ementa: Atribui tratamento diferenciado para o agente que pratica atos de vandalismo em manifestações públicas.	Recebimento pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), apensado ao PL-6277/2013 (Em 24/09/2015)
PLS 728/2011 Autoria: Senadores Marcelo Crivella (PRB/RJ), Ana Amélia (PP/RS), Walter Pinheiro (PT/BA), Outros	Define crimes e infrações administrativas com vistas a incrementar a segurança da Copa das Confederações FIFA de 2013 e da Copa do Mundo de Futebol de 2014, além de prever o incidente de celeridade processual e medidas cautelares específicas, bem como disciplinar o direito de greve no período que antecede e durante a realização dos eventos , entre outras providências.	Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º, do RISF) (Em 12/11/2014)
PLS 28/2014 Autoria: Senador Armando Monteiro (PTB/PE)	Altera o Estatuto de Defesa do Torcedor, aprovado pela Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, para introduzir sanções a clubes e torcidas organizadas que promoverem tumultos, conflitos coletivos ou atos de vandalismo em estádios ou logradouros públicos , e dá outras providências.	Aguardando Designação do Relator (Em 30/04/2016)
PLS 44/2014 Autoria: Senador Romero Jucá (PMDB/RR)	Define crimes de terrorismo e dá outras providências.	Aguardando Designação do Relator. (Em 10/03/2015)
PLS 508/2013 Autoria: Senador Armando Monteiro (PTB/PE)	Tipifica como crime de vandalismo a promoção de atos coletivos de destruição , dano ou incêndio em imóveis públicos ou particulares, equipamentos urbanos, instalações de meios de transporte de passageiros, veículos e monumentos.	Aguardando designação do relator (Em 10/03/2015)

Fonte: Elaboração própria (2016)

Como observado, os projetos listados no Quadro 03 objetivam legitimar o aumento da repressão às manifestações políticas e, de modo geral, esbarraram em alguma das comissões ou aguardam designação do relator. Contudo, como não foram arquivadas, podem ser aprovadas a qualquer momento. Dependendo da correlação de forças, dos interesses dos parlamentares ou do contexto vigente, essas discussões podem ser recolocadas na “ordem do dia”. Em contrapartida, comprovando a disparidade em relação à proposição de leis favoráveis aos movimentos sociais, identifica-se apenas o PL 6500/2013¹⁰⁹, ainda aguardando parecer, que “dispõe sobre a **aplicação do princípio da não violência e garantia dos direitos humanos no contexto de manifestações e eventos públicos**, bem como na execução de mandados judiciais de manutenção e reintegração de posse” [grifos meus], com o intuito de garantir a segurança dos manifestantes.

A ação do Congresso Nacional brasileiro para intensificar a proposição de sanções aos protestos de Junho de 2013 torna-se inteligível devido ao perfil dos congressistas da

¹⁰⁹ Projeto proposto pelo deputado Chico Alencar (PSOL).

época, com a maioria de representantes das classes dominantes, principalmente de empresários de todas as vertentes – como apresentado na tabela seguinte:

Tabela 2 - Perfil Econômico do Congresso Nacional (2011-2014)

ATIVIDADE ECONÔMICA E PROFISSIONAL	QUANTIDADE DE PARLAMENTARES		
	DEPUTADOS FEDERAIS	SENADORES	CONGRESSO NACIONAL
Empresários ¹¹⁰	252	27	279
Profissionais Liberais ¹¹¹	139	35	174
Assalariados ¹¹²	99	16	115
Natureza diversa ¹¹³ (voluntários, estudantes)	17	3	20
Agricultores	6	-----	6

Fonte: DIAP (2010)

A maioria dos parlamentares no Congresso não representa a maioria da população. Melo (2014, p.08) acrescenta que “09% são mulheres, sendo que elas correspondem a mais da metade da população; 8,5% são negros, sendo que 51% dos brasileiros se autodeclararam negros; menos de 3% são jovens, sendo que a população de 16 a 35 anos corresponde a 40% do eleitorado do Brasil”

Esse fato evidencia que um Congresso que dispõem desse perfil não hesitará em defender a elite do país. Segundo Boito (2002) uma representação tão desigual é possível porque os partidos burgueses (e pequeno burgueses) não anunciam os interesses que realmente representam e organizam, mascarando suas visões de mundo de classe. Dessa forma, seus valores e programas tanto organizam seus representados como enganam a classe trabalhadora. Essa realidade apresenta-se na cena política, como uma realidade distorcida evitando a percepção dos interesses e os conflitos de classe.

Assim, mascarados de democráticos e justos, os parlamentares que claramente representam interesses conservadores e autoritários não aceitam sequer o mínimo exercício do direito (burguês) expresso no Artigo 5º da Constituição Federal (CF) de 1988:

IV - É livre a **manifestação do pensamento**, sendo vedado o anonimato;
 XVI – todos podem **reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independente de autorização**, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

¹¹⁰ Esse grupo é formado por proprietários dos meios de produção, industriais, comerciantes, agropecuaristas, acionistas de empresas, milionários e os que se auto definem como empresário.

¹¹¹ Grupo é formado por advogados, engenheiros, médicos, economistas, administradores e jornalistas.

¹¹² Esse grupo é formado por professores, servidores públicos (promotor de justiça, procuradores, defensores, militares, delegados), metalúrgicos, bancários/economiários, trabalhadores com formação técnica, técnicos em telecomunicações.

¹¹³ Sacerdotes, pastores e bispos evangélicos, estudantes, atores, voluntários sociais, etc.

XVII- é plena a **liberdade de associação** para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar [grifos meus].

Esses incisos da CF demonstram que a liberdade de manifestação é garantida a todos os cidadãos, reconhecidos como iguais pelo Estado Democrático de Direito (burguês). Portanto, para reprimir e punir os movimentos sociais, principalmente os realizados pelas classes populares, é importante primeiramente criminalizá-los, ou seja, evidenciá-los como descumpridores do pacto social e que corroboram para o desequilíbrio da ordem. Assim, a elaboração de Leis e seu cumprimento por determinações judiciais materializam a criminalização dos movimentos sociais, já que

criminalizar não é utilizar [apenas] a força policial para reprimir manifestações (tratar como “caso de polícia”), mas é transformar (caracterizar ou tipificar) uma determinada ação em um crime. Utilizando mecanismos legais, a intenção é fazer com que ações e pessoas sejam vistas e julgadas (pela opinião pública, pelo órgão estatal responsável) como atos criminosos e bandidos (iniciativas feitas à margem da lei) (SAUER, 2008, p.2).

Sabe-se que o Direito não representa toda a sociedade, mas a classe dirigente que impõe as normas ligadas às suas perspectivas de interesse. Para que as leis sejam aceitas pelo conjunto da sociedade, devem ser precedidas de costumes que estigmatizam os movimentos sociais e favorecem à aceitação das leis, sem nenhuma argumentação (GRAMSCI, 1989).

No Brasil, o mito da não-violência (CHAUÍ, 2012b) corrobora ideologicamente com essa lógica de criminalização dos movimentos sociais, à medida que fundamenta a cisão entre manifestantes: aqueles que reivindicariam pacificamente, e os vândalos que comprometem a ordem social e o patrimônio (público e privado). Chauí (2012b) define cinco mecanismos ideológicos (exclusão, distinção, jurídico, sociológico e inversão do real) para a conservação desse mito. Para essa análise, consideram-se importantes os mecanismos da exclusão e do jurídico.

Conforme Chauí (2012b), o mecanismo de exclusão se estabelece à medida que se credita à nação brasileira a imagem da docilidade, alegria, pacificidade, consolidando a ideia de que os brasileiros são incapazes de realizar atos de violência. Mas, quando acontecem, são realizados por quem não faz parte da nação, estabelecendo a dicotomia nós-brasileiros-não-violentos *versus* eles-não-brasileiros-violentos. Holanda (1995) também alerta que características como a gentileza, a hospitalidade e generosidade apresentadas como inerentes ao caráter do brasileiro, possuem um teor emotivo ou constitui-se uma máscara para que o

indivíduo mantenha sua supremacia diante do social, sendo que a prática cotidiana consiste mais no oposto da polidez.

Em relação ao mecanismo jurídico, Chauí (2012b) complementa:

A violência fica circunscrita ao campo da delinquência e da criminalidade, o crime sendo definido como ataque à propriedade privada (furto, roubo e latrocínio, isto é, roubo seguido de assassinato) e como crime organizados (tráfico de drogas, armas e pessoas). Esse mecanismo permite, por um lado, determinar quem são os “agentes violentos” (de modo geral, os pobres – basta ver as prisões e mortes dos membros do crime organizado, isto é, nunca se vê aprisionado alguém verdadeiramente poderoso e opulento) e legitimar a ação (esta sim, violenta) da polícia contra a população pobre, os negros, os índios, as crianças sem infância, os moradores de rua e os favelados. A ação policial pode ser, às vezes, considerada violenta, recebendo o nome de “chacina” ou “massacre” quando, de uma só vez e sem motivo, o número de assassinados é muito elevado. No restante das vezes, porém, o assassinato por policiais é considerado normal e natural, uma vez que se trata de proteger o “nós” contra o “eles” (CHAUÍ, 2012b, p.157).

Diante da explicação desses mecanismos ideológicos, entende-se o porquê de muitos terem ido às ruas sensibilizados pela violência policial, considerada por 57% como uma atuação que usou muita violência (IBOPE, 2013). Contraditoriamente, observa-se que 50%¹¹⁴ dos residentes nas grandes cidades brasileiras concordem com a máxima “Bandido bom é Bandido Morto” (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2015).

Para Iasi (2014, p.173), durante o Junho brasileiro aconteceram dois tipos de violência: uma direta realizada pela PM (e batalhão de choque) e outra simbólica, sobre a qual afirma:

Era necessário que o bisturi da ideologia dissecasse as manifestações separando um suposto núcleo saudável, que polidamente manifestava seu descontentamento, de uma “minoría” de “vândalos e arruaceiros”, que manchavam com violência a pureza da manifestação pacífica. Através dessa operação ideológica, justificava-se a brutal violência policial contra os manifestantes para supostamente defendê-los...

A tática Black Bloc¹¹⁵ que, entre outras ações ataca símbolos do capitalismo (bancos e bolsas de valores) é utilizada pela mídia e órgãos de repressão como justificativa para

¹¹⁴ A pesquisa aponta que 45,3% da população discorda da afirmação “Bandido bom é Bandido Morto”, mas considerando a margem de erro de 3 pontos para mais ou para menos, há um empate entre os que concordam e os que discordam desta questão. O percentual entre os que concordam aumenta entre os moradores da região Sul do país (54,0%), os autodeclarados brancos (53,5%) e os homens (52,1%) (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2015).

¹¹⁵ Black Bloc (“Bloco Negro”), ao contrário do que muitos pensam, não é uma organização estável e com filiação permanente, mas consiste numa tática (assim como piquete ou panfletagem), na qual um grupo de militantes utiliza roupas e máscaras negras, posicionam-se em locais estratégicos nos protestos para proteger os demais manifestantes da ação policial e destroem símbolos que representam a opressão realizada pelo sistema capitalista. Essa tática surgiu na Europa na década de 1980 e ganha visibilidade durante as manifestações contra a Globalização, como durante a reunião da OMC em Seattle (1999). No Brasil, também é utilizada nesse contexto, como, por exemplo, durante o Primeiro e Segundo Dia da Ação Global, respectivamente, nos anos de 2000 e 2001, quando atacaram o prédio da Bovespa e símbolos capitalistas. Nesse período, as matérias

criminalizar e/ou reprimir manifestações e manifestantes, sob o argumento de que agem com violência e desrespeitam as leis que garantem a propriedade privada. A maioria da população com facilidade rechaça esse tipo de ação, como os 66% que, entrevistados no período das Manifestações de Junho, disseram que *as depredações nunca são justificadas, independente das circunstâncias de um protesto*.

Desmistificando esse aspecto ideológico sobre a violência, Zizek (2014, p.17-18) afirma existirem dois tipos de violência, uma “subjetiva” e outra “objetiva”:

A violência subjetiva [...] é percebida como uma perturbação do estado de coisas “normal” e pacífico. Contudo, a violência objetiva é precisamente aquela inerente a esse estado “normal” de coisas [...] é uma violência invisível, uma vez que precisamente ela que sustenta a normalidade do nível zero contra o qual percebemos algo como subjetivamente violento é experimentada enquanto tal contra o pano de fundo de um grau zero.

Portanto, a violência “subjetiva”, visível diariamente nos jornais e amplamente condenadas pela população resulta da violência objetiva (concentração de renda e poder, desigualdade social, negação de direitos) que é silenciada, e muitas vezes denunciada apenas pelos movimentos sociais.

O AIE de informação (a imprensa, o rádio, a televisão, etc.) foi fundamental para reforçar o discurso ideológico de que existiriam “baderneiros” (vândalos) em contraposição aos “cidadãos de bem” durante as Manifestações Junho de 2013, “legitimando” sua criminalização. Trechos da entrevista com a ativista Elisa Quadros¹¹⁶, explicitam esse trabalho ideológico da Mídia:

Gostaria que falasse sobre as reportagens e matérias que saíram sobre você.

Elisa Quadros: Ao longo da história das revoluções e dos movimentos sociais vemos que o Estado, o sistema político, precisa do poder da classe dominante e precisam criar um líder para poder destruir, para defender interesses dominantes [...] Com todo esse aparato para condenar você, a pergunta que fica é: por que os políticos têm medo da Sininho? Elisa Quadros: Eles não têm medo de mim. É aí que está. **Usam minha imagem para criminalizar os movimentos sociais**. Estão tentando criar um estereótipo clássico para demonizar, criando um sujeito terrorista, para criminalizar [...]

Gostaria que você comentasse o que aconteceu no sindicato dos jornalistas, um dia depois que você foi solta. Houve bastante polêmica sobre aquele episódio. Elisa Quadros: **Foi mais uma palhaçada da mídia corporativa tentando fazer de tudo para nos colocar como pessoas do mal, terroristas** (RODRIGUES, 2014, p.19 - 21, grifos meus).

jornalísticas não associaram esses episódios a tática Black Bloc, ficando mais conhecida, entre os brasileiros, apenas nas Manifestações de 2013 (FIUZA, 2013; SANTOS, 2013). Mais informações ver: <<http://www.viomundo.com.br/politica/black-blocs-a-origem-da-tatica-que-causa-polemica-na-esquerda.html>>

¹¹⁶ Elisa Quadros, que para evitar identificação foi apelidada de Sininho é ativista política que atuou durante as Manifestações de Junho de 2013 no Rio de Janeiro. Ela sofreu ameaças de morte e foi presa duas vezes (em 2013 e 2014).

Utilizando a concepção gramsciana (1989, p.145), afirma-se que a classe dominante, movimentando-se continuamente, busca absorver toda a sociedade, incluindo-a no seu nível cultural e econômico, e conferindo ao Estado a função de “educador”. Desse modo, “o Estado tem e pede consenso, mas também ‘educa’ este consenso, utilizando as associações políticas e sindicais que, porém, são organismos privados, deixados à iniciativa particular da classe dirigente”. É nessa lógica que se ampara o papel da mídia.

2.2.1 “O povo não é bobo! Abaixo à Rede Globo¹¹⁷”: a mídia como canal ideológico.

A comunicação é fundamental para os Movimentos Sociais, tanto para expor suas reivindicações, como para informar sobre suas ações. No Manifesto Comunista de 1848, Marx e Engels (2005, p.61) referiam-se principalmente ao jornal impresso, afirmando o quanto a comunicação agregava ao processo de organização dos trabalhadores: “essa união [dos trabalhadores] é facilitada pelo crescimento dos meios de comunicação criados pela grande indústria, que permitem o contato entre operários de localidades diferentes”.

Demonstrando também a importância dos meios de comunicação para os movimentos sociais, Fonseca (2011, p.68), explicita:

No decorrer do século XX, dos anarquistas das primeiras décadas às novas organizações operárias nos anos 1980, os movimentos sociais urbanos passaram a ter cada vez mais consciência de que os meios de comunicação não poderiam deixar de ser empregados como uma ferramenta estratégica para contribuir na mobilização social, na contestação da ordem capitalista e na conscientização política das classes populares.

Entretanto, sabe-se que esses instrumentos de comunicação não foram inventados para uso dos MS populares, ao contrário, depõem constantemente contra eles, pois a história de sua evolução confirma uma desigualdade nos processos comunicacionais presente nas formas não orais de comunicação, até as digitais. Resgatando o processo histórico sobre os meios de comunicação, Reginaldo (2013) afirma que desde os “artistas pré-históricos” que produziram as pinturas rupestres nas rochas; a escrita cuneiforme realizada pelos sumérios da Mesopotâmia e a hieroglífica do antigo Egito; a tipografia produzindo os materiais impressos; até a criação do telégrafo, do telefone, da radiodifusão e da televisão no século XX são formas

¹¹⁷ Expressão utilizada durante as Manifestações de Junho de 2013 para simbolizar o rechaço à mídia tradicional brasileira. A TV Globo e todos os seus veículos historicamente colocaram-se ao lado dos interesses das classes dominantes, como no caso do apoio à Ditadura Civil-Militar. Por isso, é a mais visada e constantemente utilizada como exemplo pela crítica à mídia corporativa brasileira.

ou meios de comunicação utilizados, primeiramente, por grupos restritos para somente, em seguida, serem apropriados pelos demais.

Atualmente, os meios de comunicação de massa são acessíveis a uma boa parte da população, pois quase todos os domicílios possuem aparelhos de televisão – estão em 95,1% dos domicílios brasileiros (IBGE, 2010). Os jornais impressos são vendidos a valores relativamente acessíveis; os programas de rádio são sintonizados com facilidade até mesmo em aparelhos celulares; e revistas são vendidas em bancas na esquina. No entanto, o conteúdo publicado geralmente criminaliza a pobreza, desmoraliza os movimentos sociais da classe trabalhadora e desmerece suas demandas. Isso acontece porque, contrariando os discursos oficiais dos veículos de comunicação que afirmam trabalharem “pelo interesse público”, a mídia defende interesses de seus donos e, conseqüentemente, das classes dominantes vinculadas, que disputam interesses antagônicos aos dos movimentos no seio do Estado.

Chauí (2012a) acredita que o exercício de poder utilizando os meios de comunicação de massa acontece primordialmente pelo aspecto econômico e ideológico. Em relação ao ideológico, a autora acredita que se fundamenta na ideologia da competência, ou seja, as opiniões emitidas pelos programas de televisão são apresentadas como técnicas e científicas, ou seja, sem juízos de valores.

Em relação ao aspecto econômico, Chauí lembra a natureza privada dessas empresas, alertando que no contexto da globalização existe a tendência de concentrar empresas (oligopólios), além da convergência de empresas que tradicionalmente atuavam em outros ramos, para os de comunicação.

No Brasil, embora a CF vigente determine que “os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio e oligopólio” (Capítulo V, Art.220, §5º), na prática ocorre o inverso, existindo uma concentração das concessões públicas de televisão e radiodifusão a veículos de comunicação, cujos proprietários são grandes grupos econômicos e políticos (Tab. XX). Menos de dez famílias/empresas controlam 70% da Mídia (PASSOS, 2013) – e essa concentração é apresentada na seguinte tabela:

Tabela 3 - Cinco maiores emissoras, seus veículos e tipos de serviços

EMISSORA	NÚMERO DE VEÍCULOS	TIPOS DE SERVIÇOS ¹¹⁸
GLOBO	340	TV, RTV, FM, OM, OC, OT, MMDS, DTH, Radcom, TVA, Canal TVA Jornal, Revista.
SBT	195	TV, RTV, FM, OM, OC, OT, MMDS, DTH, Radcom, Jornal.
BAND	166	TV, RTV, FM, OM, OC, OT, MMDS, Jornal.
RECORD	142	TV, FM, OM, OC, OT, jornal
EBC	95	TV, FM, OM, OC, OT, Jornal

Fonte: Donos da Mídia (2008)

Observa-se que a Empresa Brasil de Comunicação¹¹⁹ (EBC), única empresa pública da lista, apresenta uma quantidade inferior de veículos e menos tipos de serviço em relação às empresas privadas, sinalizando que os conteúdos de interesse público que os veículos dessa emissora veiculem atingirão um público menor. A hegemonia das classes dominantes em relação à comunicação agrava-se quando observam os dados referentes à posse desses meios de comunicação por políticos. Dados do projeto Donos da Mídia (2008) atestam que 54% dos prefeitos, 20,3% dos deputados estaduais, 17,71% dos deputados federais, 07,38% dos senadores e 0,37% dos governadores são donos da mídia brasileira.

Outros dados como os da Agência Repórter Social (2006) expõem a quantidade (por região) de parlamentares do Congresso Nacional que controlam rádio ou televisão: 44 parlamentares no Nordeste, 18 no Sudeste, 08 no Sul, 07 no Norte e 3 parlamentares no Centro-Oeste denunciam o *coquetel molotov* formado pela mistura de mídia e política.

¹¹⁸ As siglas correspondem à TV - Geradora de serviço de radiodifusão de sons e imagens capaz de inserir conteúdo local ou distribuir programação de uma rede. Também chamada de emissora de TV; RTV - Retransmissora de televisão capaz de redistribuir sinais de geradoras ou captados por satélite; FM - Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada; OM - Serviço de radiodifusão sonora em ondas médias. Também conhecido como AM; OC - Serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas; OT - Serviço de radiodifusão sonora em ondas tropicais; Radcom - Serviço de radiodifusão comunitária. Suas emissoras também são conhecidas como rádios de baixa potência; TVA - Serviço Especial de Televisão por Assinatura. Transmite programação não codificada até a definição de nova política para a regência desta modalidade de serviço, MMDS, DTH.

¹¹⁹ Empresa pública de comunicação foi criada pela LEI Nº 11.652/2008 para fortalecer o serviço público de comunicação. Ela gerencia a TV Brasil, TV Brasil Internacional, Agência Brasil, Radioagência Nacional e o sistema público de Rádio, e possui independência editorial, não se configurando, portanto, um canal estatal ou governamental.

Essa concentração dos meios de comunicação por políticos propicia a perpetuação e naturalização de práticas políticas inadequadas, originando o que estudiosos da área da Comunicação intitulam de coronelismo eletrônico¹²⁰, ou seja,

emissoras de rádio e televisão, que são mantidas em boa parte pela publicidade oficial e estão articuladas com as redes nacionais dominantes, dão origem a um tipo de poder agora não mais coercitivo, mas criador de consensos políticos. São esses consensos que facilitam (mas não garantem) a eleição (e a reeleição) de representantes -em nível federal, deputados e senadores- que, por sua vez, permitem circularmente a permanência do coronelismo como sistema (LIMA e LOPES, 2007 p.3).

Sobre essa temática, Marx (2007, p.47) afirmara que a classe que possuía à sua disposição os meios da produção material seria aquela que possuiria também os meios da produção espiritual, submetendo desse modo aos seus pensamentos aqueles que não possuem os meios da produção espiritual. Portanto, as ideias dominantes “são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação”.

Nesse sentido, Nogueira (2013) assegura que os meios de comunicação são ferramentas de seus proprietários, sejam eles famílias, aristocratas, governos, partidos políticos e, portanto, utilizadas na luta por poder e hegemonia. Portanto, ao exporem suas visões de mundo na mídia, constroem o consenso sem violência, ou seja, nos moldes democráticos, sem abandonar suas opiniões, valores, ideologias e interesses.

Diante dessa configuração da mídia brasileira, dominada pelo poder político e econômico, compreende-se o comportamento da Mídia durante as Manifestações de Junho de 2013.

No dia seguinte ao primeiro ato (07 de junho) contra o aumento das tarifas de ônibus em São Paulo, a capa do jornal a *Folha de São Paulo* denunciava: “Vandalismo marca ato por transporte mais barato em São Paulo”. Como legenda da grande foto (labaredas de fogo pela

¹²⁰O coronelismo eletrônico “é um fenômeno do Brasil urbano da segunda metade do século 20, que sofre uma inflexão importante com a Constituição de 1988, mas persiste e se reinventa depois ela [*sic*]. É também resultado da adoção do modelo de curadoria (trusteeship model), isto é, da outorga pela União a empresas privadas da exploração dos serviços públicos de rádio e televisão e, sobretudo, das profundas alterações que ocorreram com a progressiva centralidade da mídia na política brasileira, a partir do regime militar (1964-1985)”. Este conceito é desenvolvido a partir do conceito de Coronelismo, desenvolvido primeiramente por Victor Nunes Leal no livro “Coronelismo, Enxada e Voto” onde explanou sobre as práticas políticas no antigo Brasil rural (LIMA e LOPES, 2007, p.2-3). “[...] o coronelismo é um sistema político, uma complexa rede de relações que vai desde o coronel até o presidente da República, envolvendo compromissos recíprocos. O coronelismo, além disso, é datado historicamente. Na visão de Leal, ele surge na confluência de um fato político com uma conjuntura econômica. O fato político é o federalismo implantado pela República em substituição ao centralismo imperial. O federalismo criou um novo ator político com amplos poderes, o governador de estado” (CARVALHO, 1997, s.n).

queima de catracas de papelão): “Manifestantes liderados pelo Movimento Passe Livre, ligado a estudantes, ao PSOL e ao PSTU, queimam catracas de papelão na Avenida 23 de Maio”.

Após onze dias de manchetes reforçando o “vandalismo” dos manifestantes – ora santificando ora demonizando as ações policiais – a *Folha*, em 18 de junho, estampava em sua capa “Milhares vão às ruas ‘contra tudo’; “grupos atingem palácios”, substituindo o enfoque ao vandalismo pela ampliação da pauta de reivindicação e aderindo à lógica da uniformização do indivíduo: sem classe, sem partido, exercendo apenas a cidadania.

Então, essas manifestações foram, inicialmente, condenadas e criminalizadas para, em seguida, virarem programação diária dos veículos de comunicação, transmitida em tempo real e como pauta “positiva” de debate em programas de várias naturezas. Trechos ditos pelo jornalista Arnaldo Jabor no *Jornal da Globo*, em intervalo inferior a uma semana, exemplificam a mudança de discurso – no quadro abaixo:

Quadro 4 - “Mudança de Opinião”

Dia 12 de jun. 2013	Dia 17 jun. 2013
<p>Mas afinal o que provoca um ódio tão violento contra a cidade? Só víamos isso quando a organização Criminosa de São Paulo queimou dezenas de ônibus, não pode ser por causa de vinte centavos. A grande maioria dos manifestantes são filhos de classe média isso é visível ali não havia pobres que precisassem daqueles vinténs não! Os mais pobres ali, eram os policiais apedrejados, ameaçados com coquetéis molotov, que ganham muito mal. No fundo tudo é uma imensa ignorância política é burrice misturada a um rancor sem rumo [...] Ninguém sabe mais por que lutar em um país paralisado por uma disputa eleitoral para daqui a um ano e meio [...] Esses caras vivem no passado de uma ilusão. Eles são a caricatura violenta da caricatura de um socialismo dos anos 50 que a velha esquerda ainda defende aqui. Realmente esses revoltosos de classe média não valem nem vinte centavos!</p>	<p>À primeira vista esse movimento parecia uma pequena provocação inútil que muitos criticaram, erradamente, inclusive eu. Nós temos democracia desde 1985, mas democracia se aperfeiçoa senão decai [...] De repente reapareceu o povo. De repente o Brasil virou um mar. Uma juventude que estava calada desde 1992, uma juventude que nascia quando Collor caía acordou, abriram os olhos e viram que temos Democracia, mas uma República inoperante [...] Só há dois perigos: a tentação da violência; e o vazio. Se tudo virar batalhas campais, a coisa se destrói. Se virar um movimento abstrato, genérico demais, tudo se esvai! É preciso uma política nova, se reinventado, mas com objetivos concretos como, por exemplo, a luta contra o Projeto de Emenda Constitucional 37 (PEC-37) que será votada semana que vem para limitar o Ministério Público que defende a sociedade. Se tudo correr bem, estamos vivendo um momento histórico lindo e novo. Os jovens terão nos dado uma lição: Democracia já temos! Agora temos de formar uma República [grifos meus]</p>

Fonte: *Jornal da Globo* (2013)

Discursos como “a imprensa estava à mercê das redes sociais e dos manifestantes” (FERNANDES; ROSENO, 2013) ganharam força com essa mudança de discurso da mídia na cobertura sobre as manifestações, devido às novas narrativas e denúncias realizadas nas mídias sociais e dos ataques empreendidos a jornalistas e equipamentos (câmeras e carros de

transmissão) das principais emissoras de televisão. Esses foram fatores que contribuíram para que a mídia moderasse suas atitudes e reforçasse sua “imparcialidade”:

A TV Globo vem fazendo reportagens sobre as manifestações desde o seu início e sem nada a esconder: os excessos da polícia, as reivindicações do Movimento Passe Livre, o caráter pacífico dos protestos e quando houve depredações e destruição de ônibus; é nossa obrigação e dela nós não nos afastaremos. O direito de protestar e se manifestar pacificamente é um direito dos cidadãos (Patrícia Poeta, Jornal Nacional do dia 17/06/2013)

No entanto, essa mudança de discurso relaciona-se ao papel que a emissora começa a desempenhar. Ao invés de criminalizar as manifestações, aceita-as como legítimas e as insere como principal pauta dos noticiários. A anterior fala de Jabor aponta que reivindicar contra a PEC -37 seria uma boa motivação para estar nas ruas, e nos protestos seguintes, aparecem inúmeros cartazes contra esse projeto. Outro exemplo é o direcionamento das críticas sobre os serviços públicos, inicialmente destinadas a todos os níveis da administração pública, que passam a ser dirigidas apenas ao governo federal. A Revista *Veja*¹²¹ trouxe na capa a frase “A Revolta dos Jovens: depois do preço das passagens, a vez da corrupção e da criminalidade?”. Observa-se que a pergunta nada ingênua da revista também indicava um direcionamento de pauta.

O caráter perverso das ações da mídia brasileira em relação aos movimentos sociais populares não foi uma exclusividade de Junho de 2013 pois, juntamente com a polícia e a justiça, essa mídia cumpre o papel de miná-los. A criminalização da pobreza e dos movimentos sociais é pauta coringa e constante no exercício do poder dos dominantes.

Diante dessa realidade, as mídias sociais são aproveitadas para construir outras narrativas paralelas, além das noticiadas e editadas pela mídia tradicional. Um desses exemplos bem-sucedidos foi a “Mídia Ninja¹²²” que teve exímia atuação durante as Manifestações de Junho, transmitindo os acontecimentos nas ruas sem edição. Embora existam essas possibilidades alternativas, os movimentos sociais conhecem a influência que os veículos de comunicação tradicionais exercem no processo de comunicação.

Assim qualquer iniciativa para regulamentar a Mídia é prontamente tachada de censura, os movimentos sociais também se articulam para a democratização da mídia

¹²¹ Na edição Nº 2326 de 19 de junho de 2013.

¹²² Criado em março de 2013, a partir da experiência do Fora do Eixo - junção de vários coletivos políticos e culturais - tinha como objetivo disputar os sentidos e imaginários da comunicação no Brasil (Site “Mídia Ninja”).

brasileira, através de projetos, como a “Lei da Mídia Democrática¹²³” – proposição popular do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC).

Como se observou, as Manifestações de Junho foram complexas e tiveram relevante expressão das lutas sociais no Brasil. Entretanto, em cada cidade apresentou-se narrativas e reivindicações específicas; desse modo, considera-se relevante observar como elas se desenrolaram na cidade de São Luís – MA.

¹²³ Mais informações <http://www.paraexpressarliberdade.org.br/>

3 AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO NA “ILHA REBELDE”¹²⁴

*Esta nova oração,
É uma canção de vida
Pelo sangue da ferida no chão.
Que não cicatrizará
Nem tampouco deixará de abrir
A rosa em nosso coração...
E diga sim...
A quem nos quer abraçar,
Mas se for pra enganar
Diga não...
Com as bandeiras na rua
Ninguém pode nos calar.
Com as bandeiras na rua
Ninguém pode nos calar.
E quem nos ajudará
A não ser a própria gente
Pois hoje não se consente esperar.
Somente a rosa e o punhal.
Somente o punhal e a rosa
Poderão fazer a luz do sol brilhar.
(Oração Latina¹²⁵ - César Teixeira)*

As Manifestações de Junho de 2013 (MJ) em São Luís apresentaram similaridades com a formatação dos protestos nas demais cidades brasileiras, mas também exibiram traços particulares quanto à configuração social e às lutas sociais locais. Assim, representam um marco no histórico das lutas sociais ludovicenses, não sendo a primeira vez que os habitantes da Ilha ocuparam com vigor praças e ruas da cidade para protestar. Desse modo, antes de caracterizá-las, mesmo resguardando as singularidades do contexto político, reivindicações e formas de ação, considera-se importante regressar as experiências anteriores de lutas reivindicatórias em São Luís, que representam enfrentamentos populares a dominações políticas e econômicas e, na margem desse comando hegemônico, tentam adquirir mais direitos.

3.1 Momentos de rebeldia na ilha: breve histórico das lutas sociais em São Luís

As lutas sociais sempre emergiram em diferentes contextos devido aos vários processos de exploração do território ludovicense pelo grande capital que, associado a administrações públicas comprometidas com os interesses das classes dominantes, resultou num cenário bastante desigual, evidenciado pelos indicadores sociais negativos.

¹²⁴ Termo explicado na Introdução deste trabalho.

¹²⁵ “Oração Latina” é uma música do compositor maranhense César Teixeira, de 1982. É cantada, recorrentemente, durante greves, passeatas e demais ações políticas que ocorrem em São Luís, constituindo-se um símbolo importante para os movimentos sociais locais. Ela “dá o tom” dos protestos ludovicenses desde o período da Ditadura Civil-Militar, passando por greves estudantis ou de trabalhadores até hoje.

Compreender o processo de lutas sociais em São Luís exige inicialmente que se compreendam as lutas sociais empreendidas no campo. Os conflitos agrários¹²⁶ entre os trabalhadores rurais (produtores rurais e posseiros) e latifundiários intensificaram-se a partir dos anos 1960, concomitantemente ao deslocamento da expansão capitalista do eixo Sul-Sudeste para o Norte do país. A instalação de “projetos desenvolvimentistas” (projetos industriais) nas décadas de 1970 e 1980, como o Projeto Grande Carajás (PGC) da Companhia Vale do Rio Doce¹²⁷ (CVRD) e a Implantação da Indústria do Alumínio da ALCOA – ambos apresentados à população local como sinônimo de progresso e desenvolvimento – foram decisivos para as lutas sociais em São Luís (cidade que recebeu grande parcela das pessoas que foram expulsas do campo).

Desse modo, as lutas que se desenrolaram na cidade são produto de um crescimento desordenado da área urbana e conseqüentemente de uma desigualdade social gigantesca. Citam-se como momentos relevantes do histórico de resistências da classe trabalhadora na capital maranhense os movimentos pela moradia¹²⁸, expresso em passeatas, reuniões, vigílias, acampamentos em frente ao Palácio dos Leões (BARBOSA,1996); a “Greve da Meia Passagem¹²⁹” (1979) – um dos episódios mais emblemáticos da história das lutas sociais em São Luís, organizada e conduzida inicialmente pelos estudantes universitários, agregando posteriormente estudantes secundaristas, donas de casa e outros segmentos.

A organização do “Comitê de Defesa da Ilha” (1980) realizou diversas ações políticas de resistência para intensificar a luta contra a implantação da ALCOA MINERAÇÃO S/A na Ilha de São Luís; o “Movimento Reage São Luís” (2004) que, com propósito semelhante e, de certa forma, dando continuidade à luta do movimento anterior, visava resistir à implantação do empreendimento Guseiro na Ilha de São Luís, articulando

¹²⁶ Nesse período, o governo José Sarney (1966-1970) institucionalizou no território maranhense a *grilagem* e executou várias ações legais e de infra-estrutura para atrair capitais sulistas e estrangeiros como a construção de estradas estratégicas e a Lei de Terras (Nº 2.979/1969 regulamentada pelo Decreto Nº 4.028/1969) também conhecida como Lei Sarney que facultava “a venda das terras devolutas, sem licitação, a grupos organizados em sociedades anônimas, sem número limitado de sócios, podendo requerer cada um até três mil hectares” (ASSELIN, 2009, p.152).

Para mais informações ver: “Grilagem” (ASSELIN,2009) e “Maranhão, Brasil: lutas de classes e reestruturação produtiva em uma nova rodada de transnacionalização do capitalismo” (BARBOSA, 2002).

¹²⁷ A partir de 2008, a CVRD passou a se chamar Vale.

¹²⁸ Para mais informações ver: “A institucionalização das demandas populares: Armas e armadilhas da participação e do controle social na relação estado/organizações de bairros” (BARBOSA,1996).

¹²⁹Essa greve durou aproximadamente dois meses, tendo seu ápice em setembro devido o cenário de destruição gerado na cidade (ônibus queimados, comércio fechado, muitas prisões efetuadas e pessoas feridas). A greve cessou com a concessão do benefício da meia-passagem a todos os estudantes - ainda em vigor. Mais informações em: “PT Maranhão 1982-1992: origens, organização e governos municipais” (BORGES, 2008).

professores, intelectuais, estudantes universitários, profissionais liberais e políticos locais que atuaram em conjunto com as lideranças das localidades atingidas (MENDONÇA, 2007).

Nos anos 1990, a feição neoliberal implementada pelo governo federal de FHC foi aplicada ao Maranhão pelos dois primeiros governos de Roseana Sarney (1995-2002), implantando com sucesso a “racionalização” da gestão do estado com privatizações de órgãos estatais - como a Companhia Energética do Maranhão (CEMAR) e do Banco do Estado do Maranhão (BEM). Esta última gerou graves denúncias de corrupção, redução de servidores públicos no quadro do funcionalismo estatal e controle de contas públicas (SILVA, 2006).

A Lei nº 7356 de 1998 que “Dispõe sobre a Reforma e Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências” instituiu a Reforma do Estado no Maranhão e, desse modo, a flexibilização da máquina administrativa teve a supressão de algumas autarquias; criação de agências executivas, adensamento de secretarias de Estado (renomeadas de gerências), transferindo termos das empresas privadas para a gestão pública e fomentando ideologicamente o discurso da administração eficiente e racional. Essas medidas obviamente provocaram ações dos sindicatos de trabalhadores, ou seja, o “Novo tempo” (slogan do governo Roseana Sarney) “para os trabalhadores, representou arrocho salarial (justificado pela chamada estabilidade monetária), precarização (perda de direitos trabalhistas e o aumento da informalidade) e desemprego massivo” (BARBOSA, 2003, p.25).

Ressalta-se que a ampla distribuição e alcance do grupo político coordenado pelo ex-presidente Sarney articula-se com diversos setores do Capital, produzindo uma perfeita combinação de poderes (político e econômico) que conduziu o estado do Maranhão a índices sociais vexatórios, apesar de todas as possibilidades naturais existentes. Então, sejam em manifestações específicas ou nas realizadas por outros motivos, são recorrentes os gritos de “Fora Sarney”, “Fim da oligarquia”, etc.

O “Xô Rosengana” (2006) e o “#ForaRoseanasarney (2010) surgiram no bojo dessa realidade. Foram duas manifestações relevantes nesse período, questionando a candidatura de Roseana Sarney (filha e herdeira política de José Sarney) ao cargo de governadora do Estado. A primeira manifestação ocorreu em outubro de 2006, fortemente influenciada pelas articulações iniciadas pelo *Vale Protestar*¹³⁰ e motivada pela indignação de setores políticos

¹³⁰ O Vale Protestar foi movimento que integrava teatro de rua com crítica política, realizado por comunicadores, artistas e militantes sociais. O nome era uma analogia ao “Vale Festejar”, um São João fora de época (em julho) patrocinado pela Companhia Vale e palco político e midiático de Roseana Sarney enquanto ela esteve fora do governo do Estado. Desse movimento surgiu, posteriormente, o Jornal popular *Vias de Fato*.

(partidários e apartidários). A pesquisa de intenção de voto divulgada antes do primeiro turno eleitoral indicava vitória de Roseana Sarney no primeiro turno, com mais de 70% dos votos, mas era considerada falsa por esses setores. Em reunião no Sindicato do Bancários com o intuito de organizar uma campanha para desconstruir a imagem pública de Roseana Sarney e consequentemente derrotá-la naquela eleição, criou-se a campanha “Xô Rosengana”, inspirada na campanha “Xô Sarney” (2006), que acontecia no Amapá.

Muito rapidamente, esta campanha transformou-se em uma grande mobilização, formada principalmente por jovens, incluindo estudantes secundaristas de escolas públicas e particulares, que participaram de vários atos. Foram confeccionadas camisas com a logomarca da campanha, adesivos e faixas como a que estampava a frase “Ponte dos Estudantes” usada em ato que rebatizou a ponte José Sarney.

O “#ForaRoseanasarney”, que aconteceu em setembro de 2010, tinha como objetivo *atentar ao Brasil o descaso do grupo Sarney com a juventude e mobilizar todos a irem às ruas contra Roseana Sarney para denunciar. E claro, impedir que a mesma se reelegesse governadora* (Entrevistado A). Esse protesto surgiu também em período eleitoral e por motivo semelhante ao anterior, já que foi organizado em resposta às declarações da governadora (e candidata à reeleição) sobre a realidade da educação maranhense, consideradas mentirosas pelos manifestantes. O ato contou com a participação de cinco mil pessoas nas ruas e, ainda, durante o show da banda internacional Scorpions em São Luís foram usadas duzentas camisas pretas com a logo do movimento, recebidas por doação.

Em 2010, já no contexto da recente crise econômica mundial e seguindo a receita adotada pelo governo brasileiro de governar “agradando” os negócios das classes dominantes em clara perspectiva neoliberal, ocorreu uma nova fase de inserção de projetos desenvolvimentistas no Maranhão, relacionados primordialmente aos ramos portuário e minero-exportador e iniciados principalmente a partir dos governos Lula, com a implementação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Uma média de quinze grandes projetos de desenvolvimento¹³¹ foi anunciada para o Estado, contabilizando os empreendimentos privados e infraestrutura realizada pelos governos federal e estadual.

¹³¹ Entre esses projetos estão: a Refinaria de petróleo Premium I da Petrobrás, Ampliação da refinaria do consórcio Alumar, Usina Termelétrica do grupo Geranorte com 330MW, Hidrelétrica de Estreito com capacidade de 1087MW, Termelétricas do grupo EBX:UTE MPX Itaqui, com 360MW, e UTE Parnaíba (gás natural), com 1863MW, em sociedade com a Petra Energia; Inclusão das hidrelétricas do Parnaíba pela EPE (Empresa de Pesquisa Energética, do MME) no próximo leilão de energia; Aciaria do grupo Ferroeste; Píer IV da Vale; Fábrica de celulose da Suzano.

Com a utilização de potente recurso midiático e reeditando o discurso do advento do progresso e desenvolvimento, semelhante ao das décadas de 1970/1980, o governo do Maranhão editou o encarte “O Maranhão e a Nova Década: oportunidades e desafios” (2011) que, com estética irretocável, prometia um cenário promissor mesmo em tempo de crise devido à instalação desses empreendimentos:

o Maranhão tem o privilégio de iniciar a nova década numa posição invejável de receptor de investimentos estruturantes que propiciarão a abertura de novas oportunidades e perspectivas jamais reunidas em nossa história. Os números previstos para essa nova década são superlativos – cerca de R\$ 100 bilhões em investimentos públicos e privados até o momento, que irão ofertar aproximadamente 240 mil novos empregos nos próximos cinco anos –, como também são extraordinários os desafios que se colocam no caminho do crescimento econômico. Enfrentando novos e antigos desafios, o novo Maranhão já está em construção, com o início de vários empreendimentos (MARANHÃO, 2011, p.04).

Entretanto, na realidade, do mesmo modo como ocorreu em contextos anteriores, esses projetos não melhoraram as condições de vida da população, pois representaram a conjugação do capital e dos interesses locais, nacionais e internacionais das classes dominantes, sendo manancial de lucros a esses grupos. Observa-se, então, o aumento da tensão entre Estado, empresas privadas e comunidades tradicionais, à medida que, para concretizar os interesses do capital, foram subtraídas as garantias de preservação ambiental e social.

Desse modo, como alternativa aos moradores das localidades próximas à área portuária de São Luís (principal local escolhido para instalação desses empreendimentos), restava empreenderem resistência unindo-se através de uma rede de aliança que envolvia pesquisadores acadêmicos, canais de justiça, organizações religiosas e políticos e participavam assiduamente de audiências públicas, realizam ações políticas como interdição de vias (como a BR-135) (MOREIRA, 2015). Um dos exemplos mais significativos dessa luta foi a reivindicação pela criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, processo que vem sendo postergado devido às disputas de interesse e correlação de forças perpetradas no processo.

Nesse período, além das constantes manifestações produzidas por comunidades tradicionais, estudantes e trabalhadores reivindicando solução para os problemas fundiários, direitos no transporte público para estudantes, melhoria nos serviços públicos e melhorias salariais, ressaltam-se as manifestações que se inspiravam nos protestos globais como o Occupy Wall Street e a “Marcha das Vadias”, chamados em São Luís, respectivamente, de “Ocupa São Luís” e a “Marcha das Vadias São Luís”; e ainda, os que se alinhavam ao

protesto nacional o “Dia do Basta”. O Quadro 05 apresenta as definições, objetivos e ações realizadas pelos coletivos que organizaram esses protestos:

Quadro 5 - Síntese sobre os coletivos políticos

GRUPO	DEFINIÇÃO	OBJETIVO	ATIVIDADES REALIZADAS
OCUPA SÃO LUÍS	Um movimento político apartidário, sem lideranças e que decide por consenso.	Criar uma proposta local em articulação com os outros Ocupas, desenvolvendo uma proposta de que é possível resistir sem se associar ao capital, portanto, seria uma forma de militar boicotando o sistema e a estrutura hierárquica que muitas organizações alimentam.	<ul style="list-style-type: none"> • 12M – com encenação sobre o conceito marxista de Mais Valia; • Ocupa Vinhais Velho – acampamento; • Almoço da Justificativa - nos dias de eleição; • Presença em atos organizados por outros grupos (Marcha das Vadias, Nova, Marcha da Periferia e no evento Xingu +23).
MARCHA das VADIAS	A marcha é um grito das mulheres contra uma cultura em que a sociedade se escandaliza diante da forma como uma mulher se veste, mas não se escandaliza diante de um ato brutal contra o ser humano. Esta não é uma marcha de minorias, é uma luta de todas as mulheres.	Escancarar a discussão sobre um tabu. Independente da visão que a sociedade tenha sobre as mulheres, elas não devem ser submetidas à violência [...]	<ul style="list-style-type: none"> • Plenária para definir identidade do grupo – explicações sobre a Marcha/ índices sobre violência contra mulher no Maranhão/ histórico do feminismo; presença de movimentos sociais como o Coletivo de Mulheres, Movimento LGBT • Marchas - 1ª 26/05/2012 2ª 20/07/2013.
DIA DO BASTA: a Corrupção	Movimento social apartidário, contínuo e gradativo, que acredita que através do fomento à participação política e crítica possibilitam a reconstrução sociocultural da sociedade.	Resgatar a ética e a moralidade no Legislativo, Executivo e Judiciário brasileiros, em todos os níveis da administração pública, seja nacional, estadual ou municipal. Em outras palavras o movimento é a favor de um Brasil livre de impunidade, luta no combate a corrupção e a favor da educação. Para tal buscamos mobilizar a sociedade brasileira para a troca de ideias, ações e manifestações não só na internet, mas principalmente nas ruas, praças e prédios públicos das cidades brasileiras, contra a corrupção impune.	<ul style="list-style-type: none"> • Marchas Contra a Corrupção 29/11 e 09/12 de 2011; 21/04; 07/09 e 08/12 de 2012; 20/04 de 2013; • Apoiou outras manifestações locais.

Fonte: Elaboração própria (2016)

Esse breve histórico não representa a totalidade das manifestações realizadas em São Luís nas últimas duas décadas, mas situa quais foram as de maior repercussão e articulação, sua relação com as manifestações globais, quais foram as principais e recorrentes motivações – melhores serviços públicos (educação, saúde, transporte público, infraestrutura e saneamento básico), direitos trabalhistas (questões salariais e condições de trabalho), enfrentamento aos grandes empreendimentos, assim como o questionamento a certas figuras

que ocupavam cargos públicos, e seus agentes (sindicatos de trabalhadores, associações de bairro ou estudantis e mais recentemente os chamados coletivos).

Esse cenário de luta, que se intensifica em períodos de crise, é explicado porque a maioria da população é constantemente excluída: seja do espaço territorial, deslocando-se da área central da cidade para as periferias ou municípios vizinhos (Paço do Lumiar, Raposa, São José de Ribamar); seja do acesso a políticas públicas. Todas essas observações são importantes subsídios para analisar as Manifestações de Junho em São Luís, principalmente por sinalizarem que esse “clima de reivindicações” não foi inaugurado em Junho de 2013, nem unicamente pela indução das “redes sociais”.

3.2 O Junho Ludovicense: caracterização das Manifestações de Junho em São Luís

O trecho da toada de bumba-meu-boi “No mês de Junho tem o bumba-meu-boi que é festejado em louvor a São João, o amo canta e balança seu maracá, a matraca e o pandeiro é quem faz tremer o chão¹³²” relata a dinâmica habitual vivida no mês de junho em São Luís, período em que os arraiais (festas juninas) espalham-se por toda a cidade. Entretanto, as manchetes de jornais: “Governo cancela a programação de hoje de arraiais”, “Protestos cancelam programação de arraiais” e “Governo do Estado cancela programação deste sábado (22) em arraiais”¹³³, demonstravam que o mês das festas juninas em 2013 disputava espaço no noticiário com as Manifestações de Junho (MJ) que começavam, tardiamente, na cidade.

As Manifestações iniciaram-se em São Luís quando os protestos no âmbito nacional já aconteciam em dezenas de cidades brasileiras – e poucas eram as capitais brasileiras em que não haviam eclodido. O primeiro ato na capital maranhense foi realizado no dia 19 de junho¹³⁴ (quarta-feira) a exatos doze dias do primeiro ato em São Paulo (06 de junho). Afirma-se, então, que os atos na capital maranhense ocorrem influenciados pelas características da terceira fase das manifestações em âmbito nacional que,

iniciada entre 19 e 20 de junho, é marcada por uma enorme cacofonia, que inclui: a **adesão das manifestações aos lemas e bandeiras com que a mídia pautara o**

¹³² A toada *Maranhão meu tesouro, meu torrão* é uma das toadas de bumba-meu-boi mais populares do Maranhão. Foi composta por Humberto do Maracanã (1939-2015) que era amo e cantador do Bumba-meu-boi de Maracanã, um dos grupos folclóricos mais famosos das festas juninas maranhenses.

¹³³ Manchetes dos três principais jornais da capital no dia 22 de junho, respectivamente, O Estado do Maranhão, o Imparcial, e Jornal Pequeno.

¹³⁴ Ressalta-se que alguns mapeamentos apontam o protesto do dia 18 de junho como primeiro ato em São Luís. Mas, como a manifestação desse dia foi o “Grito da Terra”, já tradicional dos trabalhadores rurais, não estava portanto associado diretamente ao contexto dos protestos de junho de 2013. Assim, considera-se o primeiro ato ligado diretamente às Manifestações Junho o “#VEMPRARUA! São Luís” (19/06).

debate público já na segunda fase; **o repúdio aos partidos** (sobretudo os da esquerda do espectro ideológico) e a todos os direitos sociais historicamente reivindicados; quebra-quebra como expressão de repúdio ao capitalismo; **entrevistas de políticos opositores ao governo federal** repercutindo a pauta da mídia etc. (PINHEIRO, 2013, p.161, grifos meus)

Desse modo, já nos primeiros protestos na cidade, notam-se a forte influência dos discursos do apartidarismo, da corrupção e da exaltação ao nacionalismo. No período de 19 de junho a 01 de julho (Figura 7¹³⁵ e Apêndice A) foram realizados trinta e três protestos nas áreas centrais da cidade de São Luís e em bairros descentralizados localizados na zona rural e nos demais municípios da Ilha do Maranhão¹³⁶ (São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa).

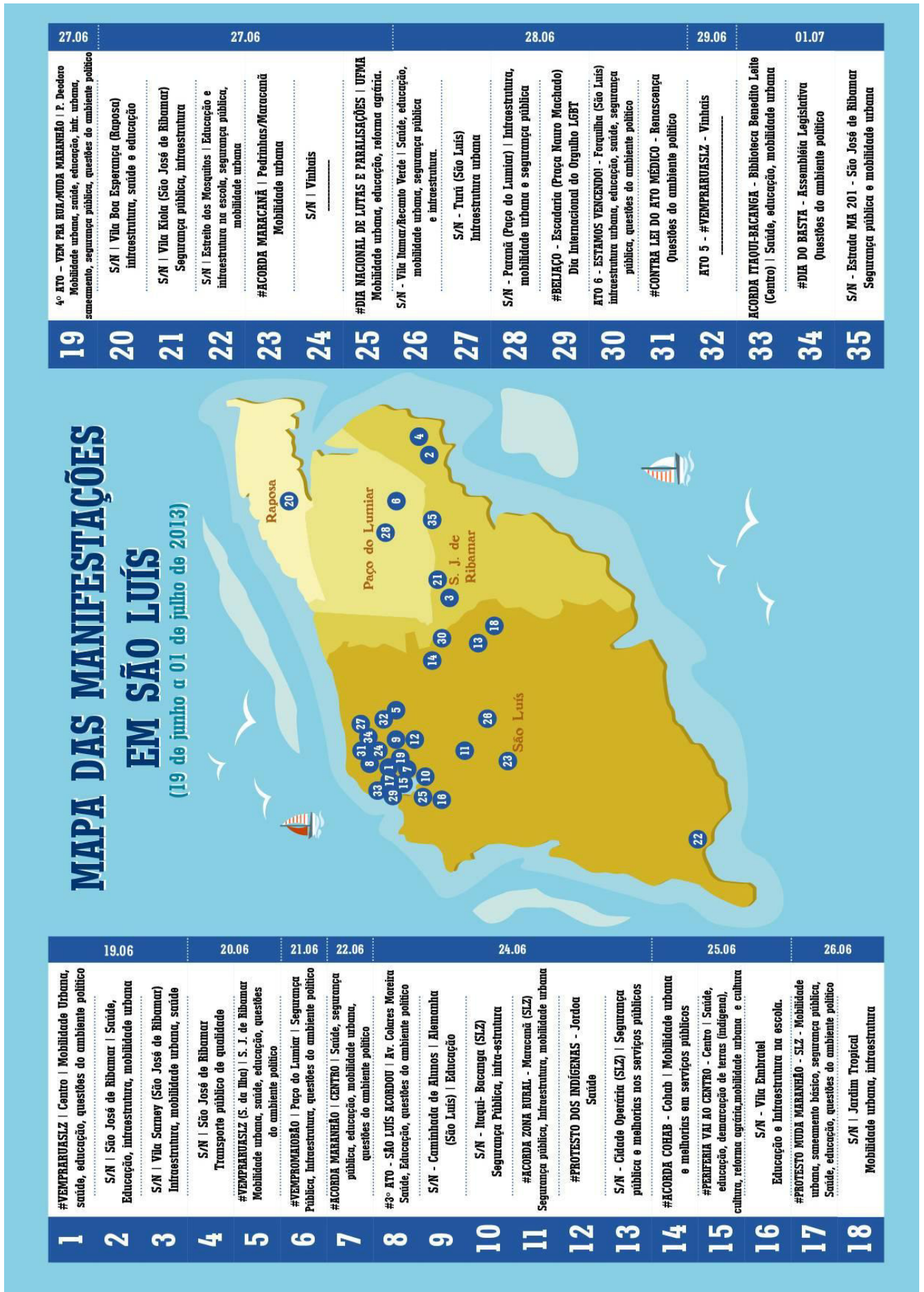
É importante ressaltar que as manifestações não se restringiram à capital e aos municípios metropolitanos, mas se espalharam por demais municípios (Figura 8¹³⁷)

¹³⁵ Mapeamento construído a partir de informações contidas nos jornais e alguns sites. Os jornais ou sites não apresentaram um padrão de informações para todas as manifestações. Também se destaca que não se pode afirmar que todos esses protestos ocorreram, alguns soube-se apenas pelos agendamentos nas redes sociais.

¹³⁶ Fazem parte da Ilha do Maranhão os municípios de São Luís, Paço do Lumiar, Raposa e São José de Ribamar, e também compõem a Região Metropolitana Grande São Luís (RMGSL). A RMGSL é composta por quatro municípios, mais os municípios de Alcântara, Bacabeira, Icatu, Rosário e Santa Rita, conforme estabelecido pela Lei Complementar Estadual Nº 161 de 2013 que “Dá nova redação ao art. 1º da Lei Complementar nº 38, de 12 de janeiro de 1998, que dispõe sobre a Região Metropolitana da Grande São Luís e dá outras providências (para incluir o Município de Icatu)”. No entanto, ao referir-se a municípios metropolitanos, esta pesquisa considera apenas os quatro municípios pertencentes à Ilha do Maranhão.

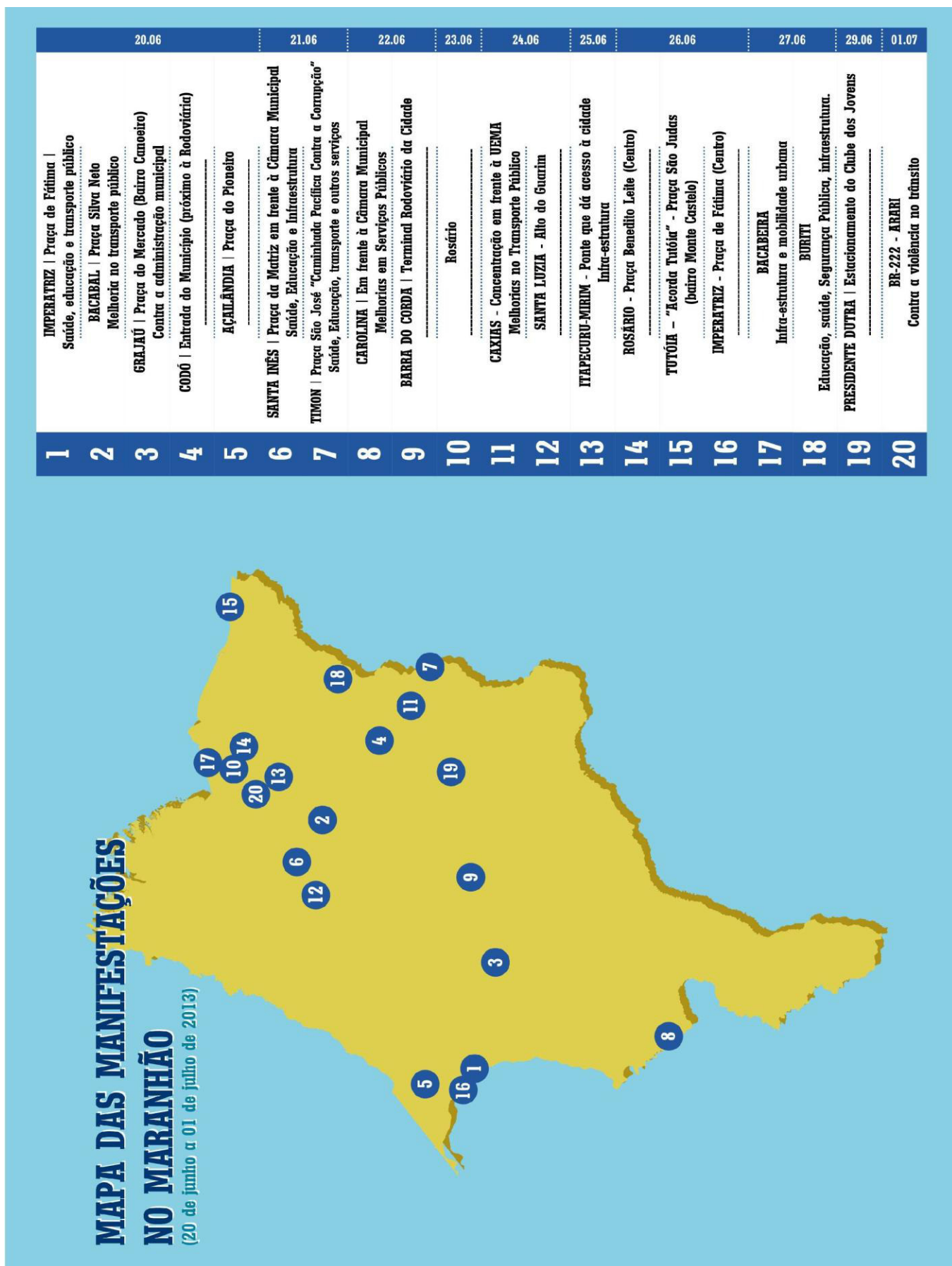
¹³⁷ Mapeamento construído a partir de informações contidas nos jornais e sites pesquisados. Os jornais ou sites não apresentaram um padrão de informações para todas as manifestações, portanto, alguns protestos possuem menos detalhes. Também se destaca que não se pode afirmar que todos esses protestos ocorreram, alguns soube-se apenas pelos agendamentos nas redes sociais.

Figura 7: Manifestações em São Luís no período de 19 de junho a 01 de julho de 2013.



Fonte: Elaboração própria (2016)

Figura 8: Manifestações nos municípios maranhenses no período de 19 de junho a 01 de julho



Fonte: Elaboração própria (2016)

Em relação aos protestos que aconteceram em São Luís e municípios metropolitanos, destacam-se dois: o “#VEMPRARUA! São Luís” (19 de junho) e o “Acorda Maranhão” (22 de junho) (Figura 9). Incentivados pela onda de protestos em todo o país foram convocados pelas “redes sociais”.

Figura 9: Cenas do Junho ludovicense



Fonte: Arquivo Pessoal (2013); Internet (2013)

O primeiro ato foi convocado através da página de evento intitulada “VEMPRARUA! São Luís”¹³⁸ no *Facebook*, criada por dois jovens de São Luís que à época não pertenciam a nenhum movimento específico, mas que possuíam engajamento político anterior. A organizadora da página no *Facebook* detalha o processo de convocação desse ato: *Quando começaram as manifestações em São Paulo, Rio e em outras cidades, a gente foi percebendo isso se espalhando, [...] a gente pensou, putz! Será que não seria interessante a gente mobilizar um ato, mas pensando na questão da mobilidade? [...] e tentando puxar um ato pra acontecer durante a semana, no horário da noite, fechando a avenida mesmo [...] foi quase uma coisa assim que a gente jogou para o alto: bora ver o que acontece... e muito pelo contexto nacional, a gente não se ilude assim de pensar que: “nossa, um grande levante está*

¹³⁸ Essa página ainda está ativa no *Facebook*, no entanto, as postagens da época foram quase todas apagadas, dificultando a aquisição de mais informações. Disponível em: <<https://www.facebook.com/vempraruaslz/?fref=ts>>

acontecendo no Maranhão, de forma alguma! [...] Mas a multidão que estava ali não tinha aquela formação política, noção do que era a discussão de mobilidade urbana, não tinha uma clareza muito grande dos fatos (Entrevistado C).

Os idealizadores da página virtual articularam-se com os integrantes do Diretório Central de Estudantes¹³⁹ (DCE) da UFMA para organizar o ato. Após a articulação *online* inicial, os coordenadores do órgão estudantil convocaram uma reunião presencial. *A partir de então nos inserimos no processo, colocando a estrutura do DCE até então para a mobilização, para divulgação e também para articulação junto com outros movimentos (Entrevistado D).*

Disponibilizaram carro de som, realizaram panfletagem e no dia do ato organizaram uma oficina de cartazes na Área de Vivência da UFMA, que culminou em uma passeata com aproximadamente quatrocentas pessoas até a Praça Deodoro (local de concentração do ato). Os universitários somaram-se a uma multidão de pessoas (estudantes secundaristas, militantes históricos, sindicalistas, profissionais de diversas categorias, “novatos” em manifestações, etc.) que já se encontravam reunidas em frente à Biblioteca Pública Benedito Leite na Praça Deodoro – onde habitualmente concentram-se e/ou acontecem atos políticos e campanhas públicas de conscientização.

A manifestação que contou com dez mil manifestantes, de acordo com a Polícia Militar (PM) e quinze mil nos cálculos dos organizadores (O ESTADO DO MARANHÃO, 2013), saiu da concentração e durante o trajeto foram ouvidas “palavras de ordem” como: “Estou pagando, não deveria. Transporte público não é mercadoria!”; “Sarney ladrão, devolve o Maranhão!”; “Sarney, safado, liberta o meu estado!”; “Não é mole, não. A Roseana acabou com o Maranhão!”; “Não adianta fugir, Sarney. O Maranhão acordou!”¹⁴⁰. O protesto seguiu sem maiores transtornos até chegar à Praça Dom Pedro II - onde estão localizados o Palácio dos Leões e o Palácio de La Ravardière, respectivamente, as sedes do governo estadual e municipal. O histórico Palácio dos Leões estava totalmente cercado por grades de ferro e por

¹³⁹ No período o DCE era coordenado pela gestão “Ninguém pode nos Calar”. Essa gestão foi empossada no dia 17 de janeiro de 2013 e tinha como slogan “uma gestão de luta dentro da universidade”. Era formada por estudantes independentes, da Assembléia Nacional de Estudantes -Livre (ANEL), do Coletivo Contra Ponto, do Coletivo Os Lírios Não Nascem da Lei, e do Coletivo Vamos à Luta. Durante essa gestão foram realizadas várias atividades como o “Churrasco de Protesto” pelo fechamento do Restaurante Universitário no período de férias; a ocupação da reitoria; a luta em conjunto com os estudantes da Casa dos Estudantes, para garantia da entrega do prédio da Casa Estudantil no Campus do Bacanga; além de atividades culturais, ponches, concurso de fotografia e eventos estatutários.

¹⁴⁰ “Palavras de ordem” encontradas nas matérias dos jornais do dia 20/06/2013.

um considerável efetivo policial de duzentos e cinquenta policiais, doze viaturas, seis motocicletas e cinquenta bombeiros (O ESTADO DO MARANHÃO, 2013).

Nessa praça, desencadearam-se vários conflitos: as sedes dos executivos foram pinchadas, 09 pessoas foram abordadas, contidas, detidas ou presas e pessoas feridas (O IMPARCIAL, 20 de junho de 2013).

O “Acorda Maranhão”, considerado o maior ato que houve na capital maranhense, aconteceu no dia 22 de junho (sábado): foi convocado e em boa parte organizado pelo grupo de mesmo nome, que atua desde 2011 protestando contra casos de corrupção. Para operacionalizar o ato, o grupo “Acorda Maranhão” participou das ações de planejamento, realizou trabalho voluntário para angariar recursos, divulgou a manifestação (antes mesmo do ato do dia 19) nas ruas, escolas e faculdades e realizou reuniões públicas para que houvesse participação de vários setores da sociedade na elaboração e debate sobre a pauta.

A concentração ocorreu na Praça Maria Aragão, no centro da cidade, onde geralmente ocorrem atividades culturais. Houve uma grande oficina de cartazes antes de saírem em passeata. A passeata foi primeiramente em direção ao Palácio dos Leões, cujo acesso principal já estava bloqueado com grandes de ferro e barreira policial, fazendo com que os manifestantes recorressem a uma rua próxima (rua do Egito) para ter acesso à sede do executivo estadual. Nesse momento, houve conflitos com a polícia e, após dissidências entre as diversas “alas” dos manifestantes, a passeata foi conduzida à Ponte José Sarney. A fala de um manifestante demonstra essas dissidências: *E também havia muita divergência com relação ao trajeto. O Acorda Maranhão definia um trajeto que ia por dentro do Reviver e nós entramos pra disputar mesmo a direção do movimento e daquilo ali que estava sendo colocado. E pensávamos: o que esse pessoal vai fazer no Reviver naquelas ruas estreitas? Não fazia muito sentido. Os carros nem desciam. Nós já tínhamos ido pela Praça Dom Pedro II e a ela estava cercada de policiais* (Entrevistado D).

O mais marcante desse ato foi o momento em que os manifestantes ocuparam a ponte, a rebatizaram de Ponte São Francisco e entoaram o canto do hino nacional brasileiro. A ponte já tinha sido rebatizada durante as manifestações do “Xô Rosengana” (2006) quando a renomearam, também em gesto simbólico, de “Ponte dos Estudantes”. Em seguida, a manifestação dividiu-se: uma parte dos manifestantes caminhou em direção ao prédio da TV Mirante – que estava cercado por trinta policiais militares do Batalhão de Polícia de Choque e da Companhia de Operações Especiais, e seguranças particulares. A outra parte caminhou

rumo ao viaduto da Cohama, passando pelo prédio da Assembleia Legislativa do Estado. Segundo os organizadores, essa manifestação reuniu dezessete mil pessoas e o efetivo policial contou com trezentos policiais, mais a cavalaria da Polícia Militar e dois helicópteros do Grupo Tático Aéreo (GTA), como informam jornais do período.

O Batalhão de Choque e unidades utilizaram 145 homens dando suporte às ações das Companhias de Polícia Militares (350 policiais de vários batalhões e 20 viaturas). Foram utilizados também 20 conjuntos da Cavalaria, 70 cadetes da Academia de Polícia Militar, 60 homens, 02 viaturas para combate de incêndio e salvamento, 02 ambulâncias, 01 posto de saúde dos Bombeiros, 42 policiais, 10 viaturas e 03 helicópteros do GTA, 35 policiais e 10 viaturas Polícia Civil e 40 guardas da Guarda Municipal. Além disso, nessa manifestação, foram detidas 19 pessoas e 06 pessoas ficaram feridas (04 policiais, 01 repórter da TV Guará e o Câmera Men) – Relatório do Batalhão de Choque da Polícia Militar¹⁴¹, 2013.

As MJ em São Luís e municípios vizinhos duraram aproximadamente quinze dias. “Os protestos, bem como a disputa dos espaços nas ruas, passaram desde então a praticamente fazer parte do cotidiano, reacendendo o mito de São Luís como “Ilha Rebelde” (CASTRO; ROGENS, 2014, p.180). Embora tenham emergido em um mesmo período e motivadas majoritariamente pela efervescência do contexto nacional, ressalta-se que não foram organizadas de forma integrada e coordenada entre si. Mesmo que algumas tenham usado o mesmo nome com contagem crescente sugerindo continuidade da manifestação (por exemplo, “Vem pra rua SLZ -4º ato”, “Vem pra rua SLZ -5º ato”, “Acorda Cohab”) eram organizadas a cada dia por grupos e percepções políticas diferentes.

3.2.1 Os Rebeldes de Junho: quem organizou essas manifestações em São Luís?

Sobre a identidade de quem organizou as manifestações, ressalta-se primeiramente que, diferentemente do que houve inicialmente em São Paulo, os protestos em São Luís não foram organizados pelo “Movimento Passe Livre - São Luís”, já que nesse período estava inativo na cidade.

O “MPL-São Luís” teve três tentativas de organização. Sobre a primeira articulação não há muitas informações¹⁴². Em 2006, organizou-se novamente após as manifestações do

¹⁴¹ Esse relatório foi elaborado pelo Comando de Policiamento Especializado (Batalhão de Polícia de Choque) da Polícia Militar do Maranhão. Esses dados foram adquiridos por meio de solicitação ao Comando Geral da Polícia Militar do Maranhão por meio do Ofício Nº 23/2015– PPGPP protocolado no dia 16 de setembro de 2015.

¹⁴² De acordo com o Entrevistado B houve essa primeira formação do MPL, mas não soube informar o período, nem mais esclarecimentos sobre essa primeira articulação.

“Xô Rosengana”, quando um grupo oriundo desse protesto considerou necessário manter a organização popular dos jovens que estava forte naquele momento, para reivindicar outras demandas como [...] *atuar na área do transporte coletivo com a bandeira do passe-livre estudantil. Estava formado então o segundo coletivo do MPL em São Luís que atuou organizadamente de 2007 a 2009, contudo sem estar filiado à federação nacional do MPL* (Entrevistado B).

Em 2013, já no contexto das MJ, quando o MPL se consolidava como um movimento social de referência nacional, surgiu o terceiro coletivo na cidade, com o intuito de evitar uma apropriação indevida da sigla por integrantes de outras organizações. A explicação: *Em 2013 no calor das manifestações populares em São Luís e em, consequência, da notoriedade que o MPL de São Paulo tinha dado à causa do transporte público de qualidade com a bandeira do Tarifa Zero surgiram alguns oportunistas passando-se por “organizadores do MPL em São Luís” com fins à representar a massa de protestantes nas ruas em reuniões governamentais na prefeitura de São Luís* (Entrevistado B), e o trecho da nota¹⁴³ publicada pelo “Coletivo Pró-articulação do Movimento Passe Livre São Luís”, esclarece esse fato:

1. O movimento atualmente encontra-se dissolvido vindo novamente a existir apenas após reunião de rearticulação do Coletivo São Luís do MPL.
2. As pessoas que tem se apresentado em reuniões com autoridades governamentais não possuem legitimidade para reivindicarem-se como membros do MPL São Luís.
3. Algumas destas pessoas pelo contrário tem um histórico de manobras políticas oportunistas junto ao movimento estudantil da UEMA e do movimento de Juventudes [...]
5. Antigos membros do MPL São Luís estão neste momento articulando uma ampla reunião de rearticulação do Coletivo para que a discussão e a luta em torno da pauta do movimento venham a ser realizadas de forma orgânica e organizada...
(O Movimento Passe Livre São Luís vem a público manifestar sobre o que segue, 2013).

Sem o protagonismo do MPL em São Luís é importante apresentar quais foram os sujeitos que organizaram os protestos. Destaca-se inicialmente que, como essas manifestações foram bastante plurais, abarcam uma variedade de configurações em seu processo de organização. De acordo com Costa (2013), os protestos formaram dois tipos de movimentos, tanto os produzidos espontaneamente, como os organizados pelos modos tradicionais através de sindicatos, federação de trabalhadores, etc. Ainda para Costa (2013,p.03), “uma das

¹⁴³ Nota assinada pelo “Coletivo Pró-articulação do Movimento Passe Livre São Luís e divulgada no site do “MPL-São Luís”, no dia 26 de junho de 2013. Ver Nota na íntegra em: <https://mplsaoluis.wordpress.com/2013/06/26/o-movimento-passe-livre-sao-luis-vem-a-publico-manifestar-sobre-o-que-segue/>

singularidades da 'primavera brasileira' no Maranhão foi a conjugação de movimentos de novo tipo com padrões tradicionais de mobilização e ação coletiva, além da combinação, numa visada abrangente, de questões urbanas (que predominaram no país) com a questão agrária, conferindo uma 'cor local' ao movimento”.

Compartilhando desse pensamento, elencam-se como protestos organizados de modo tradicional as manifestações “Periferia vai ao centro” (25/06), convocada pelo Quilombo Urbano, Luta Popular e CSP-Conlutas; a Manifestação dos indígenas (24/06) em frente à Funasa organizada por indígenas pertencentes às etnias Canela, Guajajaras e Kre-y; o Grito da terra (18/06), que ocorreu antes do grande ato do dia 19 e contou com a presença de muitos trabalhadores rurais; e os que aconteceram nos bairros da zona rural e municípios vizinhos, majoritariamente gestados por professores, alunos e funcionários de escolas próximas e por moradores. Afirma-se que estes protestos foram organizados por integrantes de movimentos sociais históricos, partidos, sindicatos e associações de bairro e estudantis.

Os demais protestos que seguiam a “liturgia” da terceira fase das Manifestações nas cidades brasileiras e, por isso, reforçavam o discurso da “espontaneidade” e da autonomia institucional (sem partido, sindicato ou instituição), foram convocados e organizados pelas “redes sociais”. Por isso, não é possível identificar grupos orgânicos – com exceção das duas maiores manifestações “#VEMPRARUA! São Luís” e o “Acorda Maranhão” que possuíram processos de organização, em certa medida, diferenciados.

O “VEMPRARUA! São Luís” não foi construído por um grupo ou movimento: afirmação confirmada por um dos manifestantes, ao ser questionado sobre a identidade do coletivo organizador do protesto: *não era um grupo porque para se ter um grupo você precisa de uma série de princípios ou minimamente de um problema mínimo para defender então na minha avaliação não é um movimento. Foi um evento. O Vem pra Rua foi uma manifestação* (Entrevistado D). Desse modo, sugere que as articulações realizadas foram apenas para a execução do ato, tanto que posteriormente não foram mais os responsáveis pelos vários atos de nome similar que aconteceram na cidade.

O “Acorda Maranhão”, diferentemente, é organizado por um grupo que surge *nas redes sociais como uma ideia de movimento popular de combate a corrupção, para conscientizar a população da importância da participação nos acontecimentos políticos em nosso Estado e também no país* (Entrevistado E) – fundado desde 2011 com integrantes oriundos dos protestos “Dia do Basta”, sobre os quais se falou anteriormente. Caracterizam-se

como *um movimento social apartidário, contínuo e gradativo [...] que acredita na reconstrução sociocultural da sociedade, no sentido de incentivar e conscientizar a participação política e crítica, ideologicamente dentro do grupo cada um tem sua opinião/ideologia política. Acreditamos que não deve haver extremismo ou intransigências* (Entrevistado E) e consideram que “as manifestações são instrumentos de mudanças, tão forte, quanto o voto” (VIAS DE FATO, 2013, p.05).

Objetivaram atingir diversas camadas da população, fazendo uso das mídias e de conteúdos em linguagem adequada, possibilitando o debate público, coletivo e democrático sobre modos de resolução da problemática da corrupção, além de conscientizar os cidadãos sobre a realização de práticas honestas no cotidiano, alertando para a *relevância da denúncia, da fiscalização dos agentes públicos, do controle, da pressão popular, de modo pacífico e democrático, pela preservação da civilização, da eficiência, da higidez das contas públicas e do cumprimento das funções estatais arrogadas; conscientizar a população a respeito da importância do voto e, adicionalmente, da responsabilidade de cada cidadão pelo país; dentre outros* (Entrevistado E). Para cumprir esses objetivos, o grupo mobiliza a sociedade usando as redes sociais e realizando atividades nas ruas, praças, escolas e faculdades da região.

Entre as atividades realizadas pelo grupo, elencam-se o Dia do Basta à Corrupção, “Fora Renan”, “Fora Sarney”, Operação 7 de Setembro e também ações sociais como o Acorda Maranhão Solidário e Acorda Maranhão Solidário de Natal dentre outros, e colaboraram com movimento “Salve Apaco”, com o Grupo de Ação Voluntária Mão Amiga (GAVMA) e mais recentemente com o Movimento Brasil Livre (MBL), relação que será explicitada posteriormente no trabalho.

Mesmo com a organicidade do grupo e o trabalho de divulgação que realizaram previamente, nota-se que o grupo Acorda Maranhão não conseguiu comandar o protesto já que, devido à dinâmica adotada nas manifestações em todo o Brasil, principalmente na terceira fase, vários outros grupos sentiram-se à vontade para direcioná-lo inclusive propor trajetos diferentes, o que causou conflito no dia da manifestação. De acordo com um militante do grupo, houve *oportunismo de alguns partidos políticos com seus carros de som gigantes contra o pequeno carro de som do movimento Acorda Maranhão conhecido como “Águia”* (Entrevistado E). O depoimento do integrante refere-se a versões que atestam que juventudes partidárias mesmo discursando em nome do apartidarismo estiveram nessa manifestação inclusive dispondo de infraestrutura como carro de som.

Problematizando algumas características do grupo “Acorda Maranhão” como o nome que em analogia ao “Gigante Acordou” - bordão difundido em todo o país - negava o histórico de manifestações políticas na cidade; e a centralização na corrupção como questão moral – lembrando que alguns membros formaram o “Dia do Basta: a Corrupção” infere-se que em sua gênese o grupo já apresentava características conservadoras.

O formato de organização dessas manifestações e a diversidade de entidades políticas participantes foram impeditivos para um direcionamento ideológico único desses protestos. No Quadro 06, apresenta-se um mapeamento da diversidade de organizações partidárias, sindicais e de movimentos sociais temáticos identificados como participantes das MJ em São Luís, que apresentam diferentes matizes ideológicas.

Quadro 6 - Organizações presentes no Junho Maranhense¹⁴⁴

TIPO ORGANIZACIONAL	ENTIDADES	
PARTIDOS (e juventudes partidárias)	Juventudes do PSOL, PCB PSTU, Juventude Socialista (JS/PDT), Juventude do PMDB (JPMDB), Juventude Socialista Brasileira (JSB – PSB), Juventude do PSDB, Juventude do PPS	
SINDICATOS e CENTRAIS SINDICAIS	Associação de Professores da Universidade Federal do Maranhão (APRUMA), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Central Única dos Trabalhadores (CUT), CSP Conlutas, Sindicato dos Bancários	
MOVIMENTOS SOCIAIS TEMÁTICOS	Estudantis	Diretório Central de Estudantes (DCE/UFMA e UEMA), União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), União Nacional dos Estudantes (UNE), Associação Nacional dos Estudantes Livres (ANEL), Centro Acadêmico de Serviço Social (CASS/ UFMA), Grêmios.
	Étnicos/gênero/ juventude/re ligiosos/ culturais/em defesa de questões urbanas.	União da Juventude Socialista (UJS), Fórum da Juventude Negra, Pastoral da Juventude (PJ), grupos LGBT, grupo de Skatistas, Movimento Quilombola do Maranhão (MOQUIBOM), Movimento HipHop, Marcha das Vadias (grupo feminista), Nossa São Luís, MOVA SL.

Fonte: Elaboração própria (2016)

A partir das informações nesse quadro, fica nítida a pluralidade de organizações que estiveram presentes nas ruas de Junho. Mas, a ênfase no discurso do “apartidarismo” propiciou a elaboração de um território aparentemente neutro que, na verdade, transformou-se num território de disputa de múltiplos grupos políticos que, mesmo não se identificando como organizadores ou até mesmo disfarçando sua identidade organizacional, disputaram espaço

¹⁴⁴ Construiu-se esse mapeamento a partir das informações nos jornais do período, assim como das informações dadas pelos entrevistados. No entanto, acredita-se que muitas outras organizações estiveram presentes nas manifestações de Junho de 2013 em São Luís.

político. A rua tornou-se o local de construção da própria manifestação, dando margem para variadas sugestões em relação à pauta de reivindicação, aos símbolos a serem utilizados, ao trajeto do protesto, etc, diferentemente do que ocorre em manifestações organizadas de modo mais tradicional, quando todos os detalhes da manifestação são decididos em assembleia.

Entretanto, no caso onde é “tudo junto e misturado”, a identidade política dos manifestantes é variada, existindo militantes com ou sem engajamento político prévio. São considerados sem engajamento aqueles que estiveram nas ruas apenas para se sentirem incluídos no evento, ou seja, seguindo uma espécie de “modismo”.

Os com engajamento podem ser tanto os ativos militantes sindicatos, partidos, coletivos de jovens, Centros Acadêmicos (CAs), Diretórios Acadêmicos (DAs), movimentos sociais quanto aqueles que, mesmo não sendo militantes institucionalizados, possuem uma visão politizada (VIEIRA, 2013):

Ideologicamente não era um movimento socialista, anarquista, comunista, era tudo isso e mais. Muita gente nova que tem um grau de politização limitado. O próprio ato de queimar a bandeira beira esse tipo de desvio a direita. Então, ideologicamente era muito heterogêneo. Mas de forma geral, ou pelo menos da maioria tinha um forte caráter de ação contra o sistema, não o sistema capitalista em si, mas de contestação da ordem de alguma forma (Entrevistado D).

Estabelece-se, portanto, uma relação de formação política nessas manifestações, pois conforme essas disputas ideológicas, desenham-se e a correlação de forças empreendida as pessoas sem engajamento podem aderir às perspectivas progressistas ou conservadoras.

Essa variedade na composição política e ideológica aponta para outro questionamento sobre quais as classes sociais estiveram presentes em Junho de 2013 nas manifestações. Não foi realizada nenhuma pesquisa estatística que possibilitasse aferição numérica da dimensão socioeconômica dos manifestantes de Junho. Entretanto, infere-se que as manifestações centrais (e especificamente as duas maiores) seguiram o padrão nacional e tiveram como principais manifestantes representantes das classes médias. Nas manifestações nos bairros descentralizados, a presença maior é de das próprias classes populares que os habitam.

As Manifestações de Junho em São Luís, assim como no Brasil, expuseram as contradições existentes na sociedade capitalista. As diversas reivindicações por melhor qualidade na educação, saúde, infraestrutura e participação política direta apresentam uma crítica que atravessa o Estado Capitalista (e sua Democracia Burguesa) e evidenciam a distância grandiosa entre os que têm muito e os que nada têm (apenas a força de trabalho),

abalando a aparente boa convivência entre esses dois polos (cheio de clivagens) na cidade que é “a expressão das relações sociais de produção capitalista, sua materialização política e espacial que está na base da produção e reprodução do capital” (IASI, 2013, p.41).

A pauta local de reivindicações não destoou da apresentada nas demais cidades brasileiras pois, apesar de difusa e ampla, convergia para a busca de melhores serviços públicos de educação, saúde, transporte, infraestrutura, saneamento (abastecimento de água/esgotamento), segurança pública e rechaço a figuras políticas, sendo coerente com o habitualmente solicitado em protestos anteriores na cidade.

Desse modo, as reivindicações não foram apenas rabiscos em cartazes pois, endossadas pelos moradores dos bairros da periferia e zona rural que se manifestaram intensamente na época, expuseram a cruel realidade vivenciada por esses moradores. Nesse sentido, Costa (2013, s. n) afirma:

as demandas mais abstratas por saúde, educação, segurança e transporte adquiriram sua face concreta e vimos, ao lado da juventude estudantil (secundarista e universitária), trabalhadores e trabalhadoras das periferias urbanas e até pequenos comerciantes (preocupados com o aumento do número de assaltos), pressionando e dirigindo suas queixas às secretarias de governo (da Prefeitura e do Governo do Estado) ou a uma estatal (Caema-Companhia de Águas e Esgotos).

A maioria das manifestações apresentava uma luta pela mobilidade urbana, principalmente referindo-se a melhorias no transporte público: novas alternativas de percurso, abrangência da linha de ônibus do município de São José de Ribamar para outros Terminais de Integração, nova licitação para linhas de ônibus, redução do preço da passagem, etc.

A relevância da questão da mobilidade urbana é observada desde o primeiro ato, quando os organizadores a definiram como o tema principal do protesto, como comprova a arte criada para divulgar o “#VEMPRARUA! São Luís” publicada na página de convocação no *Facebook* que, ao comparar o ônibus a uma lata de sardinha, denunciava as precárias condições que os usuários de transporte público coletivo são submetidos diariamente – na próxima figura:

Figura 10: Arte do protesto “#VEMPRARUA! São Luís”



Fonte: Página no Facebook do “#VEMPRARUA! São Luís” (2013)

Desse modo, o destaque para essa pauta não se deve apenas ao fato de ter sido o fio condutor dos primeiros dias de protesto em São Paulo e outras capitais, mas porque assim como nesses lugares, o transporte público em São Luís é um problema gravíssimo.

Embora a passagem de ônibus em São Luís não tivesse aumentado no período próximo ao contexto das manifestações, recorrentemente tem aumentos que parecem irrisórios, já que geralmente se estabelecem na margem dos R\$ 0,20, como os que desencadearam as manifestações em São Paulo. No entanto, tornam-se relevantes, devido a dois aspectos principais: o alto custo para o orçamento familiar ao final do mês proporcionalmente à renda do ludovicense; e o fato desses aumentos não se reverterem em melhorias no transporte público.

A justificativa para os aumentos seria um provável prejuízo (crise) que o sistema de transporte em São Luís causaria aos empresários. Esse argumento torna-se contraditório ao se observar que em 2016 essas mesmas empresas recandidataram-se ao processo licitatório. Então, conforme afirmam Bezerra e Silva (s. p, 2015) “a crise é exatamente essa: a explosão dos lucros dos empresários de transporte integrado com a precariedade do serviço para os usuários. Uma falência impressionantemente mentirosa de um sistema altamente lucrativo”.

Destaca-se que o ônibus é o único meio de transporte público regular que opera na Ilha do Maranhão¹⁴⁵ e não atende com qualidade os fluxos diários de pessoas que circulam nos municípios metropolitanos. O Sistema Integrado de Transporte (SIT), que possibilita ao usuário trocar de ônibus pagando apenas uma passagem, possui atualmente cinco Terminais

¹⁴⁵ A Ilha do Maranhão agrega quatro municípios da Região Metropolitana de São Luís: São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa.

de Integração (Praia Grande, Cohama, Cohab/Cohatrac, São Cristóvão e Distrito Industrial) e atende apenas os habitantes de São Luís e com total precariedade. O transporte público é controlado por apenas sete empresas e muitos dos que dele dependem para se locomover precisam usar o transporte público alternativo (micro-ônibus e vans) para chegar aos seus destinos (IPEA, 2015).

Esse relato sobre o transporte público em São Luís e municípios metropolitanos depõe sobre a deficiência na prestação de serviços públicos que, como se observa, é presente em outras áreas que também foram motes dos protestos. Essa precariedade na elaboração e efetividade nas políticas públicas existente no Estado e em São Luís refletem a conjugação da defesa de interesses econômicos privados e políticos que, em relação mutualística, operacionalizam o lucro em detrimento de melhores condições de vida da maioria da população.

As administrações públicas ao longo dos anos promoveram esse cenário, o que justifica as reivindicações mais marcantes terem sido contra figuras políticas da cidade e do Estado. Devido ao longo período em que o ex-presidente José Sarney e sua família dominaram o governo estadual e outros nichos políticos e o prestígio de articulações na esfera nacional, a solicitação pelo “fim da oligarquia Sarney” (Figura 11) tornou-se relevante ponto de pauta local, assim como nos protestos anteriores “Xô Rosengana” e “#ForaRoseanasarney” – abaixo visualizados:

Figura 11: “Fim da Oligarquia Sarney” vira reivindicação em Manifestações de Junho



Fonte: Página no Facebook do “Acorda Maranhão” (2013); Jornal Pequeno (2013)

Todas essas considerações traçam um desenho das MJ na cidade de São Luís, entretanto, para além da descrição, afirma-se a importância de compreendê-las a partir de relações sociais, econômicas, políticas e ideológicas interligadas, entendendo-as como lutas sociais, portanto, com contradições e produzindo disputas ideológicas. Nesse sentido, uma das

questões mais significantes a serem analisadas no campo das ideologias é a ênfase no discurso do apartidarismo.

3.2.2 Sem bandeiras vermelhas e com cartazes coloridos: a questão do apartidarismo

Os símbolos e simbologias são fundamentais para os movimentos sociais e ações políticas. Mais que acessórios, demarcam posicionamentos ideológicos e objetivos políticos dos protestos. Durante o movimento das Diretas Já¹⁴⁶ (1984), as bandeiras vermelhas ocuparam as ruas expondo a demarcação ideológica de esquerda que dominava esse processo. Mas, nas MJ, as bandeiras do Brasil e os cartazes (de diversos tamanhos e com frases irreverentes) tornaram-se marcas dessas manifestações representando, respectivamente, o nacionalismo e a diversidade das reivindicações.

Os cartazes expostos em São Luís tinham dizeres como: “Gigante pela própria natureza, o povo acordou”, “#Game Over Família Sarney!”, “Brasil vamos acordar o professor vale mais do que o Neymar”, “Não é por R\$ 0,20 centavos é por 43 anos de oligarquia”, “Fora Feliciano”, “Por Favor, saiam todos de suas casas, pois o povo que era inerte, agora voa com novas asas”, “Não deixem que eles PEC contra nós”, “Vem pra rua. Dilma só não traga o Bolsa Protesto”, “O Maranhão contra a Corrupção! Oligarquia não!”, “Partidos não me representam!”, “Um basta às mortes no campo”, “Resex Tauá- Mirim Já”, “26/06 Dia da Votação da maldita PEC 37 Não”. Essa heterogeneidade de dizeres evidencia a disputa de interesses, assim como sinaliza algumas visões que foram capitaneadas posteriormente pelas organizações de direita como a corrupção e a crítica ao governo federal.

Percebe-se que eles substituíram as bandeiras de partidos e movimentos sociais tradicionais, principalmente os de orientação à esquerda, demarcando o discurso conservador alinhado à direita e endossado nas ruas pelos gritos de “Sem Partido”.

O depoimento “Esse movimento é apartidário. Não somos de esquerda ou direita. Não defendemos a Prefeitura ou Governo do Estado. Por isso, somos contra a presença de bandeiras de partidos aqui” (O Estado do Maranhão, 20/06/2013) evidencia que nas manifestações em São Luís (principalmente nas duas maiores) replicou-se o que acontecia no restante do Brasil: a rejeição a partidos políticos e movimentos sociais tradicionais que

¹⁴⁶ Diretas Já foi um movimento organizado por sindicatos, partidos de oposição, intelectuais, estudantes e demais segmentos sociais, reivindicando pelo voto direto para as eleições para presidente da república. A Emenda Constitucional do deputado Dante de Oliveira (PMDB), que propunha eleições diretas em 1985, foi rejeitada por parlamentares do próprio partido. Em 1989, o primeiro presidente eleito diretamente (após o golpe militar de 1964) foi Fernando Collor de Melo (PANAZZO; VAZ, 2001).

resultaram em agressão contra quem se identificava militante partidário (principalmente de esquerda).

Como exemplo, cita-se o episódio ocorrido no primeiro grande protesto, quando conhecido militante do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) foi empurrado e teve a bandeira do partido confiscada e queimada por outros manifestantes.

Discordando da agressão ele afirmou: “Nós lutamos há anos pelo direito de todos. O que vemos aqui é um movimento fascista de jovens alienados, que rejeita lutadores históricos das causas sociais” (O Estado do Maranhão, 20/06/2013). Em trecho publicado em outra edição do jornal ele completa:

Os “apartidários” dizem que estão na luta pela democracia, negada pelos poderes que aí estão. No entanto, **eles não me respondem em que espaço democrático foi decidido que os partidos não deveriam participar**. Dizem que são a favor da liberdade de expressão, mas não explicam por que eu, pelo fato de escolher uma visão de mundo, e sintetizar essa ideia de mundo em quatro letras [PSTU], NÃO posso sair as ruas com ela [grifos meus].

Outro militante também expõe o descontentamento em relação à rejeição aos partidos políticos e a movimentos sociais tradicionais afirmando: *Você não pode expor quem você é, luta meio escondido* (Entrevistado G).

Diante desses relatos, é necessário historicizar o discurso do apartidarismo, que ganhou força a partir da crise da representatividade política (ingovernabilidade) dos anos 1970 e possui vinculação direta com o contexto neoliberal emergente no período. Assim, a aparente neutralidade política (“sem partido”, “sem ideologia”) é útil ao contexto de crise neoliberal, pois a desarticulação com as históricas ideologias políticas permite que as reivindicações se direcionem para as questões pontuais e recaiam apenas sobre crítica aos governos (vistos como amorais, sem ética) perdendo, portanto, a dimensão estrutural da crítica, assim como a relação dos governos e representantes com a estrutura social de classe.

Atualmente, muitos são os grupos que, ao questionar a ideologia, visam neutralizar o conteúdo político (principalmente as perspectivas questionadoras e emancipatórias) ou ocultar a expressão dos interesses das classes dominantes. Desse modo, o discurso do apartidarismo (ou “apolítico”¹⁴⁷) serviu em São Luís para ocultar esses interesses e para mascarar os embates político-partidários, antecipando o enfrentamento para o cargo de governador nas eleições de 2014. Esse embate evidenciava-se porque ora as manifestações eram direcionadas

¹⁴⁷ Os discursos que enfatizam as MJ como apolíticas são ainda mais complicados pois não negam apenas siglas partidárias, mas a própria política. Essa concepção é extremamente equivocada já que qualquer tipo de ação reivindicatória é naturalmente política. Esses discursos associam a Política apenas a seu componente representativo.

por grupos que queriam atingir a prefeitura de São Luís – o prefeito era aliado político do provável candidato ao governo Flávio Dino – ora outros grupos miravam no governo estadual – que também lançaria candidato ao pleito majoritário do ano seguinte. O trecho abaixo extraído de um jornal da época evidencia isso:

Dois movimentos

As manifestações de rua realizadas no final da tarde de ontem expuseram dois movimentos antagônicos querendo dirigir os manifestantes. Carros de som a serviço de um dos grupos gritava palavra de ordem pela mobilidade urbana e direcionava os ataques ao prefeito, enquanto o outro gritava palavras de ordem “fora Sarney”... (Jornal Pequeno, 20/06/2013)

Diante desta conjuntura ressalta-se que participaram deste processo de direcionamento das manifestações conforme interesses político-partidários não apenas partidos de direita, mas também alguns alinhados à esquerda que possuíam concretas perspectivas nas eleições que se aproximavam.

Então, as matérias nos jornais e os discursos parlamentares reforçavam o apartidarismo e crucificavam a participação de partidos nas manifestações, enquanto militantes disfarçados de vários partidos direcionavam as manifestações conforme seus interesses, além de silenciar o principal objetivo das manifestações que era a luta por direitos sociais. O pronunciamento do vereador Sérgio Frota (PSDB), por exemplo, ao ressaltar o protagonismo da Internet e redes sociais reforça a aparente independência das manifestações:

Esse grito ele não tem dono, apesar de determinadas né? Pessoas de movimentos políticos quiseram se tornar donos, eu acho que nós estamos vendo **um momento que as redes sociais estão substituindo os partidos políticos**, nós estamos numa época que a **internet se tornou o maior meio de comunicação social do mundo**, o Brasil que foi às ruas é um Brasil que não tem ideologia, é um Brasil que não tem sigla, o Brasil que foi às ruas é um Brasil que não tem medo, é um Brasil que quer mudança sim! No transporte, na educação, na saúde e quer mudança, sobretudo senhor presidente, na cabeça dos mandatários políticos desse país nos não podemos, os políticos que tem mandato dado pelo povo, conseguido pelo povo deixar de ouvir esse grito [grifos meus].

Os depoimentos seguintes exemplificam esse direcionamento: o primeiro, com a pauta das manifestações por organizações já existentes; e o segundo, como o discurso apartidário (ou apolítico), que ocultava esses interesses (muitas vezes de partidos de direita):

1º: *o transporte público era uma pauta, mas era uma pauta conjunta, e havia as pautas pessoais, as pautas dos grupos e umas das grandes pautas aqui era pra se bater na prefeitura de São Luís, era um grupo mais ligado à Roseana, mais ligado ao grupo Sarney querendo bater na prefeitura [...] que era ligado ao atual governador e nós fazemos campanha abertamente para Flávio então a gente sabia desse grupo de Roseana lá nós éramos oposição a gente meio que entrou para desmobilizá-los e mudar a pauta política ah eles querem bater na prefeitura então nos vamos é criar uma pauta mais ampla pauta nós vamos bater na*

educação do Estado como um todo fizemos nossa reunião e mobilizamos nossa militância e caímos pra rua nas manifestações (Entrevistado G);

2º: Porque nessa manifestação da quarta-feira, “#VEMPRARUA! São Luís”, houve confusão, a bandeira do PSTU foi queimada e resolvemos não levar bandeira, pois, por uma questão objetiva não temos como ter segurança com esse tanto de gente, mas ir de camisas vermelhas, camisas dos movimentos, etc. E tinha um grupo de Neo-anarquistas, alguma coisa desse tipo que eu acho que nem eram isso, pois o pessoal disse que eles eram do PMDB. Quando eles viram a gente na praça Dom Pedro II, começaram a dizer: olha o pessoal do PSTU e tal e a galera veio pra cima. Inclusive o carro de som que estávamos teve que sair imediatamente do lugar porque começaram a jogar lata de cerveja, garrafa e tivemos que sair (Entrevistado D).

Sobre esse aspecto, a matéria jornalística intitulada “A nova cara do Brasil: partidos querem espaço em atos”, do Jornal O Imparcial (22/06/2013) relata:

o militante estudantil e um dos organizadores do “Vem pra rua” em São Luís [...] disse [...] que a manifestação teve **um caráter supra-partidário e não** apartidário como tem divulgado a mídia televisiva brasileira: “o que aconteceu foi a influência da mídia brasileira que muitos acabaram reproduzindo aqui no Maranhão. Os partidos políticos de esquerda, os sindicatos sempre participaram das atividades.- afirma o militante que alerta para os perigos do discurso do apolítico. Sobre a infiltração de partidários [...] também acusa a juventude do PMDB de participação criminosa no intuito de atacar militantes de esquerda e distorcer a linha de reivindicações do movimento que era o transporte... [grifos meus].

Então, ao apresentar as manifestações como de todos, ocultavam-se os interesses de grupos, garantindo uma presença pluriclassista que, aos poucos, foi instrumentalizada para defender interesses particulares e não gerais.

Diante de todas essas explicações sobre as Manifestações de Junho em São Luís, elencam-se possibilidades e limites dos processos políticos de organização das classes populares. Como possibilidade, aponta-se o desconforto aos representantes que tiveram minimamente que organizar momentos e respostas para dar aos manifestantes. Ressalta-se também como um fator positivo os novos laços de solidariedade e formas de ação criativas utilizadas.

Como limite, aponta-se a ocultação dos conflitos de classe e partidárias nas manifestações, ou seja, a pauta e os interesses apresentados nas ruas como “de todos” possibilitou que a agenda conservadora fosse introduzida no contexto e se fortalecesse posteriormente, com a devida instrumentalização da pauta “anticorrupção” e da mídia. Também como fator de limitação aponta-se o fosso entre a lógica coletiva das manifestações e das instituições, enquadradas na lógica representativa periódica (de quatro em quatro anos).

Esta última questão relaciona-se à estrutura do Estado e sua democracia burguesa, já que, “enquanto as reivindicações desses grupos são de natureza coletiva, a forma institucional de participação do Estado liberal de Direito é de caráter individual, ficando, assim, o espaço público reduzido a formas de participação legal-formal” (VIEIRA, 2012, p.90).

3.2.3 Processos de organização: ações e utilização das “Redes Sociais”

A organização das Manifestações de Junho em São Luís combinou estratégias *online* (virtuais¹⁴⁸) e *off-line* (presenciais), ou seja, convocados majoritariamente através de páginas no *Facebook*, nas quais aconteceram reuniões para debate e decisões sobre a configuração dos atos. A organização estendeu-se para o ambiente físico com a realização de assembleias convencionais em universidades ou praças públicas, panfletagens e outras formas de divulgação.

Durante as manifestações em São Luís, as ações presenciais combinaram ações do “modelo” desenvolvido em todo o país, como oficinas de cartazes, passeatas destinadas a órgãos públicos (Assembleia Legislativa Estadual e sedes da prefeitura e governo), a emissora de televisão (TV Mirante) e casa de políticos (casa do Senador José Sarney), utilizadas durante as manifestações das áreas centrais da cidade, como ocorria nas demais cidades brasileiras. Os protestos mais descentralizados lançaram mão de ações mais peculiares às manifestações na cidade, como Castro e Rogens (2014, p.178) explicam: “no Maranhão, uma das formas mais usadas para chamar atenção em atos de protestos são **os bloqueios de ruas e avenidas com a queima de lixos e pneus**” [grifos meus].

As ações *online* utilizaram a Internet e “redes sociais” para organização, divulgação e apresentação da versão dos manifestantes, principalmente sobre fatos relacionados aos embates com policiais ou notas explicativas. Historicamente, observa-se que as mídias sociais nos protestos maranhenses são um instrumento utilizado há aproximadamente dez anos. Em 2006, o “Xô Rosengana” foi organizado e divulgado através do *Orkut* (na comunidade “Dia ‘D’ do Maranhão”), Blogs e Flogões, na época essas eram as “mídias sociais” de grande utilização.

¹⁴⁸ Ressalta-se que embora o termo virtual seja recorrentemente utilizado em oposição ao termo real considera-se virtual “toda entidade “desterritorializada” capaz de gerar diversas manifestações concretas em diferentes momentos e locais determinados, sem contudo estar ela mesma presa a um lugar ou tempo em particular” (LÉVY,1999,p. 49).

Em 2010, o *Twitter* e *Facebook* foram as redes sociais mais utilizadas pelos organizadores do “#ForaRoseanasarney para realizar, primeiramente, uma ação virtual como o *twittaço*¹⁴⁹ #foraroseanasarney. Foram também usados para organizar o ato presencial através de reuniões¹⁵⁰ *online* no *Facebook* e *Twitter*, que definiram detalhes, como o nome¹⁵¹ que seria dado ao protesto e a data em que aconteceria. No dia do protesto, mais um ato virtual foi realizado, sendo a hashtag #foraroseanasarney *twittada* uma média de 05 (cinco) milhões de vezes, com uma estimativa de 300 (trezentas) mil pessoas participando -ficando no 1º lugar no TTs Brasil e em 4º lugar no mundial.

Em 2011, o Ato Público Contra os Buracos foi totalmente organizado através de uma página no Facebook, criada com o intuito de organizar um protesto para demonstrar o descontentamento com a situação caótica das vias de trânsito de São Luís, resultando em enormes “buracos” no asfalto. Entre as discussões mais pautadas no fórum da página estavam os recursos que seriam utilizados, a elaboração de camisetas, a utilização de adereços e a data do protesto. Um dado curioso é que, embora no dia anterior à manifestação mais de dez mil pessoas confirmassem presença na página do evento no *Facebook*, compareceram apenas o criador da página e alguns integrantes de um sindicato.

A lista de protestos que utilizam as redes sociais em São Luís é grande. No caso das Manifestações de Junho, a dinâmica desenvolvida nas “redes sociais” para a organização dos protestos é explicada pelos organizadores do “Acorda Maranhão” e do “#VEMPRARUA! São Luís”.

Para o organizador do “Acorda Maranhão”: *nas redes sociais organizamos a chamada para as ações do grupo e estabelecemos parcerias com outros grupos/movimentos* (Entrevistado E). Segundo o organizador do Vem Pra Rua, *Ao longo desses dias [...] a gente*

¹⁴⁹ Esse *twittaço* alcançou o 1º lugar nos Trending Topics (TT’s) Brasil e o 5º no *ranking* mundial. Os TT’s são uma espécie de ranking que contabiliza diariamente no *Twitter* as *hashtag* mais postadas no dia (VIEIRA, 2013).

¹⁵⁰ Dessas reuniões participaram integrantes do movimento de 2006 Xô Rosengana; segmentos políticos (PSB/PDT/PSTU/PC do B/PSOL) -também presentes no *twittaço*; MST; fórum da juventude negra; centrais sindicais; grêmios das escolas Modelo, CEGEL, Mário Meireles, Bernardo Coelho de Almeida; Diretórios Centrais de Estudantes (DCE) da UFMA, Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), CEUMA, Faculdade São Luís, CES; MEI, jornalistas, blogueiros e profissionais liberais; representantes alguns interiores (Imperatriz, Caxias, Timon Bacabal, Matões e Bom Jardim) e de Estados (Rio de Janeiro, Amapá, São Paulo, Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte e Piauí) (VIEIRA, 2013).

¹⁵¹ Primeiramente, cogitaram utilizar o nome Xô Rosengana - nome dado ao movimento de 2006. Entretanto, não consideraram o nome adequado para o *Twitter* e, acreditando que o impacto seria nacional, optaram pelo termo “fora”, em analogia ao Fora Collor, considerada uma marca registrada da juventude brasileira e também decidiram utilizar o sobrenome Sarney, já que a candidata o tinha retirado do seu material de campanha, pois acreditavam que precisavam enfatizar seu pertencimento à família Sarney nome associado à questões como o coronelismo, corrupção, etc (VIEIRA, 2013).

*criou o evento, estava ali como administrador só que a gente não se sentia na obrigação de mediar tudo, todas as discussões e tal. A coisa foi se construindo de forma **muito espontânea**. As pessoas [...] chegavam e construía tópicos: “se vai ter carro de som ou se não vai”; “se vai ser um ato pacifista ou se não vai”; enfim, essas discussões foram bombando assim dentro do evento e eu e [...] [o outro administrador da página] só olhando, olhando, olhando. Às vezes a gente intervinha, fazia um comentário ou outro, mas a gente não estava com a intenção de controlar aquilo ali (Entrevistado C) [grifos meus].*

Através da Internet também foi realizada uma ação de hackerativismo¹⁵²: a invasão do site da Associação dos Delegados de Polícia do Maranhão (ADEPOL-MA) conforme demonstra a Figura 12:

Figura 12: Ação hackerativista: invasão ao site da ADEPOL



Fonte: Site Kamaleão (2013)

Em síntese, observa-se que essas ferramentas digitais permitem a ampla divulgação do ato, possibilitam a inserção de mais pessoas na construção colaborativa das ações, e possibilitam narrativas instantâneas dos manifestantes, garantindo versões além das produzidas pelas mídias tradicionais já que, como alerta Galeano (2015, p.149) “em nossos

¹⁵² O hackerativismo origina-se da cultura hacker, que possui “um sentimento comunitário, baseado na integração ativa a uma comunidade, que se estrutura em torno de costumes e princípios de organização social informal” (CASTELLS, 2003, p. 43). De acordo com Castells, contrariando o que é divulgado pela mídia, os hackers não agem irresponsavelmente, sendo esta conduta própria dos “crackers”. Desse modo, a ação hackerativista, como ataques a sites institucionais ou quebra de sigilo de informação importantes, pode ser considerada uma forma de ação política, fundamentada ideologicamente. Citam-se como exemplos o *Anonymous* e *Wikileaks*, além dos vários sites de órgãos públicos em todo o país que sofreram ataques de hackers durante as Manifestações de Junho de 2013.

países, a televisão mostra o que ela quer que aconteça; e nada acontece se a televisão não mostrar”. Dessa forma,

essas tecnologias de comunicação não são apenas ferramentas de descrição, mas sim de construção e reconstrução da realidade. Quando alguém atua através de uma dessas redes, não está simplesmente reportando, mas também inventando, articulando, mudando. Isto, aos poucos altera também a maneira de se fazer política e as formas de participação social (SAKAMOTO, 2013, p.95).

Entretanto, além da função obviamente positiva da Internet e das “redes sociais”, pode-se indicar algumas limitações do seu uso. Primeiramente, sabe-se que é um espaço facilmente vigiado e controlado pelos órgãos de inteligência da segurança pública, ou seja, a “liberdade” sempre associada ao ambiente virtual é questionada. O relatório do Batalhão de Choque da Polícia Militar¹⁵³ sobre o período das MJ em São Luís expõe que houve acompanhamento diário da agenda de protestos marcados.

O depoimento de uma militante também expõe essa vigilância: *Um sujeito que eu não conheço, nunca vi, entrou no meu inbox (espaço destinado a envio de mensagens privadas a um usuário no Facebook), mandou mensagem dizendo que a delegada geral da Polícia Civil queria conversar com a gente [...] Ele puxou os administradores que estavam ali, porque nós deveríamos ter puxado aquilo ali como uma página e não com perfis pessoais. O cara foi lá e mandou mensagem pra gente. Mas até aí era pra ser uma conversa, mas a gente já ficou naquela neura de: vamos ou não vamos? A gente não responde pelo que vai acontecer. A gente está mobilizando, mas não vai controlar nada, essa não é a intenção, e tal. Jogamos uma pauta, chamamos pra mobilização, mas não foi algo construído coletivamente. Não foi um grupo que pensou, discutiu e disse: vamos lá (Entrevistado C).*

Outra limitação é o acesso material aos instrumentos que garantem conexão à Internet e conseqüentemente às “redes sociais”. A maioria dos domicílios possui aparelhos de televisão; em contrapartida, menos pessoas possuem microcomputadores e o número de domicílios ainda é menor considerando os que possuem microcomputador com acesso à Internet – como demonstra a tabela 04.

¹⁵³ Idem Nota 141.

Tabela 4 - Domicílios particulares permanentes com televisão, microcomputador e internet - Maranhão e São Luís

BENS DURÁVEIS	LOCALIDADE	
	Maranhão	São Luís
Televisão	1.461.279	268.323
Microcomputador	224.359	95.119
Microcomputador com acesso à Internet	161.208	77.281

Fonte: IBGE (2010)

Outro número desanimador refere-se ao número dos usuários das “redes sociais”, especificamente do *Facebook* do Maranhão. Em 2013, o Estado ocupava a 27ª posição em relação à conexão ao *Facebook*, possuindo apenas 945.740 usuários nessa rede social (E-DIALOG COMUNICAÇÃO, 2013).

A última limitação evidencia aspectos ideológicos, pois são as classes dominantes que mais ocupam esses nichos e, mesmo que todos tivessem acesso à Internet e às “redes sociais”, isso não se reverteria necessariamente em um envolvimento concreto e profundo nas questões políticas. Em São Luís, por exemplo, a maioria dos blogs de conteúdo local é instrumentalizado para atender aos interesses das elites políticas e econômicas, consequentemente replicando a sua visão de mundo nesse pretense espaço democrático.

Diante desses aspectos considera-se relevantes as ponderações de Chauí (2014, s.n) referido-se às MJ:

A convocação foi feita pela rede e muitos celebraram por que derruba o monopólio dos meios. Mas quero colocar quatro pontos: 1) Comunicação é indiferenciada; 2) Tem forma de evento, sem referencial com o passado e o futuro – recusou o sócio-temporal pra se tornar espetáculo de massa; 3) Assume a dimensão mágica. Os usuários apenas usam a rede, não têm controle. A magia é instrumento da sociedade de consumo: satisfação imediata do desejo; 4) Aparência de espetáculo de massa. Fizemos supor que o universo é homogêneo. Ou seja, a rede tem uma aparência de ampliação da democracia, mas no fundo, a internet é uma nebulosa... Frequentemente fechada e secreta.

As premissas desenvolvidas por Chauí permitem a reflexão de que as “redes sociais” não substituem a necessidade de articulação mais orgânica, duradoura objetivando o amadurecimento das discussões, tornando-as mais profundas e capazes de extrapolar compartilhamentos e “curtidas” frenéticas e automáticas.

3.3 Duas faces de um Estado: concessões e coerções estatais como respostas

Dessa forma, compreendendo essas manifestações no campo das lutas sociais, analisam-se quais foram as respostas dadas pelo Estado, nos níveis municipal e estadual.

As Manifestações de Junho são expressões das lutas sociais. A atuação das ações políticas e dos movimentos populares das classes dominadas transita nos limites da estrutura do Estado e de sua Democracia Burguesa, demonstrando que a lógica do Estado age em um mesmo movimento, elaborando o consenso e executando a coerção. Por isso, as respostas da prefeitura de São Luís, do governo do Maranhão e dos legislativos (municipal e estadual) foram semelhantes às do governo e casas legislativas federais. A prefeitura de São Luís – comandada por Edivaldo Holanda Junior (PTC) – sinalizou interesse em dialogar com os manifestantes desde a primeira grande manifestação, conforme nota abaixo:

Acerca do Movimento “Vem Pra Rua São Luís”, a Prefeitura de São Luís informa à população que: 1. O prefeito Edivaldo Holanda Júnior reitera que considera absolutamente legítima e democrática toda e qualquer manifestação pacífica, cuja causa seja o aperfeiçoamento de políticas públicas que contribuam para melhorar a qualidade de vida da população;2. Debaterá democraticamente e transparentemente todas as propostas que forem apresentadas pelos movimentos da sociedade, prática que tem sido adotada nestes cinco meses e 19 dias da gestão do prefeito Edivaldo Holanda Júnior;3. Convoca a juventude e integrantes do Movimento “Vem Pra Rua” a debater de forma permanente, formular propostas e fiscalizar as ações, com o objetivo de melhorar o sistema de transporte coletivo e construir coletivamente uma proposta de mobilidade urbana para a cidade;4. O prefeito Edivaldo Holanda Júnior aguarda contato da coordenação do movimento para realizar reunião, que contará com a participação de entidades da sociedade, como OAB/MA (Ordem dos Advogados do Brasil seccional Maranhão) e Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Rodoviário do Estado do Maranhão (Sttrema) (SÃO LUÍS, 2013)

O chefe do administrativo municipal sugeriu receber os manifestantes no dia da primeira grande manifestação (19 de junho). Todavia, a reunião com os manifestantes ocorreu apenas em 25 de junho (terça-feira), cinco dias após a primeira manifestação. Nessa reunião foram discutidas as reivindicações dos manifestantes e estiveram presentes representantes das manifestações “#VEMPRARUA! São Luís”, “Acorda Maranhão”, dos grupos “Nossa São Luís”, “Um Passo à Frente na UFMA”, MPL, “Bloco na Rua”, UNE e autoridades - secretários municipais de Comunicação (SECOM), Educação (SEMED), Obras e Serviços (SEMOSP), de governo (SEMGOV), Assuntos Políticos; presidente da Fundação Municipal de Cultura (FUNC); secretários municipais adjuntos da Segurança com Cidadania (SEMUSC) e de Governo (SEMGOV) e alguns vereadores.

Integrantes do movimento “Nossa São Luís¹⁵⁴” – organização ligada ao setor empresarial – que participaram da reunião explicitam que houve uma dificuldade de traduzir a

¹⁵⁴ O Movimento Nossa São Luís é um “é um programa do Instituto de Cidadania Empresarial do Maranhão (ICE-MA) que busca reunir cidadãos, empresas, entidades de classe, instituições de ensino e pesquisa, sindicatos, jovens e outros personagens, para atuarem em conjunto e estimular a sociedade civil a exercer a democracia participativa e controle social, bem como monitorar o poder público a fim de contribuir no desenvolvimento inclusivo e sustentável para São Luís” (Site Nossa São Luís).

indignação das ruas em pauta de reivindicações para entregar às autoridades, e que por isso eles que já tinham um planejamento em várias áreas foram chamados, conforme depoimento: *O grande desafio foi sair da rua e entrar no gabinete e discutir proposta [...] Nessa época nós tínhamos colocado pra prefeitura um programa de metas [Plano Estratégico São Luís 2033], o prefeito há pouco tempo tinha sido eleito [...] e ele tinha assinado uma carta compromisso com a cidade de implementar metas pra sua gestão dentro dessas metas estavam questões relacionadas à mobilidade urbana, à juventude, resíduos, à segurança ...* (Entrevistado I).

A questão central foi o transporte público, contemplando também assuntos como saúde, educação e cultura. Os manifestantes apresentaram propostas como aumento e melhoria na frota de coletivos, alteração do prazo de validade das carteiras de estudantes, discussão de projetos referentes à implantação de ciclovias na cidade, reforma nos Terminais de Integração, informações sobre a implantação do Bilhete Único – compromisso assumido pelo prefeito à época da Campanha – e o destino do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT)¹⁵⁵.

Conforme o coordenador do DCE/UFMA presente nessa reunião, o órgão estudantil apresentou uma pauta exclusiva referente ao transporte coletivo da UFMA: *Inclusive o DCE apresentou a proposta de criação de novas linhas saindo de outros terminais. Nós apresentamos na SMTT e na Prefeitura, mas não obtivemos respostas* (Entrevistado D), ou seja, propunham a criação de novas linhas que saíssem de outros terminais, possibilitando uma descentralização da Linha Campus.

Após a apresentação das demandas pelos manifestantes, Edvaldo Holanda realizou considerações sobre as reivindicações, elencando quais encaminhamentos já estavam sendo realizados e se comprometeu em implantar o Conselho Municipal de Transporte Público, que não foi efetivado posteriormente, apontando-o inclusive como um dos encaminhamentos oriundos da reunião com a presidenta – da qual ele e a governadora participaram. O prefeito, afirmou então:

Como a presidente Dilma mesmo disse, a finalidade do Conselho é dar transparência ao cálculo da tarifa de ônibus nas cidades. Aqui em São Luís já existe a vontade política e agora há a determinação do Governo Federal. Dentro desse conselho

¹⁵⁵ O VLT foi adquirido ainda na gestão do ex-prefeito João Castelo (PSDB) (2009-2012) e prometia ser a solução para a mobilidade urbana em São Luís. Inclusive, foram iniciadas algumas obras de colocação de trilhos na Praia Grande, onde o VLT ficou exposto durante meses que antecederam à eleição municipal. Obviamente, a aquisição pretendia causar impacto no período eleitoral, mas não surtiu efeito e Castelo não foi reeleito, deixando para a próxima administração o “elefante branco”. A gestão de Edivaldo Holanda Junior também não deu finalidade ao VLT, que se encontra guardado em um galpão alugado onerando ainda mais o erário.

poderemos discutir de forma permanente as questões relacionadas ao transporte público (SÃO LUÍS, 2013b)

Uma segunda reunião foi realizada no dia 1º de julho (segunda-feira), seis dias após a primeira, com o objetivo de apresentar aos manifestantes o planejamento das ações, em pequeno, médio e longo prazo, para cada reivindicação apresentada na reunião anterior - como se observa no Quadro 07:

Quadro 7 - Propostas para responder às Manifestações

SISTEMATIZAÇÃO DE PROPOSTAS DA PREFEITURA POR ÁREA	
EDUCAÇÃO	Garantia de recursos para reforma das Unidades de Ensino Básico (UEB) e criação de uma escola de Ensino Fundamental na área do Itaqui-Bacanga.
SAÚDE	Garantia de recursos para reformar e ampliar o Hospital da Criança, Socorrão I e Socorrão II.
CULTURA	Destinação de recursos à reativação do Circo da Cidade
MOBILIDADE URBANA MOBILIDADE URBANA	Viabilizar a Implantação do Conselho Municipal de Transporte Público em São Luís; e criação de um Plano de Ação Imediata do Trânsito PAIT - Plano de disciplinamento e fiscalização de tráfego e estacionamento de veículos
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	Divulgação da Agenda de formulação do Plano Plurianual (PPA) e do Plano Estratégico São Luís 2033 ¹⁵⁶ e convite para que os manifestantes participem desses planejamentos; e indicação dos nomes para Fórum sobre o Transporte Público para organizar eleição de um Conselho Municipal de Transporte.

Fonte: Elaboração própria (2016)

Nota-se que por mais que o discurso proferido seja o de ouvir os manifestantes e inseri-los nos planejamentos, respeitando o anseio por mais participação política nos processos decisórios das políticas públicas, percebe-se que a possibilidade participativa é mínima pois, em síntese, essas reuniões e articulações com manifestantes são mais para dar uma satisfação que propriamente uma tomada de consciência do poder público sobre a necessidade de a população estar inserida nos processos de decisão.

Manifestante explicita a dinâmica de diálogo com a prefeitura e expõe sua análise crítica: *o Márcio Jerry [secretário de comunicação municipal no período] estava me chamando no Twitter para uma reunião que a Prefeitura tinha organizado com os*

¹⁵⁶ Esse plano foi elaborado com o intuito de “de tornar São Luís um pólo regional organizado de desenvolvimento inclusivo com oportunidades para todos. O documento apresenta as expectativas sobre o futuro do município nos próximos 17 anos e, para isso, contempla temas estratégicos, desafios prioritários, estratégias e indicadores socioeconômicos de São Luís” (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DA PREFEITURA, 2016). Embora, elaborado desde 2013, inclusive, recebendo contribuições da população via consulta pública *online* no site da prefeitura, pouco se sabe exatamente sobre esse plano e são encontradas notícias de 2016 sinalizando apenas nesse ano as discussões sobre ele foram retomadas.

movimentos sociais. Até ali a gente achava que a Prefeitura realmente queria dialogar e a gente tava meio que tentando fazer o nosso tempo: vamos sistematizar as discussões e fazer as reuniões [...] Só que o Márcio Jerry começou a dar pressão, a reunião vai ser tal dia, vai ser hoje e tal. Por que tinha que ser naquele dia? Porque eles armaram um teatro [...]. Quando a gente foi pra essa reunião cada pessoa ali tinha poucos minutos pra fazer falas [...] Depois disso a Prefeitura fechou com um slide e começou a falar sobre a sua proposta de gestão para mobilidade urbana, contou todo o plano de governo [...] e a partir dali a gente começou a entender como são esses “espaços de diálogo” do poder público: os caras te chamam pra dizer que vão dialogar com você, mas eles não estão ali numa disposição de te ouvir. Eles vão fazer de conta que te ouvem e no segundo momento eles vão dizer quais são os projetos que eles têm, mas eles não estão te ouvindo. Você sai com uma falsa impressão de que foi escutado e de que eles estão querendo estabelecer uma relação com você, mas é uma tentativa de esvaziar mesmo. De tirar da rua, de tirar do espaço de pressão, colocar num pseudo espaço de diálogo, de construção conjunta, mas nunca vai dar em nada. A gente teve, por exemplo, a possibilidade de conversar com o secretário do Governo da Prefeitura e ele disse: vocês tem que ir lá e cobrar o Governo do Estado, porque pra gente baixar tarifa [...] depende do ICMS [...] porque quem baixa e aumenta é o governo do Estado, vocês têm que ir lá. Então começou aqueles ping-pongs e tal, aquela coisa de tentar enredar o movimento naquelas coisas nas quais a gente não tem propriedade para esvaziar mesmo, pra tirar da rua, tirar do espaço de pressão e tentar colocar a gente num espaço onde ilusoriamente a gente vai discutir de igual para igual, mas a gente não vai (Entrevistado C) [grifos meus].

Em relação às ações propostas no período, algumas foram efetivadas, sendo que a maioria foi retomada apenas ao final do ano de 2015, período em que se aproximavam as eleições municipais, configurando-se como medidas paliativas e questionáveis, pois não conseguem sequer amenizar os grandes problemas enfrentados na cidade. Geralmente, estabelecem-se como políticas públicas de “faz de conta” realizadas às pressas e sem planejamento mínimo, ambicionando apenas o aparente cumprimento da agenda de compromissos e visando ao iminente processo eleitoral - configurando um cíclico processo de desresponsabilização com as questões públicas.

Como exemplos flagrantes disso, citam-se: a Consulta Pública¹⁵⁷ sobre o Plano Estratégico São Luís 2033, que se aparentava como uma forma de propiciar participação, mas teve pouca divulgação, anulando o aparente objetivo; e as duas ações para a mobilidade urbana: implantação do projeto Bilhete Único em dezembro de 2015 e o processo licitatório¹⁵⁸ para o sistema de transporte coletivo.

A primeira ação para a mobilidade, anunciada como a vantagem do usuário do transporte coletivo realizar quantas viagens desejar, pagando apenas uma passagem, possui limites e restrições: é um benefício disponível somente para as linhas integradas e no intervalo de 1h30 em ônibus que se desloquem no mesmo sentido da via.

Na segunda ação, o caso do processo licitatório para o sistema de transporte coletivo é ainda mais emblemático. O edital lançado em março de 2016 em cerimônia pomposa resultou ao final do processo, em junho, no (re)credenciamento de quase todas as empresas de ônibus que já operam na cidade. Um fato incongruente, já que desempenham péssimo atendimento à população e exigem recorrentemente sucessivos aumentos das tarifas, alegando estarem com prejuízo e sem condições de pagar as despesas. Esse argumento inclusive já “legitimou” a subtração da tarifa social¹⁵⁹ no transporte coletivo aos domingos, chamada popularmente de “domingueira”. Dessa maneira, pergunta-se como essas mesmas empresas estariam em condições para cumprir as exigências do edital? Esses exemplos parecem ser a prova de como o aparato legal serve na maioria das vezes para legitimar os interesses privados das classes dominantes.

Em relação ao governo estadual, comandado pela governadora Roseana Sarney (PMDB), o contato com os grupos atuantes em junho foi ainda mais emblemático, pois o deputado situacionista Roberto Costa (PMDB), em discurso na Assembleia Legislativa do Maranhão (ALEMA) no dia 25 de junho, havia afirmado a intenção de diálogo da governadora com os manifestantes, conforme trecho, abaixo:

nós viemos aqui, mais uma vez, reafirmar a posição da Senhora Governadora Roseana em relação às manifestações que têm acontecido aí no Brasil, em todo o

¹⁵⁷ No site da Prefeitura de São Luís foi disponibilizado um questionário com o intuito de recolher informações sobre a visão da população sobre a realidade vigente na cidade nas diversas áreas, assim como as perspectivas para os próximos vinte anos.

¹⁵⁸ O Projeto de Lei Complementar Nº141 de 2015 foi aprovado no dia 02 de dezembro de 2015 em sessão da Câmara Municipal que durou aproximadamente 11 horas gerando a Lei Nº 6.015/2015, que “Revoga e altera dispositivos da Lei Complementar Nº 3.430 de 31 de janeiro de 1996 que dispõe sobre o Serviço Público de Transporte Coletivo Urbano de São Luís nos termos do art. 208 da Lei Orgânica do Município, e dá outras providências”. Essa Lei regulamenta a licitação do transporte em São Luís.

¹⁵⁹ Essa tarifa é criada pelo Decreto Municipal Nº 38.917 de 2010 e possibilitava que, aos domingos, todos os passageiros pagassem apenas 50% do valor da passagem.

Maranhão e na cidade de São Luís, como já se falou a governadora já se posicionou, de uma forma clara, em relação a tudo isso, ela compreende o momento que o país passa em relação a essas manifestações, ela acha legítima todas as manifestações que estão acontecendo, pacíficas, em relação às reivindicações da população do Brasil e do Maranhão. Ela, inclusive já determinou que o Chefe da Casa Civil, Dr. João Abreu, seja o interlocutor com as lideranças do movimento para que inclusive busque um canal de negociação para que possa ali as lideranças do movimento sentar com o Governo para discutir a pauta de reivindicações e a própria governadora que está em Brasília com compromissos importantes para o povo do Maranhão já se colocou [...] à disposição do movimento; **ela própria também vai se reunir com as lideranças do movimento, para escutar a pauta que existe de reivindicações** em relação a todos os questionamentos que estão sendo feitos em relação a essas manifestações.

No entanto, a governadora não se reuniu com os manifestantes, nem se pronunciou publicamente sobre os protestos, que já atingiam escala estadual, espalhando-se por várias cidades do Estado. A única reunião marcada pelo governo estadual com os manifestantes aconteceria no dia 02 de julho, sob a coordenação do secretário da Casa Civil João Abreu, mas também foi cancelada.

Desse modo, as respostas da administração estadual foram repassadas pelos deputados correligionários da governadora em seus discursos na ALEMA e pelas matérias em jornais. A informação era de que o governo estabeleceria uma parceria com a prefeitura de São Luís, criando uma comissão com representantes de ambos os executivos para formular e executar projetos: “Parceria-Governo e Prefeitura definem primeira obra - Secretários de Estado e do Município firmaram, ontem, no Palácio Henrique de La Roque, termo que garante a construção, em parceria, de um viaduto na Forquilha. Prefeitura elaborará projetos a serem executados pelo Governo do Estado” (O Estado do Maranhão, 25/07/2013).

Os discursos e matérias passavam a ideia de que o governo estadual estava à frente das decisões comandando as articulações com a prefeitura. Entretanto, o que se observa nessas atitudes são resquícios de posturas coronelistas, nas quais o governante, do mesmo modo como ocorria com o coronel, é blindado pelas ações de seus correligionários e as proposições para a população são decididas em gabinetes “herméticos e à prova de som” impossibilitando a concretização da demanda da população.

A única ação concreta do governo estadual apontada como resultado da pressão das MJ foi a extinção do Conselho de Gestão Estratégica de Políticas Públicas de Governo (CONGEP¹⁶⁰), conhecido como “Conselhão” ou “Bolsa Eleição”, após ser denunciado por

¹⁶⁰ Instituído pela Lei nº 8.134 de 2004 com o nome de Conselho de Gestão Estratégica das Macro-políticas de governo é reorganizado pela Lei nº 8.568 de 2007 recebendo esse novo nome. Ele teria como objetivo “assessorar o governador em relação à implementação das Políticas Públicas do Estado”.

parlamentares estaduais opositoristas. O Conselho era integrado por 206 conselheiros, entre os quais figuravam ex-prefeitos e parentes de pessoas do grupo Sarney, que recebiam R\$5.850,00. As reuniões do conselho aconteciam apenas uma vez por mês (INFORME, julho de 2013). O cancelamento ocorreu em 05 de julho, por meio da nota intitulada “Governo extingue Conselhos”:

A governadora Roseana Sarney decidiu extinguir o **Conselho de Gestão Estratégica de Políticas Públicas**, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e os Conselhos de Articulação Regional. Essa decisão alcança, inclusive, os membros do CONGEP que são secretários de Estado. Tal medida dá início a um programa de manutenção do equilíbrio fiscal tão duramente alcançado durante o seu mandato e que exige redobrada atenção diante da perda de arrecadação que tem se acentuado nos últimos meses. A governadora também reafirma que essa iniciativa é essencial para que se **mantenha o programa de investimentos nas áreas prioritárias de mobilidade urbana, infraestrutura, educação, saúde, combate à pobreza e segurança pública**. Essa medida vai ao encontro **das reivindicações da sociedade e de uma nova realidade que o Brasil experimenta** (SECOM, 05/07/ 2013, grifos meus).

O comportamento adotado pelos governos estadual e municipal é compreendido quando analisado a partir da estrutura do Estado capitalista liberal e de sua relação com as lutas de classe. Os movimentos sociais e/ou sujeitos políticos organizados pressionam o Estado pela viabilização de políticas públicas e suas demandas na agenda governamental. Por isso, quando governantes municipais e estaduais convocam manifestantes para reuniões, “ouvem as vozes das ruas” e até se posicionam sobre os protestos estão respondendo à pressão empreendida pela ação política das classes dominadas. Utilizando sua *autonomia relativa* em relação às lutas sociais, o Estado concede alguns benefícios, como novas políticas públicas ou destinação de alguns recursos a obras reivindicadas pelos manifestados (POULANTZAS, 1986;2000).

No entanto, como o campo político é permeado por essas lutas sociais, as demandas das classes populares são atendidas apenas no limite que não desagrade os interesses das classes dominantes, em São Luís, representadas principalmente por empresários do transporte coletivo, milionários investidores (nacionais ou internacionais) dos grandes empreendimentos em implantação na cidade. Ao trabalhar para garantir os interesses desses grupos econômicos, o Estado não efetiva ações que solucionem os problemas demandados, mas traça estratégias paliativas, afinal “que a política seja democrática, desde que a economia não o seja. Quando as cortinas se fecham no palco, uma vez que os votos foram depositados nas urnas, a realidade impõe a lei do mais forte, que a lei do dinheiro” (GALEANO, 2015, p.108).

Portanto,

a estrutura de classes nas sociedades capitalistas dependentes compromete a consolidação da democracia na medida em que sua legitimidade está ameaçada pelos conflitos sociais que colocam em evidência a dominação do capital sobre o trabalho, bem como os compromissos políticos dos governos eleitos com os interesses gerais das classes dominantes e de suas frações (MACHADO, 2002,p.131).

No Brasil, além dessa estrutura política viabilizada pela sociedade capitalista dividida em classes, a peculiaridade de uma tradição autoritária faz com que a promessa de participação se estabeleça apenas no campo da retórica. Ressalta-se que no Maranhão a coloração dessa característica brasileira intensifica-se devido à constante eleição de representantes com comportamento oligárquico e coronelista. Através de suas leis ou gestão sempre viabilizaram os interesses de uma minoria privilegiada economicamente e, no quadro de políticos elegíveis, permanecem ainda exímios representantes do regime ditatorial.

Ao especificar a democracia brasileira, Coutinho (1984, p.41) afirma que, mesmo os curtos períodos democráticos tiveram esse ranço elitista e autoritário comum a toda a história do país, e que as mudanças ocorridas de cima para baixo foram tanto a causa quanto o efeito de uma tendência permanente “de tentar marginalizar as massas populares não só da vida social em geral, mas sobretudo do processo de formação das grandes decisões políticas nacionais”.

O poder Legislativo (Câmara Municipal e ALEMA) também se posicionou em suas sessões sobre as manifestações. Os vereadores sinalizaram que estariam dispostos a conversar com os manifestantes: “Gostaria já que a imprensa que esta aqui toda organizada né? Que a imprensa fosse o porta voz da Câmara ao dizer que a Câmara Municipal está de portas abertas para conversar com os movimentos”, afirmou o presidente da Câmara o vereador Isaías Pereirinha (PSL) em sessão do dia 25 de junho. No entanto, tal proposta não foi efetivada e o diálogo com os vereadores só ocorreu depois da ação política “Ocupa Câmara”, ocupação na Câmara Municipal de Vereadores em julho de 2013 que será explicada no próximo tópico.

Os pronunciamentos dos vereadores ressaltaram a legitimidade e a importância das manifestações, exaltaram a presença dos jovens nas ruas, destacaram o apartidarismo e enfatizaram a questão da corrupção, direcionada especialmente ao governo federal (petista). Houve até defesa do corporativismo, como no pronunciamento da vereadora e médica Helena Duailibe (PMDB) que criticou o programa “Mais Médicos” da presidente da república:

mas a minha maior frustração foi depois de todo aquele movimento, depois de toda aquela reflexão que fiz, foi ouvir da nossa Presidente da Republica dizer que trazer médicos de fora do país resolvia, a solução dos problemas de saúde. Olha naquele momento me senti frustrada, frustrada de ter a frente do Brasil uma presidente que

não conhece a realidade de saúde do nosso país. Ou ela está mal assessorada ou ela foi extremamente infeliz com aquelas colocações.

Os discursos foram bastante controversos. Alguns, ao mesmo tempo em que se reconheciam como parte do processo assumindo as responsabilidades e críticas para si, outras vezes pareciam esquecer o local de representação que desempenham. Outros narravam suas histórias pessoais para demonstrar familiaridade ao ambiente das manifestações e reivindicações, resgatando um passado de engajamento.

Na Assembleia Legislativa, os discursos oscilaram entre assegurar a relevância do momento político e protagonismo dos jovens, a ênfase no discurso do apartidarismo ou as críticas ao governo federal, municipal e estadual - e especialmente sobre a dominação oligárquica da família Sarney. Essas narrativas visavam indicar o alvo político das manifestações, que dependiam da posição política ocupada pelo parlamentar: governista ou oposição. Durante a sessão de 20 de junho de 2013 (dia posterior ao primeiro grande protesto em São Luís), essa disputa ficou evidente com os trechos dos discursos dos deputados, Bira do Pindaré (PT) e Magno Barcelar (PV):

BIRA: Eu quero parabenizar a juventude maranhense pela manifestação ocorrida ontem nas ruas de São Luís. O Maranhão entra na onda de mobilizações populares que estão acontecendo no Brasil inteiro, e achei muito positivo o movimento e, sobretudo, porque ali ficou comprovado o que é que predomina no sentimento da nossa população. O que predominou ontem foi o sentimento de que ninguém suporta mais o modelo político existente no Maranhão. O que mais se ouvia ontem nessa manifestação eram palavras de ordem contra a oligarquia Sarney [...] E eu fiquei feliz por que isso mostra que nós estamos no caminho certo, quando travamos uma luta incessante, perseverante, contra esse modelo político que concentra poder e concentra riqueza, e é responsável pelas mazelas existentes no Estado do Maranhão [...] nós estamos sintonizado com o sentimento do nosso povo que quer uma mudança radical das políticas e quer que isso aconteça em benefício de todos...

MAGNO: E dizer aqui, deputado Bira do Pindaré, com discurso equivocado de V. Ex.^a, V. Ex.^a sabe muito bem que essa movimentação eclodiu há 13 dias na grande metrópole, na grande megalópole, que é São Paulo, o berço do PT [...] E agora ele traz esse assunto para querer politizar aqui no Maranhão, a cabeça dele está na eleição. [...] Ora, nós temos que ver que aqui no nosso Estado foi um movimento pacífico, merece o nosso apoio e lá [...] sabe o que foi que eu vi? Eu vi um jovem com a placa: queremos o VLT. Olha, está pedindo transporte, mobilidade. Nós temos que observar é isso, agora querer trazer para a questão estadual, o Estado fez sua parte, vem fazendo sua parte, onde a Polícia Militar, graças a Deus, deixou com que o evento transcorresse de uma forma pacífica, ordeira, foi um movimento bonito e, evidentemente, nós temos que dizer que discordamos da maneira como atacaram a prefeitura, porque esse movimento é principalmente contra as prefeituras [...] agora pegar culpa, jogar para o Governo do Estado não tem nada a ver [...] Agora, trazer o assunto de uma família que procura confundir, que procura de certa forma colocar a culpa em tudo, nós não podemos concordar jamais. Discordo plenamente, por isso que digo que é um discurso equivocado. É um discurso de uma tecla só. Isso não constrói [...] a população está queimando as bandeiras, porque o PSTU... o pessoal

está lá e é um movimento da juventude, do povo, não querem baderna, mas despertar [...] Aquilo é um alerta para todos nós políticos. Aquele é um movimento democrático, é o exercício da cidadania que nós temos que respeitar. Então não é movimento político para chegar aqui e jogar em cima de uma família aquela coisa toda, porque sabemos que recentemente o Estado do Maranhão era governado pela oposição [...] Então, todos os movimentos nós aceitamos, agora não aceitamos é a politização como querem fazer ...

Como resposta às manifestações, os deputados aprovaram o PEC Nº 02/2013 (proposto anteriormente pelo deputado Neto Evangelista do PSDB) que propunha utilizar 100% dos royalties do petróleo destinados ao Maranhão, para a área da educação. Aprovaram também o PL Nº 142 de 2011 (de autoria do deputado Zé Carlos do PT), que estabelece a exigência de “ficha limpa” aos ocupantes de cargos de primeiro escalão no Executivo e no Legislativo estaduais, e o fim do auxílio moradia para os deputados estaduais.

Lênin (2011a) criticou duramente o Parlamento, chamando-o de “moinho de palavras”, por serem espaços utilizados apenas para discursos que enganam a população, enquanto a ação governamental acontece nas outras esferas políticas, de acordo com a disposição das instituições da democracia burguesa. Dessa mesma forma, observando a atual ação dos Parlamentos (municipal e estadual), verifica-se que a maioria das instituições servem apenas para manter a legitimidade do sistema representativo que, através do sufrágio universal, assegura a “participação política” periódica do cidadão.

Como deputados estaduais e vereadores preocuparam-se em como as manifestações poderiam afetar um futuro quadro eleitoral, a maioria das propostas estabelece-se no campo discursivo, descoladas das necessidades da maioria da população. Ainda que os parlamentos aparentem defender os direitos de todos, mantendo o seu “anonimato de classe” (BOITO, 2002), estão ali para implementar a mesma Política do Estado, já que os poucos representantes de partidos alinhados a perspectivas progressistas encontram pouco espaço para a defesa de seus projetos.

Em relação à face repressiva estatal, considera-se o posicionamento de Saes (1987, p.60): “o grau de repressão estatal às classes populares depende, também, da intensidade do conflito de classes”. Assim, no contexto de uma crise econômica em que tendencialmente há mais mobilização social, nota-se que o Estado utiliza intensa repressão para conter os protestos. Como as manifestações iniciaram-se tardiamente em São Luís, os órgãos de segurança pública elaboraram previamente as estratégias de ação para os protestos. De acordo com o secretário estadual de segurança pública Aluísio Mendes, pensando em um modelo de ação para os demais estados, prepararam

um esquema de segurança para proteger os manifestantes no sentido de causar o menor impacto à população durante a manifestação, para adotar toda a estrutura do evento de segurança, fornecemos água às pessoas que participaram do evento. E montamos também um esquema de proteção. Sabíamos da infiltração desses vândalos, né? Para que, se isso viesse acontecer, nós pudéssemos controlá-los. Isso foi o que aconteceu (ENTREVISTA À TV MIRANTE, 20/06/2013).

Entretanto, para além da narrativa de proteção aos manifestantes, observa-se a intenção de assegurar a “ordem pública” e ter sob controle as manifestações. São exemplos as estratégias previamente adotadas pelos órgãos de segurança, como as grades que cercaram o Palácio dos Leões (só retiradas no início de 2015 com a posse do novo governador), e a convocação de manifestantes identificados como organizadores através do *Facebook* para uma reunião com a cúpula de segurança pública do Estado, na manhã do dia 19 de junho - já que à tarde ocorreria a primeira grande manifestação.

Essa reunião aparentemente seria para formular estratégias que garantissem a segurança dos manifestantes durante o protesto. Na prática, foi um implícito acordo de cooperação entre os representantes (lideranças) das manifestações e dos diversos órgãos de segurança pública, ficando nítida a intenção de controlar essas manifestações. Ressalta-se que nessa reunião receberam instruções de como agir em momentos de tumulto e uma lista com telefones dos responsáveis por esses órgãos.

A intenção de identificar “lideranças” e regular as manifestações evidenciou-se dias depois (25 de junho) quando, após as várias manifestações em São Luís e nos municípios metropolitanos, o secretário justificou a abordagem violenta executada pela polícia, devido à falta de cumprimento do “acordo” por parte dos manifestantes:

Na verdade, nós **tivemos uma reunião prévia com a liderança dos movimentos e entendemos ali que todos os lados iriam assumir o compromisso e honrar esse compromisso**. A Polícia honrou o seu compromisso. No primeiro dia sofreu várias agressões, se manteve correta, sem nenhum tipo de ação violenta e a população não respeitou aquele acordo feito. No segundo momento, nós fizemos uma zona de exclusão para evitar esse confronto direto com a população e novamente a polícia foi agredida, então, nós estamos pedindo novamente vamos sentar vamos conversar. Esse movimento precisa realmente ir às ruas, mas de maneira ordeira e democrática como grande parte dessas pessoas tem feito, uma parcela pequena tem impugnado pela violência (ENTREVISTA À TV MIRANTE, 25/06/2013)

Sobre a reunião, uma manifestante relata: *Eu achei que era para conversar com a Delegada Geral da Polícia Civil, mas eu já estava na Secretaria de Segurança Pública e ali era a sala do Secretário de Segurança Pública do Estado [...] e eu sem entender nada. [...] Eu aflitíssima, que situação é essa? [...] Foi muito engraçado porque os caras que estavam com ele [rapaz chamado para reunião que eles não conheciam, que se apresentava como*

representante do MPL] *falaram: seria interessante se tivesse um helicóptero da polícia pra fazer umas imagens aéreas, ia ficar bonito. – Nós já estávamos naquele momento de discutir como é que a Secretaria de Segurança iria lidar garantir a segurança dos militantes e um deles disse isso. Aí chega a Mirante. Não foi outra TV, foi a Mirante [...] Cara, primeiro, o que eu estou fazendo aqui com essa gente e ainda vou ter que ser filmada, vou aparecer na TV Mirante do lado do Aluísio Mendes, da Delegada Geral da Polícia Civil [...] [o rapaz] logo se antecipou para dar a entrevista, e eu me lancei logo, me antecipei pra ver se conseguia dá uma sequestrada no negócio. Fiz uma fala também e aí esperamos o [rapaz] pra tentar fala com o Secretário e com a Delegada e meio que deixar claro que a gente não sabia o que era aquilo ali, que a gente nunca tinha visto aquele cara, mas até ali a gente não sabia muito bem a proximidade do Governo do Estado com essa galera (ENTREVISTADO C).*

O argumento de proteger os manifestantes e garantir seu direito de protesto foi desmentido pelas ações que caminharam para o controle dos protestos, pois o Estado é “exímio nas práticas de tolerância repressiva que perpetuam a ilusão de liberdade de expressão, contanto que essa expressão não exponha implacavelmente a natureza verdadeira de seu projeto e o aparato repressivo sobre o qual repousa” (HARVEY, 2012, p.59).

O “Relatório Quantitativo de Ocorrências-Manifestações Públicas”¹⁶¹ (2013), por exemplo, aponta a existência de oito tipos de ocorrências durante as manifestações e a quantidade de ocorrências por finalização/providência apresentadas, respectivamente, nas Figuras 13 e 14.

¹⁶¹ Esse relatório foi elaborado pelo Setor de Serviço de Análise Estratégica do Centro Integrado de Operações de Segurança (CIOPS). Tem como objetivo ser um instrumento de avaliação da situação da violência e da criminalidade em São Luís sobre as manifestações públicas para os Órgãos de Segurança Pública, possibilitando subsidiar o desenvolvimento de ações operacionais, táticas e estratégicas, para reduzir os indicadores apresentados. Para a construção desse relatório, foram utilizados os dados das ocorrências registradas no CIOPS (via telefone 190), e a coleta de dados do crime de homicídios tem como fonte as ocorrências registradas. O recorte espacial é o Centro, Lagoa da Jansen, São Francisco e Cohafuma, e o recorte temporal o período de 19 a 22 de junho de 2013 -intervalo no qual ocorreu as duas maiores manifestações em São Luís (Relatório Quantitativo de Ocorrências- Manifestações Públicas, 2013). Esses dados foram adquiridos por meio de solicitação à Secretaria de Estado de Segurança Pública do Maranhão por meio do Ofício N°18/2015 -PPGPP protocolado no dia 26 de junho de 2015.

Figura 13: Tipo de ocorrência por localidade

OCORRÊNCIAS POR LOCALIDADES E TIPO	19/06/2013	22/06/2013
CENTRO-ZO	3	12
ARROMBAMENTO	-	1
AVERIGUAÇÃO	-	2
CONDUTA INCONVENIENTE	-	1
DANO/DEPREDAÇÃO	1	4
DESACATO	1	1
PROVOC. DE TUMULTO/CONDUTA INCONVENIENTE	-	2
ROUBO	1	
VADIAGEM	-	1
SAO FRANCISCO-ZN	-	4
CONDUTA INCONVENIENTE	-	1
DANO/DEPREDAÇÃO	-	1
ROUBO	-	2
Total	3	16

Fonte: CIOPS (2013)

Figura 14: Quantidade de ocorrências por finalização/providência

PROVIDENCIAS	QTDE
DADO CONHECIMENTO/FALTA DE RECURSOS MATE	2
LAVRATURA DE AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE	1
LAVRATURA DE BO	10
PROVIDENCIAS NECESSÁRIAS REALIZADAS	6
Total	19

Fonte: CIOPS (2013)

Os tipos de ocorrência como *vadiagem* e *provocação de tumulto/conduita inconveniente*, assim como as prisões por porte de vinagre, pinho sol e água sanitária em São Paulo e no Rio de Janeiro, são motivos extremamente subjetivos e até cômicos, lembrando as razões banais pelas quais as pessoas eram detidas e presas durante a Ditadura civil-militar. Arquivos de denúncias do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e relatos de militantes da época revelam casos de prisão esdrúxulos, como foliões “fantasiados de guerrilheiros” durante o carnaval, porte de livros de ideologia progressista, composição de músicas consideradas com teor subversivo, entre outros.

Embora sejam situações semelhantes, os contextos políticos são diferentes, mas sem incongruência, uma vez que o uso do aparelho repressivo não é exclusividade dos Estados de exceção e o Estado democrático de natureza burguesa não deve ser caracterizado como menos repressor, pois “um Estado burguês que se organize inteiramente sob forma democrática pode, num quadro marcado pela ascensão do movimento revolucionário das massas, se lançar à mais intensa repressão” (SAES,1987, p.60). Assim, mesmo o autor considerando que o modo

de organização interna do Estado democrático burguês estabeleça condições políticas menos favoráveis ao uso da repressão, esses exemplos de prisões banais, a armação de fragrantés e a utilização de diversos instrumentos de repressão (bombas de efeito moral, cassetete, cavalaria) são elementos que não ferem a lógica da democracia de um Estado capitalista.

O período de manifestações em São Luís e municípios metropolitanos foi exemplar quanto à lógica repressiva estatal e, como ocorreu nos protestos em todo o país, os protestos ludovicenses foram marcados pelo abusivo uso do aparelho repressor. Algumas cenas desse confronto foram marcantes como: o embate entre policiais e manifestantes em frente ao Palácio dos Leões no ato do “#VEMPRARUA! São Luís”; da cavalaria da polícia que avançou sobre os manifestantes em frente à Assembleia Legislativa em protesto no dia 24 de junho (segunda-feira). Em alguns momentos das manifestações em São Luís e municípios metropolitanos foram presenciadas cenas de muita violência, como a do dia 24 de junho (segunda-feira), relatada pela deputada Eliziane Gama na tribuna da Assembleia Legislativa:

Eu estava lá e vi que não houve qualquer ação dos jovens de forma truculenta ou tentando afrontar a ação da Polícia, mas de repente chega a tropa de choque da Polícia Militar [...] com bombas de gás lacrimogêneo, com balas de borracha, dispersando a multidão [...] E aí [...] do meu lado, uma jovem de aproximadamente 20 anos, mais ou menos, desmaiada por conta do spray de pimenta. O meu instinto humano, eu sobreponho como se sobrepõe o instinto humano de todos vocês que estão aqui, tenho plena convicção de que qualquer um dos parlamentares que estão aqui teriam a atitude que eu tive, de tentar socorrer uma jovem que estava desmaiada no chão. Quando tentei socorrer, vieram os policiais, [...] e ele simplesmente chegou para mim me ameaçando com voz de prisão. Eu me identifiquei como parlamentar desta Casa e disse que não estava participando da manifestação, que apenas ia socorrer a jovem que estava desmaiada. E ele partiu para cima de mim, me deu prazo de sair dali sob pena de me levar presa. Agora imaginem, senhores deputados, se fazem isso com um parlamentar, depois de me identificar, imaginem como fazem realmente com a juventude e com a população simples deste estado [grifos meus].

Outro depoimento é exemplar sobre esses abusos relata: *e aí o que eles relataram pra gente foi o seguinte: estavam fazendo a manifestação e aí eles estavam segurando um pouco a via depois eles deixavam o fluxo correr e aí se tinha alguma emergência alguma coisa eles deixavam passar porque ali é perto do hospital [...] Quando chegou a cavalaria eles fizeram o que foi instruído pra eles [refere-se a informações adquiridas em reunião com manifestantes onde foram passadas instruções de como proceder em caso de tumulto], que era todos eles ficarem sentados porque aquela pessoa que estivesse vandalizando ou qualquer coisa do tipo a polícia poderia identificar mais fácil assim eles fizeram quando eles sentaram o helicóptero jogou o gás então, aí eles correram e aí se dispersaram alguns correram subindo a avenida outros correram pra dentro da integração. Um dos que subiu a avenida,*

tinha outro menino correndo junto com ele que ele não conhecia que estava na manifestação que ele não tinha contato com esse menino quando eles chegaram lá um dos policiais foram agredir [um dos rapazes] botaram cassetete no pescoço dele enforcando, enfim e aí esse menino que estava lá perto foi filmar pra ter o registro a Policia tomou o celular dele apagou e devolveu e colocaram os dois algemados, sentados no chão e depois colocaram eles em uma viatura e aí tinha um policial que entrou nessa viatura que estava machucado. Quando esse policial chegou na delegacia disse que eles teriam jogado uma pedra nele e acertado a perna dele só que eles nunca tinham visto esse policial [...] O pessoal que entrou na Integração e aí a policia entrou na Integração e foi atrás de alguns deles aí como a Polícia estava agredindo uns meninos lá aí um funcionário foi lá dizer que não era correto que eles estavam fazendo que eles deveriam parar com isso que ali era um espaço que estava tendo atendimento de pessoas que não tinha porque fazerem isso eles agrediram o rapaz prenderam um rapaz sob a alegação de desacato e inclusive eles deram um choque em uma funcionária que era gerente e que foi intervir em relação ao funcionário dela (Entrevistado H).

Contrariando esses depoimentos, em vários pronunciamentos o secretário de segurança foi enfático ao defender que a ação policial violenta só foi utilizada em consonância com a ação dos manifestantes, ou seja, os policiais utilizaram uma contra-violência. No trecho abaixo referente a uma entrevista ao vivo, para a TV Mirante no dia 25 de junho de 2013, o secretário Aluísio Mendes confirma esse argumento:

Eu não sei exatamente que houve na área mas eu tenho um vídeo que mostra **uma provocação intensa aos policiais jogaram pedras, rojões nos policiais e é lógico que a policia que tem um momento que ela tem que reagir a isso essa agressão gratuita contra forças policiais tem que se encerrar não é esse o Brasil que nós queremos não é esse um Brasil melhor. A democracia precisa da sua policia uma policia preparada, organizada e que respeite o cidadão e o cidadão precisa respeitar a policia também [grifos meus].**

Em outro trecho da mesma entrevista, Mendes solicitou que a população não fosse às ruas, demarcando a separação entre os cidadãos de bem que participam das manifestações e os “vândalos”:

Nós estamos muito preocupados com a dimensão que esse movimento tem tomado aqui na nossa cidade e tem pipocado em varias áreas da cidade sem uma coordenação e tem partido pra violência contra os policia, **então, nós estamos pedindo à população que não compareça a esses eventos onde a violência tem imperado** nós já temos 11 policiais feridos de maneira grave e temos uma preocupação muito grande com as consequências que essas manifestações tem tomado na nossa cidade (ENTREVISTA À TV MIRANTE, 25/06/2013).

Ambas as falas do secretário são importantes argumentos ideológicos que legitimam socialmente o uso da violência policial, ou seja, em nome da *ordem* é aceitável punir. Ab'Sáber (2015, p.97-98) reflete sobre o discurso da *ordem*, afirmando que mesmo sem nenhuma objetividade é recorrentemente utilizado para justificar ações policiais violentas que impactam socialmente:

é possível e provável, e os exemplos são inúmeros, que no Brasil tenha se construído um verdadeiro campo político, e psíquico, de uma ação pela ordem que não corresponda aos direitos universais, relativos à história do processo normativo e político ocidental, os mesmos que, para estar inserido, o país também professa; e, até mesmo, em um grau ainda mais fantástico, é possível que tal chamado à ordem não corresponda ao próprio campo e à estrutura das leis, mais ou menos racionais, mais ou menos sociais, vigentes no país.

Essa lógica é viável devido à estrutura do Estado Capitalista e, particularmente, porque a democracia brasileira é coberta pela poeira ditatorial, ou seja, o processo transitório pactuado trouxe para o período democrático a conservação da cultura do autoritarismo, legalizada pelo texto constitucional.

A fragilidade nos registros de abusos policiais também é sintomática. Durante o período das MJ, as informações oficiais repassadas pelos órgãos de segurança pública expuseram apenas um caso de abuso policial, formalmente registrado. Tratava-se de “uma denúncia contida no Ofício nº 023/2013 – Defensoria Pública – em que policiais militares do grupamento choque da Polícia Militar do Maranhão poderiam ter praticados crime de abuso de autoridade, quando da intervenção na manifestação na área Itaqui Bacanga” (SICRIF, 2013). É intrigante o fato da identificação dos policiais não aparecer no protocolo nem na sentença, conduta pouco usual nesse tipo de documento.

A sentença contida no Registro Criminal nº 611/2014¹⁶² diz que:

Denota-se no caso em tela, insuficiência de elementos mínimos de prova quanto a comprovação da autoria, para propositura da ação penal contra os investigados [...] diante do exposto e ACOLHENDO o Parecer Ministerial por suas próprias razões e fundamentos, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE dos investigados, determinando o ARQUIVAMENTO do presente Registro Criminal (SICRIF, 2013)

¹⁶² Esses dados foram adquiridos por meio de solicitação à Secretaria de Estado de Segurança Pública do Maranhão, à Superintendência de Polícia Civil da Capital respectivamente, através dos ofícios Nº18/2015 – PPGPP; Nº 21/2015–PPGPP protocolados no dia 26 de junho de 2015 e, também à Corregedoria da Polícia Militar por meio do ofício Nº27/2015- PPGPP protocolado em 24 de julho de 2015. A partir dessas solicitações a pesquisadora foi aconselhada a pesquisar na Supervisão de Investigação de Crimes Funcionais (SICRIF) onde foi encontrado este documento.

Contrariando a insuficiente documentação oficial sobre os casos de abuso policial apresentada pelas instituições de segurança, um entrevistado assegura que um grupo de advogados populares sistematizou os relatos sobre os casos de abuso policial formando um dossiê, protocolado na Corregedoria da Polícia Militar, mas sem qualquer encaminhamento. Há também os casos de policiais que foram trabalhar nas manifestações sem o distintivo de identificação policial. Esses comportamentos aparentes de transgressão às leis policiais são explicados por Poulantzas (2000, p.83): “A ilegalidade é frequentemente parte da lei [...] Ilegalidade e legalidade fazem parte de uma única e mesma estrutura institucional”.

A maioria dos manifestantes detidos foi logo liberada, alguns tiveram que participar posteriormente de audiências que resultaram, na maioria dos casos, em arquivamento dos processos.

O enfrentamento a essa violência policial e às diversas prisões foi realizado por redes de assessorias populares. Integrantes da Rede de Advogados e Advogadas Populares (RENAP¹⁶³) e do Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular (NAJUP¹⁶⁴) Negro Cosme (UFMA) e do “Programa de Assessoria Jurídica Universitária Popular (PAJUP¹⁶⁵) (UNDB) auxiliaram na defesa dos manifestantes detidos durante os protestos. Criaram um grupo no Facebook, especificamente para o acompanhamento jurídico, com o intuito de responder com rapidez às notícias de detenção ou abuso policial, enviando o advogado que estivesse mais perto (às vezes acompanhado por um aluno de assessoria), que também deixavam *habeas corpus* prontos para quando fossem necessários.

Esses grupos também auxiliaram na organização da pauta das manifestações, tentando deixá-la mais específica e direcionada para a construção de um fórum de transporte. Participaram de reuniões virtuais por *Skype* e *Facebook* com pessoas mais diretamente ligadas

¹⁶³ A RENAP, criada em 1995, define-se como “uma articulação descentralizada, sem hierarquia, articulada em nível nacional e organizada de forma horizontal. Tem por objetivo dar suporte técnico, agilizar e otimizar a prestação da assessoria jurídica aos movimentos sociais e resgatar a utopia da advocacia voltada para os interesses das causas populares” (Site da RENAP).

¹⁶⁴ O NAJUP “é um projeto de Pesquisa e Extensão vinculado ao Departamento de Direito da UFMA” e tem como objetivo “desenvolver uma relação horizontal com os agentes sociais envolvidos nos processos de lutas pela afirmação de direitos, indo além da mera relação profissional-cliente”. Essa atividade de extensão articula os saberes acadêmicos e os saberes populares que estão presentes na vivência da luta pela afirmação da dignidade. (Página no Facebook do NAJUP).

¹⁶⁵ O PAJUP, criado em 2008, é um projeto de extensão de assessoria jurídica universitária popular. Atua assessorando comunidades e movimentos sociais no âmbito jurídico e, também, desenvolve trabalho de educação popular junto a esses grupos para a formação política. Trabalham em três linhas de atuação: educação popular, direitos humanos e luta social e pesquisa e produção teórica. Portanto, “surgiu na emergência de apresentar o uso do direito como instrumento de emancipação social, por intermédio de uma práxis jurídica diferenciada que se propõe viabilizar a efetivação da função social da universidade quanto centro gerador de conhecimento e ferramenta de transformação da sociedade” (Página no Facebook do PAJUP) (Site do PAJUP).

à organização das manifestações e repassaram o material organizado pelos “advogados ativistas” - com orientações que reforçavam a necessidade de registrarem os abusos policiais e checar a identificação dos policiais. Enfim, participaram dos diversos momentos do período das manifestações: protestos, reuniões com órgãos públicos como prefeitura, procuradoria de justiça.

A preocupação com a violência desencadeada nas manifestações forçou deputados, secretário de Segurança Pública, presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB e membros do Ministério Público e da Polícia Militar do Maranhão participarem de uma reunião convocada pela procuradora geral de justiça Regina Lúcia de Almeida Rocha, em 28 de junho (sexta-feira), com o intuito de organizar metas e ações que evitassem confrontos violentos durante as manifestações.

A legitimação da violência policial, e contrariamente o esforço em combatê-la, também é parte do processo das lutas de classe. Por isso, a educação para o consenso é tão importante para as classes dominantes, e os aparelhos ideológicos do Estado (especialmente os midiáticos) são fundamentais para sustentar o discurso da legitimidade da violência policial.

3.3.1 “TV Mentira¹⁶⁶”: como foi o comportamento da mídia ludovicense durante as MJ?

No Maranhão, sabe-se que a vinculação política dos meios de comunicação é antiga: "Os jornais expressavam as tendências políticas da época e entre as décadas de 20 e 30 do século XIX foram verdadeiros instrumentos das facções políticas, a serviço dos moderados, exaltados, partido português, liberais e conservadores. A arena preferida para as querelas políticas eram os periódicos" (BOTELHO, 2007, p.131).

Atualmente, em São Luís, a mídia tradicional maranhense (emissoras de televisão, rádios e jornais impressos) continua sendo um espaço de disputa de grupos políticos, que geralmente são seus proprietários. Comprovando esse argumento, afirma-se que os dois maiores grupos de comunicação do Estado, o Sistema Mirante¹⁶⁷ e o Sistema Difusora¹⁶⁸

¹⁶⁶Esse termo, assim como “Sistema Mentira”, foi utilizado em cartazes durante as MJ como uma crítica ao conteúdo geralmente enviesado divulgado pela TV Mirante (Sistema Mirante) de propriedade da família Sarney, que tem como intuito ocultar fatos importantes da sociedade e perseguir adversários políticos. Embora outros veículos também tenham esse comportamento, esse é o exemplo mais flagrante, inclusive devido a todo o significado negativo que o grupo Sarney adquiriu na política maranhense, após sucessivos anos de domínio político.

¹⁶⁷ O Sistema Mirante de Comunicação é composto pela TV Mirante -que veicula sua programação em aproximadamente 185 municípios de um total de 217- pelas rádios AM e FM e pelo Jornal O Estado do

pertencem a nomes poderosos da política maranhense e nacional, respectivamente, o ex-governador José Sarney e o senador Edison Lobão. Um pouco mais modesto, o Grupo Vieira da Silva¹⁶⁹ também tem como um dos seus sócios-proprietários Roberto Rocha – atualmente senador da República pelo Maranhão.

Essa concentração de emissoras de televisão e rádio nas mãos de políticos configura a mídia ludovicense como um típico exemplo do coronelismo eletrônico, conforme explicitado no capítulo anterior.

Em todo país, a insatisfação com esse domínio midiático e sua atuação tendenciosa, ao noticiar as manifestações sociais, gerou retaliações nas ruas contra a imprensa, com carros de emissoras de televisão queimados e repórteres hostilizados. Em São Luís, ocorreram casos semelhantes: o carro de reportagem da TV Mirante que fazia cobertura do “#VEMPRARUA! São Luís” foi depredado e a equipe da TV Cidade que acompanhava o “Acorda Maranhão” foi agredida.

Em relação à cobertura sobre os protestos, os três principais jornais¹⁷⁰ do Estado (O Estado do Maranhão, Imparcial e Jornal Pequeno) começaram a falar sobre as manifestações no Brasil apenas seis dias depois após iniciados os protestos em São Paulo, em 12 de junho. Até o dia 16 de junho, quando o Imparcial estampou as manifestações como matéria de capa, eram publicadas apenas pequenas notas ou editoriais sobre o assunto. Essa irrelevante abordagem talvez se deva ao fato de não visualizarem previamente a dimensão que as manifestações adquiririam, considerando que estas aconteceriam apenas no eixo Rio-São Paulo.

Os jornais noticiaram os protestos com destaque maior do que o habitual às manifestações organizadas por movimentos sociais tradicionais, que se definem como da classe trabalhadora e defendem claramente pauta progressista, como mudanças estruturais e não apenas reformistas. O maior destaque foi dado aos dois maiores protestos, principalmente por serem os que mais reforçaram a ideia do apartidarismo e espontaneidade, como narrativas

Maranhão. Pertenceu, formalmente, à Família Sarney até o ano de 2014, quando a emissora foi vendida a Paulo Guimarães. No entanto, sabe-se que na prática a emissora continua sendo administrada por seus descendentes.

¹⁶⁸ O Sistema Difusora é composto pela TV Difusora -que veicula sua programação em 143 municípios maranhenses- e pelas rádios AM e FM.

¹⁶⁹ O Grupo Vieira da Silva é composto pela TV Cidade -que tem sua programação veiculada em aproximadamente 40 municípios maranhenses- e por rádios AM e FM.

¹⁷⁰ Esses jornais são os mais antigos e mais vendidos em São Luís. O Estado do Maranhão (1973) foi fundado por José Sarney e Bandeira Tribuzi. O Imparcial (1926) faz parte do grupo Diários Associados e é o segundo jornal mais vendido no Maranhão. Desde 2008, possui o Aqui Maranhão, jornal de baixo custo (R\$0,50) que é comercializado principalmente nos Terminais de Integração de ônibus. E o Jornal Pequeno (1951) foi fundado pelo jornalista José de Ribamar Bogéa.

fundamentais para sustentar o discurso de neutralidade ideológica desses protestos - como se observa nas manchetes desses jornais, no Quadro 08:

Quadro 8 - O Teor das Manchetes

JORNAL	MANCHETE	
	20 de junho de 2013 (Dia posterior ao “#VEMPRARUA! São Luís”)	23 de junho de 2013 (Dia posterior ao “Acorda Maranhão”)
O Estado do Maranhão	<i>Protesto e Tumulto em São Luís:</i> Uma multidão saiu em passeata ontem pelo centro de São Luís para pedir melhorias no sistema de transporte; houve tumulto, quebra-quebra e pessoas detidas em frente à Prefeitura de São Luís e ao Palácio dos Leões. São Paulo e Rio de Janeiro reduzem tarifas.	<i>Protesto mobiliza milhares, mas termina em vandalismo:</i> Manifestantes fizeram protesto pacífico ontem, pedindo melhorias na saúde, educação e transporte, até o São Francisco, mas um pequeno grupo promoveu ato de vandalismo e entrou em confronto com a polícia na Praça Dom Pedro II e no Centro.
Imparcial	<i>São Luís vai pra rua...E uma minoria faz baderna:</i> Cerca de 15 mil pessoas, segundo a PM, participaram ontem do protesto organizado pelo #vempraruaSãoLuís, semelhante ao de outros estados. Cobravam melhorias na saúde, educação, segurança pública e mobilidade urbana. Havia críticas à “cura gay”, PEC 37 e à corrupção. Com slogans de não violência e apartidarismo, a passeata saiu da Praça Deodoro e foi até à frente da prefeitura e do Palácio dos Leões. Quase no final do protesto, alguns manifestantes provocaram os policiais, romperam as cercas de contenção, pincharam as paredes dos palácios do Leões e de La Ravardière e quebraram vidraças dos prédios oficiais e de um banco privado. Três pessoas foram presas.	<i>Manifestações devem continuar em São Luís:</i> Mais de 17 mil saíram às ruas ontem à tarde. Concentrados na Praça Maria Aragão, os manifestantes tentaram chegar até o Palácio dos Leões e de La Ravardière, na Praça Pedro II, mas foram impedidos por barreiras policiais. De lá, atravessaram a Ponte do São Francisco, mas, no primeiro retorno, dividiram-se. Uma parte voltou e outra prosseguiu até a sede da Assembleia Legislativa. O movimento Acorda Maranhão anunciou, então, que realizará outras manifestações.
Jornal Pequeno	<i>“Sarney, devolve o Maranhão”, exigem manifestantes em SL:</i> o protesto foi pacífico, até que um grupo de manifestantes pichou o prédio da Prefeitura Municipal e atacou a polícia, que reagiu.	<i>São Luís se transforma em praça de guerra:</i> Ato de protesto acaba em violento confronto entre manifestantes e a Polícia Militar; Vândalos voltam a atacar; depredam prédios e enfrentam o Batalhão de Choque; ‘Acorda Maranhão’ causa cenas de violência e terror em ruas do Centro.

Fonte: O Estado do Maranhão (2013); O Imparcial (2013); Jornal Pequeno (2013).

O conteúdo publicado nos editoriais estabeleceu-se na recorrente disputa política dos grupos que defendem ou acusam governo ou prefeitura, conforme o lado defendido. Essa prática é corriqueira nos jornais ludovicenses, indicando a instrumentalização desses meios de comunicação pelas classes e frações de classes que associam poder econômico e político.

Ressalta-se que, quando se iniciaram as manifestações em São Luís, a imprensa nacional já havia mudado seu discurso sobre os protestos, transferindo-o da criminalização para a exaltação e, conseqüentemente, para o seu direcionamento. Desse modo, observa-se que os jornais locais realizavam abordagens positivas sobre as manifestações, embora optassem do mesmo modo que a imprensa nacional em traçar uma separação entre

manifestantes e vândalos. Noticiavam também o fechamento antecipado de órgãos públicos e bancos, o prejuízo trazido ao comércio e o cancelamento de reserva de turistas – como no trecho abaixo. Estes casos contribuíram para que a população criasse uma opinião negativa sobre as manifestações.

A vinda de turistas a São Luís neste período junino caiu por causa das manifestações ocorridas nas últimas duas semanas. Pousadas, hotéis e agências receptoras de viagens tiveram redução no movimento em relação ao mesmo período de anos anteriores. Cancelamento e transferências de hospedagens se tornaram comuns neste período (O Estado do Maranhão, 29/06/2013).

Observa-se também que as manifestações viraram pauta em colunas que anteriormente não costumam noticiar movimentos sociais e afins. Nas Colunas Sociais, por exemplo, demonstrava-se a apropriação das manifestações pelos grupos hegemônicos. A coluna social do Oton Lima que geralmente noticia eventos sociais dos jovens da elite maranhense, no dia 23 de junho anunciou: “Alguma coisa mudou”, apresentada na Figura 13. Como demonstração, apresentou diversos depoimentos de empresários, advogados, artistas, estudantes - nas frases: “A força agora vem com a ajuda da tecnologia [...] Sou plenamente a favor desse grito, sem violência e sem partido político”; “Os que não gostam de democracia certamente sentem saudades de um mundo sem internet [...] As pessoas nunca puderam se manifestar com tanta liberdade quanto podem hoje”; “É como se vivêssemos uma espécie de 'síndrome do saco cheio'. Não queremos pagar impostos e não ver os resultados”; “Tenho visto muitas pessoas apaixonadas por ideais vazios, servindo de massa de manobra. A luta passa pelas ruas, é claro, mas ela começa com informação”.

Figura 15: Protestos em Coluna Social



Fonte: O Estado do Maranhão, 23/06/2013

Percebe-se que alguns desses depoimentos são expõem elementos discursivos importantes ao apontarem a necessidade de mais informação sobre os processos políticos. No entanto, há outros que reforçam o protagonismo da Internet e elogiam o “apartidarismo” nas manifestações. Outro ponto que merece destaque é que, ao escolher sujeitos representando diferentes categorias (estudantes, empresários, artistas), o escritor da coluna iguala-as nas mesmas condições políticas e socioeconômicas, reforçando a figura do cidadão/sujeito de direito que, na democracia burguesa, é um importante recurso ideológico.

Os textos opinativos de personalidades nos jornais são igualmente interessantes para analisar os aspectos ideológicos da mídia. Os de José Sarney intitulados “Resposta sem pergunta” e “Descobri Santo Irineu”, publicados na sua “Coluna do Sarney”, são claros exemplos:

Pressões para solucionar esses problemas são justas e democráticas. Como diz a presidente Dilma, tolerar a baderna, a anarquia, o saque, o banditismo, a destruição do patrimônio público é intolerável. Isso agrava os problemas: desorganiza a vida das cidades, exige, para recuperar os bens públicos, recursos que já não existem e aumenta o medo, já que todos ficam receosos de sair de casa, mesmo que desejem ir às passeatas, como temor da baderna sem controle, aberta a todo tipo de violência. Grupos de interessados políticos e até do crime organizado se infiltraram no Brasil inteiro no desejo justo do povo [...] Ninguém pode ser inocente útil desses vândalos que querem destruir um movimento que pode ajudar o país [...] É dever de todo governante garantir a integridade dos cidadãos e a paz pública. Em tempo: e o nosso São João? Esqueceram o nosso São João? (O Estado do Maranhão, 23/06/2013).

No fundo, quem paga? O próprio povo, vítima desses vândalos que se aproveitam de um movimento vitalizante e vigoroso para a democracia e o transformam num instrumento de destruição. Não permitamos que eles queiram transformar o movimento em campanhas políticas. E com isso, o nosso São João, tão do gosto do nosso povo, onde passávamos o mês de junho entre festas e alegrias, louvando, também, São Pedro e São Marçal, este ano murcha, pois, em vez das passeatas democráticas ajudarem a alegria, por causa desses grupos de vândalos, fica apagado pelo receio das pessoas ... (O Estado do Maranhão, 30/06/2013).

Os textos de Sarney enfatizam a questão da violência nas manifestações, os danos ao patrimônio público e indicam que alegria e normalidade das festas juninas foram afetadas pelos protestos e, com isso, traça a separação entre cidadãos democráticos e vândalos. Nesse mesmo sentido, o texto da Juíza Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro, apresentando um posicionamento extremamente liberal e fascista, criminaliza as manifestações e expõem todo o ranço autoritário do setor jurídico, pois longe de ser uma visão individual expressa quase um posicionamento corporativo, já que finge reconhecer o direito democrático de manifestação, contanto que não ultrapasse as audiências ou fóruns garantidos no âmbito da burocracia:

Portanto, nadando contra a corrente do “oba-oba” [...] o Movimento Passe Livre não me representa [...] não aceito pagar mais impostos para financiar o “Bolsa Passagem”; não quero mais Estado, quero menos; não quero “capitalismo de Estado”, pois acredito na iniciativa privada; não quero expropriação dos transportes coletivos, quero uma tarifa justa, que contemple os justos interesses de lucro do empresariado, um transporte de qualidade aos que dele se utilizam [...] não quero que os destinos do país sejam decididos por uma minoria, sem representação política, através de “conselhos populares” (leia-se “soviets”); não quero acabar com a classe política, quero que mudem as práticas pouco republicanas; não quero ver a imprensa hostilizada e com mordaza [...] não quero ver as autoridades policiais serem agredidas [...] não quero fechar os parlamentos [...] não quero ser usada por nenhum grupo ou partido, que visa atingir os adversários, só quero ter o direito de ser contra; não quero o pensamento único [...] não quero voltar ao tempo do “bom selvagem”, da guerra de todos contra todos, da anarquia, quero civilização, ordem e respeito; não quero, todos os dias, ter de esperar a marcha dos insatisfeitos se dispersar para fazer valer meu direito de ir e vir, quero que estes possam se reunir, mas que não atrapalhem a rotina da cidade; não quero dar abrigo às hordas de vândalos em saques aos estabelecimentos comerciais, quero manifestações civilizadas; não quero, enfim, esse “novo mundo possível”, impregnado de ideologias furadas, autoritárias e pouco democráticas[...] sou partidária do liberalismo, da livre iniciativa, não da ditadura do proletariado ou de quem quer que seja; sou partidária de um Estado que dê ao cidadão o anzol e não o peixe [...] Em suma, quero democracia, pois, só com ela, eu e todos os insatisfeitos podemos nos expressar livremente ... (O Estado do Maranhão, 23/06/2013) .

Nos jornais televisionados, as manifestações foram noticiadas diariamente e, pela dimensão nacional que alcançaram, foi necessário repassar imagens para as emissoras nacionais. Todavia, a “sutil” campanha difamatória também esteve presente nesses meios, sendo notória a discrepância entre o espaço dado aos órgãos de segurança e aos manifestantes para se pronunciarem. O secretário de segurança, por exemplo, foi entrevistado quase diariamente pelos telejornais.

Em todos esses exemplos, o comportamento da mídia ludovicense reafirma-a como um dos aparelhos de Estado que colaboram com a construção do consenso. Afirmando exercer a liberdade de expressão, defende os interesses econômicos políticos de seus donos (os políticos de São Luís), sem nenhum pudor. Sobre isso Serrano (2013, p.73) aponta que:

Sob o manto da liberdade de imprensa, o poder midiático conseguiu um nível de impunidade impressionante. A mídia hoje mente constantemente, manipula, insulta e destrói o prestígio e trajetória de quem cruzar seu caminho. Sua intolerância a qualquer poder legítimo e democrático que ousar tocar seus privilégios é absoluta

Desse modo, ao exaltarem a imagem do vândalo, os meios de comunicação realizam a violência simbólica (ideológica) que é fundamental para que a violência realizada pela ação da policial seja aceita pela maioria da população, sem contestação (IASI, 2014). Certamente, que já existe um ambiente propício nos jornais impressos e na programação televisionada para expor a criminalidade, principalmente a praticada pelos mais pobres. Desse modo, “(re)configuram um imaginário popular em que sempre se está na expectativa de crescimento

descontrolado da violência e, por isso, numa permanente tolerância em relação a violência policial e na demanda por mais policiamento” (WYLLYS,2015,p.53).

Então, (re)configurando diariamente esse imaginário da população, fica mais fácil silenciar as demandas, deslegitimando o processo, tirando-o das mãos democráticas para entregar a mãos criminosas. Caso semelhante ocorre com a relação entre a imprensa e as legendas partidárias de esquerda, afinal as outras estavam lá, mas sem bandeiras, anônimas. Foram utilizados depoimentos, fatos e quaisquer outras narrativas discursivas para demonizá-las, com o intuito de alijá-las do processo e colocar no esquecimento histórico sua consistente influência na construção das lutas sociais.

3.4 Para onde foram os gritos? Desdobramentos dos grupos políticos de Junho.

Depois do período de intensa efervescência política das Manifestações de Junho (MJ) e manifestações ocorrendo ainda em Julho¹⁷¹, surgiram alguns questionamentos sobre seus resultados. O que aconteceu com os grupos/movimentos que atuaram durante essas Manifestações?

Semelhante ao que ocorreu no Brasil, o Junho ludovicense não provocou a revolução. No entanto, ofereceu um “sopro de vida” ao processo das lutas sociais, rearticulando-as de modo conservador ou progressista, já que no modo de produção capitalista as classes dominantes e dominadas organizam-se em lutas que atravessam o Estado, e o resultado sempre dependerá da correlação de forças empreendida.

Devido à heterogeneidade de participantes, entidades, grupos, classes sociais, diversidade da pauta e disputas, as manifestações terminaram dispersas em São Luís, assim como em todo país. Com o intuito de entender esse processo político, na tentativa de manter “acessa a fagulha” dessa articulação política e direcioná-la mais progressivamente, alguns militantes organizaram momentos de reflexão e proposições, como o “#Vemprodebate – debate sobre as manifestações em Slz” e a “Assembleia Popular do Maranhão (APMA)” na Figura 16.

¹⁷¹ Apêndice B

Figura 16: Momentos políticos depois de Junho



Fonte: Páginas no Facebook dos respectivos eventos (2013)

O primeiro momento, realizado em 02 de julho (terça-feira) na UFMA, surgiu da necessidade “de se discutir as questões impostas pelos vários protestos que se espalharam pelo país” (Descrição do evento no *Facebook*). Participaram os professores universitários Flávio Reis (Ciências Sociais-UFMA), José Uchoa (Letras-UFMA) e Luiz Eduardo (História-UEMA); manifestantes do “Acorda Maranhão”, do “#VEMPRARUA! São Luís”, membros da gestão do DCE “Ninguém pode nos calar” e Hertz Dias do movimento Quilombo Urbano.

A APMA tinha como objetivo *imprimir uma pauta e conteúdos populares e de esquerda aos protestos que estavam ocorrendo. Ficou claro que a dispersão das pautas diluía o conteúdo das reivindicações abrindo caminho para que a direita se apropriasse do movimento* (Entrevistado B). A descrição na página no Facebook elenca a necessidade de aprofundamento e amadurecimento do processo iniciado em Junho:

Mas o processo democrático precisa ser aprofundado: a necessidade de união dos clamores da sociedade civil é emergencial. Só assim, fomentando o diálogo interno entre a população acerca dos problemas que a oprimem, será possível criar e manter um poder popular que possa efetivar suas demandas frente ao poder público. É com esse intuito que se convida os movimentos sociais, tanto os tradicionais, quanto os novos- advindos das redes sociais-, a sociedade civil organizada, e cidadãos em geral à uma ASSEMBLEIA POPULAR! (PÁGINA EVENTO NO FACEBOOK DA APMA¹⁷², 2013).

Essa ideia surge, então, da aproximação dos grupos e militantes que se encontraram nas Manifestações de Junho e que possuíam uma visão política à esquerda. Estiveram presentes nas assembleias juventude de partidos (PT, PSTU, PCdoB, PSOL), advogados populares, integrantes do Acorda Maranhão, anarquistas, e “independentes” que não se identificavam com nenhum dos demais coletivos presentes.

¹⁷² Disponível em: < <https://www.facebook.com/events/468853759873492/>>

As assembleias eram convocadas¹⁷³ semanalmente, para as tardes de sábado na escadaria da praça Nauro Machado no Centro Histórico de São Luís. Ocorreram APMA também na Praça da Ressurreição no Anjo da Guarda, onde aconteceu formação política sobre regularização fundiária; e na Vila Eugênio no município metropolitano Paço do Lumiar, somando-se às várias famílias ameaçadas de despejo nessa localidade.

A dinâmica adotada iniciava com uma avaliação e debate sobre o contexto local e nacional para, em seguida, deliberar a atuação diante desses contextos. De acordo com participante da APMA entrevistado, as decisões eram balizadas por intenso debate e estimulavam o exercício da democracia direta, ou seja, *as deliberações primavam pelo que se convencionou, a partir de junho, chamar de horizontalidade, no qual não se destacavam lideranças, mas todos tinham igual direito de fala e de apresentar proposições, que restavam aprovadas somente após serem crivadas pelo debate e submetidas ao voto. Esse era o método, que tomava bastante tempo, mas que assegurava a legitimidade das decisões. Enfim, um exercício de democracia direta* (Entrevistado F).

Nessas reuniões, que mantiveram vivas as características das MJ no modo de organização e condução dos trabalhos, construíram e aprovaram coletivamente uma Carta de princípios da Assembleia Popular com 13 (treze) pontos: Apresentação; Organização; Democracia; Orçamento e Combate à corrupção; Reforma Urbana; Desmilitarização da Polícia, Segurança Pública e Descriminalização dos Movimentos Sociais; Mobilidade Urbana, Transporte e Tarifa Zero; Saúde e Saneamento Básico; Educação Pública; Cultura, Esporte e Lazer; Democratização dos Meios de Comunicação; Combate ao machismo, ao racismo, ao genocídio indígena, à xenofobia, à homofobia e a intolerância religiosa; Fora Sarney! Fora Oligarquia. Os pontos aprovados na Carta também estão imbuídos do espírito de junho, pois sintetizam objetivamente as reivindicações ressaltadas nas ruas durante os protestos.

Concretamente, além da elaboração da Carta de Princípios da APMA, os participantes dessas reuniões compuseram a Ocupação da Câmara contribuindo com uma pauta consistente que reivindicava, inclusive, transparência das contas públicas da Câmara Municipal. Ressalta-se que a reunião extraordinária da Assembleia Popular no dia 28 de agosto (quarta-feira) definiu um posicionamento de luta frente à Câmara dos Vereadores, na

¹⁷³ A APMA se reuniu durante todos os sábados do mês de julho (dias 06, 13, 20, 27) e no primeiro sábado do mês de agosto (dias 10, 17 e 28). No site da Assembléia, aparecem convocatórias em 2014, dias 09 e 11 de janeiro. Ainda em janeiro no dia 22 aconteceu a aula pública intitulada “Oligarquia Sarney e Intervenção Federal”, ministrada pelo professor universitário da UFMA Wagner Cabral, organizada pela APMA e Movimento Sebo No Chão.

Audiência Pública de Licitação do Transporte Público, para a Construção de um projeto popular de passe-livre e tarifa zero. Essas deliberações foram utilizadas na Audiência Pública como resultado da Ocupação na Câmara.

A referida ocupação é um capítulo à parte dos desdobramentos das manifestações de junho. A Ocupação foi marcada e divulgada em uma página evento no Facebook que, estrategicamente, convocava para a “1ª ocupação **na porta da prefeitura de São Luís**”. Desse modo, “as forças de segurança e repressão aguardavam então a manifestação para outro local, deixando o Parlamento Municipal “desguarnecido” (sem uma força ostensiva muito grande a impedir que se adentrasse em suas instalações)” (CASTRO; ROGENS, 2014, p.184).

De acordo com os números divulgados pelos participantes, a Ocupação que durou uma semana (23 a 29 de julho) foi construída por aproximadamente cento e vinte ocupantes que representavam dezesseis comunidades e vinte e uma entidades e movimentos sociais organizados, como moradores da Vila da Associação de Produtores Agrícolas da Cidade Operária (APACO¹⁷⁴) -que formavam o movimento “Salve Vila Apaco”, movimento “Quilombo Urbano”, pessoas que participaram do “Acorda Maranhão” e “#VEMPRARUA! São Luís”, integrantes do DCE-UFMA, do MPL e participantes da APMA.

Durante os sete dias de Ocupação, foram realizadas diversas atividades, como plenárias, oficinas de cartazes, sessões de cinema “cineocupação”, roda de diálogos, assembleias, grafiteagem, aulas públicas (democratização das mídias, saúde pública, passe livre) e atividades culturais (apresentação de bandas, recital de poesias, apresentação de peças de teatro).

No dia 26 de julho (sexta-feira) o “coletivo de Ocupação à Câmara Municipal de São Luís” entregou aos vereadores uma pauta de reivindicação. O documento foi produzido pelos manifestantes em decisão unânime da plenária, realizada no dia anterior (25 de julho) à noite, e apresentava quatro encaminhamentos: 1) convocação de uma Sessão Extraordinária com os vereadores para o dia 29 de julho às 09 horas, para discutir a pauta de reivindicações; 2) que a pauta de reivindicação abordada na sessão extraordinária contemplasse três eixos: transporte e mobilidade urbana, regularização fundiária e transparência das contas públicas da Câmara

¹⁷⁴A Vila Apaco localizada na Cidade Operária, foi prejudicada pelas fortes chuvas de 2013. Desse modo, 135 famílias formadas por 340 pessoas (sendo 140 crianças) perderam suas casas e passaram a morar em barracas organizadas pela Defesa Civil. Sem emprego, saneamento básico e água potável, as famílias ficaram vulneráveis a doenças, homicídios, etc. recebendo apenas ajuda de ações voluntárias que apenas suavizaram a situação. Nesse contexto é que os moradores da Vila Apaco participam ativamente da ocupação na Câmara, reivindicando ações para sua grave situação.

Municipal; 3) que a sessão fosse organizada no formato de uma assembleia popular; 4) que fosse garantido que não haveria nenhuma forma de reintegração de posse judicial ou extrajudicialmente.

Nesse mesmo dia, a Procuradoria Geral da Câmara Municipal protocolou junto ao órgão competente um pedido de reintegração de posse. Esse pedido foi julgado pelo juiz Carlos Henrique Rodrigues Veloso da 2ª vara da Fazenda Pública, que emitiu sua decisão no dia 29 de julho (segunda-feira) - horas antes de a Câmara Municipal ser desocupada, após acordo entre manifestantes e vereadores. A decisão foi memorável, a favor dos manifestantes, pois não determinava a imediata reintegração do prédio com uso do aparato policial e reconhecia a legitimidade da ocupação. O juiz determinou ainda uma inspeção judicial nas dependências da Câmara e uma audiência de conciliação com representantes do legislativo municipal e dos movimentos sociais:

há que se fazer a distinção entre invasão, alegada pela autora, e as ocupações perpetradas pela população pelo país afora nos últimos dias, não só em virtude do animus de permanência e da situação de violência geralmente ocorrida no primeiro caso, como também, respeitante a intencionalidade, observando-se que estamos tratando de significados no campo social. Segundo relata a própria autora, as pessoas que se encontram no interior da Câmara Municipal estão reivindicando pretensos direitos que acreditam ser delas e da sociedade, o que se constitui um movimento de interface objetivando serem ouvidos e atendidos em direitos afetos à sociedade. E, salvo melhor juízo, procuraram o local e a instituição adequados para ouvir os reclamos dos municípios, tendo em vista que os vereadores são os mais próximos e legítimos representantes dos cidadãos diante dos demais Poderes, e os legitimados e responsáveis pela edição de leis capazes de atender aos anseios sociais. A inicial não relata violências físicas ou ao patrimônio municipal, apenas manifestação pacífica e palavras de ordem como "dali não sairão até que sejam atendidas todas suas reivindicações". Diante desse quadro, parece-me que o caso é de ocupação. E o movimento é político, de pressão social do legítimo patrão dos políticos: a população e a sociedade, as quais, por força da Constituição Federal, têm legítimos direitos de manifestação e exigência de compromisso social, de ética, moralidade e probidade, de respeito e eficiência, de publicidade e prestação de contas, dentre outros, o que, infelizmente, a população não está conseguindo vislumbrar na classe política, isso tudo sem negar-lhe a importância para o estado democrático de direito. Neste caso, deve-se ter cuidado com a judicialização da política e com as consequências dos atos judiciais relativamente ao resultado dos anseios da sociedade, devendo-se escolher o caminho primoroso da negociação, do equilíbrio e do respeito mútuo entre os interesses dos mandantes, dos mandatários e da sociedade, sem esquecer que as instituições devem ser preservadas, visto serem donatárias da ordem social ... (MARANHÃO. 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA. AÇÃO ORDINÁRIA, 29 de julho de 2013)

Os manifestantes souberam dessa decisão judicial pelos advogados populares, quando realizavam um ato no Terminal da Integração para encerramento da ocupação. Pondera-se que, embora a decisão judicial tenha sido favorável aos manifestantes, não contraria a lógica do Estado burguês de Direito de organizar as classes dominantes pois, no

exercício de sua relativa autonomia, pode conceder legitimidade a um ato político das classes populares - quando conveniente.

Um exemplo dessa conveniente estratégia de administração de conflitos foi dado pelo vereador Astro de Ogum¹⁷⁵. No início das negociações, o vereador impôs-se autoritariamente, chegando a dizer a um militante “não fui eleito com seu voto”. Porém, no final da ocupação, já havia optado pela estratégia da “relativa concessão”, apresentada na seguinte nota:

Os entendimentos mantidos pela Mesa Diretora da Casa, na mesma data, aceleraram as providências adotadas pela Prefeitura de São Luís: a via principal de acesso à Vila Apaco está funcionando normalmente e o canal de drenagem em fase de construção, como medidas emergenciais, além de outras que se fazem necessárias. -A Mesa Diretora formaliza, neste ato, a realização de uma Sessão Especial, no dia 07 de agosto, às 10h, com uma Comissão Representativa dos ocupantes, no total de dez pessoas, para discutir a pauta de reivindicações, permitindo o acesso à Mesa Diretora, de três pessoas da comissão, mesmo número de vereadores na composição da Mesa. -A Mesa Diretora formalizará convite ao prefeito Edivaldo Holanda Junior e Secretários titulares da SEMOSP, SMTT e outros, caso haja necessidade. -A Mesa Diretora propõe que os ocupantes constituam uma Comissão de Acompanhamento das suas proposições junto à Câmara de São Luís e à Prefeitura de São Luís, ou quais outros órgãos públicos a quem os assuntos competirem [...] Até hoje, a ocupação foi pacífica e não se verificou nenhum dano às instalações da Casa e nenhum ato de violência contra os ocupantes foi praticado.

A audiência pública “Reivindicação de Movimentos Sociais organizados” resultante da Ocupação na Câmara ocorreu no dia 07 de agosto (quarta-feira). A sessão tinha como intenção discutir três temas: mobilidade urbana (transporte público), regularização fundiária e transparência nas contas públicas do legislativo municipal e dez participantes da Ocupação teriam direito a fala. Embora a proposta dos manifestantes fosse que a Assembleia se constituísse como uma Assembleia Popular, o que imperou foi a habitual formalidade e o aparente desconforto dos vereadores que se sentiram acuados pelos discursos dos manifestantes. A sessão foi encerrada antes do tempo, devido intenso tumulto entre manifestantes e vereadores, sem encaminhamentos da pauta. Abaixo, alguns trechos de falas¹⁷⁶ de manifestantes durante a sessão:

¹⁷⁵ Astro de Ogum, que neste período estava como presidente interino substituindo o presidente da Casa Isaías Pereirinha afastado, conduziu as negociações com os manifestantes juntamente com os vereadores Fábio Câmara (PMDB), Ivaldo Rodrigues, (PDT), Ricardo Diniz (PHS), Professor Lisboa (PCdoB) e Marlon Garcia (PTdoB).

¹⁷⁶ Trechos retirados das Notas Taquigráficas da Câmara Municipal de Vereadores referente à Audiência Pública “Reivindicações de Movimentos Sociais Organizados”. As notas taquigráficas foram adquiridas através de solicitação à Câmara de Vereadores de São Luís por meio de dois ofícios protocolados, respectivamente, em 20 de maio de 2015 e em 24 de junho de 2015 - OF Nº 20/2015- PPGPP.

[...] nós do coletivo de Ocupação da Câmara, propomos que seja criada uma TV Câmara online que transmita em tempo real as sessões da Câmara, uma ouvidoria digital, a criação de comissões compostas por membros das Universidade Públicas, a Câmara e a Sociedade Civil organizada para discutir projetos sobre temas da cidade, sessões legislativas com participação popular para tratar especificamente cada uma das três pautas de hoje e que seja elaborado juntamente com a sociedade civil organizada um Projeto de Lei de tribuna popular já existente em muitos municípios brasileiros e de outros países (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS, 2013)

[...] nós do DCE da UFMA e nós da ANEL também assim como muitos coletivos e muitos movimentos sociais construímos as grandes atividades que sacudiram São Luís como vocês já sabem, participamos ativamente e também além da abertura de planilhas das empresas de transportes públicos nós colocamos aqui para a Câmara a necessidade da criação de um projeto de passe livre [...] São Luís precisa começar a estudar possibilidades de implementar um projeto de passe livre, é preciso combater essa estrutura excludente, onde quem não tem R\$2,10, não tem o direito de vim ao centro, não tem direito de ir à praia ...(CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS,2013)

Algumas das reivindicações dos manifestantes de Junho e dos ocupantes da Câmara só foram atendidas no final de 2015 e início de 2016: a criação da *Tribuna Popular*; alteração do Regimento Interno da Câmara Municipal estabelecendo maior participação; a criação de um site institucional que solucionasse a falta de informação e transparência sobre as atividades do legislativo municipal aos cidadãos. Até o momento, as ações continuam estabelecidas apenas legalmente, mas não são postas em prática.

Os vereadores também foram peça chave no processo da licitação do sistema de transporte, que visava dar uma resposta sobre a caótica situação do transporte coletivo na cidade. A solicitação de mais transparência nas contas da Câmara ainda não foi atendida.

No Brasil e São Luís, o controverso resultado das MJ para as lutas populares evidencia a necessidade de (re)ocupar as ruas, retomar os trabalhos de base e as discussões nas igrejas, ruas e “redes”. Como diz Frei Betto (2015, s.n): “Não dá para ser de esquerda sem 'sujar' os sapatos lá onde o povo vive, luta, sofre, alegre-se e celebra suas crenças e vitórias. Teoria sem prática é o jogo da direita [...]. É mantendo o vínculo com movimentos sociais que encontramos o gás que nos alimenta nessa luta”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As crises econômicas são inerentes ao sistema capitalista e, diante delas, as lutas sociais acirram-se, exigindo que a classe trabalhadora se organize em grupos ou movimentos sociais para realizar protestos de resistência a esse cenário adverso. A partir dessa premissa, no contexto da mais recente crise do Neoliberalismo (2008), foram analisadas as Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e em São Luís, atentando para o dinamismo das lutas sociais (de classe) que atravessam o Estado e os aspectos ideológicos que as compõem.

Observou-se que, assim como aconteceu nos protestos globais (Primavera Árabe no Oriente Médio, o Occupy Wall Street nos Estados Unidos, os Indignados na Europa) anunciados como revolucionários no contexto da recente crise, em 2013 quando milhares ocuparam as ruas e praças de todo o Brasil, incluindo as ludovicenses, propagandeou-se que estava em curso um iminente processo de transformação consistente. A pauta inicialmente progressista denunciava a negação dos direitos básicos e necessários ao cotidiano – como o “de ir e vir” ameaçado nas grandes cidades pelo elevado valor de passagens do transporte público – e parecia indicar um processo de ascensão das lutas sociais progressistas, que não teria volta.

Paralelamente, a negação ao sistema representativo também desfilava nas ruas, desconhecendo partidos políticos, sindicatos e instituições representativas. Gradativamente, essas críticas voltaram-se apenas às organizações de esquerda e ao governo federal petista e, conforme as manifestações prosseguiram, as bandeiras anticorrupção e nacionalistas “ganharam corpo”. O fortalecimento dessas bandeiras e a adesão de várias classes sociais, com diferentes interesses, foram apagando o pensamento progressista em marcha, aplacando o caráter popular construído inicialmente pelo MPL, pelo MTST e pelo auxílio de alguns partidos de esquerda.

Diante desse panorama, constatou-se que os frutos das Manifestações de Junho em todo o Brasil caminharam para uma polarização ideológica. Ainda que emergissem coletivos de caráter progressista que promoveram debates temáticos, como a reforma política, ocupações de espaços públicos e outras atividades, a perspectiva conservadora da direita prevaleceu na correlação de forças. Assumiu o debate da reforma política com uma concepção pontual e normativa, empunhando a bandeira anticorrupção (questão transitável em todas as

classes) e arregimentando uma multidão que não percebeu os reais interesses dessas manifestações: a defesa do *status quo* das classes dominantes.

Ressalta-se que a ascensão da direita no período posterior às manifestações foi possível devido ao contexto político vigente desde os anos 1990, com a implantação do neoliberalismo no Brasil. A consolidação das políticas neoliberais fragilizou a organização das classes populares, dificultando até mesmo a visualização de um projeto societal alternativo ao capitalismo. Por isso, durante o período das Manifestações de Junho de 2013, a consistência e a possibilidade de enfrentamento dos movimentos sociais e sindicatos encontravam-se enfraquecidas, a ponto de as classes populares perderem a capacidade de manter o direcionamento inicial das manifestações.

Em São Luís a conjuntura não era diferente: além das mobilizações de categorias de trabalhadores por melhores condições trabalhistas e coletivos que se erigiam em resistência a episódios pontuais, não existia uma clara articulação de movimentos sociais e sindicatos capaz de organizar a multidão às ruas ou expressar qualquer tendência revolucionária (anticapitalista/antineoliberal). Observa-se que essas manifestações permaneceram mais no âmbito do reformismo político/moral, com questionamento de algumas medidas neoliberais e figuras políticas.

A maioria dos protestos na capital maranhense (principalmente nas áreas centrais da cidade) foram iniciados pela classe média e inspirados no contexto da última fase das manifestações nacionais. Os elementos expostos, cartazes ou camisetas, geralmente limitavam-se a dizeres contra a corrupção e repulsa ao governo federal, já com uma disposição conservadora. Nesse momento, mesmo em um cenário ideológico pouco definido, notavam-se disputas político-partidárias mirando as próximas eleições para o governo estadual.

Informações e entrevistas afirmavam que o PMDB/MA teria inserido seus militantes de juventude nas manifestações e financiado carros de som para serem utilizados durante os protestos. Essa suposta participação nega o discurso do apartidarismo defendido pela direita, nitidamente direcionado a desmoralizar os partidos de esquerda e também auxiliaria na tática de apontar que as reivindicações das manifestações eram responsabilidade apenas da administração municipal. Já outras informações atestam que integrantes da juventude do PC do B/MA teriam colocado como alvo das manifestações o governo estadual.

A responsabilidade por atos de violência contra prédios públicos e particulares também foi utilizada nos discursos eleitorais, ampliados pelos jornais impressos pertencentes

aos mesmos políticos que facilmente conjugam interesses empresariais e políticos. No período posterior às MJ, fica mais evidente a ação das classes dominantes, representadas principalmente por empresários.

É importante lembrar que as ações políticas que tentaram dar continuidade às Manifestações de Junho e garantir uma pauta mais progressista, aos poucos foram cessando. As reuniões da APMA não ocorreram mais sistematicamente, novos momentos de debates não foram propostos e as novas ações políticas populares foram organizadas apenas por pessoas já engajadas em movimentos sociais - ou seja, com pouca renovação no “quadro” de militantes.

Igualmente problemático foi o fato de alguns militantes desse período se transformarem em sustentação para movimentos sociais de perspectiva ideológica conservadora ou reacionária, promovidos pela força da propaganda dos meios de comunicação, intensamente ativos em todo o processo. Como exemplo, cita-se o grupo “Acorda Maranhão”, formado pelas classes médias e não por integrantes materialmente das classes dominantes, mas que por comungar de ideias defendidas pela direita, foi utilizado como peça fundamental para sustentar os movimentos conservadores que se fortaleceram em São Luís, principalmente em 2015 e 2016.

Contrariando os discursos iniciais de rompimento com formas institucionais de representação e hierárquicas, o “Acorda Maranhão” institucionalizou-se com o nome de Instituto Acorda Maranhão (IAMAR). O instituto possui estatuto, logomarca e organização hierárquica definida: presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro e divisão de tarefas por área como comunicação, relações públicas, etc., mas permanece definindo-se como “um grupo apartidário, que luta para mobilizar e sensibilizar pessoas sobre a situação do país no cenário político. Somos jovens com sede de justiça!”.

Entre as atividades mais recentes do IAMAR, destacam-se trabalhos sociais (filantrópicos) e atos políticos, como a articulação ao Movimento Brasil Livre (MBL) de São Luís – movimento social de perspectiva conservadora que realizou vários atos em 2015 e primeiro semestre de 2016 em todo o país contra a corrupção, posteriormente evidenciando que essa reivindicação atendia diretamente aos interesses da elite do país, contra o governo federal do Partido dos Trabalhadores (PT).

Antes ou depois das Manifestações de Junho, a corrupção foi uma temática central para o “Acorda Maranhão”, tanto que esse foi o mote dos seus atos, mostrando que essa

temática se naturalizou como única razão de todos os problemas sociais, o que facilitou sua adesão ao MBL. Trata-se de uma evidente estratégia ideológica das classes conservadoras, que sempre se apresentam como defensoras dos interesses “de todos” contra a corrupção, uma prática implantada pelos históricos donos do poder.

O MBL ganhou corpo em São Luís e várias vezes reuniu contingentes significativos de militantes (empresários, maçons, entidades sindicais de categorias como policiais civis e federais) na Avenida Litorânea, orla marítima e um dos M² mais caros da cidade, onde os próprios manifestantes instalaram câmeras de segurança para gravar agressões e possíveis confrontos partidários. Outra atividade proposta foi a palestra da ex-jornalista da Revista Veja Joice Hasselmann em hotel da cidade. Toda a infraestrutura providenciada para os protestos, os convidados e os locais escolhidos para os eventos evidenciam o poder econômico dos organizadores e, conseqüentemente, seu pertencimento social.

Essa capacidade de organização da direita, mesmo posteriormente às manifestações iniciais, permitiu-lhe alcançar espaços maiores, como as universidades. Em 2015 foi criado o Instituto Liberal do Maranhão (ILIMA). Em 2016 houve a conferência estadual dos Estudantes pela Liberdade (EPL) em Imperatriz e o primeiro Encontro da Juventude Conservadora da UFMA em São Luís.

Percebe-se que os movimentos sociais dos “dominantes” disfarçam seus interesses políticos, criando a aparência constante de que são interesses do “povo-nação” (MACHADO, 2014). Assim, apresentam “seu interesse como o interesse comum de todos os membros da sociedade, quer dizer, expresso de forma ideal: é obrigada a dar às suas ideias a forma da universalidade e apresentá-las como as únicas racionais, universalmente válidas” (MARX, 2007, p.48).

Esse cenário demonstra que o processo das lutas sociais não se encerrou e já se estende. As MJ que iniciaram com uma tendência progressista – evidenciada pela sua pauta de reivindicações – terminaram com um saldo conservador, devido ao fortalecimento de ações políticas e movimentos sociais empenhados em manter a configuração social desigual vigente. No caso de São Luís, por mais que algumas medidas tenham sido adotadas para um direcionamento mais à esquerda, a organicidade não foi suficiente. Além disso, permanece a dificuldade (e necessidade) de transpor a montanha do autoritarismo e preconceito das elites que, instrumentalizando recursos ideológicos, transferem os resultados de sua exploração para

as próprias classes dominadas ou, em última instância, manipulam suas manifestações e confundem suas reivindicações.

Portanto, permanece atual o alerta de Coutinho (1984, p.42) elaborado no período da chamada “transição democrática”: “Para o conjunto das forças populares, coloca-se assim uma tarefa de amplo alcance: a luta para inverter essa tendência elitista ou 'prussiana' da política brasileira e para eliminar suas consequências nas várias esferas do ser social brasileiro”.

Concretamente, pode-se afirmar que o processo disparado em junho de 2013 não teve volta, assim como nenhum processo histórico e social. Os acontecimentos desses três últimos anos no Brasil confirmaram a hipótese de que a luta social pertence a uma realidade pulsante, dinâmica e dependente da correlação de forças, influenciada pela articulação do aparato jurídico-político do Estado e da luta política de classes.

Inúmeros são os episódios que comprovam essa afirmação. Como exemplo, o conturbado e polarizado processo eleitoral para a Presidência da República de 2014, com a vitória de Dilma Rousseff (PT) com 41,59 %, num 2º turno acirrado, contra 33,55 % de Aécio Neves (PSDB). Essa polarização pode ser interpretada como uma divisão do Brasil entre Norte X Sul ou, ainda, dos historicamente aliados de direitos fundamentais que esperavam a manutenção de projetos sociais dos governos petistas -contra os que lutavam pela perpetuação da abismal desigualdade social.

Sobre o processo eleitoral de 2014, observa-se também que desde o período da Ditadura Militar não se elegia um Congresso Federal tão conservador, majoritariamente composto por representantes das classes dominantes, ligados a setores religiosos, militares e latifundiários, resultando na proposição de projetos preconceituosos e reacionários.

Nesse contexto, ganharam fôlego as várias Marchas contra Corrupção e Pró-Impeachment, os “panelaços” nas varandas gourmets dos apartamentos de luxo das capitais brasileiras, o golpe jurídico-midiático em 2016 ao mandato da presidenta eleita Dilma Rousseff. Simultaneamente, seguiram-se iniciativas reacionárias, como o Movimento “Escola Sem Partido” (nas escolas) e “Estudantes pela liberdade” (em universidades) que, contraditoriamente, apresentam-se como defensores de “ideias neutras” e questionam a ideologia progressista, em uma ação claramente ideológica de defesa dos princípios políticos e econômicos neoliberais conservadores.

Esses fatos demonstram como ações de extrema direita fortaleceram-se e se proliferaram rapidamente no país, geradas naqueles dias de junho pelas “palavras de ordem” de perspectiva retrógrada, e gestadas durante os três últimos anos. Contudo, não se trata de um panorama político exclusivamente nacional, mas de um processo que se desenvolve internacionalmente, evidenciando que as recentes manifestações globais e brasileiras são lutas sociais estruturais que se atualizam constantemente.

REFERÊNCIAS

- AB'SÁBER, Tales. Ordem e violência no Brasil. In: KUCINSKI, Bernardo et al. **Bala Perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.p.97-102.
- ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia (coord). **Juventude, Juventudes: o que une, o que separa**. UNESCO: Brasília, 2006.
- AGUITON, Christophe. **O Mundo nos Pertence**. 1.ed. São Paulo: Viramundo, 2002.
- ALI, Tariq. O Espírito da época. In. HARVEY, David et al. **Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012. p.65-71.
- _____. **“O extremo centro é uma forma de ditadura”**. Guararema, 11 nov.2011. Entrevista concedida a Solange Engelmann e Igor Felipe Santos Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/politica/a-visita-de-tariq-ali-ao-mst.html>> Acesso em: 15 fev.2016.
- _____.**Só protestar simbolicamente não é suficiente**”. Brasília,15 jan.2015. Entrevista concedida a Heloisa Gimenez, Marcio Rabat e Vinicius Mansur. Disponível em: <<http://www.iela.ufsc.br/noticia/so-protestar-simbolicamente-nao-e-suficiente-afirma-tariq-ali>> Acesso em: 15 fev.2016.
- ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues. Movimentos Sociais no Brasil. **Mediações**, Londrina. v.5, n.1, p.41- 63, jan/jul.2000.
- _____. “Exorcismo ideológico e abuso das *noções de 'globalização'* e 'governabilidade””. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 13/14, p.43-56, jan./jul.2005.
- _____. Após dez anos de governos do PT, sair da perplexidade e unificar as lutas. **Lutas Sociais**, São Paulo, v.17, n.30, p.9-17, jan./jun. 2013.
- _____.**Ideologia Nacional e Nacionalismo**. 2.ed.São Paulo: EDUC,2014.
- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. 2.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho**. 2.ed. Londrina: Editora Praxis, 2007.
- AMARAL, Reginaldo Gonçalves do. Democratização, exclusão e desigualdades:a evolução da comunicação social e de seus meios. In: **9º Encontro Nacional de História da Mídia**, 2013, Ouro Preto. GT Historiografia da Mídia, 2013.p.88-88.
- _____.Explosões em sequência. **Revista Piauí**. São Paulo, n. 57, jun. 2011. Disponível em: <<http://revistapiaui.estadao.com.br/materia/explosoes-em-sequencia/>> Acesso em: 15 fev.2016.
- ANISTIA INTERNACIONAL. **Informe 2012: o estado dos direitos humanos no mundo**. Londres, 2012.
- ANTUNES, Ricardo. As rebeliões de junho de 2013. **OSAL**, Coyoacán, ano. 14, n. 34, p.37-50, nov. 2013.
- ARANTES, Paulo Eduardo. **“Nova direita surgiu após junho”, diz filósofo**.. Campos do Jordão. 31 out.2014. Entrevista concedida à Eleonora de Lucena.
- ARAÚJO, Chiara. A Primavera Árabe e as lembranças de 1848. **L(E)H**, Rio de Janeiro, n. 9, p.28-30, 2011.

- ARCARY, Valerio. Não há alternativa? O “day after” do neoliberalismo segundo István Mészáros. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, n.21, p.37-50, 2008.
- ASSANGE, Julian. **Cypherpunks: liberdade e o futuro da internet**. São Paulo: Boitempo editorial, 2012.
- ASSELIN, Victor. **Grilagem: Corrupção e violência em terras do Carajás**. Imperatriz: Ética, 2009.
- BARBOSA, Zulene Muniz. **A institucionalização das demandas populares: Armas e armadilhas da participação e do controle social na relação estado/organizações de bairros**.1996.122f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão – UFMA, São Luís, 1996.
- _____.As “temporalidades” da Política no Maranhão.**Lutas sociais**, São Paulo, n. 09/10, p.19-26, jan./jun. 2003.
- BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. **Caderno da Dívida Externa**, São Paulo, n. 69, p. 1994.
- BEER, Max. **História do Socialismo e das Lutas Sociais**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- BEZERRA, Bruno Rogens; SILVA, Denes Wenen. História Recente dos aumentos da passagem e estimativa de lucro das empresas de transporte coletivo de São Luís. In: Jornada Internacional de Políticas Públicas, 7, 2015, São Luís. **Anais...** São Luís: Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas,2015. 1 CD-ROM.
- AMARAL, Reginaldo Gonçalves do. Democratização, exclusão e desigualdades:a evolução da comunicação social e de seus meios. In: **9º Encontro Nacional de História da Mídia**, 2013, Ouro Preto. GT Historiografia da Mídia, 2013.p.88-88.
- BOBBIO, Norberto. A Distinção Contestada. In: **Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista,1995. p.31-48.
- BOITO JR, Armando. Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil. **Crítica Marxista**, n.3, São Paulo, Brasiliense, v.1, n.3, p.80-105, 1996.
- _____.Cena política e interesse de classe na sociedade capitalista – acerca de O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte. **Crítica Marxista**, São Paulo, Boitempo, v.1, n.15, p.127-139, 2002.
- _____.**Estado, política e classes sociais: ensaios teóricos e históricos**.São Paulo:Editora UNESP,2007a.
- _____. Estado e burguesia no capitalismo neoliberal. **Sociologia Política**, Curitiba, n.28, p.57-73Jun. 2007b.
- BORGES, Célia Regina Congilio. Atual reestruturação produtiva e a crise econômica global. **Lutas Sociais**, São Paulo n. 01, p.89-102, 1996.
- BOTELHO, Joan. **Conhecendo e debatendo a história do Maranhão**. São Luís: Fort Gráfica, 2007.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

BOULOS, Guilherme. **Porque ocupamos?** uma introdução à luta dos sem teto. São Paulo: Scortecci, 2012.

_____. **De que lado você está?** reflexões sobre a conjuntura política e urbana no Brasil. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

BOYD, Andrew; MITCHELL, Dave Oswald. **Bela Baderna:** ferramentas para revolução. São Paulo: Edições Ideal, 2013.

BRAGA, Ruy. As jornadas de junho no Brasil: crônica de um mês inesquecível. **OSAL**, Coyoacán, ano. 14, n. 34, p. 51-61, nov. 2013.

BRANDÃO, Antônio Carlos e DUARTE, Milton Fernandes. **Movimentos Culturais de Juventude**. 2.ed. São Paulo: Editora Moderna, 2004.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A crise da América Latina: consenso de Washington ou crise fiscal? **Pesquisa e Planejamento Econômico**. v.21,n.1, p. 3-23,1991.

_____. A Reforma Gerencial do Estado de 1995. **Revista Administração Pública (RAP)**, Rio de Janeiro, v.34, n.4, p.07-26, jul./ago. 2000.

BRINGEL, Breno. 15-M, Podemos e os movimentos sociais na Espanha: Trajetórias, conjuntura e transições. **Revista Novos Estudos**, São Paulo,ed.103,p.59-77, nov. 2015.

BUZETTO, Marcelo. As mobilizações de junho de 2013 e os desafios na construção do poder popular. **Lutas Sociais**, São Paulo,v.17,n.31,p. 153 -165, jul./dez.2013.

CARNEIRO, Henrique Soares. Apresentação – Rebeliões e ocupações de 2011. In. **Occupy:** movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.p.7-14.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2,1997.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da internet:** reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. **Redes de indignação e Esperança:** movimentos sociais na era da Internet.1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTRO, Cláudio; ROGENS, Bruno.Jornadas de Junho no Maranhão:as ruas e as redes como espaço de reivindicação. In: MORAES, Alana; GUTIÉRREZ, Bernardo et al.**Junho:** potência das ruas e das redes. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2014.p.178- 199.

CHARLOT, Jean. Partido de notáveis, partido de militantes, partido de eleitores. In. **Os Partidos Políticos**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil:** Mito fundador e sociedade autoritária, 2001.

_____.O poder da mídia. **Observatório da Imprensa**, São Paulo, ed.710. set. 2012a. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/_ed710_o_poder_da_midia/> Acesso em: 15 mai.2016.

_____.Democracia e Sociedade Autoritária. **Comunicação & Informação**, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 149-161, jul./dez. 2012b.

_____.Uma nova classe trabalhadora. In. SADER, Emir (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil:** Lula e Dilma. São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil,2013, p.123- 156.

_____. “No futuro, faremos download de nossas mentes”. **Revista Fórum**. São Paulo, 25 mar.2014. Disponível em: <<http://www.revista-forum.com.br/2014/03/25/download-de-nossas-mentes-chau/>>. Acesso em: 15 mai.2016.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. Mundialização: o capital financeiro no comando. **Revista Outubro**, São Paulo, n.5, p. 7-28, out. 2001. Disponível em: < <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-OutubroEdic%CC%A7a%CC%83o-5-Artigo-02.pdf>>.

Acesso em: 15 fev.2016.

COSTA, Wagner Cabral da. **Sob o signo da morte: o poder oligárquico de Victorino a Sarney**. São Luís: Edufma, 2006.

_____. “Sarney Ladrão, devolve o Maranhão !”: convergências e singularidades dos protestos em São Luís. **Jornal Vias de Fatos**, São Luís, jul. 2013. Opinião, p.3.

COUTINHO, Carlos Nelson. **A democracia como valor universal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.

_____. O estado brasileiro: gênese, crise, Alternativas. In: LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2006. p. 173-200.

COUTINHO, Joana. Organizações não Governamentais de Desenvolvimento e crise capitalista. **Lutas Sociais**, São Paulo, n.23, p.104-112, jun./dez. 2009.

DRAIBE, Sônia Miriam. O welfare State no Brasil: Características e perspectivas. **Caderno de Pesquisa**, Campinas, n.8, p.1-51, 1993.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. Neoliberalismo – neo-imperialismo. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 16, n. 1, v.29, p. 1-19, abr. 2007.

_____. **A crise do neoliberalismo na história do capitalismo: 2008-2011, os dois primeiros atos**, 2011. Disponível em: < <http://doc-player.com.br/9861795-A-crise-do-neoliberalismo-na-historia-do-capitalismo-2008-2011-os-dois-primeiros-atos.html>> Acesso em: 05 fev. 2016.

EAGLETON, Terry. O Que é Ideologia? In:..... **Ideologia: uma introdução**. Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo: São Paulo, 1997.p.15-40.

ENGELS, Friedrich. **A Situação dos Trabalhadores na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

FARIAS, Flávio Bezerra de. **O Modo Estatal Global: crítica da governança planetária**. São Paulo: Xamã, 2013.

FARIAS, Francisco Pereira de. Frações burguesas e bloco no poder: uma reflexão a partir do trabalho de Nicos Poulantzas. **Crítica Marxista**, São Paulo, n.28, p.81-98, 2009.

FERNANDES, Edson; ROSENO, Ricardo de Freitas. **Protesta Brasil: das redes sociais às manifestações de rua**. 1. ed. São Paulo: Prata Editora, 2013.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1976.

FERREIRA, João Sette Whitaker. Brasil em Jogo. Apresentação: um teatro milionário. In. ANDREW, Jennings. **Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?** 1.ed.São Paulo:Boitempo:Carta Maior,2014.p.7-16.

FIUZA, Bruno. Black blocs, lições do passado, desafios do futuro. **Viomundo**, 08 out.2013. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/politica/black-blocs-a-origem-da-tatica-que-causa-polemica-na-esquerda.html>> Acesso em: 20 mar. 2016.

FON FILHO, Aton. A direita sai de casa pela porta da esquerda. **Viomundo**, 26 jun.2013. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/politica/aton-fon-filho-a-direita-sai-de-casa-pela-porta-da-esquerda.html>>. Acessado em: 15 abr.2016.

FONSECA, Andre Azevedo da. A comunicação nos movimentos sociais:do panfleto de protesto à educação para a cidadania. **Revista Espaço Acadêmico**, ano 11, n. 126, p. 67-71, nov. 2011.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, ano 9, São Paulo, 2015

BETTO, Frei. **Dez Conselhos para os Militantes de Esquerda**, 2015. Disponível em: http://www.revolucoes.org.br/v1/sites/default/files/dez_conselhos_para_os_militantes_de_esquerda.pdf

GALEANO, Eduardo. **O livro dos abraços**. 2.ed. Porto Alegre: L&PM, 2015.

GALVÃO, Andréia. Marxismo e Movimentos Sociais. **Crítica Marxista** n.32, p.107-126, 2011.

GIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita**. O futuro da política radical. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed.São Paulo:Editora Atlas,2010.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Cívicas no Brasil Contemporâneo**. 2.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

_____.**Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 9. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

_____.A revolução será tuitada. **Revista Cult**, São Paulo. v.15, ed. 169, p.39- 42. 2012.

_____.**Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e praça dos indignados no mundo**. Petrópolis:Vozes,2014.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado: para além do socialismo**.Rio de Janeiro:Forense Universitária,1982.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. 3.ed. Civilização brasileira: Rio de Janeiro,1978.

_____.**Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. 7. ed.Civilização brasileira,1989.

GRUPO KRISIS. **Manifesto contra o trabalho**. 1999.

HANIEH, Adam. **Classe e capitalismo no Golfo: a economia política do Conselho de Cooperação do Golfo**, 05 dez.2011. Entrevista concedida a Ed Lewis. Disponível em: <<http://redecastorphoto.blogspot.com.br/2012/01/classe-e-capitalismo-no-golfo-economia.html>>

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

- _____. Os rebeldes na rua: O Partido de Wall Street encontra sua nêmesis. In: **Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012. p. 57-64.
- HAYEK, Friedrich August von. Condições Materiais e Objetivos Ideais. In: **O caminho da servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.
- HOBBSBAWN, Eric. Notas sobre Consciência de classe. In: **Mundos do Trabalho: novos estudos sobre a história operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- _____. Prefácio. In: **A Era das Revoluções 1789 — 1848**. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 2009.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. O Homem Cordial. In: **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo : Companhia das Letras, 1995.p.139 – 151.
- HOVERLER, Rejane Carolina. **As elites orgânicas transnacionais diante da crise: os primórdios da Comissão Trilateral (1973- 1979)**. 420f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense - UFF, Niterói, 2015.
- IASI, Mauro. Apresentação: Nada deve parecer impossível de ser mudado. In. BEER, Max. **História do Socialismo e das Lutas Sociais**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p.7-12.
- _____. O conceito e o “não conceito” de classes em Marx. In:..... **Ensaio sobre a consciência e emancipação**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.p.101-121.
- _____. A rebelião, a cidade e a consciência. In: **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas no Brasil**.1.ed.São Paulo: Boitempo Carta Maior,2013.p.41- 46.
- _____. Violência, esta velha parteira: um samba-enredo. In: ZIZEK, Slavoj. **Violência: seis reflexões laterais**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.p.171-189.
- IPEA. **Caracterização e Quadros de Análise Comparativa da Governança Metropolitana no Brasil: análise comparativa das funções públicas de interesse comum (Componente 2)**. Rio de Janeiro, 2015 Disponível em: <
http://www.ipea.gov.br/redeipea/images/pdfs/governanca_metropolitana/151103_relatorio_analise_comparativa_grande_sao_luis.pdf
- JOHNSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia: guia prático da linguagem sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar,1997.
- KNIJNIK, Elena Judensnaider; LIMA, Luciana Piazzon Barbosa; ORTELLADO, Pablo. A Derrubada do Aumento: uma narrativa política. In. JUDENSNAIDER, Elena... et al. **Vinte Centavos: a luta contra o aumento**. 1. ed. São Paulo: Veneta, 2013.p.22-221.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Que fazer?** as questões palpitantes do nosso movimento. Editora Hucitec: São Paulo, 1979.
- _____. **O Estado e a Revolução**.FE/UNICAMP: Campinas, 2011a.
- _____. **O Imperialismo, etapa superior do capitalismo**. FE/UNICAMP: Campinas, 2011b.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.
- LIMA, Venício A. LOPES, Cristiano Aguiar. **Coronelismo eletrônico de novo tipo (1999-2004): as autorizações de emissoras como moeda de barganha política**. Disponível em:

<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/download/Coronelismo_eletronico_de_novo_tipo.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2016.

LIMOEIRO, Cardoso M. Ideologia da globalização e (des) caminhos da ciência social. In: GENTILI, Pablo. (org). In: **Globalização excludente**. Petrópolis: Vozes. Aires, 1999.

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social**: elementos para uma análise marxista. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LUKÁCS, Georg. Consciência de Classe. In: **História e Consciência de classe**. Estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MACHADO, Eliel. Democracia? Qual? Até quando? In: **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 8, n.8, p. 121-131, 2002.

_____. Limites da “Democracia Procedimental” na América Latina. **Mediações**, Londrina, v. 13, n.1-2, p. 260-282, jan./dez.2008.

_____. Contribuições para uma teoria política marxista dos “movimentos sociais”. **Demarcaciones**. n. 02, p.102-117, out. 2014.

MANOLO. **Teses sobre a Revolta do Buzu**. Caderno do CEAS nº 230, Cidades. Salvador: CEAS, 2008.

MARANHÃO (Estado). **O Maranhão e a nova década**: oportunidades e desafios. São Luís: Seplan, 2011. Disponível em: <http://www2.ma.gov.br/wp-content/uploads/2012/01/planejamento_2010-2020.pdf>.

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido! In. **Cidades Rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas no Brasil. 1.ed. São Paulo: Boitempo Carta Maior, 2013. p.19 - 26

_____. **Para Entender a Crise Urbana**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARRA, Agnese. Podemos: das calçadas para as urnas da Espanha. **Carta Capital**, Madri. ed.806, 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/806/das-calçadas-para-as-urnas-1443.html>>

MARSHALL, Thomas. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARTINS, Carlos Eduardo. A “Primavera” brasileira: que flores florescerão? **Lutas Sociais**, São Paulo, v.17,n.31,p. 153 -165, jul./dez.,2013.

MARX, Karl. O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte. In:..... **Manuscritos econômicos- filosóficos e outros textos escolhidos**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural,1978a.

_____. Salário, Preço e Lucro. In:..... **Manuscritos econômicos- filosóficos e outros textos escolhidos**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural,1978b.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. v. 1-3 2. ed. - São Paulo : Nova Cultural,1986.

_____. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista de 1848 & Cartas Filosóficas**. São Paulo: Centauro, 2005.

_____. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e Forma Política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MELO, Paulo Victor. Reformar a política e democratizar a mídia: necessidades da democracia brasileira. **Mídia com Democracia**, n. 14, ago. Brasília: Editora Bia Barbosa, 2014.

MENA, Fernanda. Um modelo violento e ineficaz de polícia. In. KUCINSKI, Bernardo et al. **Bala Perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2015.p.19-26.

MENDONÇA, Bartolomeu Rodrigues. Em Tempo de Resistência: movimento sociais entre as lutas e os signos hegemônicos. In: **Jornada Internacional de Políticas Públicas**, 3.,2007.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. 1. ed.São Paulo: Cortez, 2010.

MORAES, Antonio Carlos de. O projeto neoliberal e o mito do Estado Mínimo. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 1, p.61-80,1996.

MOREIRA, Jadeyson Ferreira. **Arena, Repertórios e Ações: o processo de tentativa de implantação do Terminal Portuário de São Luís, no povoado Cajueiro**. 2015, 144f Dissertação (Mestrado, em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Maranhão – UFMA, São Luís, 2015.

MOTTA, Célia Maria. **A Política de reformas do estado brasileiro, na década de 1990: uma inserção neoliberal?** 2001. 145f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais – Política) - Pontifícia Universidade Católica – PUC, São Paulo, 2001.

MOVIMENTO PASSE LIVRE – SÃO PAULO. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas no Brasil**.1. ed. São Paulo: Boitempo Carta Maior,2013. p. 13-18.

NASSIF, Luís. **Lava Jato: tudo começou em junho de 2013**. CGN, São Paulo, 09 mar. 2016. Disponível em: <<http://jornalggn.com.br/noticia/lava-jato-tudo-comecou-em-junho-de-2013>>

NAVES, Márcio Bilharinho. As figuras do direito em Marx. **Margem Esquerda**,São Paulo, n.6, p.97-104,2005.

NETO, Nilo Cruz. **Orçamento Participativo: o processo de implementação em São Luís**. 2009.159f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão – UFMA, São Luís, 2009.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo; Marcelo, BRAZ. **Economia política: uma introdução crítica**. v.1. São Paulo: Cortez, 2006.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As Possibilidades da Política: idéias para a reforma democrática do Estado**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

_____.**As Ruas e a Democracia: ensaios sobre o Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

OFFE, Claus. **Capitalismo Desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da Política**. 2.ed. São Paulo: Editora brasiliense, 1994.

_____. Trabalho: a categoria-chave da sociologia? **Revista brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.4, n.10,1989.

OLIVEIRA, Francisco. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, Francisco; PAOLI, Maria Célia. **Os Sentidos da Democracia**. Petrópolis: Vozes, 1999.p.55-81.

ORTELLADO, Pablo. Os protestos de junho entre o processo e o resultado. In: JUDENSNAIDER, Elena et al. **Vinte Centavos: a luta contra o aumento**. 1. ed. São Paulo: Veneta, 2013.p.226-237.

PANAZZO, Silva; VAZ, Maria Luísa. O mundo bipolarizado. In:..... **Navegando pela História: construção das sociedades contemporâneas – projetos de cidadania**. São Paulo: Quinteto Editorial, 2001.

PASSOS, Najla. Lei da Mídia Democrática é lançada em Brasília e quer ser nova Ficha Limpa. **Carta Maior**, São Paulo, 23 ago. 2013. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia/Lei-da-Midia-Democratica-e-lancada-em-Brasilia-e-quer-ser-nova-Ficha-Limpa/12/28428>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

PETRAS, James. **A Classe Média, os movimentos sociais e a esquerda**, 2007. Disponível em: http://resistir.info/petras/petras_24mai07.html. Acesso: 02 mai. 2016.

_____. **A “crise do capitalismo global”** - Crise de quem? Quem lucra? 2012. Disponível em: <http://resistir.info/petras/petras_20fev12.html> Acesso em: 15 fev.2016.

PINHEIRO, Jair. As classes trabalhadoras em movimento: alguns aspectos teóricos. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 17/18, p.130-142, jan/jun.2007.

_____. Manifestações de junho fechando o outono. **Lutas Sociais**, São Paulo, v.17, n.31, p. 153 -165, jul./dez. 2013.

PINHO, José Antônio Gomes de. Sociedade da Informação, Capitalismo e Sociedade Civil: Reflexões sobre política, internet e democracia na realidade brasileira. **Revista de Administração de Empresa**, São Paulo, v.51.n 1. p.98-106.Jan/Fev.2011.

POLANYI, Karl. O nascimento do credo liberal. In:..... **A Grande Transformação: as origens da nossa época**. Campus / Elviesier: Rio de Janeiro, 2000, p. 166-183.

POMAR, Marcelo. Introdução: não foi um raio em céu azul. In: JUDENSNAIDER, Elena et al. **Vinte Centavos: a luta contra o aumento**. 1.ed. São Paulo: Veneta, 2013. p. 8-19.

POULANTZAS, Nicos. As transformações atuais do Estado, a crise política e a crise do Estado. In:.....**O Estado em crise**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1977.

_____.O Estado, os movimentos sociais, o partido.**Estudos regionais e urbanos**, São Paulo, ano 3, maio/ago, p.70-79, 1983.

_____.**Poder Político e Classes Sociais**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

_____.**O Estado, o poder, o socialismo**. 4.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal,2000.

RAMONET, Ignacio. Meios de comunicação: um poder a serviço dos interesses privados? In: MORAES, Dênis. **Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013, p.53-70.

ROLNIK, Raquel. **Raquel Rolnik: a conquista do direito à cidade**, 2013. Entrevista concedida à Pedro Sprejer. Disponível em: <http://www.forumjustica.com.br/es/raquel-rolnik-a-conquista-do-direito-a-cidade/>.

SADER, Eder. **Quando Novos Personagens entram em Cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980**. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAES, Décio. **Democracia**. Série Princípios. São Paulo: Editora Ática, 1987.

_____. **Estado e Democracia: ensaios teóricos**. 2.ed. Campinas: Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998.

_____. **Cidadania e Capitalismo: uma crítica à concepção liberal de cidadania**. **Instituto de Estudos Avançados**, São Paulo n. 8, p.1-22, 2000.

_____. O lugar da noção de sujeito na sociedade capitalista. In: **Revista Lutas Sociais**, São Paulo, n.29, p.09-20, jul./dez. 2012.

SAKAMOTO, Leonardo. Em São Paulo, o Facebook e o Twitter foram às ruas. In: **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Boitempo Carta Maior, 2013. p. 95-100.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos da Globalização. In: **A Globalização e as Ciências Sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. A crítica da governação neoliberal: o Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna. **Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n.72, p.7- 44. Out. 2005.

SANTOS, Mariana. Black Bloc. **Caros Amigos, São Paulo**, ano 17, n. 200,p.22,2013.

SAUER, Sérgio. **Processos Recentes de criminalização dos movimentos sociais populares**. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2008/10/Processos-recentes-de-criminaliza%C3%A7%C3%A3o-dos-movimentos-sociais-populares.pdf>>. Acesso em: 10 jan.

SCHERER-WARREN, Ilse. Dos movimentos sociais às manifestações de rua: o ativismo brasileiro no século XX. **Política e Sociedade**, v.13.n 28, p.13-34 set./dez 2014.

SERRANO, Pascual. Democracia e Liberdade de Imprensa. In: MORAES, Dênis. **Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013.p.71-82.

SERRANO, Pedro Estevam. Desafios do Podemos. **Carta Capital**, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/internacional/desafios-do-podemos-6842.html>>. Acesso em: 15 fev.2016.

SHETTY, Salil. Liderança das ruas. In: **ANISTIA INTERNACIONAL - Informe 2012: o estado dos direitos humanos no mundo**. Londres, 2012.

SILVA, Ilse Gomes. **Democracia e participação na “reforma” do estado**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. Poder político e reforma do estado no contexto do neoliberalismo: análise da reforma do aparelho do Estado no Maranhão nos anos 1990. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 10, n. 2, p. 45-59, jul./dez. 2006.

_____. Estado, Ideologia e Criminalização dos Movimentos Sociais no Brasil. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, n. especial, p. 189-194, jul.2014a.

- _____. Contribuições de Poulantzas para a análise do autoritarismo e criminalização dos movimentos sociais em tempos de crise global. In: II Jornada Internacional Nicos Poulantzas, Buenos Aires, 2014b.
- SINGER, André. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. In: **Dossiê: Mobilizações, Protestos e Revoluções**. Brasil, n.97, Jun.2013, São Paulo: CEBRAP, 2013.
- _____. Para além do neoliberalismo: a saga do capitalismo contemporâneo. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 12, n. 2, p.3-20, abr/jun. 1998.
- SOARES, Luiz Eduardo. Por que tem sido tão difícil mudar as polícias? In. KUCINSKI, Bernardo et al. **Bala Perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação** 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2015.p.27-32.
- SPOSATI, Aldaíza. **Regulação social tardia: características das políticas sociais latinoamericanas na passagem entre o segundo e terceiro milênio**. VII Congreso Internacional del CLAD, Lisboa, out.2002.
- TELLES, Vera da Silva. Direitos Sociais: afinal do que se trata? **Revista USP**, São Paulo, n.37, p.34 – 45, 1998.
- VAINER, Carlos. Quando a cidade vai às ruas. In. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**.1.ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.p. 35- 40.
- VIANA, Nildo. Manifestações Populares e luta de classes.**Revista Enfrentamento**, Goiânia, ano 8, n.13, p.25-35,jan/jun.2013.
- INFORME. Pressão Popular acabou com uma “Bolsa Eleição”. In: **Jornal Vias de Fato**. ano. 4, n.44, p.02, jul.2013.
- VIEIRA, Andressa Brito. **A Política Caiu nas “Redes”**: uma avaliação das ações políticas organizadas nos Sites de Redes Sociais. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, - UFMA, São Luís, 2013.
- VIEIRA, Luis Vicente. Os Movimentos Sociais no Contexto do Estado Liberal Moderno. In: VIEIRA, Luis Vicente; SCHÜTZ Rosalvo. **Práxis Filosófica: movimentos sociais em questão**. Pelotas: Editora Universitária/UFpel, 2012.
- WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra Capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- WYLLYS, Jean. Formas de temer, formas de reprimir: as relações entre a violência policial e suas representações nas mídias. In: KUCINSKI, Bernardo et al. **Bala Perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2015.p.51-54.
- XS ORGANIZADORES. Introdução: Junho está sendo. In: MORAES, Alana; GUTIÉRREZ, Bernardo et.al. . **Junho Potência das ruas e das redes**. 1.ed., São Paulo, 2014.p.10-21.
- ZAVERUCHA, Jorge. Relações civil-militares: o legado autoritário da Constituição brasileira de 1988. In: TELES, Edson; SAFATLE,Vladimir (Orgs). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010, p.41-76.
- ZIBECHI, Raúl. Debajo y detrás de las grandes movilizaciones. **OSAL**, Coyoacán ano. 14, n. 34, p. 15-36, nov. 2013.
- ZIZEK, Slavoj. **Violência: seis reflexões laterais**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

APÊNDICE

APÊNDICE A: Mapeamento de protestos em São Luís durante o período das Manifestações de Junho de 2013¹⁷⁷
(19 de junho a 01 de julho)

NOME DO PROTESTO	DATA	REIVINDICAÇÃO/MOTIVAÇÃO	ÁREA/ BAIRRO /MUNICÍPIO METROPOLITANO	OUTRAS INFORMAÇÕES
#VEMPRARUASÃO LUÍS	19/06	Mobilidade urbana (temática central); Melhorias na saúde e educação; Fim da Oligarquia Sarney.	Centro de São Luís	10.000 pessoas (conforme a PM); 15.000 pessoas (segundo organização) (Fonte: O Estado do Maranhão, 20 de junho de 2013)
SEM NOME		Melhorias na saúde, educação, pavimentação asfáltica; Mobilidade Urbana (nova licitação para linha de ônibus, novas alternativas de percurso, abrangência da linha de ônibus de Ribamar para outros terminais de integração)	Avenida Getúlio Vargas - São José de Ribamar	Concentração em frente ao farol da educação); Aproximadamente 500 pessoas
SEM NOME		Pavimentação asfáltica; Transporte; Postos de saúde	Vila Sarney – São José de Ribamar	-----
SEM NOME	20/06	Transporte público de qualidade.	São José de Ribamar	Aproximadamente 2.000 manifestantes
#VEMPRARUA SLZ/ Shopping da Ilha	20/06	-----	Avenida Daniel de La Touche (em frente ao shopping da Ilha) – São Luís	-----
“#VEMPROMAIOBÃO”	21/06	Segurança (funcionamento da delegacia funcionando 24 horas); destinação correta pelo governo do Estado de recursos destinados à infraestrutura.	Paço do Lumiar	Organizada pelo grupo Acorda Maiobão – formado por representantes do movimento estudantil luminense e sociedade civil; Mis de 100 pessoas

¹⁷⁷ Mapeamento construído a partir de informações contidas nos jornais pesquisados, em sites e também no Infográfico produzido por Costa (2013). As lacunas na tabela devem-se ao fato dos jornais ou sites não apresentarem um padrão de informações para todas as manifestações, ou seja, não disponibilizarem os mesmos tipos de informações. O quantitativo de manifestantes também foi retirado desses jornais.

NOME DO PROTESTO	DATA	REIVINDICAÇÃO/MOTIVAÇÃO	ÁREA/ BAIRRO /MUNICÍPIO METROPOLITANO	OUTRAS INFORMAÇÕES
ACORDA MARANHÃO	22/06	Contra a PEC 37, Qualidade nos serviços de Saúde Pública, Educação, Segurança Pública, Transporte Público, Fora Renan Calheiros, Prisão dos Condenados por Corrupção (Jose Genoíno e turma), Transformar a Corrupção em Crime Hediondo, Investigação das Obras da Copa, Contra a Corrupção na Política, Contra Oligarquia.	Centro de São Luís	Segundo organização 10. 000 pessoas, segundo PM 5000 pessoas (Fonte: Jornal O Estado do MA e O Imparcial 23 de junho de 2013)
“3º ATO - SÃO LUÍS ACORDOU”	24/06	Melhorias em serviços públicos (saúde e educação); contra a aprovação da PEC 37.	Avenida Colares Moreira (Renascença) – Em frente ao tropical shopping - São Luís	Destinaram-se para a ALEMA
SEM NOME		Precariedade dos serviços oferecidos na educação.	Alemanha - São Luís	Caminhada de alunos do ensino médio seguindo pelo Monte Castelo, Parque do Bom Menino, Rua Rio Branco e Rua do Egito, os estudantes se encaminharam ao Palácio dos Leões, sede do Governo do Estado
SEM NOME		Falta de segurança (demora na resolução do assassinato de um jovem do local); Falta de infraestrutura nos bairros da região.	área Itaqui- Bacanga - São Luís	Aproximadamente 200 pessoas
ACORDA ZONA RURAL		Falta de segurança; Melhorias na infraestrutura dos bairros; Transporte público.	Maracanã - São Luís	Fecharam as duas vias da BR-135/
PROTESTO DOS INDÍGENAS		Melhorias no serviço público de saúde e mudança na coordenação do Distrito Sanitário Especial Indígena do Maranhão (Desei – Ma)	FUNASA (Jordoa) – São Luís	Ocuparam a sede da Funasa; 150 indígenas (etnias Canela, Guajajaras e Kre- yê)
SEM NOME		insegurança, violência; melhorias nos serviços públicos	Cidade Operária – São Luís	Composto por lojistas, comerciantes, estudantes e moradores.

NOME DO PROTESTO	DATA	REIVINDICAÇÃO/MOTIVAÇÃO	ÁREA/ BAIRRO /MUNICÍPIO METROPOLITANO	OUTRAS INFORMAÇÕES
“ACORDA COHAB” #Vem pra rua (São Luís) – passe livre- ato 4 – Cohab	25/06	Transporte coletivo e melhorias na oferta de serviços públicos	Praça da Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (Cohab) - São Luís	– Praça do Rodão seguiu até o retorno da Cohab e retornou até a Forquilha
“PERIFERIA VAI AO CENTRO” (ato convocado pelo Quilombo Urbano, Luta Popular e CSP – Conlutas) participou também o MOQUIBOM		Saúde, educação, demarcação indígena e quilombola, cultura, reforma agrária, transporte e cultura	Biblioteca Pública Benedito Leite - Centro de São Luís	Percorreu a Rua da Paz, foram para frente da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, ao lado da Praça João Lisboa. Do local, seguiram em direção à Rua Grande.
Alunos da escola estadual Professora Dayse Galvão Sousa		Melhor infraestrutura na escola e mais professores	Vila Embratel - São Luís	Interditaram a Av. dos Portugueses
“PROTESTO MUDA MARANHÃO”	26/06	Melhorias na oferta de transporte público; abastecimento de água em alguns bairros da cidade; na segurança pública; no trânsito; nos setores da saúde e da educação; Reforma Política; Contra a aprovação da PEC 37.	Centro de São Luís	Saíram do local da concentração, em direção ao Canto da Fabril. Em seguida, foram pela Camboa, até chegarem à Ponte Bandeira Tribuzi/Avenida Carlos Cunha, trajeto que os levou até o Fórum Desembargador Sarney Costa/Em seguida, os integrantes do ato passaram pelo elevador da Casa do Trabalhador e se deslocaram até a sede da AL do Maranhão.
SEM NOME		Melhorias no transporte público e na infraestrutura.	Jardim Tropical II – São Luís	Passeata pela avenida Paraíso realizada por estudantes

NOME DO PROTESTO	DATA	REIVINDICAÇÃO/MOTIVAÇÃO	ÁREA/ BAIRRO /MUNICÍPIO METROPOLITANO	OUTRAS INFORMAÇÕES
“4º ATO – VEM PRA RUA/MUDA MARANHÃO”	26/06	Reivindicações listadas por esfera (municipal/estadual e federal), mas contemplam as áreas de mobilidade, saúde, educação, infraestrutura urbana, saneamento básico, segurança pública, causas políticas.	Biblioteca Benedito Leite (Deodoro) – Centro de São Luís	-----
SEM NOME	27/06	Melhores condições de infraestrutura; Mais investimentos na saúde e educação.	Vila Boa Esperança - Raposa	Interditaram a rodovia MA -203 (única via de acesso), queimaram pneus e madeiras
SEM NOME		Segurança pública; Melhorias para o bairro	Vila Kiola Costa – São José de Ribamar	-----
SEM NOME		Melhorias na estrutura da escola; Mais ônibus, segurança e professores	Estreito dos Mosquitos - São Luís	Organizado por moradores da comunidade Mandiseco (Pedrinhas) e alunos da escola Centro Educacional Professor Mário Martins Meireles; Interditaram a BR-135
ACORDA MARACANÃ		Interditaram a BR-135 mais ônibus que atendam à demanda dos estudantes(IFMA)	Pedrinhas/Maracanã - São Luís	Protestos de alunos e servidores do IFMA (Grêmio estudantil)
SEM NOME		-----	Vinhais – São Luís	Bloqueios de ruas ao lado do cemitério – Av. Jerônimo de Albuquerque

NOME DO PROTESTO	DATA	REIVINDICAÇÃO/MOTIVAÇÃO	ÁREA/ BAIRRO /MUNICÍPIO METROPOLITANO	OUTRAS INFORMAÇÕES
DIA NACIONAL DE LUTAS E PARALISAÇÕES		Melhoria na oferta de transporte público; revitalização dos terminais de integração da cidade; passe livre para estudantes; Melhorias na assistência estudantil; Reforma Agrária.	Campus da UFMA - São Luís	Organizado pelo DCE/ Comitê de mobilização Popular/APRUMA
SEM NOME	28/06	Melhorias na saúde pública, educação, transporte, segurança e infraestrutura.	Vila Itamar/Recanto verde - São Luís	Bloquearam o KM 02 da BR-135
SEM NOME		Melhorias no asfaltamento não apenas na avenida, mas também em outras ruas do bairro	Turu - São Luís	-----
SEM NOME		Problemas de infraestrutura; mobilidade urbana; segurança.	Conjunto Paranã - Paço do Lumiar	-----
BEIJAÇO (3 min) “Enquanto eles batem, a gente beija”		Dia Internacional do Orgulho LGBT	Escadaria Praça Nauro Machado - São Luís	Mais de 20 pessoas
ATO 6 - ESTAMOS VENCENDO!		Defender o direito à livre expressão; Construir viaduto na área; Melhorias na educação, saúde e segurança	Forquilha - São Luís	Realização de Ato de Repúdio Organizado pelo coletivo “Tudo que é sólido se desmancha no ar”; 150 pessoas
“CONTRA LEI DO ATO MÉDICO”		Contra o PL 258/02	Renascença - São Luís	Protesto de estudantes na área da saúde (universidades públicas e privadas)
“ATO 5 - #VEMPRARUASLZ”		29/06	-----	Vinhais – São Luís

NOME DO PROTESTO	DATA	REIVINDICAÇÃO/MOTIVAÇÃO	ÁREA/ BAIRRO /MUNICÍPIO METROPOLITANO	OUTRAS INFORMAÇÕES
“ACORDA ITAQUI-BACANGA” (chamado por entidades comunitárias e estudantis)	01/07	Entregar uma pauta de reivindicações, contendo 15 itens, entre eles melhorias na saúde, educação e transporte público, a representantes do Município e do Estado.	Biblioteca Pública Benedito Leite - Centro de São Luís	Ruas do Centro da cidade, seguiu pela Rua do Sol, Praça João Lisboa, Praça Dom Pedro II; 200 pessoas/ 50 pessoas
DIA DO BASTA (do grupo Dia do Basta da Assembleia, formado na rede social Facebook)		Criticavam principalmente políticos	Assembléia Legislativa - São Luís	Seguiram a Avenida Jerônimo de Albuquerque em passeata até o retorno da Cohama; Aproximadamente 40/ 50 pessoas
SEM NOME		Reivindicações por segurança e transporte público.	Estrada de Ribamar (MA -201) – São José de Ribamar	Organizado por moradores do Sítio Natureza; aproximadamente 100 pessoas

APÊNDICE B: Algumas manifestações do mês de Julho de 2013

NOME DO PROTESTO	DATA	REIVINDICAÇÃO/MOTIVAÇÃO	LOCALIDADE (Bairro)
PIQUE – NIQUE - “Mesmo sem voz não nos calaremos”	04/07	Demonstrar a tristeza devido a manipulação da mídia em relação à luta e sempre a repressão ser destinada aos manifestantes.	Em frente à TV Mirante (calçada) – São Luís
2º ATO ACORDA MARANHÃO	05/07	Passe Livre, Fim do Auxílio Moradia para Deputados Estaduais, Aprovação da PEC 300, Contra a PEC 33, Serviços Públicos (Saúde Pública, Educação, Segurança Pública, Transporte Público) de Qualidade, Fora Renan Calheiros, Prisão dos Condenados por Corrupção, CPI da Copa, Fim do Conselho de Gestão Estratégica do governo do estado (Conselhão da Corrupção/ Bolsa Eleição), Contra Oligarquia.	Retorno da Cohama - terminou em frente à residência de José Sarney - São Luís
3º ATO ACORDA MARANHÃO	11/07	Passe Livre para Estudantes em Geral, Fim do Auxílio Moradia para Deputados Estaduais, Aprovação da PEC 300, Contra a PEC 33, Saúde Pública de Qualidade, Educação de Qualidade, Segurança Pública de Qualidade, Transporte Público de Qualidade, Prisão dos Condenados por Corrupção (Jose Genoíno e turma), Contra Oligarquia.	Praça Deodoro – São Luís
OCUPAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS Movimentos: Salve a Vila Apaco, Acorda São Luís, Acorda MA/Vem pra rua	23/07 a 29/07	Redução da passagem de ônibus de R\$ 2,10 para R\$ 1,90 (com base na isenção dos impostos dos Fins e Confins), imediata licitação dos transportes na capital, informações sobre o cálculo da tarifa de ônibus com base na Lei de Acesso à informação entre outras reivindicações; Iniciativa do Passe Livre para estudantes, aumento da frota de ônibus da UFMA e UEMA, aumento das principais frotas de bairros, abertura das contas sobre a recuperação das vias. Resolução concreta dos problemas da Vila Apaco - denunciaram a situação de abandono por parte da Prefeitura de São Luís, que não atende às reivindicações por melhorias na área.	Câmara Municipal de São Luís

APÊNDICE C: Roteiros de Entrevista

TIPO 01: A ser utilizado para os grupos ou entidades organizadas antes das Manifestações de Junho de 2013.

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Como surgiu o _____?
2. Qual (is) o(s) objetivo(s) do _____?
3. Quais atividades desenvolvem?
4. Por que começaram a atuar nas Manifestações de Junho de 2013?
5. Como foi a participação do _____ nas Manifestações de Junho de 2013?
6. Como se organizaram?
7. De quais manifestações vocês participaram? (citar dias)
8. Quais as principais memórias (recordações) que vocês têm daqueles dias?
9. Na sua opinião, qual o significado político das manifestações de junho de 2013?
10. Quais grupos/movimentos você (s) pode identificar como participantes das manifestações de junho de 2013 em São Luís?
11. Participaram de algum momento posterior às passeatas (reuniões com autoridades/ palestras/debates)? Quais?
12. Quais atividades têm realizado atualmente? Quais as reivindicações atuais?

Observação: A pergunta seguinte deve ser feita apenas para representantes de juventude partidárias e partidos.

13. Diante do discurso do apartidarismo/crise da representatividade/desinteresse pela política (organizacional) vocês têm realizado atividades de formação política? Quais? Descreva-as.

Tipo 02: A ser utilizado com grupos formados durante as Manifestações de Junho de 2013.

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Quando e porque surgiu o grupo/ movimento?
2. Quais são os objetivos do grupo/ movimento? Quais as principais reivindicações?
3. Quais ações já realizaram?
4. Vocês colaboram com outro movimento social? Qual?
5. Como organizam suas ações? O que organizam através dos Sites de Redes Sociais?
6. O movimento tem algum estatuto? Logomarca? Frase de identificação?
7. Há algum tipo de organização no movimento (funções específicas/divisão de grupos para alguma tarefa)?
8. Como você (s) identifica o grupo/movimento ideologicamente?

9. Como foi a participação do grupo nas Manifestações de Junho de 2013?
OBS: (caso o grupo responda na primeira pergunta que o grupo/movimento surgiu no período das manifestações de Junho pular diretamente para essa pergunta)
10. Como se organizaram?
11. De quais manifestações vocês participaram? (citar dias)
12. Quais as principais memórias (recordações) que vocês têm daqueles dias?
13. Na sua opinião, qual o significado político das manifestações de junho de 2013?
14. Quais grupos/movimentos você pode identificar como participantes das manifestações de junho de 2013 em São Luís?
15. Participaram de algum momento posterior às passeatas (reuniões com autoridades/ palestras/debates)? Quais?
16. O grupo permaneceu após as manifestações de junho? Quais atividades têm realizado? Quais as reivindicações atualmente?